

A

HISTORIA Revista da FLUP

IV Série, volume 16 (1), 2026

R

O

T

S

L

Sumário

Apresentação.....	1
MARIA CRISTINA CUNHA, JESÚS MOLERO GARCÍA, RAQUEL TORRES JIMÉNEZ, PAULA PINTO COSTA	

DOSSIÊ TEMÁTICO

La implantación de la Orden Militar de Santiago en la Ribera del Gigüela a través de la primera red parroquial (ss. XII y XIII).....	7
JAVIER MEJÍAS ESPAÑA	

La dimensión hospitalaria de la Orden de Santiago en la Edad Media y su manifestación en la sede prioral de Uclés	29
JAIME GARCÍA-CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA	

Calatrava, Avis e Cristo: entre tradição normativa e reforma religiosa (1468-1546)	48
JOANA LENCART	

El registro material del patrimonio de las órdenes militares: las ermitas de la villa de Montiel a fines de la Edad Media	70
DAVID GALLEGO VALLE	

El convento medieval de San Salvador de Pinilla a la luz de sus últimas visitaciones (1546-1566): arquitectura y configuración espacial.....	91
JOSÉ ARTURO SALGADO PANTOJA	

Las enfermedades de las freilas santiaguistas (1548-1556)	119
PEDRO ANDRÉS PORRAS ARBOLEDAS	

OUTROS ESTUDOS

D. Sancho Pires de Froiã e a sua família: percursos eclesiásticos e influências na Sé do Porto (finais do século XIII)	143
ANTÓNIO ROSA MARQUES	

A vereação e o pescado: o abastecimento nas atas do Livro 3 de Vereação do Porto (1452-1461).....	161
VITOR SENTIEIRO RIBEIRO	

A construção de uma norma de masculinidade em Portugal durante a Grande Guerra – um estudo de caso	176
LUÍS CUNHA	

O exílio na história do PCP : conceito de exílio político funcional	193
ADELINO CUNHA	

IN MEMORIAM

Luís Adão da Fonseca

PAULA PINTO COSTA, JESÚS MOLERO GARCÍA, RAQUEL TORRES JIMÉNEZ 212

Maria Fernanda Santos

PAULA PINTO COSTA, MARIA CRISTINA CUNHA 214

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES 216

FICHA TÉCNICA 218

NORMAS EDITORIAIS 219

1. Apresentação geral

A *História – Revista da Faculdade de Letras* é uma publicação científica com uma trajetória consolidada no panorama editorial português, dedicada à divulgação de investigação original no domínio da História e áreas afins. Editada pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto desde 1970, a revista tem sempre procurado afirmar-se como um espaço de referência para o debate historiográfico, acolhendo contributos de investigadores nacionais e internacionais, que cobrem uma ampla diversidade cronológica e temática. A qualidade científica da revista encontra-se reconhecida pela sua presença em sistemas de indexação nacionais e internacionais, destacando-se a inclusão na Scopus, onde se encontra atualmente classificada no quartil Q3, indicador da sua relevância e impacto no campo das Humanidades. Esta indexação reforça o compromisso da revista com a exigência académica, a revisão por pares e a circulação internacional do conhecimento histórico.

O número agora apresentado (vol. XVI, nº 1 – 2026) dá continuidade a esta missão, reunindo estudos que ilustram a diversidade de abordagens e a renovação constante da atual investigação histórica. Como habitualmente, tem duas partes distintas: um *Dossier temático*, sobre “Ordens militares e fenómenos socio-religiosos. Da normativa à prática religiosa”, coordenado pelos Professores Paula Pinto Costa (DHEPI), Jesus Mollero e Raquel Torres Jiménez (Universidad Castilla-La Mancha), e uma segunda parte, consagrada a *Outros Estudos*, composta por quatro investigações dedicadas a temáticas e a épocas bem diversas entre si.

Sobre as razões e o enquadramento científico que suscitaram a escolha do tema do *Dossier* vejam-se as linhas subscritas pelos três coordenadores, apresentadas mais abaixo. No que respeita aos quatro artigos reunidos em *Outros Estudos*, podemos afirmar que todos evidenciam a diversidade temática e metodológica da investigação histórica contemporânea, abrangendo períodos que vão da Idade Média ao século XX, explorando problemáticas que cruzam poder político, instituições, práticas sociais e construção identitária. Assim, o texto de António Rosa Marques analisa os percursos eclesiásticos de D. Sancho Pires de Froiã e o impacto da sua família na estrutura da Sé do Porto no final do século XIII, procurando determinar se devido à eleição deste como bispo dessa diocese, ocorreram mudanças no volume patrimonial e na ocupação de cargos eclesiásticos na Sé. O segundo estudo que se publica, da autoria de Vítor Sentieiro Ribeiro, centra-se na governação municipal do Porto no século XV, examinando as atas do Livro 3 de Vereação daquela cidade focando as estratégias adotadas pela vereação para assegurar o abastecimento de pescado. O Autor reflete igualmente sobre os mecanismos de regulação económica e social num contexto de fragilidade estrutural do aprovisionamento urbano.

A secção *Outros Estudos* completa-se com dois trabalhos sobre a época contemporânea. Luís Cunha dedica-se ao início do século XX, investigando a construção de uma norma de masculinidade durante a Grande Guerra a partir do manual *Regras práticas de higiene individual* (1915). O texto analisa como a medicina e a higiene funcionaram como instrumentos disciplinadores do corpo, articulando o ideal do soldado com o modelo de cidadão republicano. Por fim, o artigo de Adelino Cunha propõe o

conceito de “exílio político funcional” para interpretar o papel do exílio na história do PCP durante o Estado Novo, mostrando como esta condição se configurou como solução transitória e estratégica, legitimada enquanto contribuiu para preservar, apoiar ou reforçar a luta contra a ditadura em Portugal no período considerado.

Finalmente, cumpre-nos fazer alguns agradecimentos, merecidos e incontornáveis. Como é óbvio, este número deve-se, fundamentalmente, aos Autores e aos Revisores que leram atentamente, sugeriram e contribuíram para o apuramento dos textos finais. A todos agradecemos a inestimável colaboração. Em segundo lugar, mas não menos importante, cumpre-nos realçar todo o trabalho desenvolvido pela equipe editorial. A este propósito, deixamos uma palavra de reconhecimento pela colaboração desenvolvida pela Doutora Antonieta Cruz que, durante muitos anos, nos acompanhou e que agora deixou a Comissão Editorial. A direção agradece ainda aos Doutores Carla Sequeira, Lisbeth Rodrigues, Maria João Oliveira Silva e Sérgio Neto, docentes do DHEPI, que, mais uma vez, cumpriram um papel de interface fundamental entre os autores dos estudos, os revisores dos textos e a própria Revista. Só a dedicação e empenho de todos permitiu que este número cumprisse os prazos que nos tínhamos imposto.

A Comissão Editorial,
Maria Cristina Cunha
Carla Sequeira
Jorge Cerdeira
Lisbeth Rodrigues
Maria João Oliveira e Silva
Sérgio Neto

2. Dossier temático: Ordens militares e fenómenos socio-religiosos. Da normativa à prática religiosa

Nos últimos trinta anos, assistimos a uma verdadeira revolução no estudo das ordens militares na Idade Média europeia. Aos novos temas de estudo e à revisão das fontes clássicas, crónicas e diplomáticas, juntou-se a análise meticulosa de fontes de arquivo de todo o tipo, integrando o estudo destas instituições religiosas nas linhas orientadoras do medievalismo mais atual. A isto há que acrescentar a maturidade alcançada na perspetiva da História da Arte e da Arqueologia, resgatando do esquecimento não poucos artefactos, edifícios e vestígios arqueológicos que servem para reconstituir não só o legado e a cultura material destas instituições, mas também, através deles, analisar e interpretar fenómenos históricos de maior alcance ligados, entre outros, à articulação dos membros das ordens militares com a sociedade, ao seu papel político, à vida quotidiana, à religiosidade ou ao sentimento de transcendência através da chamada arqueologia da morte.

O dossier que apresentamos é fruto desta abordagem renovada e multidisciplinar no âmbito do projeto de investigação PID2022-138803NB-I00 intitulado «Ordens militares e fenómenos socioreligiosos numa perspetiva comparativa (séculos XII-

meados do século XVI). Estudo a partir da arqueologia e da documentação escrita (OMMAR)», financiado pelo Ministério da Ciência, Inovação e Universidades do Governo de Espanha e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Nele participam 20 professores e investigadores de dez centros de investigação de quatro países (Espanha, Portugal, França e Israel). Um dos principais objetivos do projeto é o estudo da religiosidade e da vertente eclesial das ordens militares, talvez a menos abordada até à data, aliado, como referíamos, a uma reavaliação da localização e difusão das fontes, tanto escritas como arqueológicas e patrimoniais. Fruto deste trabalho colaborativo é a realização de reuniões científicas periódicas, como a que teve lugar na Faculdade de Letras de Ciudad Real da Universidade de Castilla-La Mancha em março de 2025, ponto de partida dos trabalhos aqui publicados. Além disso, constituímos recentemente, sob a direção da professora Paula Pinto Costa e de Joana Lencart (Universidade do Porto, Faculdade de Letras e Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço, Memória – CITCEM), a rede europeia de investigação «*Militarium Ordinum Nexus - Beyond Boundaries (MON-2B)*». Esta rede tem como objetivo reunir um grupo numeroso de especialistas da Universidade do Porto, da Universidade de Castilla-La Mancha, da Universidade de Navarra, da Universidade Rovira i Virgili e da Universidade de Malta, interessados na história das ordens militares durante os períodos medieval e moderno. Trata-se de explorar as interligações entre as ordens militares, as pessoas, os domínios territoriais e as instituições políticas e religiosas no âmbito mediterrânico, sendo este dossier um dos primeiros resultados deste trabalho.

Reúnem-se aqui seis textos de outros tantos investigadores do referido projeto. Em primeiro lugar, Javier Mejías España, contratado pré-doutoral em formação (FPI) na Universidade de Castilla-La Mancha, apresenta um trabalho de carácter especificamente arqueológico intitulado «*Reconstrucción de la primera red parroquial de la Orden de Santiago en la ribera del Gigüela (siglos XII y XIII)*». O autor utiliza o método da prospeção arqueológica de superfície para localizar povoações abandonadas e os vestígios das igrejas santiaguistas primitivas na região de La Mancha. O trabalho tem um valor inquestionável, uma vez que preenche uma lacuna historiográfica, pois os aspetos relacionados com o repovoamento e a organização eclesiástica nas terras da Ordem de Santiago são relativamente bem conhecidos, mas faltam análises espaciais e estudos centrados na materialidade dos edifícios de culto. Para tal, analisa em primeiro lugar o povoamento islâmico anterior, com um estudo das principais aldeias, para depois estudar a implantação da Ordem de Santiago, a fundação de aldeias e a ereção das primeiras paróquias. Os dados arqueológicos apresentados, fundamentalmente em povoados abandonados, apontam para templos com características bastante homogéneas, tratando-se de edifícios simples de tradição românica.

O professor Jaime García-Carpintero López de Mota, da Universidade de Castilla-La Mancha, analisa «*La dimensión hospitalaria de la Orden de Santiago en la Edad Media*», através do estudo específico de Uclés, sede principal da ordem no reino de Castela. Para tal, analisa, em primeiro lugar, os aspetos caritativos e assistenciais das ordens militares, em particular na de Santiago, e as suas consequências em relação às hospedarias e enfermarias geridas pela ordem ou nas vilas do seu domínio. Após esta abordagem, estuda de forma pormenorizada a Enfermaria do convento de Uclés (funções, localização, dotação, pessoal, farmácia, etc.). Estuda também a dimensão hospitalar

voltada para o exterior através do Hospital de Todos os Santos e do Refeitório para Pobres. Utiliza fundamentalmente fontes de arquivo dos séculos XV e XVI e conclui que a Ordem de Santiago desenvolveu uma importante atividade assistencial nas suas duas grandes dimensões, a espiritual e a física, e dentro desta última distingue o alojamento e o abrigo, a alimentação e a assistência médica.

Joana Lencart, investigadora do CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresenta um trabalho original intitulado «Calatrava, Avis e Cristo: entre tradição normativa e reforma religiosa (1468-1546)». Trata-se de um estudo comparativo de três ordens de filiação cisterciense/beneditina, na perspetiva das práticas religiosas num momento crucial como o da época das reformas do Concílio de Trento. A investigadora está especialmente interessada em conhecer a influência de Calatrava em Avis e Cristo, para o que faz uma análise da normativa (regra, definições, regulamentos) e da prática quotidiana conhecida através das visitas. Conclui que nas três ordens se verifica um reforço da observância da regra de São Bento e do breviário cisterciense, bem como uma perda de autonomia, com um controlo crescente da Coroa e, finalmente, um alinhamento com os objetivos da Igreja Católica em Trento. Desde então, as ordens militares estudadas evoluem por dois caminhos paralelos: a secularização dos freires cavaleiros e o fortalecimento do espírito beneditino nos conventos, reforçando o estudo e a oração, convertendo o edifício conventual em objeto de devoção. Da mesma forma, há uma preocupação com o culto fora dos conventos, nas igrejas e paróquias dos senhorios.

David Gallego Valle, professor de História Medieval na Universidade de Castilla-La Mancha, apresenta «El registro material del patrimonio de las órdenes militares: las ermitas de la villa de Montiel a fines de la Edad Media». Tal como no caso anterior, o método e as principais fontes de estudo são de natureza arqueológica, combinando de forma exemplar a prospeção, a escavação, o uso de novas tecnologias e a arqueologia da arquitetura, sem esquecer as fontes escritas, especialmente os livros de visitas. O caso de Montiel (Ordem de Santiago) é exemplar para o estudo do fenómeno das capelas entre os séculos XV e XVI, uma vez que grande parte delas se conserva, embora, na maioria dos casos, sejam uma realidade arqueológica. O objetivo do trabalho é, portanto, reconstruir a materialidade destes edifícios (12 no total), começando pela sua localização e fisionomia, sem esquecer aspetos mais ligados à história social e à religião, tais como as dedicações, as irmandades, as rendas, a manutenção e os elementos devocionais associados.

José Arturo Salgado Pantoja, professor de História da Arte na Universidade de Castilla-La Mancha, estuda «El convento medieval de San Salvador de Pinilla a la luz de sus últimas visitas (1546-1576): arquitectura, espacios y enseres». Neste trabalho, são evidenciados os bons resultados decorrentes da conjugação das fontes escritas (os processos decorrentes das visitas) com o estudo dos vestígios materiais, neste caso, na perspetiva da História da Arte. O autor analisa e reconstrói a organização espacial deste convento calatravense situado na atual província de Guadalajara (Espanha), com especial atenção à igreja e aos espaços de clausura (portaria, claustro, sala capitular, refeitório, dormitórios, enfermaria e locutório), sem esquecer a área destinada aos leigos (acesso e portaria, hospedeiro, cerca, hortas, moinho e outras dependências auxiliares). O estudo distingue as estruturas da época medieval, com um românico tardio de filiação

cisterciense, das reformas do século XVI. Além disso, relaciona estas transformações com a precariedade económica, os problemas de salubridade e o progressivo declínio institucional do convento.

Por fim, o professor Pedro Andrés Porras Arboledas, da Universidade Complutense de Madrid, apresenta um estudo documentado intitulado «As doenças das freiras da Ordem de Santiago (1548-1556)». Numa época em que as ordens militares já estavam sob o controlo da Coroa, o autor recorre às disposições que se conservam do Conselho das Ordens Militares, em particular às licenças concedidas às freiras da Ordem de Santiago para saírem do claustro por motivos de saúde, a fim de conhecer as doenças mais frequentes da época e o seu tratamento. Embora reconheça que as fontes não costumam ser muito explícitas, documentam-se doenças tanto nas freiras como nos seus familiares, entre as quais se destacam principalmente a demência, a lepra, as doenças venéreas, a epilepsia, a gota, a tuberculose, o reumatismo e o cancro. O autor também aprofunda o mundo da medicina e dos cuidados de saúde. Para além da novidade do tema, é de salientar que, em todos os casos, se trata de conventos religiosos femininos situados num vasto território: Valladolid (Santa Cruz), Salamanca (Sancti Spiritus), Toledo (Santa Fé), Mérida (Santa Olalla ou Santa Eulália) e Granada (Santiago de la Madre de Dios de los Caballeros).

Todos estes trabalhos são uma demonstração da atualidade dos estudos sobre as ordens militares e das diferentes possibilidades de análise que podem surgir, centrando-se os textos que agora se publicam na vertente eclesiástica, religiosa e assistencial destas instituições. Com efeito, as ordens militares são algumas das instituições mais características da Idade Média europeia. O seu conhecido duplo carácter — político-militar, por um lado, e religioso e assistencial, por outro — oferece ao investigador um conjunto de possibilidades de análise poliédricas que transcendem a própria natureza destas instituições e nos permitem compreender a sociedade medieval no seu conjunto. Com efeito, as ordens militares foram agentes ativos na conformação da sociedade ocidental, tanto nos seus primórdios como em períodos de transição, como é o caso do fim da Idade Média e dos primórdios da Modernidade.

Estas investigações, e as que continuamos a desenvolver neste momento, são herdeiras do legado e do singular magistério de professores como Luís Alberto Adão da Fonseca, a quem dedicamos este dossier. Que as linhas que se seguem sirvam como expressão da nossa homenagem ao seu fecundo trabalho académico.

Paula Pinto Costa
 Jesús Molero García
 Raquel Torres Jiménez
 (Coordenação do Dossier Temático)
 Porto, junho de 2026

Dossier

La implantación de la Orden Militar de Santiago en la Ribera del Gigüela a través de la primera red parroquial (ss. XII y XIII)¹

JAVIER MEJÍAS ESPAÑA

Universidad de Castilla-La Mancha

javier.mejias@uclm.es

RESUMEN: El espacio comprendido entre los ríos Tajo y Guadiana constituyó, durante los siglos XII y XIII, uno de los principales escenarios de implantación de las diversas Órdenes Militares. En este contexto, la monarquía castellana auspició a estas instituciones religioso-militares para la organización y defensa de un territorio recién conquistado al Islam. En el marco de esta primera fase, la Orden Militar de Santiago desempeñó un papel decisivo, impulsando y consolidando un proceso de repoblación de la comarca manchega mediante la refundación y fundación de aldeas unidas a la creación de una red parroquial concebida como base vertebradora de la organización del espacio rural.

PALABRAS CLAVE: Edad Media, Orden de Santiago, aldea, red parroquial

A IMPLEMENTAÇÃO DA ORDEM MILITAR DE SANTIAGO NAS MARGENS DO GIGÜELA ATRAVÉS DA PRIMEIRA REDE PAROQUIAL (SÉCULOS XII E XIII)

RESUMO: Durante os séculos XII e XIII, a área entre os rios Tejo e Guadiana foi um dos principais locais para o estabelecimento de várias ordens militares. Neste contexto, a monarquia castelhana patrocinou estas ordens religiosas-militares para a organização e defesa das terras recentemente conquistadas a Al-Andalus. Nesta fase inicial, a Ordem Militar de Santiago desempenhou um papel decisivo, promovendo e consolidando um processo de repovoamento da região de La Mancha através da fundação e refundação de aldeias ligadas à criação de uma rede paroquial concebida como a pedra angular da organização das zonas rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média, Ordem de Santiago, aldea, rede paroquial

THE ESTABLISHMENT OF THE MILITARY ORDER OF SANTIAGO ALONG THE BANKS OF THE GIGÜELA THROUGH THE EARLY PARISH NETWORK (12TH AND 13TH CENTURIES)

ABSTRACT: During the 12th and 13th centuries, the area between the Tagus and Guadiana rivers was one of the main locations for the establishment of several Military Orders. In this context, the Castilian monarchy sponsored these religious-military orders for the arrangement and defence of land recently conquered from Al-Andalus. As part of this initial phase, the Military Order of

¹ Trabajo de investigación encuadrado dentro de una Tesis Doctoral en curso realizada en la Universidad de Castilla-La Mancha

Santiago played a decisive role, promoting and consolidating a process of repopulation of La Mancha region by founding and refunding villages linked to the creation of a parish network conceived as the keystone of the organisation of rural areas.

KEYWORDS: Middle Age, Order of Santiago, village, parish network

L'IMPLANTATION DE L'ORDRE MILITAIRE DE SAINT-JACQUES SUR LES RIVES DU GIGÜELA A TRAVERS LE PREMIER RESEAU PAROISSIAL (XII^E ET XIII^E SIECLES)

RESUME: Au cours des XII^e et XIII^e siècles, la région située entre le Tage et le Guadiana fut l'un des principaux lieux d'implantation des différents ordres militaires. Dans ce contexte, la monarchie castillane a parrainé ces ordres religieux-militaires pour l'organisation et la défense des terres récemment conquises sur Al-Andalus. Dans le cadre de cette phase initiale, l'Ordre de Saint-Jacques a joué un rôle décisif en favorisant et en consolidant un processus de repeuplement de la région de La Mancha par la fondation et la refondation de villages liés à la création d'un réseau paroissial conçu comme la clé de voûte de l'organisation des zones rurales.

MOTS-CLES: Âge Moyen, Ordre de Saint-Jacques, village, réseau paroissial

1. Introducción

Durante el siglo XII, el territorio comprendido entre los ríos Tajo y Guadiana cayó definitivamente en manos cristianas, concretamente durante los reinados de Alfonso VII de León (1126-1157) y Alfonso VIII de Castilla (1158-1214). Tras completarse la conquista, la Corona impulsó un proceso de repartimiento para organizar y estructurar el territorio. En este proceso destacó el papel de las Órdenes Militares, responsables tanto de la defensa como de la administración del espacio conquistado, estimulando un proceso de repoblación cuyo eje fundamental fue la fundación de nuevas aldeas. Paralelamente, se configuró una red parroquial para vertebrar el espacio rural, en la que el templo se afirmó como centro de la organización social y religiosa.

Para el estudio de la historia medieval de la Iglesia resultan fundamentales las obras clásicas de autores como Emilio Mitre Fernández (2004), José Sánchez Herrero (2005) y José Ángel García de Cortázar (2012) (2021), las cuales abordan aspectos generales que abarcan desde el surgimiento del cristianismo hasta su conformación institucional. Para ámbitos más concretos referentes al eslabón más básico de la organización de la cristiandad medieval peninsular, la red parroquial, se dispone de obras de carácter general que ofrecen una visión de conjunto sobre ella, como las de Fernando López Alsina (2002) (2006). Destacan, también, estudios específicos regionales como son los trabajos de Iosu Curiel (2009) para el ámbito cantábrico y el País Vasco, los de Susana Guijarro y Carmen Díez (2022) centrados en la diócesis de Burgos, la obra de Carlos Ayllón Gutiérrez (2015) para el territorio de Alcaraz y el señorío de Villena y estudio de Miguel Calleja Puerta (2000) para la diócesis de Oviedo. Todas ellas, nos aportan un análisis detallado sobre la implantación parroquial y sus particularidades regionales.

En relación con las órdenes militares y la organización religiosa de sus señoríos en la Edad Media, resultan fundamentales, en primer lugar, los estudios dedicados a la Orden de Santiago, entre los que destaca los trabajos clásicos y de referencia de Derek Lomax (1965), José Luis Martín (1974), Milagros Rivera Garretas (1985), Pedro Andrés Porras Arboledas (2020) (1997) y José Vicente Matellanes Merchán (1996). A estas, se les suman las numerosas contribuciones de Carlos de Ayala (1995) (1996) (2003), Francisco Ruiz (2003) y Ricardo Izquierdo (1985) para comprender de una manera más detallada y amplia el papel de estas instituciones religioso-militares. Para el cometido de la Iglesia en la articulación del espacio bajo el dominio de las órdenes, la función de las parroquias en estos territorios, las relaciones institucionales con la Iglesia diocesana y las manifestaciones de religiosidad destacan las diversas aportaciones Raquel Torres Jiménez (2010).

Pese a la amplitud de la producción científica existente sobre las primeras parroquias, gran parte de estos estudios se han basado tradicionalmente en el análisis de las fuentes documentales, situándose en un segundo plano el registro material. En consecuencia, las contribuciones procedentes de la arqueología son relativamente recientes. En este sentido, destacan las investigaciones de Jaime García-Carpintero para el territorio del priorato de Uclés (2020) y las obras de José Santiago Palacios Ontalva (2008) y José Arturo Salgado (2023) para la provincia conquense. Asimismo, desde una aproximación centrada en la cultura material y el análisis arqueológico, son fundamentales los estudios sobre la Orden de Santiago en el Campo de Montiel y La Mancha realizados por David Gallego y Jesús Manuel Molero (2023) (2025), que han contribuido a una mejor comprensión de la implantación parroquial y del paisaje construido asociado a esta orden militar.

La red parroquial objeto de esta investigación se localiza en un espacio intermedio entre dos de los principales ejes fluviales de la Meseta Sur peninsular, los ríos Tajo y Guadiana. Más concretamente, el ámbito de estudio se sitúa en torno al curso fluvial del río Gigüela, integrado en la cuenca hidrográfica del Guadiana en su tránsito por el territorio bajo la jurisdicción de la Orden Militar de Santiago.

Con fin de abordar este tema de investigación, se establece como objetivo principal el análisis, desde una perspectiva documental y, en la manera de lo posible, arqueológica, la configuración y características de los primeros templos parroquiales de la Orden de Santiago dentro de la circunscripción indicada en el párrafo anterior. Como objetivos secundarios, se formula, en primer lugar, estudiar la materialidad de estas edificaciones religiosas, establecer patrones de funcionamiento, conocer los límites jurisdiccionales, artífices constructivos y las repercusiones en el territorio.

Esta propuesta de investigación será desarrollada mediante una metodología de análisis que combine las herramientas propias de la arqueología con la información procedente de las fuentes escritas para el conocimiento de los primeros templos. En este sentido, la documentación sobre la Orden Militar de Santiago ofrece un volumen especialmente significativo de información, en particular aquellas que tratan temas como los pleitos, concordias, cartas de privilegio, visitaciones, etc. En lo que respecta a las fuentes arqueológicas, la obtención de información se articulará a través de la realización

de prospecciones intensivas de campo, seguidas de un análisis sistemático de los materiales y evidencias arqueológicas documentadas.

El estudio se articula en dos grandes capítulos. El primero aborda el poblamiento andalusí previo a la conquista cristiana y, el segundo, se centrará en el programa fundacional santiaguista, analizando la creación y repoblación de aldeas y la configuración de la primera red parroquial.

2. La implantación de la Orden Militar de Santiago en el territorio

La Orden de Santiago llegó a articular un amplio dominio territorial que se extendía desde el valle del Tajo, atravesando La Mancha y el Campo de Montiel, hasta alcanzar, a finales del siglo XIII, zonas del territorio de Jaén y del reino de Murcia. En este contexto, los espacios de implantación de los santiaguistas no eran socialmente homogéneos, ya que persistía un importante componente poblacional islámico (Molero & Gallego, 2023: 150).

2.1. El poblamiento islámico previo en el territorio de la Orden Militar de Santiago

En el caso estudiado, la Mancha santiaguista presenta rasgos geográficos que condicionaron el poblamiento andalusí: un paisaje predominantemente llano y poco propicio para la edificación de estructuras defensivas (Molero, 2005: 335), y un carácter fronterizo mantenido desde el siglo VIII hasta la llegada de almorávides y almohades (ss. XI-XII).

En una fase temprana, durante el emirato y califato, la organización territorial determinó que este espacio quedara distribuido entre en dos coras, Santaver y Toledo (Martínez, 2005: 122-123). A ello se sumó la diversidad étnica de la población islámica (Guichard, 1976: 392-396), visible en la presencia bereber en la *kūrah* de *Santabariyya* (Olmo, 2011: 50-51), provocando el difícil control del estado cordobés sobre dicha región (Manzano, 1991: 250). Y, frente a ésta última, se encontraba la vecina *kūrah* de *Tulaytula*, dominada por la élite árabe. Con posterioridad, tras la *fitna* del Califato de Córdoba en el siglo XI, este territorio quedó integrado en la taifa de Toledo y, durante los siglos XI y XII, la comarca manchega se configuró nuevamente como un espacio fronterizo entre los reinos cristianos y los poderes almorávide y almohade.

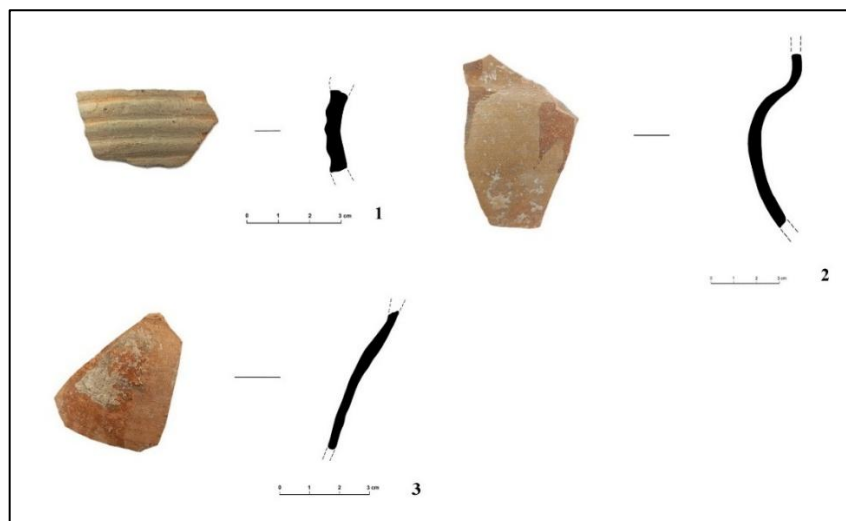
Entre estas aldeas (véase figura 5), cuya ocupación cristiana está documentada en las fuentes escritas de los siglos XII-XIII, algunas no han podido ser objeto de análisis arqueológico debido a la transformación de ciertos enclaves (como Torrelengua, convertida en casa conventual) y a las limitaciones de acceso a otros, como La Membrillera, ubicada en una propiedad privada. En cuanto al resto de los asentamientos, y con la excepción de Alcardete (donde no se recuperó un volumen suficiente de materiales), ha sido posible establecer una secuencia cronológica.

Siguiendo un eje de disposición este-oeste, destaca en primer lugar la ciudad de Segóbriga, posteriormente conocida como **Cabeza de Griego**, enclave de gran

relevancia en época romana que ha sido igualmente objeto de estudio por su ocupación medieval. En este contexto, se ha documentado la presencia islámica en el yacimiento, con una cronología situada entre los siglos VIII y IX (Cebrián & Sanfeliu, 2008: 209).

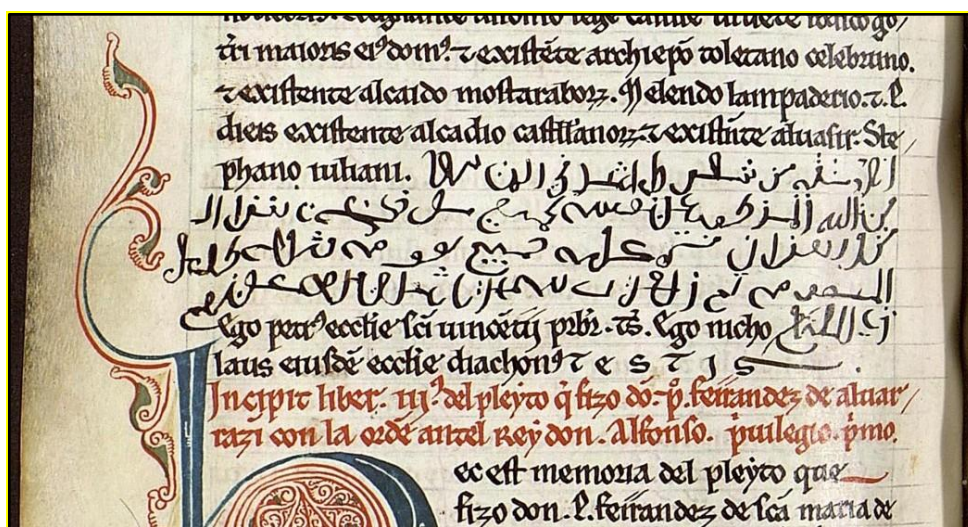
Continuando hacia el occidente, tenemos la aldea de **Añador**. Este yacimiento presenta, además de un castillo con diversas fases históricas, una notable diversidad de materiales cerámicos, cuya amplitud cronológica resulta especialmente significativa. El análisis se centra en el examen de las piezas más representativas adscritas a cronología andalusí. En este sentido, destaca la presencia de una redoma de pasta clara con acanaladuras (Fig. 1, nº 1), la cual presenta estrechas analogías con ejemplares documentados en yacimientos como Segóbriga (Cebrián & Sanfeliu, 2008: 205), así como con el Tipo B.01.B definido por Retuerce (Retuerce, 1998: 84), permitiendo su datación en torno a mediados del siglo IX. En segundo lugar, sobresale un fragmento de jarra (Fig. 1, nº 2), elaborado en pasta fina de cocción mixta, con engobe de tonalidad marrón claro y decorado mediante bandas rojas verticales. Esta pieza ha sido identificada con el Tipo C.13 de la tipología propuesta por Retuerce (Retuerce, 1998: 116), encontrando paralelos decorativos en colecciones museísticas como las de Medina Azahara, lo que permite situarla cronológicamente en el periodo califal y taifa, entre los siglos X y XI. Por último, se documenta un fragmento (Fig. 1, nº 3) que, debido a su estado fragmentario, podría corresponder al cuerpo de una botella o jarra. La pieza presenta una pasta de tonalidad marrón y, pese a su deficiente estado de conservación, se aprecian restos de un engobe rojizo o, alternativamente, de una decoración en bandas del mismo color. Atendiendo especialmente a sus elementos decorativos, es posible establecer paralelos con materiales procedentes de contextos califales como los de Medina Azahara (Vallejo, 1998: 136), lo que permite proponer una cronología comprendida entre el siglo X y su prolongación en el XI.

Fig. 1. Selección de cerámica andalusí del yacimiento de Añador (Villamayor de Santiago, Cuenca). Fuente: elaboración propia



En consecuencia, para el presente yacimiento puede proponerse una secuencia cronológica que se inicia en el siglo IX y se prolonga a lo largo del periodo califal y taifa. De cara al siglo XII, la ausencia de materiales arqueológicos no permite inferir necesariamente el abandono del enclave, no obstante, se dispone de evidencia documental correspondiente a esta fase; en particular, la presencia de una firma en árabe en el documento de cesión del castillo a la Orden Militar de Santiago, lo que avala la continuidad de la población islámica en este asentamiento.

Fig. 2. Firma en árabe en el documento de cesión del castillo de Añador (Villamayor de Santiago, Cuenca) a la Orden Militar de Santiago. Fuente: Archivo Histórico Nacional, Tumbo Menor de Castilla, lib. 2, doc. N°110, págs. 245-246

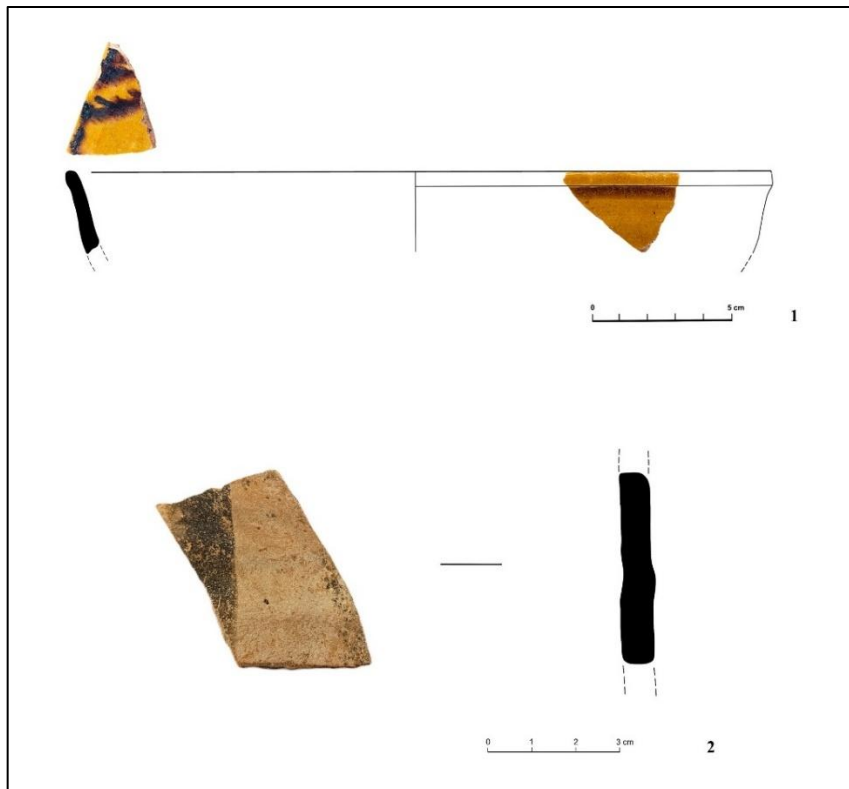


El segundo yacimiento cuyo registro material ha permitido llevar a cabo un análisis exhaustivo del contexto arqueológico islámico es la aldea de **Magaceda** (Villamayor de Santiago, Cuenca). En este caso, se realizaron excavaciones en el entorno inmediato del enclave con motivo de la ejecución de diversas obras, lo que propició la recuperación de materiales cerámicos datados entre los siglos XII y XIV, vinculados a la ocupación cristiana de un espacio periférico respecto al núcleo de población medieval, destacando algunos elementos cerámicos atribuibles a población mudéjar del siglo XII (Malalana, 2012: 108-117).

Ante la carencia de datos más precisos, especialmente en lo relativo a la fase de dominio musulmán del enclave, se procedió a la selección de un conjunto significativo de materiales cerámicos que han permitido establecer una datación cronológica global para el yacimiento (Fig. 3). En este contexto, sobresale un ataifor con un vidriado melado en ambas superficies y decorado en su interior con motivos en manganeso (Fig. 3, n° 1). Esta pieza ha sido identificada como Tipo Castellar V1.2 (Pérez, 2014: 58), presentando estrechos paralelos con ejemplares documentados en yacimientos como La Graja (Higueruela, Albacete) (Jiménez, 2021: 74-76), así como con el Tipo A.08.B de la tipología establecida por Retuerce (Retuerce, 1998: 31) o al ataifor tipo I de Roselló (Roselló, 1987: 131). En conjunto, estos referentes permiten situar su cronología entre finales del siglo X y todo el siglo XI. A ello se suma un fragmento (Fig. 3, n° 2)

correspondiente a una pieza sin curvatura, de pasta clara y con decoración vertical en pigmento negro, atribuible con alta probabilidad al cuello de un recipiente de servicio de mesa. En función de su esquema ornamental, se ha adscrito al Tipo C.13 propuesto por Retuerce (Retuerce, 1998: 116), situándose su cronología entre los siglos X y XI. En conjunto, el registro material de este yacimiento permite inferir una ocupación andalusí que se extiende, al menos, desde finales del siglo X hasta la fase de ocupación cristiana, ya en torno a mediados del siglo XII.

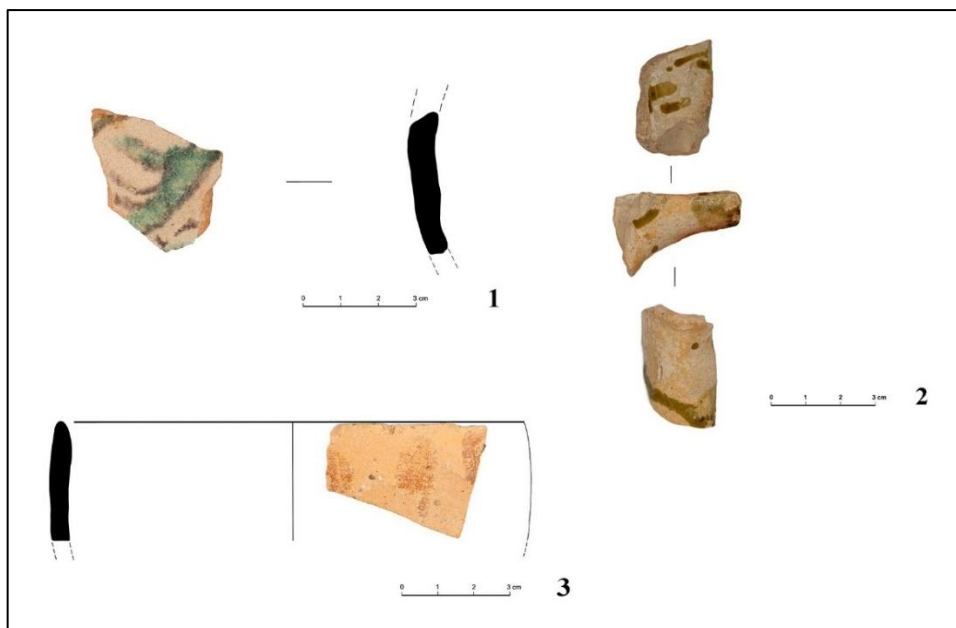
Fig. 3. Selección de cerámica andalusí del yacimiento de Magaceda (Villamayor de Santiago, Cuenca). Fuente: elaboración propia



Por último, cabe destacar el yacimiento de **Almoradiel** (Puebla de Almoradiel), el cual se caracteriza por la abundancia de materiales arqueológicos documentados en superficie, así como por la amplitud de su marco cronológico, que se remonta a fases anteriores al período medieval, iniciándose en la etapa prerromana. Entre las piezas analizadas, destacan tres ejemplares, siendo la primera de ellas (Fig. 4, nº 3) correspondiente a un jarro o jarra de pasta marrón claro, decorado con bandas verticales en color rojo. Esta pieza ha sido identificada con el Tipo C.13 de la tipología propuesta por Retuerce (Retuerce, 1998: 116), así como con un ejemplar muy similar conservado en Madrid, registrado en CERES con el número de inventario CE1994/3/145. Esta tipología cerámica se adscribe cronológicamente al siglo X, dentro del periodo califal. En segundo lugar, se documenta un fragmento correspondiente a una jarra o redoma (Fig. 4, nº 1), cuyo rasgo más significativo radica en la presencia de elementos decorativos en verde y manganeso, estilo que comenzó a darse a mediados del siglo X,

en pleno califato, y con una amplia difusión a lo largo del siglo XI, tal como evidencian los numerosos hallazgos registrados en diversos yacimientos y contextos arqueológicos de Córdoba (Vallejo, 1998: 110). A este conjunto se suma, adscrito al mismo horizonte cronológico y con idénticos recursos decorativos, un fragmento perteneciente a la piquera de un candil (Fig. 4, nº 2), que conserva restos de vedrío en verde y presenta claros paralelos con piezas documentadas en Madīnat al-Zahrā' (Vallejo, 1999: 179). En consecuencia, el presente yacimiento puede adscribirse a una secuencia cronológica que se inicia en el siglo X y con una continuidad en la siguiente centuria, coincidiendo el comienzo de su ocupación andalusí con su mención en las fuentes escritas árabes, concretamente, por el cronista Ibn Hayyan como parte de un *iqīm* dentro de la *kūrah* de Toledo (Viguera, 1981: 271). En este caso, la continuidad de población andalusí con la conquista cristiana no ha podido ser constatada ni documental ni arqueológicamente.

Fig. 4. Selección de cerámica andalusí del yacimiento de Almoradiel (Puebla de Almoradiel, Toledo). Fuente: elaboración propia



A partir del análisis material de estos yacimientos, es posible formular una serie de conclusiones con claros paralelismos en otros ámbitos geográficos en el estudio del poblamiento rural ², al menos en lo que respecta a su fase de origen, situada en los siglos IX-X. No obstante, en relación con el momento de abandono se observan divergencias, condicionadas tanto por las distintas fases de la conquista cristiana como por factores específicos del espacio analizado y por la actuación de los agentes encargados de la reorganización territorial tras la conquista, en particular las Órdenes Militares. En el caso estudiado, se aprecia, en términos generales, una cierta continuidad poblacional,

² Véase los estudios arqueológicos llevados a cabo para las tierras de Albacete (Jiménez, 2021) y el Valle del Salado (Guadalajara) (García-Contreras, 2017: 125).

conformando estos antiguos enclaves andalusíes como epicentro de las futuras repoblaciones cristianas.

2.2. La conquista cristiana de La Mancha y la implantación de la Orden Militar de Santiago

A partir de la toma de Toledo en 1085 por el monarca Alfonso VI, el territorio manchego se convirtió en escenario de la confrontación entre la cristiandad y el Islam. Posteriormente, a mediados del siglo XII, será cuando se produzca la incorporación definitiva de dicho territorio a manos cristianas.

Las referencias sobre la consolidación castellana en la región manchega se documentan a través de las donaciones otorgadas por Alfonso VII a los diversos agentes implicados en el proceso de conquista. En ese sentido, ejemplifican este proceso las concesiones de Alcázar en 1150 (Ayala, 1995: Doc. 56), de Consuegra y Criptana en 1151 (Ayala, 1995: Doc. 64), teniendo como frontera las tierras cercanas al río Záncara. No obstante, la fecha de emisión de estas concesiones no debe interpretarse como el momento exacto de la toma de las plazas; más bien, estos documentos delimitan el área de expansión durante dicho reinado.

Posteriormente, la llegada de las Órdenes Militares internacionales a la Península Ibérica y la fundación de otras nuevas de carácter autóctono inauguró otra etapa en la política de cesiones. En este contexto se producirán las primeras donaciones territoriales por parte de las monarquías a Órdenes Militares como la del Hospital y la del Temple en territorios como Cataluña y Portugal (Ruiz, 2003: 124-125). Para el ámbito de estudio, por ejemplo, esta dinámica se constata a través de la donación del castillo de Uclés en 1163 a la Orden del Hospital de San Juan de Jerusalén (Ayala, 1995: Doc. 91), posteriormente dicha plaza será cedida a la Orden de Santiago, estableciéndose los hospitalarios en Consuegra en el 1183 (Torres, 2010: 35).

Añadido a esto, a mediados del siglo XII, la Península Ibérica se incorporó plenamente al escenario militar de las Cruzadas, dando lugar a la creación de diversas Órdenes Militares peninsulares (Ayala, 2018: 81). Entre estas, las que se establecieron en el ámbito manchego fueron la Orden de Calatrava, fundada en 1158 y la Orden de Santiago, originada en Cáceres en 1170 (Martín, 1974: 17).

La Orden de Santiago se estableció en Uclés a raíz de la donación del monarca Alfonso VIII en el 1174³. A partir de este momento, dicha institución emprenderá una fase de expansión a través de las donaciones territoriales que recibirán del espacio ganado al Islam. En ese sentido, la primera fase expansionista se producirá entre 1174 y 1212, traducándose como una etapa de creación de las bases territoriales (Ayala, 1996: 79) donde tendrá lugar donaciones reales, nobiliarias y de la Orden del Hospital. En una segunda fase, desde la victoria cristiana de las Navas de Tolosa hasta mediados del siglo XIII, la Orden llevó sus límites hacia la Sierra del Segura y comenzó internamente a organizar sus posesiones a través de la feudalización del territorio (Pinto, 2016: 431-456).

³ AHN, *Archivo de Uclés*, carp. N° 338, n° 1

La organización interna de dicha institución religioso-militar se articulaba en torno a su sede principal en Uclés, donde la casa conventual actuaba como centro organizativo. Por debajo, el territorio se va a estructurar a través de un conjunto de encomiendas con un variado número de funciones jurisdiccionales, administrativas, judiciales, etc. (Demurger, 2002: 139). Subordinados a estos centros existirían otros de una entidad menor, como son las aldeas, base imprescindible para la organización social y religiosa.

3. La construcción de la primera red parroquial en las tierras de la Orden Militar de Santiago: el caso del río Gigüela (ss. XII-XIII)

3.1. La repoblación y fundación de las primeras aldeas (ss. XII y XIII)

El estudio de la aldea en la Plena Edad Media puede abordarse tanto desde una perspectiva territorial amplia como desde el análisis del espacio inmediato del asentamiento. En el primer caso, nos referimos a los elementos vinculados a la explotación del entorno como áreas agrícolas, espacios de extracción de recursos e infraestructuras destinadas a la transformación de los productos agrarios, situándose estos últimos elementos dentro de la dinámica señorial de la Orden de Santiago.

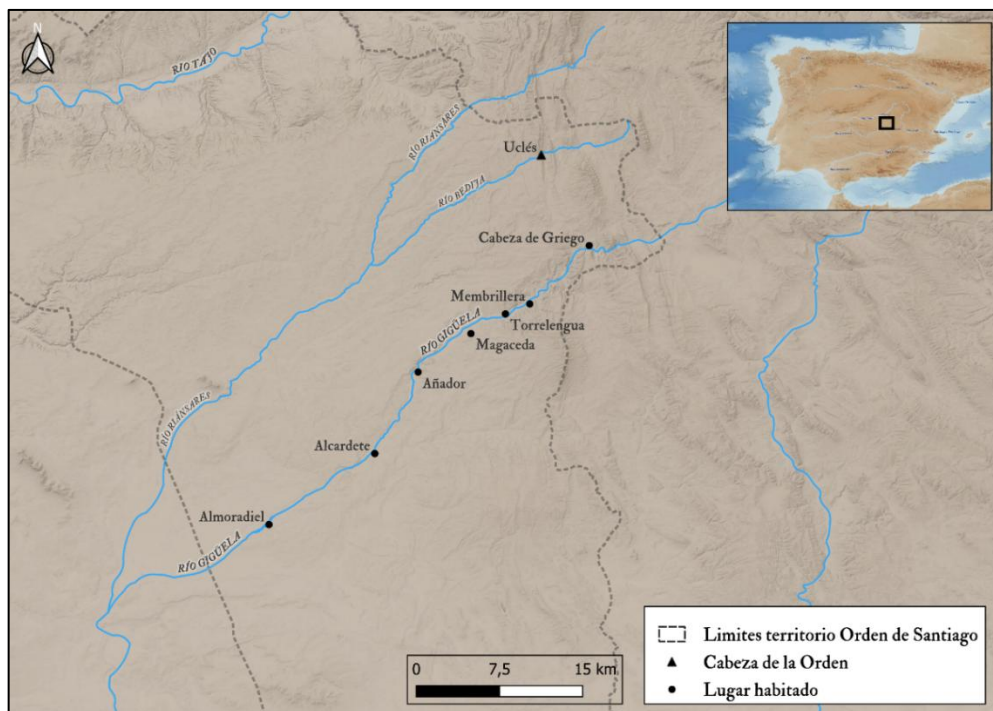
En relación con el espacio de la aldea propiamente dicha, ésta está compuesta por un grupo de personas que forman una comunidad y que ordena esos espacios de habitación y producción, explotando el entorno de una forma colectiva o individualizada (Peña, 2002: 71-72). En este sentido, el conjunto de individuos constituye el principal agente del devenir histórico del asentamiento, atravesando fases de estabilidad y de profunda dificultad que, en ocasiones, derivaron en situaciones cercanas al abandono.

La fundación de las aldeas responde a un proceso que tiene su origen en la conquista cristiana. Dichas tierras, pasaban automáticamente a ser propiedad del rey, el cual, posteriormente, lo cedía a diversos poderes laicos o religiosos para su defensa y organización (Izquierdo, 1985: 42). En este sentido, pueden extraerse diversas conclusiones de la documentación, entre las que destacan el origen de los repobladores y el momento en que se inició la construcción de la primera red parroquial.

En el proceso de repoblación se distinguen dos fases principales, delimitadas por un acontecimiento de especial relevancia: la victoria cristiana en las Navas de Tolosa en 1212. En la etapa previa, la documentación se centra fundamentalmente en las cesiones territoriales, mientras que, tras la contienda, se generaliza la emisión de cartas de privilegio orientadas a la atracción de nuevos pobladores. Este triunfo propició, además, un desplazamiento significativo de la frontera hacia el sur, reduciendo el riesgo de incursiones musulmanas. En este sentido tenemos el ejemplo de una de las aldeas santiaguistas en La Mancha, la anteriormente citada Añador. La aldea junto con su castillo fue cedida a la Orden en 1178, sin embargo, se ha conservado un documento fechado en el 1224 por el que Maestre de la Orden de Santiago dio a poblar dicho lugar concediéndole el fuero de Uclés: “todo el convento de Uclés damos en población Annador con toda su heredad” (Rivera, 1985: Doc. 114).

Las fuentes documentales permiten identificar con claridad los primeros asentamientos santiaguistas a lo largo del curso del río Gigüela. Estas aldeas, dispuestas de este a oeste, son las siguientes: Cabeza de Griego, Membrillera, Torrelengua, Magaceda, Añador, Alcardete y Almuradiel. Todas ellas comienzan a aparecer, de manera coincidente, también, en la década de los años veinte del siglo XIII (Calzado, 2016: Docs. 14, 41, 64, 65, 104, 110) (Rivera, 1985: Doc. 138).

Fig. 5. Lugares habitados de la Orden Militar de Santiago en el curso del río Gigüela (ss. XII-XIII). Fuente: Elaboración propia



3.2. La creación de la primera red parroquial santiaguista en el río Gigüela

La parroquia se configura como la célula básica territorial de la sociabilidad religiosa (García, 2021: 160). En este sentido, constituye una comunidad estable de fieles articulada en torno a una iglesia parroquial con unas características particulares: en ella se administraba el sacramento del bautismo, la realización en su entorno de los enterramientos de los feligreses, será el lugar donde se llevaba a cabo la recaudación del diezmo (Díaz, 1998: 37) y donde los fieles se reúnen para asistir a los oficios y ser educados en la religión y el dogma católico (Gómez, 2020: 248). Por ello, la parroquia adquiere un significado que trasciende el ámbito estrictamente religioso, convirtiéndose en un espacio generador de cohesión social.

La organización territorial de la Iglesia entrará en conflicto con el proceso de implantación de las Órdenes Militares. En este marco, la estructura eclesiástica tradicional preveía el control episcopal sobre todas las iglesias integradas dentro de un mismo obispado (López, 2002: 432). En consecuencia, la instalación santiaguista en las

tierras manchegas a lo largo del siglo XII dio lugar al surgimiento de conflictos jurisdiccionales con los obispados colindantes, especialmente los de Toledo y Cuenca.

El origen de estos conflictos debe situarse en la bula otorgada por el papa Inocencio III a la Orden de Santiago en 1175, mediante la cual se concedían a la institución determinados derechos sobre las iglesias fundadas por los freires en los territorios conquistados (Lomax, 1965: 186). Este documento versa que “se les debe permitir gobernar las mismas iglesias con sus feligreses [...], y no deben estar sujetas a interdicto por parte de los obispos ni a excomunión. [...] También les está permitido construir oratorios en sus localidades donde hay cuatro o más hermanos, donde solo sus hermanos y familiares puedan escuchar el oficio divino y recibir cristiana sepultura” (Calzado, 2016: Doc. 1).

Posteriormente, tiene lugar la avenencia entre el obispo de Cuenca y la Orden de Santiago sobre derechos de las iglesias, en el año 1193 poniendo de referencia la bula concedida anteriormente: “Nosotros, hermanos de la Orden de Santiago, hemos fundado de nuevo ciertas iglesias en muchos lugares incultos, y nos hemos apropiado de los derechos de estas iglesias, porque el señor papa nos lo ha dado y concedido, y no nos es lícito reconocer ningún derecho ni pagar ningún deber a ningún obispo.” (Calzado, 2016: Doc. 42). Finalmente, se llegará a un acuerdo entre ambas instituciones donde “el susodicho prior pagará o hará pagar una cuarta parte de los diezmos, como de otras iglesias, al obispo de Cuenca y a sus sucesores” (Calzado, 2016: Doc. 42). Dichas tensiones jurisdiccionales continuaron en las décadas posteriores, tanto es así que, particularmente, el arzobispo de Toledo, Jiménez de Rada, volvió a litigar con los santiaguistas en torno a la titularidad y el control de dichos templos.

A pesar de la información obtenida en estos pleitos, determinar con certeza la existencia de una parroquia en determinadas aldeas resulta en muchos casos complejo, quedando a la espera de que futuros hallazgos documentales aporten datos que clarifiquen estas cuestiones, o que la investigación arqueológica proporcione evidencias materiales que complementen nuestro conocimiento. Tanto es así que, en el caso de aldeas como Torrelengua, Membrillera o Cabeza de Griego, no se dispone de información ni documental ni arqueológica que permita constatar la existencia de un templo parroquial.

Durante los siglos XIII y XIV, muchas aldeas fueron abandonadas y sus habitantes se trasladaron a poblaciones cercanas. Este proceso se refleja en la desaparición de las aldeas en los registros y en la concesión de privilegios a nuevos núcleos (Porrás, 2020). Más allá de los motivos específicos de esta despoblación, los datos nos permiten observar que la red parroquial también sufrió una transformación, trasladándose las sedes a nuevos templos.

Junto a la información proveniente de los conflictos jurisdiccionales del siglo XIII, los datos más relevantes sobre las parroquias se hallan en los siglos bajomedievales y en las primeras décadas de la Edad Moderna. En este contexto, los documentos conocidos como *Libros de Visita de la Orden Militar de Santiago* resultan fundamentales. Estas consistían en inspecciones destinadas a verificar el estado de los bienes y el funcionamiento de sus instituciones (García-Carpintero, 2020: 114).

De las seis aldeas que conformaban el espacio de estudio, sólo se conservan informaciones de los templos de Magaceda, Alcardete y Almuradiel. En cuanto a la primera, la parroquia de **Magaceda**, la primera mención en la documentación escrita se inscribe en el contexto de los litigios entre el obispado de Cuenca y la Orden de Santiago, concretamente en el año 1224 ⁴, momento en el que dicha parroquia fue objeto de reclamación por parte de la sede episcopal conquense.

Para las siguientes citas en la documentación hay que esperar a los momentos finales de la Edad Media. A pesar del abandono de la población en el siglo XIV y, con ello, la pérdida como cabeza parroquial, el templo mantuvo su culto durante los siglos posteriores. La visitación a Villamayor de Santiago en 1498 nos proporciona los siguientes datos sobre el estado del templo: “Se manda adobar la dicha hermita so pena de tres mil maravedíes” (Muriel, 2009: 75).

Añadido a esto, tenemos información arqueológica sobre el edificio documentada durante la construcción de una nueva ermita en 1978 cuando, en el transcurso de las obras, aparecieron bajo el pavimento varios enterramientos de rito cristiano, siendo éstos un indicativo de su pasado parroquial, así como una talla de la Virgen con el Niño datada en el siglo XIII, que conservaba restos de la policromía original (Salgado, 2023: 185). Asimismo, testimonios orales señalan que, durante dicha obra, salió a la luz la estructura primitiva, de mayores dimensiones que el edificio actual y dotado de un ábside semicircular en su extremo oriental. Asimismo, durante las prospecciones arqueológicas fue posible identificar un elemento material perteneciente al primitivo templo de carácter románico, como un canecillo. Estos rasgos resultan comunes a estas edificaciones del mismo periodo histórico documentados en la comarca manchega y en las descripciones del templo parroquial siguiente, el de la aldea de Almuradiel.

Fig. 6. Imagen aérea de la aldea santiaguista de Magaceda (Villamayor de Santiago, Cuenca). Fuente: elaboración propia



⁴ AHN, *Tumbo Menor de Castilla*, lib. 3, doc. N° 110 págs. 355-370

Fig. 7. Talla de madera de la Virgen con el niño datada en el siglo XIII.
(Salgado, 2023: 185)



Fig. 8. Canecillo románico correspondiente a la primitiva iglesia parroquial de Magaceda. Fuente: Elaboración propia



En cuanto a la segunda, la aldea de **Almoradiel**, en lo que respecta al conocimiento del templo parroquial, la primera mención la obtenemos de los pleitos entre el

arzobispado toledano y la orden en 1238 ⁵, templo que solicitaban Jiménez de Rada para tenerlo bajo su control. Sin embargo, la mayor información sobre la parroquia procede fundamentalmente de los momentos finales del siglo XV y principios del siglo XVI, y se documenta, una vez más, a través de las dichas visitaciones. En ese sentido, en la visita realizada a Puebla de Almoradiel en 1494-1495, se nos detalla que “[...] ay una hermita de la Magdalena [...]” (Jiménez & Muriel, 2011: 323). Unos años después, en 1498, se indica el estado del templo: “[...] la dicha hermyta está al presente bien rreparada.” (Muriel, 2011: 55). Estas referencias muestran que, aunque la aldea había sido abandonada un siglo y medio antes, el templo seguía manteniendo su culto pese a haber dejado de ser parroquial.

La información siguiente, recogida ya en el siglo XVI, en las visitaciones de 1537 y 1538, nos proporciona unos datos asombrosos: “Visitose la hermita de la Magdalena. Es de una nave y la capilla de yeso y las paredes de tierra cubierta de madera de pino labrada, tiene una pila de bautismo, dizen que en el tiempo antiguo fue poblaçion allí.” (Muriel, 2011: 55). De este conjunto de informaciones, el dato de mayor relevancia es el relativo a la pila bautismal, en la medida en que este elemento constituye un indicador inequívoco del carácter parroquial que ostentó el templo.

Con posterioridad, en el transcurso de la misma visita, se ordena la subsanación de determinadas deficiencias estructurales del edificio, señalándose expresamente que “[...] cierto paredón que está junto a la dicha capilla, por donde pueden subir los muchachos a el tejado y hacer daño [...]” (Sánchez, 2011: 391). Esta alusión permite identificar la existencia de un elemento constructivo adosado directamente al templo, que cabe interpretar como parte del cercado del camposanto. Añadido a esto último, se nos indica que “se haga hechar unas aspás o esquinas de yeso en el hastial de la dicha hermita de la parte de poniente.” (Sánchez, 2011: 391). La localización del hastial en el sector occidental señala una disposición este-oeste del templo, con la cabecera situada en lado opuesto, es decir, en su extremo oriental.

Asimismo, sobre quién costea las dichas reparaciones, apuntan lo siguiente: “Mandose a el dicho bachiller Alonso Hernández, cura, [...] Todo lo qual haga de aquí a dos meses primeros siguientes, so pena de dos ducados para el tesoro de la Horden y obras pías” (Sánchez, 2011: 391). De este modo, se constata que el concejo era el encargado de ejecutar y financiar las obras bajo de sanción económica, lo que evidencia, a su vez, el interés de la Orden de Santiago por garantizar la conservación y el adecuado mantenimiento de estos templos.

Décadas después, concretamente en las denominadas *Relaciones Topográficas de Felipe II*, se vuelve a hacer alusión al templo de la Magdalena: “Dícese que la ermita de Santa María Magdalena fue iglesia parroquial de un pueblo llamado Almoradier, cuyos vecinos se trasladaron adonde hoy se halla la villa [...]” (Ortega, 1918: 481).

La información relativa al templo parroquial de Almoradiel permite reconstruir con notable precisión las características generales de este tipo de edificaciones. En primer lugar, se trataba de construcciones sencillas, realizadas con materiales modestos y siguiendo una orientación canónica de poniente a oriente. Asimismo, los elementos

⁵ AHN, *Uclés*, carp. 326, nº 13, 14 y 16.

muebles de su interior, como la pila bautismal o la imagen de Santa María Magdalena, debieron presentar características similares a la talla constatada en el templo parroquial de Magaceda.

La información sobre el templo parroquial de Almoradiel permite reconstruir sus rasgos esenciales: una edificación sencilla, de materiales modestos y orientación canónica oeste-este, destacando algunos elementos muebles, como la pila bautismal o la imagen de Santa María Magdalena, la cual presentaría un paralelo con la talla de Magaceda.

Fig. 9. Imagen aérea del yacimiento de Almuradiel. Al fondo, se puede observar el curso del río Gigüela. Fuente: Elaboración propia



En el caso de la aldea de **Alcardete**, la evidencia documental es prácticamente inexistente. En lo que respecta a la posible existencia de una parroquia, los datos se remontan a periodos tardíos, concretamente al Diccionario de Madoz, del siglo XIX, a la hora de describir la aldea de Villanueva de Alcardete: “[...] comprende el despoblado de Cardete con la dicha ermita de San Jorge, que era su parroquia, y cuyos moradores fueron pobladores de esta villa.” (Madoz, 1845: 210). Advocación que ya tenía en los años finales del siglo XV, ya que, en una de las visitaciones a dicha población en 1498, se nos indica que: “ay en término de la dicha villa dos hermitas, una de Sant Sebastián y otra de Sant Jorge, tyenelas el Conçejo bien rreparadas” (Muriel, 2011: 49). A su vez, tenemos más datos sobre ello en la documentación administrativa generada durante la elaboración de la Carta Arqueológica de la localidad de Villanueva de Alcardete. Según esta fuente, en un corte realizado en el terreno con motivo de la construcción de una carretera, se identificaron lo que podrían corresponder a los restos de un cementerio ⁶. La referencia a la necrópolis nos puede estar indicando la localización en las inmediaciones del templo perdido.

⁶ Expediente administrativo facilitado por la Dirección General de Cultura de Castilla-La Mancha.

4. Conclusiones

Entre finales del siglo XII y, de manera significativa, durante el siglo XIII, la Orden de Santiago erigió un elevado número de iglesias a lo largo de su señorío. La información documental disponible, aunque limitada en muchos casos y distante cronológicamente del momento de su fundación, aporta datos de interés sobre aspectos estructurales, jurisdiccionales y materiales de los templos. Desde la perspectiva arqueológica, la evidencia es aún más reducida, dado que no se conservan en pie templos parroquiales, salvo en situaciones excepcionales, posiblemente debido a la lejanía de las nuevas poblaciones del siglo XIV o al interés de la Orden de Santiago en los siglos XV-XVI de construir edificios de mayores dimensiones para albergar a una mayor cantidad de fieles.

Desde la perspectiva jurisdiccional y de organización territorial, las primeras iglesias parroquiales ejercían su influencia principalmente sobre el entorno inmediato de la aldea. Con el abandono de estas primeras poblaciones durante la segunda mitad del siglo XIII y, de manera más significativa, hacia mediados del XIV, se produjo un desplazamiento de la población hacia nuevas fundaciones y, con ello, la construcción de nuevos templos parroquiales donde los límites jurisdiccionales estarán más definidos. No obstante, se constata que las antiguas parroquias fueron reconvertidas en ermitas y continuaron manteniendo el culto durante siglos.

Además, el origen de los primeros establecimientos santiaguistas se puede rastrear hasta el periodo andalusí, dado que la presencia cultural islámica ha sido corroborada mediante el registro arqueológico en todas las aldeas donde los diversos condicionantes nos han permitido estudiar los materiales.

En términos materiales, estos edificios presentan características notablemente homogéneas. Se trata de edificaciones de tradición románica debido al origen de repobladores responsables de su construcción, norte de castilla. Esto constata, por tanto, que este estilo arquitectónico alcanzó una difusión más meridional de lo que tradicionalmente se había considerado.

La presente investigación se integra en un programa de estudio más amplio orientado a esclarecer las dinámicas de la primera red parroquial. En este contexto, resulta fundamental impulsar intervenciones arqueológicas y profundizar en el análisis de las fuentes escritas, esenciales para el conocimiento de la comarca manchega.

Bibliografía

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1995), “Fortalezas y creación de espacio político: la Orden de Santiago y el territorio conquense (siglos XII-XIII)”, *Meridies: Estudios de historia y patrimonio en la Edad Media*, 2, pp. 23-48.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1996), “Las Órdenes Militares y la ocupación del territorio manchego (siglos XII-XIII)”, en Ricardo Izquierdo Benito y Francisco Ruiz Gómez (eds.), *Alarcos 1195. Actas del congreso internacional*

- conmemorativo del VIII centenario de la batalla de Alarcos*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 49-104.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2003), *Las Órdenes Militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2018), “Cruzada e Iglesia en la Edad Media”, *Miscelánea Comillas: Revista de Ciencias Humanas y Sociales*, 76 (148), pp. 71-95
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique, *et alii.*, (1995), *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid .
- AYLLÓN GUTIÉRREZ, Carlos (2015), *Iglesia rural y sociedad en la Edad Media (Alcaráz y Señorío de Villena)*, Madrid, Sílex.
- CALLEJA PUERTA, Miguel (2000), *La formación de la red parroquial de la diócesis de Oviedo en la Edad Media*, Oviedo, Real Instituto de Estudios Asturianos.
- CALVO CAPILLA, Susana (2014), *Las Mezquitas de al-Andalus*, Almería, Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes.
- CALZADO SOBRINO, María del Pilar (2016), *Tumbo Menor de Castilla (siglo XIII). Estudio histórico, codicológico, diplomático y edición*, Cuenca, Universidad de Castilla-La Mancha.
- CEBRIÁN FERNÁNDEZ, Rosario y SANFELIU LOZANO, Daniel (2008), “La ocupación emiral en Segobriga (Saelices, Cuenca). Evidencias arqueológicas y contextos cerámicos”, *Lucentum*, 27, pp. 199-212.
- CURIEL YARZA, Iosu (2009), *La parroquia en el País Vasco Cantábrico durante la Baja Edad Media (c. 1350-1530). Organización eclesiástica, poder señorial, territorio y sociedad*, Universidad del País Vasco.
- DEMURGER, Alain (2002), *Caballeros de Cristo: Templarios, hospitalarios, teutónicos y demás órdenes militares en la edad media (siglos XI a XVI)*, Granada, Universidad de Granada.
- DÍAZ IBÁÑEZ, Jorge (1998), *La organización institucional de la Iglesia en la Edad Media*, Madrid, Arco Libros.
- FÉRNANDEZ COLLADO, Ángel (2010), “La iglesia y el territorio. La diócesis de la provincia eclesiástica de Toledo”, en Ángel Luis López Villaverde (coord.), *Historia de la Iglesia en Castilla-La Mancha*, Toledo, Almud.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2012), *Historia religiosa del Occidente medieval (años 313-1464)*, Madrid, Akal.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel (2021), *La Iglesia en el reino de Castilla en la Edad Media (años 711-1475)*, Madrid, Marcial Pons.
- GARCÍA-CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA, Jaime (2020), “La historia de la construcción a través de los Libros de Visita de la Orden de Santiago”, en Jesús

Molero García *et al.*, (coords.), *La construcción fortificada medieval: historia, conservación y gestión*, Madrid, Instituto Juan de Herrera, pp. 113-132.

- GARCÍA-CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA, Jaime (2020), *La Orden de Santiago a través de la cultura material. Los señoríos de La Mancha y Uclés a finales de la Edad Media (siglos XV y principios del XVI)*, Tesis doctoral, Ciudad Real, Universidad de Castilla-La Mancha.
- GARCÍA-CONTRERAS RUIZ, Gonzalo (2017), “Algunas cuestiones para el debate sobre los asentamientos rurales: protocolo de estudio del valle del Salado (Guadalajara) entre los siglos X y XII”, *Debates de Arqueología Medieval*, 7, pp. 97-146.
- GÓMEZ NAVARRO, María Soledad (2020), “La institución parroquial católica en el Antiguo Régimen. Propuesta de análisis y estado de la cuestión”, *Vínculos de Historia*, 9, pp. 246-271
- GUICHARD, Pierre (1976), *Al-Ándalus: estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, Barcelona, Barral.
- GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana; DÍEZ HERRERA, Carmen (2022), *La construcción de la parroquia medieval en la diócesis de Burgos: Cantabria entre los siglos IX al XV*, Madrid, Sílex.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo (1985), *Castilla-La Mancha en la Edad Media*, Toledo, JCCM.
- JIMÉNEZ CASTILLO, Pedro, *et alii.* (2021), “El campesinado andalusí del secano manchego (s. XI). Primera campaña de excavaciones en la alquería de La Graja (Higueruela, Albacete)”, *Arqueología y territorio*, 28, pp. 45-89.
- JIMÉNEZ RAYADO, Eduardo y MURIEL HERNÁNDEZ, Santiago (2011), “Libro de Visita de la Orden Militar de Santiago (1494-1495)”, en Eduardo Jiménez Rayado *et al.*, (coords.), *Libros de Visita de la Orden Militar de Santiago. Provincia de Toledo (I). Siglos XV-XVI*, Madrid, Almudayna, pp. 217-348.
- LOMAX, Derek (1965), *La Orden de Santiago*, Madrid, CSIC.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2002), “El encuadramiento eclesiástico como espacio de poder: de la parroquia al obispado”, en José Ignacio de la Iglesia (coord.), *Los espacios de poder en la España Medieval: XII Semana de Estudios Medievales*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 425-457.
- LÓPEZ ALSINA, Fernando (2006), “La reforma eclesiástica y la generalización de un modelo de parroquia actualizado”, en *La reforma gregoriana y su proyección en la cristiandad occidental. Siglos XI-XII. XXXII Semana de Estudios Medievales (Estella, 18-22 de julio de 2005)*, Pamplona, Gobierno de Navarra, pp. 421-450.
- MADOZ, Pascual (1845), *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid, Est. Literario-Tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti.

- MALALANA UREÑA, Antonio y MOLÍN DE PABLOS, Jorge (2012), *Ermita de Magaceda II (T.M. Villamayor de Santiago): un asentamiento de la primera repoblación en el territorio de Uclés: las actividades de manufacturas suburbanas*, Área Científica y de Divulgación, Auditores de Energía y Medio Ambiente, Madrid.
- MANZANO MORENO, Eduardo (1991), *La frontera de al-Ándalus en época de los Omeyas*, Madrid, CSIC.
- MARTÍN, José Luis (1974), *Orígenes de la Orden Militar de Santiago (1170-1195)*, Barcelona, CSIC.
- MARTÍNEZ CASTRO, Antonio (2005), “La alquería, unidad de poblamiento básica en el al-Ándalus rural”, *Boletín de la asociación provincial de museos locales de Córdoba*, 6, pp. 113-127.
- MATELLANES MERCHÁN, José Vicente (1996), *La Orden de Santiago y la organización social de la Transierra castellano-leonesa (ss. XII-XIV)*, Tesis Doctoral, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid.
- MITRE FERNÁNDEZ, Emilio (2004), “El mundo medieval”, en Emilio Mitre (coord.), *Historia del cristianismo*, Vol. II, Madrid, Trotta-Universidad de Granada.
- MOLERO GARCÍA, Jesús Manuel (2005), “Del hisn al castillo: fortificaciones medievales en la Mancha toledana”, en *Espacios fortificados en la provincia de Toledo*, Toledo, Diputación provincial de Toledo, pp. 331-376.
- MOLERO GARCÍA, Jesús Manuel y GALLEGO VALLE, David (2023), “Las primeras iglesias de la Orden de Santiago en el reino de Castilla (siglos XII-XIII). Perspectivas desde la arqueología”, en Raquel Torres Jiménez y Jesús Manuel Molero García (coords.), *Órdenes Militares y religiosidad (1150-1550): ideología, memoria y cultura material*, Madrid, Marcial Pons, pp. 153-186.
- MOLERO GARCÍA, Jesús Manuel y GALLEGO VALLE, David (2025), “La repoblación de los territorios de las órdenes militares en La Mancha y en la Sierra del Segura (ss. XII-XIV) a través de su materialidad”, *Anales de la Universidad de Alicante: Historia medieval*, 26, pp. 239-237.
- MURIEL HERNÁNDEZ, Santiago (2011), “Libro de Visita de la Orden Militar de Santiago (1498)”, en Eduardo Jiménez Rayado et al. (coords.), *Libros de Visita de la Orden Militar de Santiago. Provincia de Toledo (II). Siglos XV-XVI*, Madrid, Almudayna, pp. 9-75.
- OLMO ENCISO, Lauro (2011), “De Celtiberia a Santabariyya. La transformación del espacio entre la época visigoda y la formación de la sociedad andalusí”, *Zona Arqueológica*, 15 (2), pp. 39-64.
- ORTEGA RUBIO, Juan (1918), *Relaciones topográficas de los pueblos de España*, Madrid, Sociedad Española de Artes Gráficas.
- PALACIOS ONTALVA, José Santiago (2008), *Fortalezas y poder político: Castillos del Reino de Toledo*, Guadalajara, AACHE.

- PEÑA BOCOS, Esther (2002), “La aldea como espacio de poder. La Castilla del Ebro en torno al año mil”, en José Ignacio de la Iglesia Duarte y José Luis Martín Rodríguez (coords.), *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de Estudios Medievales*, Nájera, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 69-96.
- PÉREZ BOTÍ, Germán (2014), “La caracterización de la cerámica islámica de El Castellar de Alcoi (Alicante) de finales del siglo IX y siglo X: El Horizonte Castellar I”, *Recerques del Museu d'Alcoi*, 22-23, pp. 52-68.
- PINTO COSTA, Paula (2016), “Configurar el territorio. Una prioridad para las órdenes militares presentes en Portugal”, en Raquel Torres Jiménez y Francisco Ruiz Gómez (eds.), *Órdenes Militares y construcción de la sociedad occidental (siglos XII-XV)*, Madrid, Sílex, pp. 431-456.
- PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés (1997), *La Orden de Santiago en el siglo XV: la provincia de Castilla*, Madrid, Dykinson.
- PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés (2020), *Privilegios Maestrales de la Orden Militar de Santiago (siglos XIII-XVI)*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid.
- RETUERCE VELASCO, Manuel (1998), *La cerámica andalusí de la Meseta*, Madrid, Cran.
- RIVERA GARRETAS, María Milagros (1985), *La Encomienda, el Priorato y la villa de Uclés en la Edad Media. Formación de un señorío de la Orden de Santiago (1174-1310)*, Madrid, CSIC.
- ROSELLÓ-BORDOY, Guillermo (1987), “Algunas observaciones sobre la decoración cerámica en verde y manganeso”, *Cuadernos de Madinat al-Zahra: Revista de difusión científica del Conjunto Arqueológico Madinat al-Zahra*, 1, pp. 125-137.
- RUIZ GÓMEZ, Francisco (2003), *Los orígenes de las órdenes militares y la repoblación de los territorios de La Mancha: (1150-1250)*, Madrid, CSIC.
- SALGADO PANTOJA, José Arturo (2023), *Todo el Románico de Cuenca*, Aguilar del Campo, Fundación Santa María la Real del Patrimonio Histórico.
- SÁNCHEZ AYUSO, Ignacio (2011), “Libro de Visita de la Orden Militar de Santiago (1537-1538)”, en Eduardo Jiménez Rayado et al., (coords.), *Libros de Visita de la Orden Militar de Santiago. Provincia de Toledo (II). Siglos XV-XVI*, Madrid, Almudayna, pp. 86-450.
- SÁNCHEZ HERRERO, José (2005), *Edad Media*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.
- TORRES JIMÉNEZ, Raquel (2010), “La iglesia y el territorio. Las Órdenes Militares y su proyección eclesiástica y religiosa”, en Ángel Luis López Villaverde (coord.), *Historia de la Iglesia en Castilla-La Mancha*, Ciudad Real, Biblioteca Añil-Almud Ediciones, pp. 35-50.
- VALLEJO TRIANO, Antonio y ESCUDERO ARANDA, José (1999), “Aportaciones para una tipología de la cerámica común califal de Madinat al-Zahra”, *Arqueología y territorio medieval*, 6, pp. 133-176.

VIGUERA MOLINS, María Jesús; CORRIENTE CÓRDOBA, Federico; LACARRA Y DE MIGUEL, José María (trads.) (1981), *Crónica del Califa Abderramán III an Nasir entre los años 912 y 942*, Zaragoza, Anubar.

La dimensión hospitalaria de la Orden de Santiago en la Edad Media y su manifestación en la sede prioral de Uclés¹

JAIME GARCÍA CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA

Universidad Castilla-la mancha

jaime.glopezmota@uclm.es

RESUMEN: Las órdenes militares en la Edad Media desarrollaron una importante actividad hospitalaria y asistencial proyectada tanto a sus propios miembros, los freires, como hacia el conjunto de la sociedad a través de hospitales para pobres, enfermos y peregrinos, la redención de cautivos, y otras acciones de carácter caritativo. En este trabajo analizaremos estos aspectos para la Orden de Santiago, una de las más importantes del contexto de la Península Ibérica, a través de varios estudios de caso situados en la población castellana de Uclés (Cuenca, España), uno de los centros más importantes de la milicia. Concretamente, la Enfermería, el Hospital de Todos los Santos, y el Refectorio de los Pobres entre los siglos XII y XVI.

PALABRAS CLAVE: Hospitalidad, Edad Media, Órdenes Militares, Orden de Santiago, Uclés

THE HOSPITAL CARE DIMENSION OF THE ORDER OF SANTIAGO IN THE MIDDLE AGES AND ITS MANIFESTATION AT THE PRIORY OF UCLÉS

ABSTRACT: Throughout the Middle Ages, the military orders undertook extensive hospital and charitable works directed both to their own members, the brethren, and to society at large, through hospitals for the poor, the sick, and pilgrims; the ransom of captives; and other acts of charity. This article analyses these dimensions in the case of the Order of Santiago, one of the most prominent within the Iberian Peninsula, through several case studies focused on the Castilian town of Uclés (Cuenca, Spain), one of the Order's principal centers: the Infirmary, the Hospital of All Saints, and the Poor's Refectory, from the twelfth to the sixteenth centuries.

KEYWORDS: Medieval Hospitality, Military Orders, Order of Santiago, Uclés

LA DIMENSION HOSPITALIÈRE DE L'ORDRE DE SANTIAGO AU MOYEN ÂGE ET SA MANIFESTATION AU SIÈGE PRIORAL D'UCLÉS

RÉSUMÉ: Tout au long du Moyen Âge, les ordres militaires menèrent une intense activité hospitalière et caritative, destinée à la fois à leurs propres membres, les frères, et à l'ensemble de la société, au moyen d'hôpitaux pour pauvres, malades et pèlerins, du rachat des captifs et d'autres formes d'assistance. Cet article examine ces dimensions pour l'Ordre de Santiago, l'un des plus éminents de la péninsule Ibérique, à partir de plusieurs études de cas centrées sur la localité castillane d'Uclés (Cuenca,

¹ Esta publicación forma parte del proyecto PID2022-138803NB-I00, Órdenes militares y fenómenos socio-religiosos en perspectiva comparada (siglos XII-1/2 SVI). Estudio desde la arqueología y la documentación escrita, financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/FEDER, UE.

Espagne), l'un des principaux centres de l'Ordre: l'Infirmierie, l'Hôpital de Tous les Saints et le Réfectoire des Pauvres, du XIIe au XVIe siècle.

MOTS-CLÉS: Hospitalité médiévale, Ordres militaires, Ordre de Santiago, Uclés

A DIMENSÃO HOSPITALAR DA ORDEM DE SANTIAGO NA IDADE MÉDIA E A SUA MANIFESTAÇÃO NA SEDE PRIORAL DE UCLÉS

RESUMO: Ao longo da Idade Média, as ordens militares desenvolveram uma ampla atividade hospitalar e caritativa, dirigida tanto aos seus próprios membros, os freires, como ao conjunto da sociedade, por meio de hospitais para pobres, enfermos e peregrinos; do resgate de cativos; e de outras práticas assistenciais. Este artigo analisa essas dimensões no caso da Ordem de Santiago, uma das mais proeminentes na Península Ibérica, com base em vários estudos de caso centrados na localidade castelhana de Uclés (Cuenca, Espanha), um dos principais centros da Ordem: a Enfermaria, o Hospital de Todos os Santos e o Refeitório dos Pobres, entre os séculos XII e XVI.

Palavras-chave: Hospitalidade medieval, Ordens Militares, Ordem de Santiago, Uclés

Introducción

La primera edición de la Military Orders International Conference², celebrada en Londres en 1992, tuvo por título *Fighting for the Faith and Caring for the Sick*. Este deja claras las dos grandes dimensiones que caracterizaron a estas instituciones surgidas en el contexto de las cruzadas: la militar y la hospitalaria.

Esta última fue, de hecho, el fundamento por el que surgieron algunas de las más importantes órdenes militares, destacando la del Hospital de San Juan de Jerusalén. En una Tierra Santa recientemente controlada por el poder latino, eran muchos los peregrinos que acudían a visitar los santos lugares, habitualmente malnutridos, enfermos y heridos. Para darles asistencia, y siguiendo la virtud de la caridad cristiana, se fundaron estas órdenes hospitalarias en los primeros años del siglo XII, que, años después, y siguiendo la estela de los templarios, se militarizaron. Estas se extendieron pronto por el resto de la Cristiandad, llegando a la Península Ibérica que tenía un contexto muy similar al del levante mediterráneo. En ella pronto se fundaron órdenes propias, las denominadas milicias hispánicas, que también incorporaron la dimensión hospitalaria.

En este aspecto destacó especialmente la Orden de Santiago³ con una doble proyección: interna a través de enfermerías y hospitales para atender a los freires

² Este encuentro científico, que en 2026 celebra su IX edición, es uno de los principales foros académicos internacionales dedicados a la investigación sobre órdenes militares junto a los de Portugal y Polonia.

³ Fundada en 1170 para defender las fronteras del reino de León frente a los almohades, se extendió pronto a Portugal, Castilla y Aragón, hasta ser una de las órdenes más poderosas de la Península Ibérica. La

enfermos, heridos y ancianos, y con la redención de cautivos, y externa, con la asistencia a pobres, enfermos y peregrinos. Esta dimensión ha sido ya bien estudiada, como atestiguan los diversos trabajos que citaremos a lo largo del texto. Sin embargo, consideramos que todavía queda camino por recorrer a través de estudios de caso que permitan enriquecer y contrastar las ideas planteadas desde las visiones más generales, especialmente a partir de la perspectiva de la materialidad.

Sobre estas premisas presentamos este trabajo en el que pretendemos analizar la dimensión hospitalaria de la Orden de Santiago en la Edad Media, especialmente en sus momentos finales, a partir de sus manifestaciones en la sede prioral de Uclés. Esta población, situada en la provincia española de Cuenca, fue cabeza del Priorato de Uclés, máxima dignidad religiosa de la milicia en Castilla, y uno de los centros políticos y administrativos más importantes del conjunto de sus señoríos. Este hecho explica que buena parte de las formas de proyección de la actividad hospitalaria que hemos definido antes se manifestaran en este lugar a través de tres elementos: la Enfermería, el Hospital de Todos los Santos, y el Refectorio de los Pobres. Analizaremos sus orígenes y evolución desde finales del siglo XII hasta principios del siglo XVI haciendo hincapié en su realidad material: edificios, mobiliario, elementos textiles, productos médicos, así como el personal que los atendía.

En cuanto a las fuentes sobre las que se sustenta este trabajo, debemos señalar que el estudio de Uclés en la Edad Media desde su dimensión material cuenta con una gran dificultad de partida ya que son muy pocos los elementos conservados susceptibles de ser estudiados arqueológicamente. Este hecho hace de las fuentes escritas prácticamente el único medio para aproximarnos a esta realidad.

En este sentido, resultan fundamentales los libros de visitas, unos documentos de sobra conocidos en el panorama de los estudios sobre órdenes militares, y cuyo valor y riqueza en cuanto a información permiten su análisis desde casi cualquier perspectiva (Ortiz Rico, 1996). Para el estudio de la cultura material resultan una fuente excepcional por las descripciones que contienen sobre los elementos muebles e inmuebles. Para este estudio hemos empleado un total de nueve volúmenes con una cronología comprendida entre 1468 y 1538. Todos se encuentran custodiados en el Archivo Histórico Nacional de España, en la sección Órdenes Militares (AHN, OOMM). Su fecha y signatura son los siguientes: 1468 (L.1233c), 1478 (L.1063c), 1494 (L.1067c), 1508 (L.1073c), 1511 (L.1075c), 1515 (L.1079c), 1525 (L.1080c), 1528 (L.1081c) y 1538 (L.1084c)⁴.

obra de referencia para aproximarse a la historia de estas instituciones en la Edad Media es la monografía de Carlos de Ayala (2007).

⁴ Varios de ellos están editados, concretamente los que afectan a Uclés en Jiménez Rallado *et al.* (2009).

1. La dimensión hospitalaria y asistencial de la Orden de Santiago en la Edad Media

La hospitalidad medieval se concebía como la forma en la que materializar una de las virtudes más elementales del cristianismo como es el principio de la caridad y la atención al prójimo⁵.

Las primeras manifestaciones de esta práctica se dieron en los *xenodochia* bizantinos y en las hospederías monásticas, donde ya aparecen espacios destinados a acoger a pobres y enfermos (Gallent Marco, 2012: 142). Pero pronto se extendió al marco general de la sociedad medieval de nuevas formas.

El fenómeno de las peregrinaciones a los lugares santos llevaría consigo el surgimiento de hospitales a lo largo de las rutas. Uno de los casos paradigmáticos es el del Camino de Santiago (Martínez García, 2000). Otra manifestación fue la aparición de órdenes religiosas con una clara vocación hospitalaria, especialmente en el contexto de Tierra Santa durante las cruzadas. Y también podemos situar dentro de este mismo fenómeno a la redención de cautivos en el marco del desarrollo de las cruzadas y los conflictos con el islam. Sobre este principio se fundaron, por ejemplo, las órdenes de mercedarios y trinitarios (Brodman, 2006).

Esta realidad comenzó a transformarse en el período bajomedieval evolucionando paulatinamente hacia una nueva concepción de la asistencia a pobres y enfermos que empieza a percibirse como un problema social, y la atención sanitaria comienza lentamente a imponerse sobre la meramente caritativa o espiritual más propia del pensamiento medieval (López Terrada, 1996: 192-194).

Como veíamos, la dimensión hospitalaria estuvo en el germen de la mayor parte de las órdenes militares, incluso antes de que adquiriesen este carácter. El caso paradigmático es el de la Orden del Hospital, creada a principios del siglo XII para mantener un hospital de peregrinos en Jerusalén, y que después se desarrolló y extendió por toda la Cristiandad (Luttrell, 1994) sirviendo de modelo, junto con la milicia templaria, para las demás órdenes militares. Otros ejemplos que siguieron el mismo desarrollo fueron las de Santa María de los Teutones, Santo Tomás de Acre o San Lázaro, esta última especializada en la atención de los enfermos de lepra. Todas ellas nacieron como órdenes religiosas hospitalarias y posteriormente se militarizaron (Greif, 2025: 84-86). Sus acciones asistenciales se desarrollaron en distintas escalas: desde los fundamentos más básicos de protección a los peregrinos; la fundación y gestión de hospitales; o, incluso, el desarrollo de una actividad redentora (Novoa Portela & Villalba Ruiz de Toledo, 2005).

La Península Ibérica constituye un espacio excepcional para analizar este fenómeno ya que encontramos la conjunción de dos factores que incentivan el desarrollo de la actividad hospitalaria: la presencia de una de las rutas de peregrinación más importantes de la Cristiandad medieval, como es el Camino de Santiago, y la existencia de unas dinámicas fronterizas frente al islam. Las órdenes militares, tanto las internacionales como las hispánicas, tuvieron un papel protagonista en ambos procesos. En el primero

⁵ Un balance sobre esta cuestión histórica y sus múltiples prismas para el ámbito hispánico puede encontrarse en Martínez García (2008).

con la administración de hospitales a lo largo de toda la ruta jacobea, y en el segundo actuando como uno de los principales garantes de las fronteras, especialmente durante los siglos XII y XIII, con todo lo que ello implicaba para el caso que aquí nos ocupa (Rodríguez-Picavea Matilla, 2009; Ayala Martínez, 2007: 603-612).

En este sentido, la Orden de Santiago fue una de las que desarrolló más su dimensión hospitalaria, algo que queda patente ya tanto en su bula confirmatoria como en su regla, y que concretó en el cuidado de los freires, ya sea por dolencias o edad, la redención de cautivos, y la atención a pobres, enfermos y peregrinos (Madrid y Medina, 1999: 242-249). Todo ello se materializaría en la creación y mantenimiento de una serie de centros asistenciales:

En primer lugar, podemos destacar las enfermerías, enfocadas al cuidado de los freires ancianos, heridos y enfermos. Se trata de la traslación de un elemento característico del mundo monástico (Abella Villar, 2015) a la esfera de las órdenes militares. Su presencia es común a todas las milicias cistercienses, estando ubicadas en sus casas centrales, y también en algunos centros secundarios. En el caso de la Orden de Santiago se estableció en el convento de Uclés desde muy temprano con la creación de una encomienda específica para su gestión (Rodríguez-Picavea Matilla, 2009: 29-32).

Un rol similar jugaron los hospitales de frontera. Su principal función, al menos en origen, sería la de atender a los caballeros heridos en las acciones militares. Uno de los casos más paradigmáticos es el hospital calatravo de Guadalerzas. La milicia santiaguista también contó con varios de estos centros que, además, tuvieron una segunda gran función, la de recaudar rentas para invertirlas en la redención de cautivos. La mayoría surgen entre finales del siglo XII y principios del XIII. En el reino de Castilla los más tempranos fueron los de Toledo y Cuenca, fundados ambos en 1180 por iniciativa de Alfonso VIII. Tras estos se crearon varios más a lo largo de los señoríos santiaguistas (Rodríguez-Picavea Matilla, 2008: 262-269). Estos hospitales, administrados bajo el sistema de encomiendas, desarrollaron desde un momento temprano una importante base rentística y de derechos fruto del apoyo de la Corona, la Iglesia y las donaciones particulares (Iradíel Murugarren, 1981; Matellanes Merchán, 1993).

A partir de mediados del siglo XIII, con el alejamiento de las fronteras, la realidad de estas fundaciones empieza a cambiar centrándose en la actividad redentora, importante durante toda la Baja Edad Media e inicios de la Moderna (Forey, 1991: 272-273; Porras Arboledas, 2017); e incorporando la atención a personas ajenas a la orden. Tras un paréntesis provocado por la inestabilidad generalizada de la milicia durante buena parte del siglo XV, varios de ellos fueron objeto de procesos de renovación con grandes proyectos como los de Cuenca (Pérez Monzón, 1993; Madrid y Medina, 2016) y Toledo, este último especializado en la atención de la sífilis (Madrid y Medina, 2014; Pérez Monzón, 1992); y otros más modestos como el de Alarcón (García Carpintero López de Mota, 2020) o el de Uclés, que analizaremos aquí.

La proyección de la actividad hospitalaria de la orden hacia el exterior se concretó también en la creación de otro tipo de hospitales centrados en la asistencia a pobres, enfermos y peregrinos. En los primeros momentos esto se desarrolló principalmente en el Camino de Santiago. Podemos destacar el hospital de San Marcos de León, que fue también sede prioral, y los de Las Tiendas y Villamartín, que además estaban

especializados en el cuidado de enfermos de lepra (Rodríguez-Picavea Matilla & Matellanes Merchán, 1992). Pero más allá de la ruta jacobea, y sobre todo en la Baja Edad Media, esta actividad se extendió a otros centros vinculados a la orden y repartidos por todos sus dominios, como los hospitales de frontera ya mencionados. Así mismo, podemos considerar aquí otras acciones de caridad desarrolladas por parte de la orden como la alimentación de pobres, la entrega de limosnas o la atención a huérfanos y viudas.

Finalmente, y aunque no pertenecían a las órdenes militares en sentido estricto, podemos señalar los hospitales de pobres vinculados a concejos o a cofradías y hermandades religiosas. Se trató de pequeñas fundaciones fruto de las acciones caritativas de vecinos e instituciones, que atendían a un número reducido de pobres a los que se daba alojamiento y comida. Sus bienes, si los tenían, eran escasos, y en ocasiones dependían exclusivamente de donaciones y limosnas. Pese a ello, su número fue muy abundante estando presentes en la mayor parte de las poblaciones (Fernández-Pacheco Sánchez-Gil, 2010; Peinado Santaella, 1984; Ruiz Mateos, 1985; Torres Jiménez, 1989).

2. La sede prioral de Uclés en la Edad Media

Antes de analizar las formas en que se materializó la actividad hospitalaria en Uclés, haremos una breve panorámica sobre la evolución histórica de la sede prioral.

Los orígenes de la población de Uclés, en sentido estricto, deben buscarse en el período emiral cuando aparece como una fundación vinculada a la cora de Santaver, uno de los distritos administrativos de la Marca Media (Almonacid Clavería, 1988: 7-9). La importancia de la plaza no haría sino crecer por su posición estratégica en relación con la ciudad de Toledo y el valle del río Tajo, incluso llegando a ser citada como una medina cabeza de distrito en algunas fuentes (Palacios Ontalva, 2008: 122-135).

Tras un breve paréntesis bajo dominio cristiano, Uclés pasa a estar controlada por los almorávides tras su victoria en la batalla de 1108 (Gallego Valle & Molero García, 2023; Huici Miranda et al., 2000: 103-117). El colapso del imperio norteafricano dejó la población en la zona de influencia del reino de Murcia, y mediante un tratado, volvió definitivamente al poder cristiano en 1157. Poco después, en 1163, la plaza era cedida a la Orden de San Juan. Es probablemente durante este período cuando se comience a configurar su concejo (Rivera Garretas, 1985: 35-38, 45).

En el año 1174 se produce la donación de la villa y el castillo a la Orden de Santiago por parte de Alfonso VIII. A partir de ese momento la población se convirtió en el centro político, administrativo y religioso de los señoríos castellanos de la milicia (Ruiz Gómez, 2003: 160-169). Entre finales del siglo XII y principios del XIII los freires santiaguistas llevarían a cabo una profunda labor edilicia que transformaría en gran medida la fisonomía de la población, destacando, sobre todo, la erección del castillo-convento sobre el recinto de la antigua alcazaba andalusí.

La Baja Edad Media supuso una merma de la relevancia militar de Uclés por el alejamiento de la frontera, sin embargo, conservó su preeminencia en otros aspectos como el administrativo, y, sobre todo, el religioso, pues se mantuvo como sede del priorato castellano hasta la disolución de la orden en el siglo XIX. Esta etapa es la que

mejor conocemos por la mayor abundancia de fuentes, especialmente para el siglo XV. Se trató de un período bastante turbulento, marcado por la inestabilidad y conflictividad interna. Este contexto afectó notablemente a algunos de los elementos que analizaremos, lo que obligaría a su rehabilitación entre finales del siglo XV y principios del XVI una vez que la orden retornó a la estabilidad (García Carpintero López de Mota, 2023).

Gracias a los estudios arqueológicos y el análisis de la documentación medieval podemos reconstruir cómo era la imagen de Uclés en la Baja Edad Media: La población, enmarcada por el río Bedija, estaba dominada por el castillo-convento de la orden. Al norte se situaba el conjunto claustral; más al sur la iglesia, que servía de elemento de unión y separación de los espacios religioso y militar, y más adelante la fortaleza, dividida en dos grandes sectores conectados por un largo muro diafragma. Al este del castillo-convento se extendía la población, que contaba con varias parroquias y estaba amurallada. Por su parte, la zona oeste estaba ocupada por un sector de la villa ya despoblado en la Baja Edad Media, el denominado Barrio de Estremera, también amurallado. El entorno inmediato estaba ocupado por un poblamiento disperso en arrabales, huertas, campos de cultivo y elementos de transformación como varios molinos.

Como analizaremos a continuación, la actividad hospitalaria y asistencial de la Orden de Santiago se manifestó en Uclés en tres elementos concretos. En primer lugar, en la Enfermería, originalmente ubicada entre la iglesia y la fortaleza, y luego trasladada a las dependencias del claustro. En segundo lugar, el Hospital de Todos los Santos, situado al sureste de la villa, junto a una de las puertas de la muralla. Y, por último, el Refectorio de los Pobres, también dentro del recinto conventual.

Fig. 1. Reconstrucción virtual de castillo-convento y villa de Uclés (finales del siglo XV y principios del XVI) con la identificación de los principales elementos que se citan en el texto



Fuente: Obra del autor

3. La dimensión hospitalaria proyectada hacia el interior: La Enfermería

La proyección interna de la dimensión hospitalaria de la Orden de Santiago en Uclés se manifestó, principalmente, en la Enfermería. Su existencia se fundamentaba en uno de los capítulos de la Regla: “aya en la orden casas en las quales los freyles viejos e debilitados por llagas moren adonde todas las cosas neçessarias les sean administradas”⁶.

Desde 1191 se documenta la existencia de una Encomienda de la Enfermería, lo que nos permite rastrear el origen de este elemento hasta los primeros momentos de la presencia de la orden en Uclés. Esta encomienda tenía cargo de disponer todo lo necesario para atender a los caballeros que enfermaban o eran heridos durante las campañas. No obstante, desaparece ya en la segunda mitad del siglo XIII, al cesar las grandes conquistas y campañas de la orden, integrándose sus rentas en otras encomiendas (Porras Arboledas, 1997: 230). Pero este hecho no implicó el fin de la Enfermería. Gracias a las referencias de los libros de visitas sabemos que el convento contaba con un espacio específico para esta función. Estaba situado entre la iglesia y la fortaleza, compartiendo ubicación con la denominada como Portería de los Caballeros, el lugar destinado a este grupo de freires que debían residir durante un tiempo en el convento por diversas causas.

En la primera mitad del siglo XV su capacidad y funciones debían estar muy limitadas. Así se desprende de los Establecimientos⁷ emanados del Capítulo General de 1440, celebrado en la propia villa de Uclés. Concretamente, en el capítulo trigésimo octavo de estos se recoge que las enfermerías “cessaron porque non auía freyres de conuento que non touiesen razonable mantenimiento para se proveer” (Ostos-Salcedo, 2008: 265). En 1468 se recoge su desaparición y la necesidad de restituirla⁸, y en la siguiente visita, en 1478, conocemos la causa de su destrucción debido a la ampliación de las defensas del castillo durante el maestrazgo de Beltrán de la Cueva: “fueron derribados la enfermeria e porteria donde los cavalleros noviçios feran aposentados para aprender la Regla e para reçeibir penitençia e para acoger a los enfermos”⁹. Sin embargo, a pesar de esta carencia, se mantenía como uno de los deberes del prior tener un físico y un cirujano para la cura de los freires enfermos, así como “mediçinas i aguxas i todas las cosas que oviere menester”, por lo que suponemos que se atendería a los enfermos en algún otro espacio del convento¹⁰.

Hay que esperar hasta 1494 para encontrar nuevas disposiciones destinadas a restituir la Enfermería. La fecha no es baladí pues se sitúa en un momento de retorno de

⁶ *Regla de la Orden de la Cauallería de Señor Santiago del espada*, fol. XIIIr, edición facsímil preparada por Ruiz Gómez (2006).

⁷ Los Establecimientos eran un elemento normativo característico de la Orden de Santiago que complementaba y ampliaba lo recogido por la Regla, de carácter mucho más general (Ayala, 1996).

⁸ “Avia en Ucles otra encomienda que se llamaba del enfemeria. Esta tenia cargo de tener todas las cosas nesçesarias para los cavalleros que enfermaban que venian a aprender la Regla y aun tambien quando yban los maestros a las guerras de los moros llevaban todas las cosas nesçesarias para la salud de los cavalleros que eran feridos o adoleçian. Esta encomienda se a consumido gran tiempo ha en la Encomienda de la Camara y en la Subcomienda de Hucles y segund Dios y orden seria justo que vuestra sennoria tomase lo suyo a esta encomienda y oviere comendador della pues es cosa nesçesaria y meritoria para la horden”. AHN, OOMM, L.1233c, pp. 98-99.

⁹ AHN, OOMM, L.1063c, pp. 22-23.

¹⁰ AHN, OOMM, L.1063c, pp. 19-20.

la estabilidad a la orden tras décadas de conflictividad interna, y ya bajo la administración directa de los Reyes Católicos. En la visita de ese año se manda rehabilitar en las antiguas dependencias de los subprioros, en las que debían colocar seis camas, proveer una botica y tener un “fisyco salariado que cure de los dichos fleyres enfermos e de los otros familiares de la casa”¹¹. Esto último es muy interesante, pues es la única referencia que alude a la atención a personas que no fueran hermanos de la orden.

Esta disposición se acabaría cumpliendo con la habilitación de dos nuevos espacios, la Enfermería y la Botica, que aparecen descritos a partir de la visita de 1508. La primera se instala en una cámara equipada con tres camas, una de ellas separada de las otras dos para “el enfermo que tiene mas neçesidad”. Había además dos arcas en las que guardaban la ropa de las camas y para los enfermos, una mesa con bancos, un brasero para calentar la estancia, y varios recipientes como un cántaro y dos ollas de cobre¹². A partir de 1511 documentamos una serie de reformas que dan lugar a su ampliación y conexión con la nueva Hospedería de Caballeros, también rehabilitada en estos años¹³. Entonces su mobiliario se componía de cinco camas, tres mesas, un banco y tres sillas, y tres esteras.

El convento contaba con personal asalariado para la atención de los enfermos, cuya identidad y sueldo conocemos gracias a las relaciones de los libros de visitas. En 1511 y 1515 se menciona a Pedro, barbero, quien percibía 2.000 maravedíes y 12 fanegas de trigo. En 1525 aparece por primera vez un médico, el bachiller Cuenca, con un salario de 12.000 maravedíes y 12 fanegas de trigo; mientras que como cirujano se menciona a Lorenzo Ramírez, con una asignación de 2.000 maravedíes y 6 fanegas de trigo. Éste último seguía tres años después, mientras que el médico era el doctor Contreras. Finalmente, en 1538 parece que se unifican los cargos, pues Contreras aparece como médico y cirujano, y su salario se incrementa hasta los 15.000 maravedíes y 24 fanegas de trigo. No obstante, también aparecen Juan López y Juan de Angulo como barberos, quienes percibían 3.000 maravedíes y 12 fanegas de trigo.

La Botica estaba aneja a la Enfermería, y se disponía en dos estancias. La primera se empleaba para “sacar agua para alcataras”, en la que había seis de estos instrumentos que identificamos como una suerte de alambiques, y que se utilizarían para preparar medicinas. Por su parte, la segunda contaba con poyos y estantes en los que estaban los productos propiamente dichos que son ricamente descritos: “Hallaron muchas rredomas e botes e barriles de aguas e conservas e mediçinas e muchas yervas e rrayzes colgadas e mucho diaçitron e confites e carne de menbrillo e almendras e canela e otras espeçias e conservas”¹⁴.

Esta estaba administrada por un freire boticario que en 1511 era Martín de la Vara, quien informa a los visitantes que estaba bien provista de todo lo necesario. El médico del convento señala ese mismo año que el uso de estos productos era bastante reducido, por lo que muchos se estropeaban, y que no era necesario contar con tal provisión por la proximidad a la ciudad de Toledo en la que se podían adquirir cuando se precisaran¹⁵.

¹¹ AHN, OOMM, L.1067c, pp. 210, 225.

¹² AHN, OOMM, L.1073c, p. 36.

¹³ AHN, OOMM, L.1080c, p. 316.

¹⁴ AHN, OOMM, L.1075c, p. 423.

¹⁵ AHN, OOMM, L.1075c, pp. 423-424.

Los inventarios de los años siguientes nos aportan más datos sobre el equipamiento de la Botica¹⁶. Encontramos instrumental destinado a la fabricación de medicinas como son las alcataras o alambiques, y cazos para realizar cocimientos. Contaba también con amplio surtido de componentes, como los citados antes, almacenados en recipientes de diversa tipología: botes, redomas, barriles, o directamente colgados como en el caso de las hierbas. Cucharas, paletas, jarros y pesos se emplearían para la manipulación y medida de estos productos; mientras que otros instrumentos como las jeringas o los “colocadores” se utilizarían en la administración de los medicamentos y las curas. Y especialmente interesante es la referencia a la presencia de un libro “que se dise Mesue”¹⁷. Es probable que se trate de un tratado de farmacopea de origen oriental, también conocido como los *Cánones de Mesué*, muy extendido en la Edad Media y que contó con ediciones impresas desde finales del siglo XV¹⁸.

4. La dimensión hospitalaria proyectada hacia el exterior: El Hospital de Todos los Santos y el Refectorio de los Pobres

Si la Enfermería suponía la proyección de la práctica caritativa y asistencial de la orden de forma interna hacia los propios freires, hacia el exterior se manifestó en el Hospital de Todos los Santos y el Refectorio de los Pobres. Se cumplía así con lo dispuesto en dos de los capítulos de la Regla que abogaban por la atención a los necesitados: “cada dia en vuestras casas sean recibidos los pobres de Jesuchristo e fraternalmente e con toda caridad les sean dadas todas las cosas necessarias segun la facultad de la casa” y “las vestiduras e camas de los freyles defuntos sean bien guardadas e sean partidas [...] por los hospitales de la orden de los quales algunos ay en las fronteras e otros en el Camino de Santiago”¹⁹.

4.1. El Hospital de Todos los Santos

El Hospital de Todos los Santos, u *Omnium Sanctorum* en su denominación latina, era un centro asistencial dependiente del Convento de Uclés.

Aunque no contamos con referencias explícitas, podemos vincular su origen con la fundación de dos hospitales en el siglo XIII. El primero surgió en 1227 por iniciativa del concejo de Uclés con el objetivo de “saccar cativos de tierra de moros”²⁰. Para ello se estableció una contribución anual a pagar por todos los vecinos de la villa y su tierra. Su puesta en marcha se confirma con una noticia de 1230 en la que se menciona la “casa de

¹⁶ AHN, OOMM, L.1080c, p. 316; AHN, OOMM, L.1081c, p. 757; AHN, OOMM, L.1084c, p. 843.

¹⁷ AHN, OOMM, L.1073c, p. 36.

¹⁸ La autoría de esta obra fue atribuida durante siglos a un supuesto médico cristiano árabe de los siglos X-XI, llamado Mesué el Joven (Masawaih al-Mardini). No obstante, varios autores cuestionan la existencia de este personaje y lo vinculan a Juan Mesué o Mesué el Viejo, un médico nestoriano del siglo IX, que fue director del hospital de Bagdad (Gutiérrez Rodilla, 2007: 173-176).

¹⁹ *Regla de la Orden de la Cauallería de Señor Santiago del espada*, ff. VIIIv y XIVr, edición facsímil preparada por Ruiz Gómez (2006).

²⁰ AHN, OOMM, Uclés, carp. 99, n° 20, perg. 212/333, publicado en Rivera Garretas (1985, doc. 139).

la Merçet de Uclés”²¹. El segundo hospital fue fundado también a principios del siglo XIII por un tal Vidal de los Moros, quien donó una casa al prior de Uclés con el objetivo de dar asistencia a los pobres²². Aunque no conocemos noticias posteriores de estos centros, creemos que pudieron constituir el origen del Hospital de Todos los Santos.

Este se ubicaba extramuros, cerca de la Puerta de Baldosería y la Puerta de la Herrería, al sureste de la población. Este dato nos permite aproximar su localización en un punto próximo a donde hoy se levanta la ermita de las Angustias construida en el siglo XX. Estaba conformado por una serie de espacios, siendo los principales el hospital propiamente dicho, y la capilla. Ambos sufren un proceso de reforma en el primer cuarto del siglo XVI, cuyas obras se inician antes de 1508. En torno a 1515 el hospital cesó sus funciones mientras se terminaba la construcción de un nuevo edificio. Las obras proseguirían en 1525, aunque para entonces la mayor parte de las dependencias ya estaban en uso. Finalmente, en 1538 estaba ya en pleno funcionamiento.

La referencia más antigua al hospital que encontramos en los libros de visitas data de 1494. Aunque el inmueble no es descrito, sí se dan algunos datos que nos permiten aproximarnos a su funcionamiento. Concretamente, se manda al prior de Uclés que ponga "otras camas de ropa en el ospital de Ominus Sanctorum ques del dicho convento, la una parte para los religiosos e las otras dos para los pobres”²³.

Así, debemos esperar hasta los primeros años del siglo XVI para conocer su fisonomía y realidad material. El hospital estaba conformado por una serie de espacios, entre los que podemos distinguir el que denominaremos como hospital antiguo, que sería el edificio original y que se estuvo usando al menos durante las últimas décadas del siglo XV, la capilla, el hospital nuevo, y otros espacios anejos, como corrales, huertas y unas antiguas herrerías.

El hospital antiguo estaba situado junto a la capilla de Todos los Santos, con la que compartía un portal que servía como elemento distribuidor del conjunto. Su disposición era muy sencilla contando únicamente con tres dependencias. La planta baja estaba ocupada íntegramente por una cocina, a la que se accedía desde el portal mencionado. A través de una escalera se subía a la planta alta donde había dos cámaras que servían como aposentos para los pobres y que contaban con dos camas²⁴. Una de estas salas altas estaba comunicada con la capilla a través de una ventana, un elemento frecuente en los hospitales medievales y que permitía la asistencia espiritual a los enfermos sin necesidad de desplazarlos. Con la construcción del nuevo hospital, a principios del siglo XVI, este espacio pierde su función²⁵.

La capilla de Todos los Santos debía ser una construcción modesta, de una única nave y con cubierta de madera. En el interior, la zona del presbiterio estaba separada por una reja de madera. Contaba con todos los elementos necesarios para la liturgia, que era

²¹ AHN, OOMM, Uclés, carp. 99, n° 15, perg. 245/148, publicado en Rivera Garretas (1985, doc. 157).

²² AHN, Tumbo Menor de Castilla, l. 3, doc. n° 47, págs. 289-290, publicado en Calzado Sobrino (2016: 441).

²³ AHN, OOMM, L.1067c, p. 225.

²⁴ AHN, OOMM, L.1073c, p. 50.

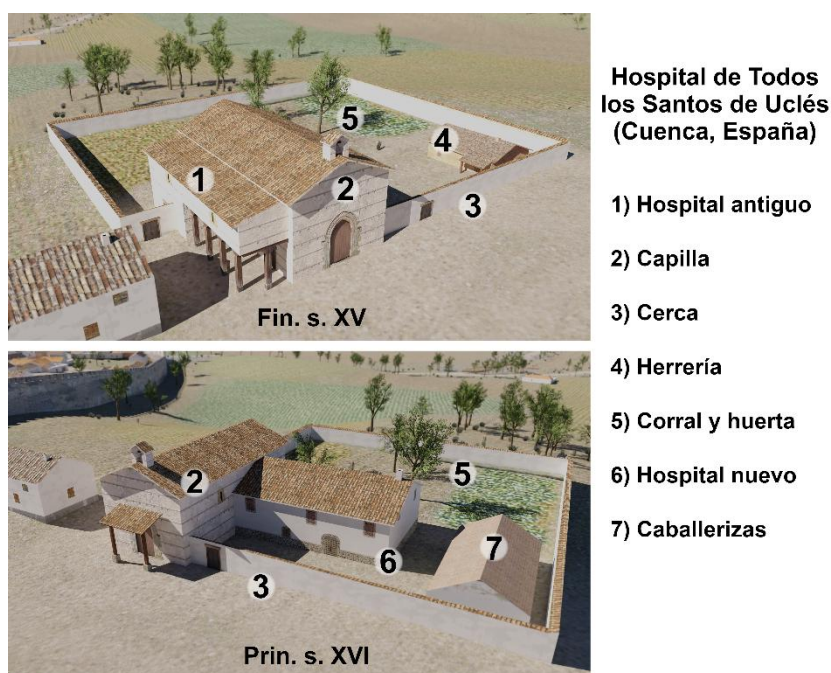
²⁵ AHN, OOMM, L.1075c, p. 452.

celebrada por los freires conventuales los viernes²⁶. Entre 1515 y 1538 es objeto de una importante reforma que la dota de una mayor riqueza ornamental²⁷.

Este, tras finalizar las obras, se dispone como un edificio de dos plantas. La baja contaba con un zaguán, una cocina, una sala “donde hacían lumbre los pobres”, y que interpretamos como una sala de estar, y las dependencias de los hospitaleros, el personal asalariado encargado de mantener el centro. La planta alta estaba ocupada por las habitaciones con las camas. Dos estaban dedicadas a clérigos, una para el capellán del hospital, y otra para hospedar a religiosos que acudieran a este. Una sala grande servía como dormitorio para los varones pobres, contaba con cinco camas, y estaba comunicada a través de una ventana con la capilla. Otra sala servía como dormitorio para las mujeres, con una única cama. Y una última estancia era utilizada como ropería²⁸.

Estos espacios se integraban dentro de un circuito más amplio rodeado por una cerca, dentro del cual se encontraban también corrales, huertas, dos pozos, unas caballerizas y un pajar, e incluso una herrería que se ordena desmantelar por la amenaza de incendio y porque “sera muy mejor e los pobres tendran donde recrear e curarse”²⁹. Aquí podemos destacar también la portada de acceso, que, tras la reforma del hospital, se realizó de obra de cantería y se remató con la cruz de la Orden.

Fig. 2. Reconstrucción virtual del Hospital de Todos los Santos con su evolución en el período estudiado



Fuente: Obra del autor.

²⁶ AHN, OOMM, L.1067c, p. 223; AHN, OOMM, L.1073c, p. 50.

²⁷ AHN, OOMM, L.1079c, pp. 748-749; AHN, OOMM, L.1084c, pp. 863-865.

²⁸ AHN, OOMM, L.1084c, pp. 863-865.

²⁹ Aunque no se indica de forma explícita, podemos plantear la hipótesis de que los humos de la herrería pudieran considerarse nocivos para los enfermos. AHN, OOMM, L.1079c, pp. 748-750, 774-776.

Además de la evolución arquitectónica, un aspecto clave que analizar es la variación en el número de camas de que disponía el hospital, pues esto determinaba su capacidad asistencial. La primera referencia, de 1494, alude a tres, dos para pobres y una para religiosos³⁰. En 1508 eran dos, pero en el proyecto de construcción del nuevo edificio se dispone que se habilitasen hasta doce³¹. En 1511 son cuatro las que se describen³², y una más en 1525³³. Finalmente, en 1538, el hospital en pleno funcionamiento contaba con seis camas para pobres, cinco para hombres y una para mujeres, a las que habría que añadir una más para religiosos. Las camas contaban con un jergón, dos sábanas, dos mantas y una almohada. Además, las de la sala común de los hombres estaban separadas entre sí por cortinas y tenían cancelos propios³⁴.

En cuanto a otros elementos, son pocas las referencias, pero nos permiten aproximarnos a las distintas actividades que se realizaban en el hospital. Además de lugar de hospedaje, el hospital proporcionaba alimento a los pobres, de ahí que se inventarían un caldero y tres asadores³⁵. También encontramos una serie de elementos relacionados con la asistencia sanitaria de los huéspedes como son “un calentario, una xeringa y una silla para de que an de llevar un enfermo de una parte a otra”³⁶.

Finalmente, otro aspecto que podemos analizar a partir de los datos de las visitas es el personal encargado del funcionamiento del hospital, y alguno de los servicios o recursos con los que éste contaba.

Se mantiene la tendencia común de tener a una persona o personas encargadas de mantener el hospital y servir a los que se hospedaban en él, los hospitaleros; así como un capellán a cargo de la capilla.

La primera referencia a una hospitalera la tenemos en 1511 con Catalina Sánchez, quien percibía como remuneración por parte del convento “una ración”, término que interpretamos como el valor de su manutención³⁷. En 1515 los visitantes disponen “que en el dicho hospital se ponga un espitalero que sea casado porque la muger tenga cargo de barrer, e fregar e alinpiar la ropa e fazer las camas e dar todo recabdo para los pobres”. Esta referencia es muy interesante, y deja ver cómo la principal carga de las funciones recaía sobre la mujer. El salario de ambos debía ser de 12 fanegas de trigo y debían disponer de un asno para el acarreo de paja, agua y leña³⁸. En 1525 el hospital estaba atendido por una mujer; mientras que en 1538 era un hombre, Martín del Olmo, quien percibía 2.000 maravedíes. Además, seguía contando con un asno para los trabajos de acarreo³⁹.

³⁰ AHN, OOMM, L.1067c, p. 225.

³¹ AHN, OOMM, L.1073c, pp. 50, 53-54.

³² AHN, OOMM, L.1075c, p. 452.

³³ AHN, OOMM, L.1080c, p. 336.

³⁴ AHN, OOMM, L.1084c, p. 863-865.

³⁵ AHN, OOMM, L.1075c, p. 452.

³⁶ AHN, OOMM, L.1084c, p. 864.

³⁷ AHN, OOMM, L.1075c, pp. 442, 452.

³⁸ AHN, OOMM, L.1079c, pp. 774-776.

³⁹ AHN, OOMM, L.1084c, pp. 825, 853, 856.

Respecto a la figura del capellán, solo conocemos su identidad en 1538 cuando se cita a un tal Mompeán, que residía en el hospital y que percibía un sueldo de 6 ducados⁴⁰. También ese año se menciona a un santero y su mujer que atendían la capilla⁴¹.

Por su parte, la asistencia médica a los enfermos era dispensada por los físicos y barberos asalariados del convento que atendían también la Enfermería.

4.2. El Refectorio de los Pobres

Junto al Hospital de Todos los Santos, la proyección de la actividad hospitalaria y asistencial de la orden en Uclés se manifestó en el Refectorio de los Pobres, un espacio situado dentro del recinto del convento donde se daba de comer a diario a los necesitados que allí acudían.

La primera referencia a este elemento la encontramos en la visita de 1508, aunque sabemos que ya funcionaba con anterioridad por alusiones indirectas. Ese año se describe como una buena casa con sus mesas y aparejo⁴². En 1511 y 1515 su ubicación se traslada a la cámara alta de la Torre de la Portería, en el circuito amurallado del convento, probablemente por la ejecución de obras en el espacio original, al que vuelve en 1525⁴³. El mobiliario de esta sala constaba de cuatro mesas grandes con sus bancos, un caldero, una cuchara de hierro, manteles, platos y escudillas⁴⁴.

Sabemos que el convento daba de comer de forma diaria a un importante número de pobres que podía superar la treintena, entre niños y adultos, a lo que había que añadir limosnas en forma de pan y vino que se entregaban a los que acudían fuera del horario de las comidas, que se hacían después de la misa de Tercia.

Al margen de esta actividad ordinaria, es especialmente interesante la práctica que se llevaba a cabo el Jueves Santo en la que se recibía a trece pobres que eran servidos por el prior y los freires en el propio refectorio del claustro⁴⁵, en una clara alegoría a la Última Cena.

Finalmente, podemos destacar que el convento también ejercía la caridad mediante limosnas en forma de dinero, ropa y calzado. Por ejemplo, en cada una de las Pascuas se vestía y calzaba a treinta pobres, más otros tantos a lo largo del año. También se ayudaba a viudas y clérigos pobres, y, por ejemplo, en 1508 se dio una dote de 5.000 maravedíes a cinco huérfanas para que se casasen⁴⁶.

Conclusiones

Uclés constituye, a nuestro juicio, un interesante ejemplo para analizar la dimensión hospitalaria de la Orden de Santiago en la Edad Media. En su contexto se manifestaron

⁴⁰ AHN, OOMM, L.1084c, p. 853.

⁴¹ AHN, OOMM, L.1081c, p. 771.

⁴² AHN, OOMM, L.1073c, p. 40.

⁴³ AHN, OOMM, L.1080c, p. 321.

⁴⁴ AHN, OOMM, L.1081c, p. 764.

⁴⁵ AHN, OOMM, L.1081c, pp. 773-774.

⁴⁶ AHN, OOMM, L.1073c, p. 12.

prácticamente todas las formas en las que esta se pudo dar: una proyección interna con el caso de la Enfermería, y externa con el Hospital de Todos los Santos y el Refectorio de los Pobres.

La capacidad asistencial de estos elementos puede considerarse moderada en términos cuantitativos, sobre todo si atendemos al número de camas de que disponían tanto la Enfermería como el Hospital de Todos los Santos. No obstante, son cifras que están al nivel de la mayoría de centros de similares características para el mismo contexto. Además, probablemente eran suficientes para cubrir las necesidades existentes. Sirva de ejemplo el informe que hace el físico en 1511 sobre la infrautilización de los productos de la botica. Menos cuestionable es la capacidad del Refectorio de los Pobres en el que se podía dar de comer a diario hasta a una treintena de personas. Esto, unido a otras acciones, nos muestra una actividad caritativa bastante relevante por parte del convento.

Pero quizá es desde un punto de vista cualitativo desde el que es más interesante el análisis. Si tomamos en cuenta las formas en las que se consideraba la acción asistencial en la Edad Media podemos hablar de dos grandes dimensiones, la espiritual y la física, y dentro de esta última distinguir entre el alojamiento, la alimentación y la atención médica.

En cuanto a la primera, podemos observar la clara relación de proximidad de los espacios hospitalarios y religiosos. En el caso de la Enfermería, originalmente estaba aneja a la iglesia conventual, y tras su rehabilitación y traslado se instala en el circuito del claustro. De forma similar, el Hospital de Todos los Santos contaba con una capilla específica, con conexión física con las salas de camas a través de ventanas, y en la que se oficiaba misa al menos una vez por semana. Estos hechos no son baladíes si tenemos en cuenta la consideración preferente de la atención espiritual sobre la física en el pensamiento medieval.

Por su parte, el alojamiento y alimentación suponían los cuidados básicos, y muchas veces suficientes, para cubrir las necesidades de los que acudían a los hospitales. Aunque no tenemos datos directos, podemos interpretar que eran más que correctos en los ejemplos analizados, pues no encontramos ninguna disposición que sugiera lo contrario en las visitas. Desde luego no cabe duda en el caso de la Enfermería, pues sus usuarios eran los propios freires.

Más interesante es el análisis de la atención sanitaria. Pese a las limitaciones y cuestionable eficacia real de esta en el contexto del occidente medieval, encontramos una presencia bastante relevante en el caso de Uclés. En primer lugar, podemos destacar el personal especializado con físicos y cirujanos asalariados por parte del convento, que atendían tanto la Enfermería como el Hospital de Todos los Santos. En una segunda línea estaría el freire boticario, que quizá tendría algunos conocimientos básicos sobre farmacopea. Y, finalmente, las hospitaleras y hospitaleros que puntualmente podrían proporcionar algún cuidado a los huéspedes en base a sus conocimientos prácticos. Pero también es relevante la presencia de instrumental y productos destinados a la preparación y administración de medicamentos, entendidos como tales en la medicina del momento. Recetarios como el citado libro de Mesué. O elementos curiosos como la silla para mover enfermos inventariada en el hospital.

Referencias

- ABELLA VILLAR, Pablo (2015), “Las enfermerías monásticas: Espacios comunitarios de curación en la Plena Edad Media”, *Edad Media: revista de historia*, n. 16, pp. 127-147.
- ALMONACID CLAVERÍA, José Antonio (1988), “La Kura de Santaveria: Estructura político-administrativa”, in *I Congreso de Historia de Castilla-La Mancha*, Toledo, Servicio de Publicaciones, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, vol. V, pp. 5-21.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (1996) “Órdenes militares hispánicas: Reglas y expansión geográfica”, *Codex aquilarensis: Cuadernos de investigación del Monasterio de Santa María la Real*, n. 12, pp. 57-86.
- AYALA MARTÍNEZ, Carlos de (2007), *Las órdenes militares hispánicas en la Edad Media (siglos XII-XV)*, Madrid, Marcial Pons Historia.
- BRODMAN, James W. (2006), “Community, Identity and the Redemption of Captives: Comparative perspectives across the Mediterranean”, *Anuario de estudios medievales*, n. 36, pp. 241-252.
- CALZADO SOBRINO, María del Pilar (2016), *Tumbo Menor de Castilla (siglo XIII): Estudio histórico, codicológico, diplomático y edición*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla La Mancha.
- FERNÁNDEZ-PACHECO SÁNCHEZ-GIL, Carlos (2010), “La fundación en los hospitales en las poblaciones santiaguistas del común de la Mancha, en Ciudad Real”, *Cuadernos de estudios manchegos*, n. 35, pp. 99-111.
- FOREY, Alan (1991), “The military orders and the ransoming of captives from Islam (Twelfth to early Fourteenth Centuries)”, *Studia Monastica*, n. 33, pp. 259-279.
- GALLEGO VALLE, David; MOLERO GARCÍA, Jesús (2023), “Un campo sembrado de cruces rotas. La batalla de Uclés”, *Desperta Ferro: Especiales*, n. 35, pp. 40-46.
- GALLEGO VALLE, David; MOLERO GARCÍA, Jesús; GUTIÉRREZ CALDERÓN, María Victoria (2025), “El repertorio cerámico de época almorávide del cerro de la Defensa de Uclés”, *Arqueología y territorio medieval*, n. 32, pp. 1-42, [consulta em 05/12/2025]. Disponible em: <https://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/ATM/article/view/9384/10008>.
- GALLENT MARCO, Mercedes (2012), “La asistencia sanitaria a los marginados en la Edad Media”, *Clío & Crímen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, n. 9, pp. 135-164.
- GARCÍA CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA, Jaime (2020), “The charity of the Order of Santiago at the end of the Middle Ages: The case of the hospital of Alarcón”

in Nicholas Morton (ed.), *The Military Orders Volume VII, Piety, pugnacity and property*, Londres, Routledge, pp. 249-257.

GARCÍA CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA, Jaime (2023), “La conflictividad en la Orden de Santiago a finales del siglo XV: La «Guerra de Uclés» de 1476 y su reflejo en la materialidad” in José Antonio Jara Fuente; Juan Francisco Ruiz López (eds.), *Cuenca: Su historia y sus tierras*, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha, pp. 425-440.

GREIF, Esteban (2025), “Entre Oriente y Occidente: Ciencia y medicina en las cruzadas (siglos XII y XIII)”, *Calamus*, n. 9, pp. 75-92.

GUTIÉRREZ RODILLA, Bertha María (2007), *La esforzada reelaboración del saber: Repertorios médicos de interés lexicográfico anteriores a la imprenta*, Logroño, Cilengua. Centro Internacional de Investigación de la Lengua Española.

HUICI MIRANDA, Ambrosio; NAVARRO OLTRA, Vicente Carlos; MOLINA LÓPEZ, Emilio (2000), *Las grandes batallas de la Reconquista durante las invasiones africanas*, Granada, Universidad de Granada.

IRADIEL MURUGARREN, Paulino (1981), “Bases económicas del Hospital de Santiago de Cuenca: Tendencias del desarrollo y estructura de la propiedad agraria”, *Anuario de estudios medievales*, n. 11, pp. 181-246.

JIMÉNEZ RAYADO, Eduardo; RETUERCE VELASCO, Manuel; SEGURA GRAÍÑO, Cristina (Eds.) (2009), *Libros de visita de la Orden Militar de Santiago: Provincia de Cuenca: Siglos XV-XVI*, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna.

LÓPEZ TERRADA, María Luz (1996), “El hospital como objeto histórico: Los acercamientos a la historia hospitalaria”, *Revista d'història medieval*, n. 7, pp. 192-204.

LUTTRELL, Anthony (1994), “The Hospitallers’ Medical Tradition: 1291–1530” in Malcolm Barber (Ed.), *The Military Orders Volume I. Fighting for the Faith and Caring for the Sick*, Londres: Routledge, pp. 64-81.

MADRID Y MEDINA, Ángela (1999), “La hospitalidad en las Ordenes Militares españolas” in *Lux Hispaniarum*, Real Consejo de las Ordenes Militares, pp. 237-262.

MADRID Y MEDINA, Ángela (2014), “El desaparecido hospital de los Caballeros de Santiago de Toledo”, *Revista de la CECEL*, n. 14, pp. 47-70.

MADRID Y MEDINA, Ángela (2016), “El Real Hospital de Santiago de Cuenca (de los orígenes a la época de los Reyes Católicos)”, *Revista de la CECEL*, n. 16, pp. 61-82.

MARTÍNEZ GARCÍA, Luis (2000), “La hospitalidad y el hospedaje en el Camino de Santiago”, in Francisco Javier García Turza (Ed.), *El Camino de Santiago y la sociedad medieval*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, pp. 97-110.

- MARTÍNEZ GARCÍA, Luis (2008), “Pobres, pobreza y asistencia en la Edad Media hispana: Balance y perspectivas”, *Medievalismo: revista de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, n. 18, pp. 67-108.
- MATELLANES MERCHÁN, José Vicente (1993), “La hospitalidad en la Orden de Santiago: Un proyecto ideológico o económico (1170-1350)”, *Studia historica. Historia medieval*, n. 11, pp. 125-140.
- NOVOA PORTELA, Feliciano; VILLALBA RUIZ DE TOLEDO, F. Javier (2005), “La labor asistencial de las Órdenes Militares” in *Las Órdenes Militares en la Europa medieval*, Lunwerg, pp. 195-226.
- ORTIZ RICO, Isabel María (1996), “Los libros de visitas de órdenes militares como fuentes historiográficas. La Orden de Santiago en Castilla-La Mancha” in *La investigación y las fuentes documentales de los archivos: I y II Jornadas sobre Investigación en Archivos*, Guadalajara, Asociación de Amigos del Archivo Histórico Provincial de Castilla La Mancha, vol. 2, pp. 1101-1112.
- OSTOS-SALCEDO, Pilar (2008), *La Orden de Santiago y la escritura: El valor de la comunicación escrita en una orden militar: Los establecimientos de 1440*. León: Universidad de León, Secretariado de Publicaciones.
- PALACIOS ONTALVA, J. Santiago (2008), *Fortalezas y poder político: Castillos del Reino de Toledo*, Guadalajara, AACHE Ediciones.
- PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo (1984), “La asistencia a los pobres en el señorío andaluz de la Orden de Santiago a fines de la Edad Media” in *La sociedad medieval andaluza, grupos no privilegiados: Actas del III Coloquio de Historia Medieval Andaluza*, Jaén, Diputación Provincial de Jaén, Instituto de Cultura, pp. 383-404.
- PÉREZ MONZÓN, Olga (1992), “El hospital de Santiago de Toledo en el siglo XVI” in *El arte español en épocas de transición: Actas*, León, Universidad de León, Servicio de Publicaciones, Vol. 1, pp. 355-366.
- PÉREZ MONZÓN, Olga (1993), “El hospital de Santiago de Cuenca (1478-1603)”, *Anales de historia del arte*, n. 4, pp. 213-224.
- PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés (1997). *La orden de Santiago en el siglo XV: La provincia de Castilla*, Madrid, Dykinson.
- PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés (2017), “La obligación de rescatar cautivos y la Orden de Santiago (1517-1535)”, *Hispania sacra*, vol. 69, n.139, pp. 195-219.
- RIVERA GARRETAS, María Milagros (1985), *La encomienda, el priorato y la villa de Uclés en la Edad Media (1174-1310): Formación de un señorío de la Orden de Santiago*, Madrid, CSIC.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique (2008), *Los monjes guerreros en los reinos hispánicos: Las órdenes militares en la Península Ibérica durante la Edad Media*, Madrid, La Esfera de los Libros.

- RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique (2009), “The military orders and hospitaller activity on the Iberian Peninsula during the Middle Ages”, *Mediterranean Studies*, vol. 18, n. 1, pp. 24-43.
- RODRÍGUEZ-PICAVEA MATILLA, Enrique; MATELLANES MERCHÁN, José Vicente (1992), “Las órdenes militares en las etapas castellanas del Camino de Santiago” in Horacio Santiago-Otero (coord.) *El Camino de Santiago: La hospitalidad monástica y las peregrinaciones*, Valladolid, Junta de Comunidades de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, pp. 343-364.
- RUIZ GÓMEZ, Francisco (2003), *Los orígenes de las órdenes militares y la repoblación de los territorios de La Mancha: (1150-1250)*, Madrid, CSIC.
- RUIZ GÓMEZ, Francisco (ed.) (2006), *Regla de la Orden de la Cauallería de Señor Santiago del espada*, edición facsímil, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.
- RUIZ MATEOS, Aurora (1985), “Hospitales extremeños en la Baja Edad Media”, *Revista de estudios extremeños*, vol. 41, n. 3, pp. 539-560.
- TORRES JIMÉNEZ, Raquel (1989), *Religiosidad popular en el Campo de Calatrava: Cofradías y hospitales al final de la Edad Media*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos.

Calatrava, Avis e Cristo: entre tradição normativa e reforma religiosa (1468-1546)¹

JOANA LENCART

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»; Faculdade de Letras da Universidade do Porto

jlenkart@letras.up.pt

RESUMO: A religiosidade das Ordens Militares tem sido um tema relativamente pouco explorado pela historiografia portuguesa. O que pretendemos neste trabalho é explorar as práticas religiosas observadas no contexto das ordens de Calatrava, de Avis e de Cristo, de raiz beneditina/cisterciense, numa cronologia de charneira – a passagem da Idade Média para a Idade Moderna – numa época de marcadas transformações das manifestações religiosas e espirituais no âmbito eclesiológico e popular. Sendo Avis e Cristo filiadas de Calatrava, o nosso objetivo é perceber qual a ordem de influência de Calatrava nas ordens portuguesas. Para tal, iremos proceder a uma análise comparativa entre textos normativos – regras e definições –, os regimentos dos conventos e os regimentos das visitas.

PALAVRAS-CHAVE: Ordens Militares de Calatrava, Avis e Cristo; normativa; reforma religiosa.

CALATRAVA, AVIS AND CHRIST: BETWEEN NORMATIVE TRADITION AND RELIGIOUS REFORM (1468-1546)

ABSTRACT: The religiosity of Military Orders has been a relatively unexplored topic in Portuguese historiography. The aim of this study is to explore the religious practices observed in the context of the Orders of Calatrava, Avis and Christ, with Benedictine/Cistercian roots, in a pivotal chronology – the transition from the Middle Ages to the Modern Age – at a time of marked religious changes. As Avis and Christ were affiliated with Calatrava, our goal is to understand the extent of Calatrava's influence on the Portuguese Orders. To this end, we will conduct a comparative analysis between normative texts – rules and definitions –, the regulations of the convents and the regulations of the visitations.

KEYWORDS: Military Orders of Calatrava, Avis and Christ; normative; religious reform.

CALATRAVA, AVIS ET CRISTO : ENTRE TRADITION NORMATIVE ET REFORME RELIGIEUSE (1468-1546)

RESUME : La religiosité des ordres militaires a été un thème relativement peu exploré par l'historiographie portugaise. Dans ce travail, nous nous proposons d'étudier les pratiques religieuses observées dans le cadre des ordres de

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/04059/2025 com o identificador DOI <https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025>. Trabalho realizado no âmbito do projeto “Órdenes militares y fenómenos socio-religiosos en perspectiva comparada (siglos XII-1/2 XVI). Estudio desde la arqueología y la documentación escrita” (Ref. Proyecto PID2022-138803NB-I00 financiado por MICIU/AEI / 10.13039/501100011033 y por FEDER, UE).

Calatrava, d'Avis et du Christ, d'origine bénédictine/cistercienne, à une période charnière — le passage du Moyen Âge à l'époque moderne — marquée par de profondes transformations des manifestations religieuses et spirituelles, tant dans le domaine ecclésiologique que dans la religiosité populaire. Étant donné qu'Avis et le Christ sont des ordres affiliés à Calatrava, notre objectif est de déterminer la nature et l'ampleur de l'influence exercée par Calatrava sur les ordres portugais. À cette fin, nous procéderons à une analyse comparative des textes normatifs — règles et définitions —, des règlements conventuels et des règlements des visites canoniques.

MOTS-CLES: Ordres militaires de Calatrava, Avis et Cristo ; normative ; réforme religieuse.

CALATRAVA, AVIS Y CRISTO: ENTRE LA TRADICIÓN NORMATIVA Y LA REFORMA RELIGIOSA (1468-1546)

RESUMEN: La religiosidad de las Órdenes Militares ha sido un tema relativamente poco explorado por la historiografía portuguesa. Lo que pretendemos en este trabajo es explorar las prácticas religiosas observadas en el contexto de las órdenes de Calatrava, Avis y Cristo, de raíz benedictina/cisterciense, en una cronología de transición —el paso de la Edad Media a la Edad Moderna— en una época de marcadas transformaciones religiosas. Dado que Avis y Cristo son filiales de Calatrava, nuestro objetivo es comprender cuál es el grado de influencia de Calatrava en las órdenes portuguesas. Para ello, realizaremos un análisis comparativo entre textos normativos —reglas y definiciones—, los reglamentos de los conventos y los reglamentos de las visitas.

PALABRAS CLAVE: Órdenes Militares de Calatrava, Avis y Cristo; normativa; reforma religiosa.

1. Introdução

A historiografia portuguesa tem dado menos atenção às práticas religiosas das ordens militares² em favor de abordagens que focam, acima de tudo, o seu perfil económico-senhorial, materializado na gestão de um vasto conjunto de propriedades e na sua atratividade social, bem como no interesse político que geravam (Oliveira, 2011: 425-457). Tratando-se de instituições religiosas, é fundamental desenvolver estudos que tenham por objeto as práticas de carácter religioso registadas no seu contexto, temática que, *grosso modo*, só na última década tem convocado a atenção de alguns investigadores. As práticas religiosas, como as obrigações de oração, de leitura da Bíblia, de participação nos ofícios divinos (tanto da celebração da eucaristia, como das horas canónicas), a promoção da evangelização, a administração dos sacramentos, a observação de penitências, em que se incluía o jejum, a prática da caridade e a participação na peregrinação, constituem chaves interpretativas do que consideramos ser indicadores

² Para uma leitura introdutória de carácter transversal, veja-se, *Ordens Militares e Religiosidade. Homenagem ao Professor José Mattoso*, 2010. Ed. Isabel Cristina FERNANDES. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e GEsOS. Há, todavia, trabalhos que demonstram que o seu estudo em Portugal tem sido alvo de reflexão por parte de alguns historiadores, concretamente: Costa, 2023; Cunha, 2005; Pimenta, 2001, 2009, 2015; e Silva, 2004, 2006.

das práticas religiosas possíveis de identificar através dos documentos escritos que temos à nossa disposição. Da sua leitura é possível identificar e distinguir as práticas religiosas que visavam diretamente as comunidades de freires das ordens e as que se destinavam aos seus dependentes.

Face à insistência reiterada da historiografia portuguesa na influência exercida pela coroa na história tardo-medieval das ordens militares e na sua própria modelação, neste trabalho pretendemos explorar uma outra perspetiva, embora complementar, assente nas práticas religiosas observadas no seu contexto, valorizando as reformas em curso no final da Idade Média e inícios da Moderna. No âmbito do estudo das ordens militares e dos fenómenos socio-religiosos em perspetiva comparada, a questão em discussão é bastante pertinente. O objetivo é avaliar a influência de Calatrava, de base beneditina e cisterciense, cuja religiosidade é bem conhecida graças sobretudo à investigação de Raquel Torres Jiménez (2020: 119-180)³, nas ordens portuguesas de Avis e de Cristo que partilhavam a sua matriz, aferindo até que ponto a base religiosa partilhada com Calatrava era suficientemente visível na orientação destas ordens radicadas em Portugal.

A dimensão religiosa da Ordem de Calatrava assentava em três vetores: o seu carisma vocacional, a sua disciplina religiosa (a vida comunitária, a ascese e a vida de piedade) e a sua espiritualidade (Torres Jiménez, 2020: 125). A regra de Calatrava foi a matriz religiosa adotada pelas ordens de Avis e de Cristo, fruto da imposição pontifícia nos respetivos processos de criação institucional. De resto, no que à primeira diz respeito, desde a sua fixação em Portugal, por meados da década de 1170, até receber a localidade alentejana de Avis em 1211⁴, o ramo desta Ordem assumiu a designação de «freires de Calatrava» e a respetiva comunidade conventual estava instalada na cidade de Évora. Por sua vez, a Ordem de Cristo, quando foi instituída em 1319, foi colocada de forma expressa sob a dependência da de Calatrava como dão conta as palavras registadas na bula «*sub observatione regule de Calatrava*»⁵. A noção do vínculo de Calatrava manter-se-ia ao longo do tempo como é dado a conhecer pelas palavras que se seguem «*E porque ho dicto casteello do convento de Calatraua he cabeça de toda ha Ordem e principio em ho qual hos religiosos da dicta Hordem de continuo polla conseruaçom da clara e nobre caualeria de Calatraua...*»⁶. O convento de Calatrava pode, assim, ser considerado a imagem emblemática da identidade destas duas ordens. A tutela de Calatrava em relação a outras ordens congéneres não se limitava às de Avis e de Cristo. Pelo menos em teoria, Alcântara e Montesa também a conheceram, embora o conceito de filiação direta seja questionável, em contraponto com uma verdadeira dependência em relação a Cister (Corral Val, 2008: 1227-1248; Corral Val, 2009: 77-106).

³ Torres Jiménez, 2020: 120-124, faz a identificação dos principais autores e o respetivo contributo para o aprofundamento do tema da religiosidade. Não obstante, é preciso não esquecer uma vasta tradição anterior, nomeadamente o trabalho seminal de Joseph F. O'Callaghan intitulado *The Spanish Military Order of Calatrava and its Affiliates* (London: Variorum Press, 1975).

⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) *Ordem de Avis / Convento de São Bento de Avis*, maço 2, nº 61.

⁵ Publ. *Monumenta Henricina*, 1960, vol. 1: 104 (doc. 61).

⁶ Publ. Dias, 2006: 112-113.

As ordens de Calatrava, Avis e Cristo tinham uma história profundamente interligada, tanto na sua fundação quanto nas transformações que foram assumindo ao longo do tempo. Nos séculos XV e XVI, estas ordens assentavam bases normativas comuns e convergentes, como demonstra a análise feita no âmbito deste estudo.

2. Bases normativas

As bases normativas comuns e convergentes das ordens de Calatrava, de Avis e de Cristo decorriam da sua origem beneditina, incorporada e adaptada posteriormente pela reforma de Cister. Neste sentido, S. Bento e S. Bernardo eram os patronos que as três ordens reconheciam e exaltavam. Este modelo espiritual e religioso enfatizava a síntese entre a oração e a ação, vertente que as ordens militares assumiram de um modo singular. Os *miles Christi* eram, em simultâneo, homens de religião e de guerra. Esta dupla condição definia, por um lado, o perfil espiritual e religioso destas instituições e, por outro, expunha-as a uma complexa instrumentalização política conduzida pela coroa. Ao longo do final da Idade Média, o gradual processo de centralização do poder régio teve reflexos nas ordens militares, situação para a qual a historiografia tem chamado a atenção. Este processo culminou na designada anexação das ordens militares às coroas de Castela, em 1523 (Ayala Martínez, 1997: 288; Postigo Castellanos, 1999: 291-318), e de Portugal, em 1551⁷. A preparação deste processo arrastava-se desde longa data. A conjuntura que marcou os anos de 1487-88 teve especial significado para a Ordem de Calatrava, na medida em que, após a morte do mestre Garcí López de Padilla, passou para a tutela régia. O reflexo desta situação poderia ter sido sentido na Ordem de Cristo que, exatamente no mesmo ano, fez aprovar o regimento das visitas das igrejas (Castelo Branco, 1997: 422-427). Nestes contextos de mudança, as regras das ordens militares foram gradualmente adaptadas para refletir os interesses régios, restringindo a sua autonomia enquanto comunidades religiosas, em particular a partir de finais do século XV, na medida em que os reis, na qualidade de administradores das ordens, eram os mentores das orientações normativas.

Neste contexto, o percurso destas instituições evoluiu em sentidos opostos. Por um lado, para a secularização e, por outro, para a claustração. Apesar de esta evolução ser aparentemente contraditória, na realidade não o é e encerra uma profunda complementaridade, uma vez que cada uma das referidas tendências caracterizou grupos distintos de freires. Entre os que tiveram um perfil cada vez mais secular contam-se os freires cavaleiros envolvidos nas inúmeras atividades sociopolíticas e nos negócios da coroa, para os quais o título de freire era quase uma mera ostentação. Um indicador deste processo de secularização é a possibilidade dada aos freires de Cristo e de Avis de contraírem matrimónio desde 1496⁸, à exceção dos freires clérigos que continuavam obrigados ao celibato. Por sua vez, os freires clérigos conventuais foram remetidos à claustração e a uma vida ascética mais exigente. A bifurcação deste profundo processo de reforma também foi devedora, sobretudo no que toca ao grupo dos freires conventuais, do impulso reformador do Concílio de Trento (1545-1563) que procurou

⁷ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 60-68.

⁸ Pela bula *Romani pontificis sacri apostolatus* de Alexandre VI. Publ. Sousa, 1947: 326-328 e Silva, 2002: 129.

revitalizar a espiritualidade e a vida apostólica, procurando eliminar abusos cometidos ao longo de muito tempo em toda a Igreja. Estas circunstâncias refletiram-se, entre outras, nas ordens de Calatrava, de Avis e de Cristo, impondo-lhes maior rigor na observância das suas regras e maior alinhamento com os propósitos universais da Igreja Católica.

O convento de Calatrava era um espaço devocional central e crucial para a formulação e difusão de orientações espirituais. Decorrente deste prestígio, as Definições de 1468 impõem um mínimo de 20 freires clérigos para o serviço nesse convento, o que revela o dinamismo religioso dessa casa (Ciudad Ruiz, 2011: 710). Internamente, funcionava como núcleo de formação de todos os seus membros e congregava os clérigos que ocupariam priorados e curados da Ordem, garantindo uma certa transversalidade da sua ação dentro e fora do espaço conventual. Era na vida quotidiana dos freires que a Ordem se reencontrava com a essência da sua própria identidade religiosa cisterciense (Torres Jiménez, 2005: 48), base que imprimia à sua ação apostólica.

Para compreendermos a influência da religiosidade da matriz de Calatrava em Avis e em Cristo, selecionamos um conjunto de textos que podem ser agrupados em três categorias distintas: a primeira é constituída por regras, definições e estatutos; a segunda, por regimentos dos conventos; e, por fim, a terceira, por regimentos das visitas. Ora definindo enunciados orientadores, ora prevendo medidas punitivas destinadas a quem se desviava dos princípios estabelecidos, as cláusulas incorporadas nas tipologias de textos normativos que selecionamos proporcionam indícios interessantes sobre a religiosidade vivida pelas ordens militares em questão.

Em concreto, e de modo a estabelecermos a comparação entre Calatrava, Avis e Cristo, elegemos como texto base as Definições de Calatrava aprovadas no capítulo geral de 1468, na versão portuguesa⁹. Este texto foi elaborado exatamente 20 anos antes de o mestrado da Ordem de Calatrava ter sido incorporado na coroa castelhana, por autoridade apostólica, na figura de Fernando o Católico (Acedo Sanchez, 2012: 29). Deste texto normativo foi produzida uma versão portuguesa, sob a forma de uma cópia com data de 15 de maio de 1500¹⁰. A autora que estudou esta fonte, Aida Fernanda Dias, apontou algumas diferenças em relação à versão original. Entre as mais marcantes, destacamos a fragmentação do capítulo 3 – «*Como ho senhor meestre ordene huum yconymo ou pitanceiro que receba has rendas do concento e quaaes seiam presentes aas comtas*» – em dois; a redação mais extensa de algumas epígrafes quando comparadas com o texto original, estratégia que contribui para a explicitação desses enunciados; a exclusão do capítulo 28 – «*Que reparen la yglesia de Alcañiz*» – em virtude de o seu teor não se aplicar às ordens instaladas em Portugal; e o acrescentamento de um capítulo, a que foi atribuído o número 52 – «*Que os da Hordem gozem em sua vida do que em ella acrecentarem*» –, sem qualquer justificação aparente para o facto¹¹. Este enunciado admite a possibilidade de os freires passarem a dispor dos bens incorporados na ordem durante a sua vida. Esta medida, associada a outras disposições papais de natureza semelhante, integra o processo de

⁹ A versão original destas Definições foi publicada por Joseph F. O'Callaghan na revista *Traditio*, Volume 14 (1958), pp. 231–268.

¹⁰ Publ. Dias, 2006: 104–143.

¹¹ Publ. Dias, 2006: 110.

adaptação social sobretudo da Ordem de Cristo à crescente laicização que, pelo menos, o grupo dos freires cavaleiros vinha a conhecer¹². Partindo das Definições de Calatrava, aprovadas no Capítulo de 1468, matriz normativa aqui adotada, como já afirmámos, foram analisados os Estatutos da Ordem de Avis, aprovados em capítulo a 2 de agosto de 1503 e a Regra e Definições da Ordem de Cristo, aprovadas no capítulo geral de dezembro de 1503¹³. Fazemos notar que os estatutos incluem uma cópia da Regra de S. Bento e dos usos e costumes de Calatrava¹⁴.

No que diz respeito ao segundo segmento de fontes históricas em análise neste trabalho, ou seja, o que se baseia nos regimentos dos conventos das ordens, tivemos em linha de conta o Regimento do Convento de Calatrava, aprovado no capítulo de 15 de março de 1525¹⁵, o qual partiu da cópia das disposições do capítulo geral de Calatrava, celebrado em Sevilha a 8 de março de 1511¹⁶. No caso da Ordem de Cristo, a inspiração do modelo de Calatrava foi assumida através da elaboração de uma cópia do referido Regimento do Convento de Calatrava de 1525, por Jorge Rodrigues, que, para o efeito, se deslocou a Calatrava em 1528¹⁷. O Regimento do Convento de Avis de 1546¹⁸ foi o texto selecionado para fazermos a análise contrastiva¹⁹, em virtude de não haver outro texto congénere de cronologia anterior que permita a leitura comparada.

Por último, analisamos os regimentos das visitações, por refletirem também aspetos cruciais da dimensão religiosa destas instituições, ao avaliarem o (in)cumprimento das práticas religiosas e ao prescreverem medidas corretivas. No âmbito das determinações feitas em capítulo pelo mestre e convento, que visavam orientar a atividade dos visitantes, foram tidos em consideração o Regimento das visitações das igrejas da Ordem de Cristo de 1488²⁰ e o Regimento dos visitantes de Avis, de 1503²¹. Para Calatrava não se conhece nenhum regimento específico para os visitantes. Todavia, o capítulo 13 das Definições de 1468 é dedicado aos «visitadores e como ham de visitar»²², o que permite uma abordagem comparativa.

¹² No século XV, várias disposições papais reiteraram que os freires podiam dispor dos seus bens, reduzindo o voto de pobreza à designada «pobreza de espírito», nas palavras de António Pestana de Vasconcelos (Vasconcelos, 1998: 51). Em abril de 1495, o papa Alexandre VI emite várias letras apostólicas no sentido de os freires da Ordem de Cristo poderem dispor dos seus bens e de os poderem legar em testamento, pagando os três quartos de suas rendas e tenças (Lencart, 2018a: 49). Todavia, esta medida vai para além do estipulado no cap. 58 (57) das citadas Definições de Calatrava de 1468, que determinava que os que comprassem bens em vida os dessem à Ordem depois da morte (Publ. Dias, 2006: 134-135).

¹³ Fonte documental publicada por Vasconcelos, 1998: 70-92.

¹⁴ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fls. 49-59v.

¹⁵ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, 1962: 78-241.

¹⁶ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, 1962: 242-372.

¹⁷ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. 2, 1962: 78.

¹⁸ Publ. Pimenta, 2001: 269-289.

¹⁹ Publ. Pimenta, 2001: 269-289.

²⁰ Publ. Castelo Branco, 1997: 422-427.

²¹ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fls. 78-83.

²² Publ. Dias, 2006: 119.

3. Regras, definições e estatutos

Para a abordagem do tema em apreço, as regras, definições e estatutos incluem, tanto orientações para a celebração dos ofícios divinos, como estipulam obrigações funcionais mais adaptadas à organização das próprias ordens militares a que dizem respeito. A análise deste primeiro conjunto de textos normativos mostra a assunção da regra de S. Bento na celebração do ofício divino no convento, circunstância transversal às três ordens em questão. As Definições de Calatrava de 1468 reconhecem também o ascendente da regra de S. Bernardo. Como é sabido, Calatrava seguia o *ordo monasticus* próprio da Ordem de S. Bento, segundo o Breviário de Cister que definia o ofício divino (Ciudad Ruiz, 2011: 716).

Logo no início de todos estes textos é imposta a obrigação de guardar os jejuns, o silêncio e as demais cerimónias, conforme o antigo costume das ordens²³. As Definições de Calatrava especificam, ainda, como devem os comendadores, cavaleiros e freires receber os sacramentos, obrigando aqueles que morassem na área do Campo de Calatrava a permanecer no convento durante as vigílias de Páscoa, Pentecostes e Natal, submetendo-os à confissão e comunhão²⁴, o que denota a centralidade do convento enquanto espaço de vivência comunitária, pelo menos em alguns períodos do ano, mesmo por parte daqueles freires que não haviam recebido ordens sacras.

A forma de celebrar os ofícios estava bem definida na própria regra de S. Bento, o que influenciou o claro estabelecimento destes preceitos por parte das ordens monástico-conventuais que seguiam os princípios beneditinos. Todavia, os cistercienses, no contexto da ampla reforma que promoveram, em oposição à liturgia cluniacense, adequaram a liturgia à pureza da regra segundo os ideais de autenticidade e de simplicidade, propondo uma liturgia mais austera e breve para poder dilatar as horas de trabalho manual a que os membros da comunidade se deveriam dedicar (Ciudad Ruiz, 2011: 645). A ligação a Cister ressalta também do facto de as festas do calendário calatravo seguirem o breviário cisterciense, o qual contemplava 87 festas fixas principais e quatro móveis (Ciudad Ruiz, 2011: 639-642).

Em concreto, o abade de Morimond dispôs, nas definições que outorgou em 1468, que o ofício divino se celebrasse na igreja do convento, completo e de forma devota, de dia e de noite, por todos os freires que aí se encontrassem (Ciudad Ruiz, 2011: 648), medidas replicadas por Avis²⁵ e Cristo²⁶. Como é natural, a prática sacramental era muito mais frequente entre os freires clérigos, que se confessavam e recebiam a comunhão pelo menos uma vez por semana. Com obrigações distintas, os freires cavaleiros tinham apenas a obrigação de receber os sacramentos nas designadas três páscoas do ano²⁷.

Também transversais às três ordens são as determinações sobre a forma de confessar, destacando-se o papel do prior conventual como agente primordial nesse

²³ Publ. Dias, 2006: 112-113 (cap.1º); ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fl. 49 (cap. 1º); publ. Vasconcelos, 1998: 71 (cap. 2º).

²⁴ Publ. Dias, 2006: 114-115 (cap. 5º).

²⁵ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fl. 49v (cap. 1º).

²⁶ Publ. Vasconcelos, 1998: 70 (cap. 1º).

²⁷ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 78-241.

processo, e que atingia em particular os que viviam perto do convento central. Por razões de natureza logística, os demais cavaleiros, comendadores e freires poderiam confessar-se aos delegados nomeados pelo prior. Segundo afirma Raquel Torres Jiménez, poderia pensar-se que a autoridade do prior fora instrumentalizada ao serviço da justificação do relaxamento religioso. Porém, o capítulo ordenava ao prior que não concedesse licenças sem causa legítima. Por outro lado, a licença não se estendia à confissão e comunhão obrigatórias nas três Páscoas, cuja prática no convento não podia ser dispensada; previa-se mesmo que o prior anotasse quais os comendadores e cavaleiros que recebiam os sacramentos nessas festas centrais do calendário católico (Torres Jiménez, 2005: 51).

Calatrava, nos textos escritos que selecionamos, dá sinais da valorização dos sacramentos. Impunha, também, a permanência no convento de, pelo menos, 20 freires para garantir as cerimónias litúrgicas, nomeadamente o ofício divino²⁸. Reserva ainda determinações específicas para os sacerdotes e para a forma como deveriam celebrar as missas. Dentro desta mesma linha de atuação, as orações e as cerimónias fúnebres realizadas em sufrágio dos defuntos eram particularmente importantes, como já destacou Raquel Torres Jiménez (2005: 49). Só nas Definições de Calatrava se encontra expressa a obrigação de apenas priores e capelães professos da ordem poderem servir na capela do mestre²⁹, o que reflete o prestígio dessa função exercida no convento central. Estes religiosos tinham a obrigação de estar diariamente na mesa do mestre para abençoar e dar graças, de acordo com os preceitos da regra beneditina³⁰.

Note-se que apenas na Regra e Definições da Ordem de Cristo de 1503 há orientações específicas sobre a forma como o prior do convento teria de celebrar missas e ofícios³¹, de realizar o ofício de finados³² e de celebrar por morte de um freire³³, o que evidencia que esta Ordem valorizava os rituais em torno dos defuntos à semelhança do que acontecia em Calatrava, sua inspiração seminal.

Já num domínio distinto, relacionado com uma dimensão mais orgânica e funcional, Calatrava e Avis manifestam a necessidade imperiosa do conhecimento da regra e das cerimónias do convento por parte de todos aqueles que recebiam o hábito, fossem eles comendadores, cavaleiros ou priores. Aqui radicaria uma das mais expressivas oportunidades para alimentar o sentido universal da ordem e o sentimento de pertença à mesma. O ingresso numa instituição de carácter monástico-militar supunha a aceitação do compromisso de consagração a Deus, de cumprimento dos três votos monásticos e da observação de uma vida de serviço e de sacrifício. Estas obrigações revestiam-se de um carácter mais geral e eram partilhadas por todos aqueles que seguiam uma vida de cariz religioso.

Os textos analisados também contemplam algumas orientações sobre a relação com terceiros. A propósito de questões relacionadas com a abertura da comunidade religiosa

²⁸ Publ. Dias, 2006: 121 (cap. 21º).

²⁹ Publ. Dias, 2006: 121 (cap. 20º).

³⁰ Publ. Dias, 2006: 121 (cap. 20º).

³¹ Publ. Vasconcelos, 1998: 71-72 (cap. 4º).

³² Publ. Vasconcelos, 1998: 72 (cap. 5º).

³³ Publ. Vasconcelos, 1998: 72 (cap. 6º).

a outras pessoas, salientamos que Calatrava especifica que é proibida a entrada de Mendicantes na ordem³⁴. As citadas Definições de Calatrava de 1468 tentavam proibir o acesso de leigos – em particular de mulheres – a certas partes do convento, reforçando a obrigação do silêncio face às perturbações causadas por ocasião dessas visitas, que impediam os religiosos de se dedicarem às práticas devotas (Torres Jiménez, 2005: 60). Por sua vez, a normativa de Avis menciona a proibição de o mestre receber na ordem professos de outras ordens³⁵, que somente estariam interessados no recebimento de dignidades, comendas ou benefícios.

O contacto com pessoas externas às ordens também ocorria no âmbito da prática da caridade. Segundo as fontes históricas selecionadas, nomeadamente no que consta nas regras de Cristo³⁶ e de Avis³⁷, os comendadores, cavaleiros e freires deviam receber caritativamente em suas casas as pessoas da instituição. A prática da caridade no Portugal de finais do século XV e inícios do XVI teve um forte impulso régio, motivado por razões religiosas e políticas. Em Portugal, esse tempo foi marcado pelo desenvolvimento das misericórdias (Sá, 2004: 316-329).

A leitura contrastiva dos textos das regras, definições e estatutos, produzidos entre 1468 e 1503 pelas ordens de Calatrava, de Avis e de Cristo, revela que o número de capítulos que cada um desses documentos dedica à matéria em estudo é equivalente, embora a sua distribuição ao longo dos textos seja distinta. Há outras orientações pontuais sobre ofícios divinos nos designados regimentos dos conventos, que serão analisados de seguida, e que alertam para a dispersão e complexidade destas normas. Em rigor, o seu sentido global, só se apreende através de uma leitura complementar entre todas elas.

4. Regimentos dos conventos

Nesta categoria de textos normativos apenas dispomos dos regimentos do convento de Calatrava, datado de 25 de março de 1525³⁸, e do convento de Avis, de 1546³⁹. Muito embora haja um texto de Avis de 1488-1489, não se revela útil para a análise que levamos a cabo, na medida em que tem por objetivo a manutenção e organização da casa e não as orientações espirituais vividas no seio da comunidade. A única menção que poderá ter significado para este trabalho é o facto de referir a permanência de 20 freires no convento⁴⁰, à semelhança daquilo que tinha ficado escrito vinte anos antes para Calatrava. Em rigor, o regimento do convento de Calatrava foi assumido pelo convento da Ordem de Cristo, por via de uma cópia feita por Jorge Rodrigues, concluída a 16 de

³⁴ Publ. Dias, 2006: 120-121 (cap. 19º).

³⁵ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fl. 56 (cap. 18º).

³⁶ Publ. Vasconcelos, 1998: 83 (cap. 41º).

³⁷ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fls. 56-56v (cap. 20º).

³⁸ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 78-241, acompanhados por uma cópia do capítulo geral de 1511 de Sevilha (publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 242-372).

³⁹ Publ. Pimenta, 2001: 269-289.

⁴⁰ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, nº 872.

novembro de 1528⁴¹, não se conhecendo outro documento que se possa utilizar para aprofundar o funcionamento do convento de Tomar. Ressalva-se apenas a existência da ordenação da cura das almas e do regimento das igrejas e comendas de Cristo de 1517, documento no qual D. Manuel I procurou corrigir a recorrente falta de capelães perpétuos nas igrejas da Ordem⁴².

O regimento do convento de Calatrava de 1525 foi redigido na sequência do capítulo geral de Burgos, que teve início a 8 de setembro de 1523, e enquadra-se no movimento reformador geral de todos os mosteiros da Ordem em Espanha. Nesta conjuntura, Fr. Juan, abade de Morimond, da Ordem de Cister da diocese de Langres, reformador-geral, visitou Calatrava com propósitos reformadores⁴³. A referida reunião capitular terá sido memorável a todos os níveis, tanto mais que não se celebrava capítulo já há 13 anos. Esta reunião deu origem à consulta de muita documentação da Ordem, nomeadamente definições, atas de capítulos anteriores, visitasões e bulas, cujos conteúdos foram transcritos ou glosados, num enorme esforço de sistematização. Registe-se, por exemplo, que pela análise de uma visitação foi constatado que faltavam livros de cobrança na livraria, dado que não eram devolvidos, sendo promovidas medidas para evitar que a livraria perdesse os seus preciosos exemplares⁴⁴, o que levanta um problema para a investigação histórica.

O facto de o governador da Ordem de Cristo mandar aplicar no convento de Tomar o mesmo regimento do convento de Calatrava é sintomático da intenção de decalcar a normativa da casa-mãe – Calatrava – na filiada de Tomar, que, à escala de Portugal, exerceria um papel semelhante. Longe de uma atitude de subserviência ao reino vizinho, o rei de Portugal usava Calatrava para enaltecer Tomar, procurando dotar o convento de Tomar, fundado sob a observância regular da Ordem de Calatrava, da aura que caracterizava o convento de Calatrava. Em sentido complementar, a opção régia poderia denotar a urgência num regimento conventual num momento em que D. João III, rei e governador da Ordem de Cristo, se empenhava pessoalmente na reforma das ordens monásticas e conventuais portuguesas. Esta reforma começou no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1527, e foi levada a cabo por Frei Brás de Barros, frade jerónimo⁴⁵. Também a um frade jerónimo, Frei António de Lisboa, iria o rei confiar a reforma do convento de Tomar, iniciada em junho de 1529, menos de um ano depois de Jorge Rodrigues ter feito a cópia do documento de Calatrava. O monarca, em missiva dirigida ao prior do convento, a 14 de junho de 1529, chega mesmo a afirmar que desde a fundação da Ordem nunca se haviam cumprido as observâncias de Calatrava:

«faço saber a vos dom prior e freires do convento de Thomar que vendo eu como pela bula do sancto padre o papa Joane XXII de gloriosa memoria a dita Ordem foi criada e fundada debaixo da regra e

⁴¹ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 241.

⁴² ANTT. *Gaveta* 7, mç. 15, nº 2.

⁴³ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 196.

⁴⁴ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 135-137.

⁴⁵ Na sequência da reforma espiritual dos cónegos crúzios, o frade jerónimo redigiu o *Livro das Constituições e Costumes que se guardam em Santa Cruz*, feito e publicado em 1532 (Santos, 1996: 251-252).

observancias regulares da Ordem de Calatrava a qual atee agora assi per vossos antecessores como per vos nu[n]ca no dito convento foi guardada»⁴⁶.

A reforma conventual foi um longo processo e, tanto quanto é possível perceber, teve grande resistência por parte dos freires conventuais. Por fim, Frei António de Lisboa conseguiu redigir um texto com a regra de S. Bento adaptada aos freires do convento de Tomar, já no ano de 1544⁴⁷.

A versão que consultamos para este trabalho de cunho comparativo foi a cópia que Jorge Rodrigues trouxe do convento de Calatrava, exarada em «*hum livrinho encadernado concertado e subscrito por Frey Francisco Rodriguez cantor do dito convento e notairo deputado*»⁴⁸. Em outubro de 1528, D. João III enviara uma missiva à sua irmã D. Isabel, mulher do imperador Carlos V, pedindo-lhe para o prior do convento de Calatrava receber Jorge Rodrigues, escrivão da câmara do rei e notário apostólico. O rei pretendia que este seu representante copiasse os textos normativos da Ordem castelhana, os quais serviriam de modelo à reforma do convento de Tomar (Lencart, 2018a: 53). No ano seguinte, como afirmámos acima, D. João III nomearia o frade jerónimo Fr. António de Lisboa para submeter os freires de Tomar à clausura conventual e à observância de Calatrava. A esta reforma estava subjacente um tipo de espiritualidade mais interior e contemplativa (Buescu, 2005, p. 197). A esse tempo, já o rei e o cardeal infante D. Afonso, na qualidade de abade de Alcobaça e, portanto, visitador do convento de Tomar, haviam ordenado uma inquirição aos membros da Ordem de Cristo, levada a cabo pelo beneditino Frei António de Sá (Lencart, 2018a: 90). Em concordância com a hipótese que já avançamos, a aparente urgência em reformar os freires conventuais poderá ter justificado a adoção *ipsis verbis* do texto de Calatrava por parte do prior do convento de Tomar.

O retorno à raiz espiritual é evidente – «*Começa se ho prologo sobre a regra do bem aventurado padre Sam Beento abbade dada aos freyres da Hordem de Nosso Senhor Jhesu Christo*»⁴⁹. Também o regimento do convento de Calatrava obrigava à tradução da «*beneditina*» para romance, texto este que havia sido dado especialmente à Ordem⁵⁰. Neste sentido, merece destaque a referida cópia da regra de S. Bento em que consta a representação iconográfica da esfera armilar, isto é, a insígnia de D. Manuel, governador da Ordem de Cristo⁵¹, e feita certamente a seu mando. Já no primeiro capítulo que reunira no convento de Tomar, em 1492, enquanto governador, D. Manuel manifestara a intenção de reformar a instituição procedendo a importantes deliberações sobre a vida interna da Ordem. Entre elas, destacam-se a reafirmação dos votos de pobreza e castidade; a necessidade de autorização do mestre e capítulo para legar bens; a imposição

⁴⁶ ANTT. *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232, fl. 116.

⁴⁷ ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 8. A contextualização desta reforma e a análise dos documentos relacionados com a mesma foi feita por Costa & Lencart, 2026 [no prelo].

⁴⁸ Publ. Lencart, 2018b: 115-116.

⁴⁹ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). IL 70 (Regra de São Bento, dada aos religiosos da Ordem de Cristo) [1476-1525], fl. 1.

⁵⁰ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 92.

⁵¹ BNP. IL 70.

de os freires clérigos e conventuais viverem no convento, entre outras (Lencart, 2018a: 48-49). Neste mesmo contexto, ordenou ainda visitas às igrejas e comendas da Ordem, que se realizaram entre 1492 e 1495 (Castelo Branco, 1997: 413), mostrando interesse em averiguar as práticas religiosas dos freires e dos fregueses que vivam sob o seu enquadramento. Dez anos mais tarde, na reunião capitular de 1503, D. Manuel, governador e já rei (havia ascendido ao trono em 1495), fez aprovar uma nova normativa da Ordem, já mencionada acima, que respondia ao seu programa de atuação política, nomeadamente no plano da afirmação externa, e às necessidades de modernização da instituição, acentuando a importância da vivência interna e da prática religiosa e espiritual dos seus membros. Todos os esforços de reforma que emergiram no final do século XV culminaram na reforma promovida por Frei António de Lisboa após 1529.

O Concílio de Trento imporia uma reforma interna das ordens religiosas, com o objetivo de revitalizar a sua espiritualidade e minimizar abusos de há muito enraizados. Isso também afetou as ordens de Calatrava, de Avis e de Cristo, enquanto ordens religioso-militares, impondo maior rigor na observância das suas regras. A ideia de unidade cristã influenciou essas ordens, promovendo normas que alinhavam as suas atividades com os objetivos da Igreja Católica, em sintonia com a reforma tridentina.

A par do esforço reformador, promovia-se a consciência da difusão e aplicação das novas normas. Do Regimento do Convento de Calatrava de 1525 mandaram-se imprimir 150 exemplares⁵², para que o livro pudesse ser dado a todas as pessoas da Ordem e colocado no convento⁵³. O mesmo objetivo perpassa da já referida obrigação de tradução da «*benedictina*» para romance, ou seja, para uma versão de mais fácil leitura e ampla difusão⁵⁴. Já D. Manuel mandara imprimir as Definições aprovadas no capítulo de 1503, explicitando que:

«muitos livros da dicta reformação e das diffinições que no capitulo se fizerão e que cada huum dos comendadores, cavaleiros e pessoas da ordem tivesse seu pera saberem suas obrigações e as cumprirem»⁵⁵.

Por sua vez, o Regimento do convento de Avis de 1546 é muito distinto do de Calatrava de 1525 e, por inerência, do de Cristo, nomeadamente pela relevância que dá aos ofícios divinos logo no início do texto⁵⁶. Para além da influência do fator cronológico, tendo em consideração que foi feito decorridos mais de 20 anos, reflete o facto de o Concílio de Trento se encontrar em curso (1545-1563) e o impacto da reforma da Ordem de Cristo levada a cabo por Fr. António de Lisboa, desde 1529⁵⁷.

⁵² Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 173.

⁵³ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 89.

⁵⁴ Publ. *As Gavetas da Torre do Tombo*, 1962: 92.

⁵⁵ ANTT. *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 1ª parte, fl. 29v.

⁵⁶ *Regimento do convento de Avis*, publ. PIMENTA, 2001: 269-289.

⁵⁷ A 8 de junho de 1541, o papa Paulo III confirmara à Ordem de Cristo a Regra de S. Bento, a isenção da superioridade do abade de Alcobaça e os mesmos privilégios de que gozavam a Ordem de S. Bento e a Ordem de S. Jerónimo. Em 1544, Fr. António de Lisboa publicou a Regra dos Freires da Ordem de Cristo, que incluía o prólogo da Regra de S. Bento e 36 capítulos por si selecionados e aplicados aos freires do convento de Tomar (Lencart, 2018a: 98; Costa & Lencart, 2026 [no prelo]).

D. Jorge, administrador de Avis, reforma e outorga o novo regimento do convento, tendo em consideração apenas, aparentemente, um regimento anterior e sem evocar qualquer modelo eclesiástico que o inspirasse, declarando: «*Acerca do rezar guardar se a o costume que se sempre usou*»⁵⁸. Como já afirmamos, não conhecemos nenhum documento congénere, isto é, especificamente orientado para as questões religiosas e espirituais, de data anterior. Assim, colocamos a hipótese da referência feita por D. Jorge poder dizer respeito a um eventual texto contemporâneo daquele que foi feito para a Ordem de Cristo em 1528.

O texto de 1546 tem um propósito reformador e contém instruções sobre a dimensão religiosa da vida dos freires e bastante detalhe sobre a organização funcional e financeira do convento. No que concerne à dimensão religiosa dos freires, e estabelecendo paralelo com Calatrava, são definidos os dias em que devem comungar e o modo de celebrar as missas. Para o convento de Avis, as disposições do regimento insistem na esmola aos pobres, na sepultura no convento para que «*creça a devoção e folguem de se enterrarem nelle*» e no modo de realizar as procissões. Em 10 de dezembro de 1547, D. Jorge consolida a sua política de reforma das ordens militares que tinha sob a sua alçada, ao outorgar o regimento do convento de Palmela⁵⁹ com o propósito de reformular um outro anterior sem que, no entanto, o identifique. D. Jorge parece assim dotar os conventos de Avis e de Palmela de maior independência, reconhecendo a sua autoridade administrativa e religiosa, exercida por via do dom prior, em relação às duas comunidades.

5. Regimentos de visitações

As orientações sobre o modo de o mestre nomear os visitantes para o convento, as igrejas e as comendas são comuns aos que selecionamos, o que é revelador da necessidade dos órgãos diretivos conhecerem, por um lado, o património da instituição e, por outro, garantirem o cumprimento da normativa religiosa, como teremos oportunidade de ver.

Não se conhece nenhum regimento de visitação para a Ordem de Calatrava, em moldes comparáveis com os que conhecemos para as ordens de Avis (1503) e de Cristo (1488). Para Calatrava, temos apenas algumas orientações para os visitantes, promulgadas no âmbito das Definições de 1468. Outras informações parcelares sobre visitas e visitantes da Ordem de Calatrava encontramos em documentos avulsos, como por exemplo «*Salarios a visitantes de la Orden de Calatrava*», de 1493⁶⁰, e uma advertência para os visitantes da Ordem de Calatrava nos reinos de Aragão e Valência, igualmente de 1493⁶¹. O tema dos salários dos visitantes é recorrente na documentação e surge novamente em 1501, como se vê em «*Mantenimientos de visitantes de la Orden*

⁵⁸ Publ. Pimenta, 2001: 269.

⁵⁹ ANTT, *Ordem de Santiago / Convento de Palmela*, liv. 134.

⁶⁰ Archivo General de Simancas (AGS). ES.47161.AGS//CCA, CED,3-2,1,3.

⁶¹ AGS. ES.47161.AGS//CCA, CED,3-2,1,4. A título de curiosidade, refira-se que para uma cronologia semelhante (1478) e para a Ordem de Santiago se conhece uma «*Relación de lo que los visitantes han de preguntar a los comendadores y caballeros de Santiago*» (Archivo Historico Nacional (AHN). ES.28079.AHN//ESTADO, 3482, Exp.38).

de Calatrava»⁶² e em «Mantenimentos de visitantes de la Orden de Calatrava en Aragón y Valencia»⁶³.

De acordo com as mencionadas Definições de Calatrava de 1468, o mestre deveria nomear como visitantes dois cavaleiros ou pessoas da Ordem que, de dois em dois anos, deveriam visitar o convento, os castelos, vilas, fortificações, torres, pontes, casas e todos os demais lugares das comendas e igrejas, bem como os moinhos, vinhas, prados, montes e todos os bens da Ordem. Estes oficiais deveriam inteirar-se do estado de conservação dos bens e mandar reparar o que fosse necessário, num determinado espaço de tempo. Na visitação seguinte, os visitantes deveriam averiguar do cumprimento das suas determinações⁶⁴. Neste capítulo, nada é referido acerca das obrigações dos visitantes em matéria religiosa⁶⁵. Porém, no capítulo 34º, que reporta à obrigação de o mestre fazer capítulo geral uma vez por ano, é determinado o seguinte:

*«Em ho qual cabiido ainda hos visitantes pollo senhor meestre deputado seram theudos de dizer e declarar ho estado e desposiçom das comendas, priorados e casteelos e dos outros lugares so sua visitaçom estantes. E asy meesmo hos costumes das pessoas por elles visitadas»*⁶⁶.

Esta última afirmação é reveladora de que os visitantes também averiguavam o cumprimento das obrigações religiosas, embora não sejam especificadas. Apesar de também não conhecermos regimentos de visitação específicos das igrejas de Calatrava, é possível, pelos seus livros de visitação⁶⁷, saber o que procuravam apurar os visitantes a nível do cumprimento da fé dos leigos nos territórios da Ordem. Avaliavam, nomeadamente, o cumprimento do preceito dominical, a vivência diferenciada de certas partes do culto, como as oferendas e as esmolas, a consagração e elevação das espécies, o rito da paz e a bênção do pão (Torres Jiménez, 2023).

No texto das Definições de 1468 é declarado que o mestre de Calatrava tinha direito de visita sobre o mestre da Ordem de Avis, em Portugal, tal como tinha sobre a Ordem de Montesa e Alcântara, nos reinos vizinhos, e que deveria exercê-lo de dois em dois anos, em cumprimento do vínculo que as unia⁶⁸. A omissão à Ordem de Cristo poderá entender-se pelo facto de esta Ordem ser visitada diretamente pelo abade de Alcobaça, como ficara determinado na bula fundacional.

Como era habitual, os regimentos dos visitantes da Ordem de Avis e da Ordem de Cristo foram promulgados em capítulo geral. O regimento dos visitantes de Avis, de

⁶² AGS. ES.47161.AGS//CCA, CED,5,26,1.

⁶³ AGS. ES.47161.AGS//CCA, CED,5,25,2.

⁶⁴ Publ. Dias, 2006: 119 (cap. 13º).

⁶⁵ O capítulo 14º é dedicado especificamente aos visitantes de Aragão e Valência, com as mesmas orientações, o 15º reporta às despesas e salário dos visitantes, e o 16º à obrigação de também os visitantes serem visitados, ou seja, o mestre deveria averiguar se os visitantes cumpriram corretamente as obrigações da visita (Dias, 2006: 119-120).

⁶⁶ Cf. Dias, 2006: 125 (cap. 34º).

⁶⁷ Conhecem-se dez campanhas de visitação ordenadas pela Ordem de Calatrava, nos séculos XV e XVI: 1471, 1491, 1493, 1495, 1500, 1502, 1508-1510, 1535, 1537-1538 e 1539 (Costa; Torres Jiménez; Lencart, 2019: 6).

⁶⁸ Publ. VASCONCELOS, 1998: 72 (cap. 6º).

1503⁶⁹, foi feito por Gomes Peixoto da diocese de Coimbra, no capítulo geral celebrado na igreja de Santa Maria da Anunciada da vila de Setúbal, e entregue a D. Fr. Afonso, prior do convento. O capítulo da Ordem de Avis reuniu nesta igreja da Ordem de Santiago em virtude de estas duas ordens serem governadas por D. Jorge, que permanecia grande parte do tempo entre Setúbal e Palmela. Os visitantes indigitados foram Fr. Diogo de Azambuja, comendador de Cabeço de Vide e de Alter Pedroso, e Fr. Pedro, prior da vila de Setúbal. Receberam a incumbência de visitar e reformar «*por bem de S. Bento*». Os visitantes deviam visitar em primeiro lugar as igrejas da Ordem, incidindo sobre fábricas, edifícios, cálices, vestimentas, livros, ornamentos⁷⁰; seguidamente, deveriam visitar os hospitais e albergarias e verificar se tinham os capelães ordenados⁷¹; por fim, onde identificassem capelães indicados pelo concelho do lugar em que se situavam, deveriam pedir ao concelho que enviasse a proposta de apresentação do respetivo capelão para que a Ordem o confirmasse⁷².

O regimento dos visitantes das igrejas da Ordem de Cristo de 1488 é bastante mais pormenorizado⁷³. Foi dado aos visitantes Fr. Henrique de Almeida, comendador de Casével e alcaide mor de Nisa, e Fr. Nuno Gonçalves, capelão do mestre. Ordenava que a visita começasse pelo convento de Tomar, devendo os visitantes requerer ao prior, sacristão e freires que mostrassem toda a casa e ornamentos que lhe pertenciam⁷⁴.

De seguida, deveriam verificar os ornamentos, nomeadamente, vestimentas, livros, cálices, cruces e joias de prata⁷⁵. Nesse seguimento, deveriam ver a igreja do convento, os claustros e os paços e verificar o que era necessário reparar⁷⁶. Depois visitariam as igrejas do termo⁷⁷. Nas igrejas da mesa mestral deveriam ser aplicadas as regras estabelecidas para a igreja do convento⁷⁸. Nestas igrejas deveriam informar-se sobre as visitas episcopais feitas ao corpo das igrejas, o qual se encontrava sob a responsabilidade dos fregueses, dando instruções aos visitantes para que obrigassem os fregueses a cumprir as determinações dos bispos⁷⁹. Nas igrejas das comendas deveriam saber se o comendador cumpria o reparo das igrejas, dos ornamentos, dos curas que ministravam o ofício divino e a cura das almas dos fregueses⁸⁰.

O regimento das visitas das igrejas da Ordem de Cristo evidencia, ainda, um particular cuidado com as práticas religiosas, as obrigações de participação nos ofícios divinos (celebração da eucaristia e das horas canónicas), a promoção da evangelização e

⁶⁹ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fls. 78-83.

⁷⁰ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fl. 78v.

⁷¹ ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fl. 79v.

⁷² ANTT. *Ordem de Avis / Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fl. 81.

⁷³ Publ. Castelo Branco, 1997: 422-427.

⁷⁴ Publ. Castelo Branco, 1997: 423.

⁷⁵ Publ. Castelo Branco, 1997: 423.

⁷⁶ Publ. Castelo Branco, 1997: 423.

⁷⁷ Publ. Castelo Branco, 1997: 423.

⁷⁸ Publ. Castelo Branco, 1997: 423-424.

⁷⁹ Publ. Castelo Branco, 1997: 424.

⁸⁰ Publ. Castelo Branco, 1997: 424.

a administração dos sacramentos. A explicação mais óbvia resulta do facto de se tratar de um regimento especificamente destinado às igrejas. Esta constatação pode também ser o reflexo de o abade de Alcobaça, casa monástica da Ordem de Cister, ter o direito de visitação da Ordem de Cristo, como estipulado na bula de fundação da milícia, desde 1319.

Para além dos regimentos das visitas, outras tipologias documentais que selecionamos para fazer a análise comparativa são os relatórios elaborados aquando das visitas propriamente ditas e que contêm dados muito interessantes quanto a comportamentos de natureza religiosa⁸¹. Há alusões aos diferendos entre os presbíteros e os fregueses que se encontravam sob a sua alçada pastoral, sendo recorrentes as acusações mútuas de falhas ao nível da conduta religiosa, antes e depois do Concílio de Trento, o que questiona a sua eficácia reformatória em Portugal. A avaliação desta complexa questão tem de incluir os relatórios da documentação sinodal que resultava da atividade dos prelados diocesanos⁸². De qualquer modo, em tempos modernos, os cavaleiros das ordens militares viriam a ser apontados como modelos de integridade cristã e de virtudes sociais, o que contribui para discutir os problemas apontados para tempos anteriores.

Os trabalhos de Raquel Torres Jiménez demonstram que as prescrições dos visitantes calatravos se aproximavam das normas dos sínodos, ou seja, das promulgadas pelo arcebispo de Toledo. Todavia, a milícia exercia a sua própria autoridade, em sintonia com as exigências disciplinares da Igreja, que todo o povo cristão devia cumprir (Torres Jiménez, 2023: 318). Face às questões levantadas, num próximo trabalho, seria pertinente avaliar o impacto das determinações dos visitantes, nomeadamente ao nível do cumprimento do culto, do ofício divino e dos sacramentos, em articulação com os preceitos episcopais para avaliar a convergência ou dissonância das duas posições. Mais uma vez, o valor do exercício comparativo é inquestionável para aprofundar o conhecimento sobre estas matérias.

Considerações finais

Para além da influência sociopolítica exercida pela coroa ao nível da história tardo-medieval das ordens militares, processo que inclusivamente se repercutiu no plano da sua própria modelação interna, a abordagem que desenvolvemos neste trabalho permitiu-nos explorar uma outra perspetiva, assente nas práticas religiosas observadas no contexto das ordens de Calatrava, de Avis e de Cristo. As suas bases normativas, em finais do século XV e ao longo do século XVI, convergiram em vários pontos, antes de mais pela partilha da raiz beneditina/cisterciense. Em primeiro lugar, no reforço da observância da Regra de São Bento e na influência do breviário cisterciense. Em segundo lugar, destaque-se a subordinação das ordens militares às coroas ibéricas e a progressiva diminuição da sua autonomia. Em terceiro lugar, foi reforçado o alinhamento com os objetivos da Igreja Católica após o Concílio de Trento, que também lhes imprimiu

⁸¹ Costa, 2012: 415-437.

⁸² O caso das visitas pastorais feitas em Entradas (atual concelho de Castro Verde), pertencente à diocese de Évora, revela que as queixas apresentadas neste tipo de ocasião são muito semelhantes às expendidas nos domínios das Ordens Militares (cf. Bethencourt, 1987: 97).

algumas exigências transversais. Estas ordens exemplificavam a fusão entre espiritualidade e poder político, adaptando-se às necessidades de seus tempos, mantendo fundamentos religiosos compartilhados.

As particularidades de cada uma das três ordens em análise são, pois, escassas à luz do que se consegue captar nos textos selecionados. A este nível, é emblemática a estratégia de cópia de alguns textos. Os Estatutos da Ordem de Avis, aprovados em capítulo a 2 de agosto de 1503, incluem uma cópia da Regra de S. Bento e dos usos e costumes de Calatrava⁸³. A Regra de S. Bento dada à Ordem de Cristo, redigida numa cronologia entre 1492 e 1503, datas dos dois capítulos de Tomar em que este assunto foi tratado, é assim contemporânea das Definições de 1503. A Ordem de Cristo fez também uma cópia do Regimento do Convento de Calatrava de 1525. A Ordem de Cristo, ao reforçar a vinculação ao modelo do Convento de Calatrava, parece dar sinais de querer incorporar o seu prestígio e de fortalecer o papel do convento central da Ordem em Portugal, situado em Tomar, à semelhança do que se passava com o de Calatrava no reino vizinho. Sendo a única Ordem que se encontrava sob a governação direta do monarca (D. Manuel ascendeu ao mestrado de Cristo em 1484 e à coroa em 1495, exercendo ambos em acumulação), também não se pode excluir a hipótese do rei, um leigo, abdicar dessa tutela sobre o convento e optar pela sua vinculação à matriz de Calatrava.

Posteriormente, na conjuntura tridentina, a opção transformou-se: o modelo de Calatrava deixou de ser determinante para Portugal e procurou-se recuar ao modelo de S. Bento, por via de Cister. A própria evolução de Calatrava nos anos de 1540, no sentido da sua castelhanização, pode justificar, pelo menos em parte, a tendência de autonomia que identificamos para Portugal. Trata-se de uma questão pouco linear e que merece uma problematização mais profunda. Refira-se apenas que Fr. Claude de Bronseval, abade cisterciense de Claraal, visitou a Península Ibérica nos anos de 1530⁸⁴ e que há registo de uma visita de Morimond a Tomar em 1532-1533, contexto em que foi assinalado que o convento já não era administrado por uma pessoa regular da Ordem⁸⁵.

Chegados a meados do século XVI, e sob os auspícios reformadores emanados de Trento, podemos afirmar que houve uma vontade de regresso a uma matriz primitiva e fundadora – S. Bento – compatível com a vaga de claustração, inspirada na vida monástica de base regular, dispensando a intermediação de Calatrava. Este movimento reformador é muito amplo, atinge todas as ordens religiosas e as militares estão em perfeita concordância com as demais. As ordens militares de base beneditina evoluíram através de dois percursos paralelos. A secularização dos freires cavaleiros com carreiras políticas muito comprometidas com a coroa *versus* a claustração dos freires conventuais constituem um binómio que marcaria a modernidade. As obrigações impostas aos freires clérigos requeriam espaços comuns e estimulavam a sua cultura erudita, uma vez que a recitação do ofício divino exigia que soubessem ler e escrever, bem como noções de latim e de canto (Ciudad Ruiz, 2011: 716-717).

⁸³ ANTT. *Ordem de Avis/ Convento de S. Bento de Avis*, liv. 25, fls. 49-59v.

⁸⁴ Cláudio de Bronseval, *Pelegrinatio Hispanica, 1531-1533*, 1970, tomo I.

⁸⁵ Olival, 2013: 61-74 (p. 65, em particular).

Tudo convergia para fazer do próprio convento um objeto de devoção, em parte pelo seu significado profundo para a Ordem, mas também por ser um lugar onde havia freires que, de forma semelhante aos monges cistercienses, se dedicavam à observância regular e à oração (Torres Jiménez, 2005: 58). A promoção do rigor das práticas religiosas no convento refletiu-se na dimensão arquitetónica desses espaços. O convento de Cristo em Tomar no século XVI foi alvo de uma grande requalificação e ampliação, e o convento de S. Bento de Avis sofreu um processo de intervenção entre os séculos XVI e XVII, com impacto nos fregueses que habitavam os domínios das ordens de Cristo e de Avis. A preocupação com o culto fora do convento esteve presente desde o final do século XV. D. Manuel teve o cuidado de dotar as igrejas dispersas pelo senhorio da Ordem de Cristo com as alfaias necessárias ao ofício divino (Lencart, 2015-2019: 41-80). Em linha com este tipo de medidas, podemos valorizar as determinações das visitas a propósito das práticas religiosas tanto dos clérigos, como dos respetivos fregueses.

O convento e sobretudo a igreja conventual funcionavam como elemento centrípeta atraindo as populações que viviam ao seu redor. Vários eram os motivos que justificavam a deslocação ao convento. Primeiro o prestígio da própria Ordem, exteriorizado nos seus símbolos e estandartes, nas vestimentas e nos paramentos litúrgicos, assim como o poder de atração exercido pelos seus mestres e outras figuras da alta hierarquia aí sepultados. Entre os fatores que atraíam a atenção para a igreja do convento podemos incluir as festas ligadas às grandes celebrações litúrgicas e às missas novas dos religiosos conventuais. Acrescem, ainda, os benefícios de remissão de penas associados à visita a determinadas capelas em certas alturas do ano. Também a celebração diária do ofício divino, com o canto coral, e as relíquias aí depositadas, mostradas ao povo em ocasiões especiais, funcionariam como atrativo para a população, promovendo as esmolas e as doações pias (Torres Jiménez, 2005: 60-61).

Apesar do seu carácter fundamental no seio de instituições que, por definição, são religiosas, as práticas desta natureza eram explicitamente definidas nos textos normativos, mas dificilmente perscrutáveis na prática quotidiana, domínio em que quase só os relatórios das visitas permitem captar algumas notas. No âmbito da regulação da religiosidade quatrocentista e quinhentista das ordens militares, a análise contrastiva destes documentos normativos revela-se bastante pertinente.

Fontes Documentais

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Gaveta 7*, mç. 15, n° 2.

ANTT, *Ordem de Avis / Convento de São Bento de Avis*, liv. 25, fls. 49-59v.

ANTT, *Ordem de Avis/ Convento de São Bento de Avis*, maço 2, n° 61.

ANTT, *Ordem de Avis/ Convento de S. Bento de Avis*, n° 872.

ANTT, *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 8.

ANTT, *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, liv. 232.

Archivo General de Simancas (AGS), ES.47161.AGS//CCA, CED,3-2,1,3.

AGS, ES.47161.AGS//CCA, CED,3-2,1,4.

AGS, ES.47161.AGS//CCA, CED,5,26,1.

AGS, ES.47161.AGS//CCA, CED,5,25,2.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), IL 70 (Regra de São Bento, dada aos religiosos da Ordem de Cristo] [1476-1525]).

Bibliografia

ACEDO SANCHEZ, José (2012), Ed. do autor. Disponível em <https://www.esquinademaucicio.es/wp-content/uploads/2019/04/Encomienda-del-Moral-rev.pdf>.

As Gavetas da Torre do Tombo (1962), António da Silva Rego (coord.), Vol. 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos (1997), *La corona de Castilla y la incorporación de los maestrazgos*, in Luís Adão da Fonseca (dir.), *Militarium Ordinum Analecta*. 1, Porto, Fundação Engº António de Almeida, pp. 257-290. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-1>.

BETHENCOURT, Francisco (1987), “As visitas pastorais. Um estudo de caso (Entradas, 1572-1593)”, *Revista de História Económica e Social*, 19, pp. 95-112.

CASTELO BRANCO, Manuel (1997), “Visitações na Ordem de Cristo até finais do séc. XVI”, in Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Paulo Pacheco (coords.), *As Ordens Militares em Portugal e no Sul da Europa*, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, pp. 422-427.

CIUDAD RUIZ, Manuel (2011), *Los freiles clérigos de la Orden de Calatrava en la Edad Media. Organización y forma de vida*, Tese de doutoramento, Universidade de Castilla-La Mancha.

CORRAL VAL, Luis (2008), “La filiación cisterciense de la Orden del Pereiro-Alcántara desde sus orígenes hasta el siglo XVI”, *Revista de estudios extremeños*, 64 (3), pp. 1227-1248.

CORRAL VAL, Luis (2009), “Las relaciones institucionales entre las: Órdenes de Calatrava y Alcántara (siglos XII-XV)”, *Revista de las Ordenes Militares*, 5, pp. 77-106.

COSTA, Paula Pinto; LENCART, Joana (2026), “De la vida en el «mundo» a la vida en el claustro: un proceso gradual de transformación de la Orden de Cristo en la primera mitad del siglo XVI”, in Jesus Molero Garcia y Raquel Torres Jiménez (coord.), *El patrimonio cultural y la dimensión religiosa de las órdenes militares (siglos XII-1ª mitad del XVI)*, Madrid, Dykinson [no prelo].

- COSTA, Paula Pinto (2012), “As visitações: as Ordens Militares portuguesas entre poderes?”, in Isabel Cristina F. Fernandes (coord.), *Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Atas do VI Encontro sobre Ordens Militares de Palmela*, Vol. 2, Palmela, Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago, pp. 415-437.
- COSTA, Paula Pinto (2023), “Viver face a uma sociedade multicultural e multirreligiosa: enquadramentos normativos medievais definidos pelas ordens religioso-militares”, in Francesco Renzi; Joana Gomes; Luís Carlos Amaral (org.), *Igrejas, poderes e territórios: novas perspetivas sobre as relações entre o poder e as igrejas na Europa medieval (séculos XI-XV)*, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 186-196. Disponível em: [655800.pdf](#)
- COSTA, Paula Pinto, TORRES JIMÉNEZ, Raquel, e LENCART, Joana (2019), “The Patron Saints and Devotions of the Benedictine Military Orders (Portugal and Castile, 15-16th Centuries)”, *e-Journal of Portuguese History*, 17 (2), pp. 1-26. Disponível em https://brill.com/view/journals/ejph/17/2/article-p1_2.xml.
- CUNHA, Maria Cristina (2005), “A filiação da Ordem de Avis em Calatrava. Algumas notas a propósito da visita de 1346”, in Isabel Cristina F. Fernandes (coord.), *Actas do IV Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, pp. 317-326.
- Cláudio de Bronseval — *Peregrinatio Hispânico — Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)* (1970), Maur Cocheril (introduction, traduction et notes), 2 tomos, Paris, Presses universitaires de France.
- DIAS, Aida Fernanda (2006), “As *Diffinções de Calatraua* (1468), numa versão portuguesa”, in Martha E. Schaffer e Antonio Cortijo Ocaña (eds.), *Medieval and Renaissance Spain and Portugal. Studies in honor of Arthur L.-F. Askins*. London, Tamesis, pp. 104-143.
- LENCART, Joana (2018a), *Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI*, Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- LENCART, Joana (2018b), *Livro da Regra e Definições da Ordem de Cristo, por Pedro Álvares Seco*, in Paula Pinto Costa (dir.), *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 18, Porto, CEPESSE. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n-o-18>.
- LENCART, Joana (2015-2019), “Objetos de culto, vestimentas e livros oferecidos por D. Manuel I a igrejas da Ordem de Cristo”, *Revista de Artes Decorativas*, 7, pp. 41-80. DOI: <https://doi.org/10.34632/revistaartesdecorativas.2015.2073>.
- MENDONÇA, João Manuel de Morais Lamas Silveira (2008), *A Ordem de Avis revisitada (1515-1538). Um alheado entardecer*, Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa.

- Monumenta Henricina* (1960), Vol. 1, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- OLIVAL, Fernanda (2013), “Cister e as Ordens Militares de Avis e Cristo (séculos XVI-XVIII)”, in Maria Alegria Marques e Luís Carlos Amaral (eds.), *Monasticon (II): Nos caminhos de Cister*, S. Cristóvão de Lafões, Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, pp. 61-74.
- OLIVEIRA, Luís Filipe *et al.* (2011), “The Military Orders”, in José Mattoso, Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco (eds.), *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-c.2010: a collective book and a collaborative project*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, pp. 425-457.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes (2001), “As Ordens de Avis e de Santiago na Baixa Idade Média. O governo de S. Jorge”, in Luís Adão da Fonseca (dir.), *Militarium Ordinum Analecta*, Vol. 5, Porto, CEPESE. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-5>.
- PIMENTA, Maria Cristina Gomes (2009), “Calatrava em Portugal notas para uma revisão da questão”, in Ángela Madrid y Medina, Luis Rafael Villegas Díaz (coords.), *El nacimiento de la orden de Calatrava. Primeros tiempos de expansión (siglos XII y XIII): actas del I Congreso Internacional de la Orden de Calatrava. Almagro, octubre 2008*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos, pp. 189-204.
- PIMENTA, Maria Cristina (2015), “Algumas notas sobre os freires clérigos das Ordens de Avis e Santiago (1491-1550)”, in José Albuquerque Carreira, Carlos de Ayala Martínez (eds.), *Cister e as Ordens Militares na Idade Média - Guerra, Igreja e Vida Religiosa*, Tomar, Associação Portuguesa de Cister, pp. 195-223.
- POSTIGO CASTELLANOS, Elena, 1998. “... Y ‘los maestros se hicieron reyes, y los reyes maestros’. Algunas consideraciones sobre las Órdenes de Caballería de tercera generación (1520-660)”, in Luís Adão da Fonseca (dir.), *Militarium Ordinum Analecta*. Vol. 2, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida / CEPESE, pp. 291-318. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-2>.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (2004), “Devoção, caridade e construção do estado ao tempo de D. Manuel I: o exemplo das misericórdias”, in *Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época*, Vol. 3, Guimarães, Câmara Municipal, pp. 316-329. Disponível em <https://chi.guimaraes.pt/minutes/3ch>.
- SANTOS, Cândido dos (1996), *Os Jerónimos em Portugal: das origens aos fins do século XVII*, 2ª ed., Porto, JNICT.

- SEABRA, Maria Teresa da Silva Diaz de (2010), *A comarca da Aldeia Galega do Ribatejo (séculos XV e XVI)*, Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Lusíada de Lisboa.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa (2002), *A Ordem de Cristo (1417-1521)*, in Luís Adão da Fonseca (dir.), *Militarium Ordinum Analecta*, Vol. 6, Porto, Fundação Eng.º António de Almeida / CEPESE. Disponível em <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/militarium-ordinum-analecta-n.o-6>.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa (2004), “A Igreja e a Ordem de Cristo no séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Actas do III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua época*. Vol. II – *Igreja e Assistência*. Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 545-558.
- SILVA, Isabel Luísa Morgado de Sousa (2006), “A Igreja e a Ordem de Cristo no primeiro quartel do séc. XVI: a criação das comendas novas”, in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 249-261.
- SOUSA, António Caetano de (1947), *Provas da história genealógica da casa real portuguesa*, Tomo 2, 1ª parte, Coimbra, Atlântida.
- TORRES JIMÉNEZ, Raquel (2002), “Devoción eucarística en el campo de Calatrava al final de la Edad Media. Consagración y elevación”, *Memoria ecclesiae*, 20, pp. 293-328.
- TORRES JIMÉNEZ, Raquel (2020), “La dimensión religiosa de la Orden de Calatrava y su significado en la cristiandad medieval”, in Carlos de Ayala Martínez, José Antonio Aranda García (coords.), *La Orden de Calatrava en la Edad Media*, Alcaudete, Ayuntamiento de Alcaudete, pp. 119-180.
- TORRES JIMÉNEZ, Raquel (2005), “La influencia devocional de la Orden de Calatrava en la religiosidad de su señorío durante la Baja Edad Media”, *Revista de las Ordenes Militares*, 3, pp. 37-74.
- TORRES JIMÉNEZ, Raquel (2023), “Órdenes militares y fe de los laicos: Vivencias litúrgicas bajo dependencia calatrava (ss. XV-XVI)”, in *Milites Dei. Las órdenes militares: Encaje social y manifestaciones religiosas*, Pamplona, Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura, Deporte y Juventud, pp. 289-318.
- VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de (1998), “A Ordem Militar de Cristo na Baixa Idade Média. Espiritualidade, Normativa e Prática”, in Luís Adão da Fonseca (dir.), *As Ordens de Cristo e de Santiago no início da Época Moderna: a normativa*, *Militarium Ordinum Analecta*, Vol. 2, Porto, CEPESE, pp. 9-92.

El registro material del patrimonio de las órdenes militares: las ermitas de la villa de Montiel a fines de la Edad Media¹

DAVID GALLEGO VALLE

Universidad de Castilla-La Mancha

David.GallegoValle@uclm.es

RESUMO: Este trabalho analisa as ermidas medievais da vila de Montiel (Ciudad Real, Espanha) entre o final do século XV e o primeiro terço do XVI. Cruzamos resultados de prospeção, escavação e registo digital com a informação dos livros de visita da Ordem de Santiago. A investigação permitiu, pela primeira vez, localizar materialmente o conjunto de edificios mencionado nas fontes, muitos hoje profundamente transformados ou sem estruturas emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Ermidas; Montiel; Arqueologia; Ordem de Santiago.

THE MATERIAL RECORD OF THE MILITARY ORDERS' HERITAGE: THE HERMITAGES OF THE TOWN OF MONTIEL IN THE LATE MIDDLE AGES

ABSTRACT: This article examines the medieval hermitages of Montiel (Ciudad Real, Spain) from the late fifteenth century to the first third of the sixteenth. It integrates survey, excavation and digital recording with evidence from the Order of Santiago's visitation records. The research makes it possible, for the first time, to locate materially the full set of buildings mentioned in the sources, many now heavily altered or lacking standing remains.

KEYWORDS: Hermitages; Montiel; Archaeology; Order of Santiago.

EL REGISTRO MATERIAL DEL PATRIMONIO DE LAS ÓRDENES MILITARES: LAS ERMITAS DE LA VILLA DE MONTIEL A FINES DE LA EDAD MEDIA

RESUMEN: Este trabajo analiza las ermitas medievales de la villa de Montiel (Ciudad Real, España) entre finales del siglo XV y el primer tercio del XVI. Cruzamos los resultados de prospección, excavación y registro digital con la información de los libros de visita de la Orden de Santiago. La investigación ha permitido, por primera vez, localizar materialmente el conjunto de edificios mencionado en las fuentes, muchos hoy profundamente transformados o sin estructuras emergentes.

PALABRAS CLAVE: Ermitas; Montiel; Arqueología; Orden de Santiago.

LE REGISTRE MATERIEL DU PATRIMOINE DES ORDRES MILITAIRES: LES ERMITAGES DE LA VILLE DE MONTIEL A LA FIN DU MOYEN ÂGE

RESUME: Ce travail analyse les ermitages médiévaux de la ville de Montiel (Ciudad Real, Espagne) entre la fin du XVe siècle et le premier tiers du XVIe. Nous croisons les résultats de prospection, fouille et enregistrement numérique avec les informations des livres de visite de l'Ordre de Santiago. La recherche a permis, pour la première fois, de localiser matériellement l'ensemble des édifices

¹ Esta publicación se enmarca en el proyecto Órdenes Militares y fenómenos socio-religiosos en perspectiva comparada (siglos XII-1/2 XVI). Estudio desde la arqueología y la documentación escrita, PID2022-138803NB-I00, financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades, la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y el Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER). Además, forma parte del proyecto "Atlas virtual del patrimonio histórico de las órdenes militares en Castilla-La Mancha (siglos XII-XVI) – Legatum Ordinum", SBPLY/24/180225/000127, financiado por la JCCM, INNOCAM/FEDER, UE.

mentionnés dans les sources, dont beaucoup sont aujourd'hui profondément transformés ou dépourvus de structures émergentes.

MOTS-CLES: Ermitages; Montiel; Archéologie; Ordre de Santiago.

1. Introducción

En los territorios de las órdenes militares, los templos constituyen una estructura religiosa con una marcada dimensión jurisdiccional, espacial y territorial (Villegas, 1990: 41). Parroquias e iglesias propias resultaron fundamentales para la construcción del nuevo espacio feudal que se fue implantando en los territorios conquistados al islam en el ámbito de la actual región manchega (Ayala, 2007: 337). La documentación conservada sobre la creación de las ermitas remite, en buena medida, al siglo XV (Torres, 2013: 197), si bien en numerosos casos el registro arqueológico sugiere cronologías de fundación vinculadas al propio proceso de repoblación. Su origen responde a dinámicas diversas: en ocasiones, tras el abandono de aldeas, el único edificio que perdura es la iglesia, que pasa a funcionar como ermita; en otros casos, estos espacios devocionales se establecen en el entorno inmediato de las villas, configurando una periferia sacra asentada, con frecuencia, sobre lugares de ocupación previa.

El estudio de estos edificios en territorios de órdenes militares durante la Edad Media y los inicios de la modernidad ha suscitado una atención amplia desde perspectivas múltiples. Algunos trabajos han abordado su funcionalidad (Ballesteros, 2005) y su vinculación con la religiosidad (Torres, 1989; 2013; Ruiz *et al.*, 1995), como un ámbito especialmente relevante para el análisis de la sociedad y las mentalidades bajomedievales. Otros se han centrado en la dimensión material (García Carpintero, 2021), tanto para conjuntos de ermitas (Gutierrez-Cortines & Griñán, 1996: 51-60; Valle & Gracia, 2011) como para ejemplos individuales (Moya, 2010), con especial peso de los enfoques propios de la Historia del Arte (Monzón, 1996; Molina, 2006) y de intervenciones arqueológicas (Álvarez & Benítez, 2009), donde se examinan la morfología de los edificios, su evolución y los condicionantes de su implantación respecto a la villa matriz.

No obstante, desde nuestra perspectiva, es necesario formular nuevas preguntas que exigen una metodología adaptada a este problema histórico. En particular, consideramos que resulta todavía insuficiente el desarrollo de estudios arqueológicos sostenidos, apoyados en la información documental y en herramientas digitales, que permitan abordar cuestiones como las razones de fundación de una ermita en un enclave concreto, los antecedentes de poblamiento y su cronología, la transformación y entidad de los edificios, o el significado de eventuales cambios de ubicación. Este enfoque facilitaría una interpretación más amplia de estos fenómenos religiosos y de su relación con el poblamiento medieval, especialmente en territorios bajo jurisdicción de órdenes militares.

Desde esta perspectiva, Montiel (Ciudad Real), una de las villas principales de la Orden de Santiago y sede de una encomienda de gran extensión, ofrece un caso de estudio especialmente significativo por la conservación arqueológica del conjunto y por la densidad de información disponible para el tránsito entre los siglos XV y XVI. Las investigaciones desarrolladas en el Conjunto Arqueológico permiten abordar de manera

conjunta la villa medieval y su alfoz, que hemos ido reconstruyendo de forma progresiva a lo largo de los últimos años (Molero García; Gallego Valle; Peña Ruiz, 2021). En este marco, las intervenciones arqueológicas realizadas – de distinta escala y alcance – han permitido identificar en torno a una decena de templos: las parroquias de Nuestra Señora de la Estrella y de San Sebastián (que la sustituyó), la iglesia propia de los freires en el castillo, el edificio de la Vicaría de Santiago, ubicado extramuros al norte, y un conjunto de ermitas – objeto central de este trabajo – distribuidas por su tierra, con orígenes, evoluciones y morfologías diversas.

Nuestro objetivo es ofrecer un primer acercamiento a la materialidad de las ermitas de la villa de Montiel a fines de la Edad Media, en un contexto marcado por el notable incremento de información que estamos obteniendo. Para ello hemos desarrollado una metodología específica cuyo punto de partida ha sido el vaciado sistemático de los libros de visitación de la Orden de Santiago relativos a Montiel. En esta documentación se registra un número significativo de ermitas cuya localización, e incluso cuya propia existencia, se había perdido en parte de los casos, al no figurar en descripciones posteriores ni conservarse en la memoria local.

El desarrollo de nuestra investigación se ha articulado de forma escalonada, combinando procedimientos de gabinete y verificación de campo. En una primera fase hemos realizado transcripciones y análisis crítico de las fuentes, junto con el estudio de cartografía de diversa cronología y naturaleza. En una segunda etapa hemos incorporado herramientas digitales orientadas a la interpretación del patrimonio (LiDAR y vuelos con dron), integrando y gestionando la información mediante sistemas de información geográfica (SIG). Finalmente, hemos contrastado los resultados mediante prospección arqueológica superficial y, en aquellos enclaves que lo permitían, mediante excavación y lectura estratigráfica de paramentos, con el fin de identificar vestigios conservados, caracterizar las fábricas y evaluar las transformaciones sufridas por los edificios.

Con el fin de ordenar la exposición, el texto se estructura en un capítulo principal dedicado al estudio de las ermitas del término de Montiel, con desarrollos monográficos en los casos de mayor entidad y un apartado específico para aquellos edificios que presentan un registro más fragmentario o nos generan mayores dudas interpretativas. A continuación, se incorporan unas conclusiones de carácter sintético e interpretativo y, como apoyo fundamental, un corpus gráfico compuesto por la cartografía de síntesis, planimetrías y documentación fotográfica de los elementos más representativos.

2. Estudio de las Ermitas de la Villa de Montiel

El principal resultado de nuestro trabajo ha sido la localización, por primera vez, de las ocho ermitas mencionadas en los libros de visitación entre la segunda mitad del siglo XV y el primer cuarto del XVI. Este avance resulta especialmente relevante, ya que la identificación de sus emplazamientos nos ha permitido profundizar en el análisis del espacio donde se asentaron estos edificios, en muchos casos activo desde los momentos posteriores a la conquista cristiana del primer cuarto del siglo XIII, así como en la evolución de su ubicación concreta y en su relación con la villa matriz.

Para abordar su estudio, y dentro de las limitaciones espaciales de este trabajo, agruparemos las ermitas atendiendo a su localización y a su naturaleza. En cada análisis

individual se desarrollarán tres niveles complementarios: en primer lugar, la caracterización geohistórica del espacio de implantación; en segundo término, la reconstrucción material del edificio a partir de los vestigios arqueológicos, las tecnologías digitales y, cuando proceda, la documentación escrita; finalmente, de forma sintética, se considerarán sus vínculos con la villa a través de aspectos como las rentas, el mantenimiento y los elementos devocionales asociados.

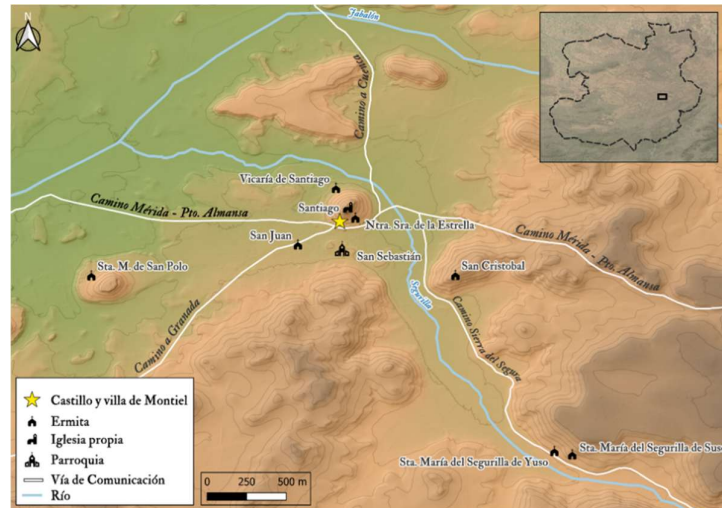


Figura 1. Mapa con la ubicación de los templos situados en la villa de Montiel y su entorno a fines de la Edad Media

2.1. Las ermitas de Suso y Yuso de Santa María del Segurilla o de los Mártires

El caso de este conjunto resulta especialmente ilustrativo, pues, hasta donde conocemos, no es habitual documentar dos edificios de culto con la misma advocación, emplazados a distinta cota en una misma elevación y en funcionamiento simultáneo durante un periodo prolongado, hasta su integración en la década de 1510. Esta situación se constata en Santa María del Segurilla, descrita en la visitación de 1494 en los siguientes términos: «...Ay en término de la dicha villa una hermita de la vocación de Santa Maria de Segurilla la qual vieron e vysitaron e seon dos yglesyas, una en un çerro e otra al pie del çerro...»².

El estudio de este conjunto, que necesariamente debemos sintetizar pese a que merece un análisis monográfico, ha sido uno de los más complejos de la investigación por su propia configuración. La localización general del enclave no planteaba dudas, pues la documentación registra el cambio de la advocación de Santa María del Segurilla a la Virgen de los Mártires a partir de 1511³, denominación que se ha mantenido hasta la actualidad y que se asocia al santuario de la patrona de Montiel, situado a unos 2,5 km al sudeste de la villa. La principal dificultad residía, sin embargo, en determinar la ubicación precisa de los dos edificios. Este aspecto no pudo resolverse ni mediante la cartografía de inicios del siglo XX ni a través de los modelos LiDAR generados, de modo

² Año de 1494. Archivo Histórico Nacional (A.H.N.), Órdenes Militares (OO.MM.), Libro (L.) 1067, p. 432.

³ Año de 1511. A.H.N., OO.MM., L. 1077, p. 374.

que fue necesario recurrir a una prospección arqueológica intensiva de todo el cerro, condicionada por la intensa transformación antrópica del entorno.

La identificación de la ermita de Suso resultó relativamente más accesible. Al no detectarse vestigios arqueológicos ni concentraciones de materiales constructivos en la parte más elevada del cerro – más allá de evidencias vinculadas a majadas ganaderas –, planteamos su localización bajo el edificio actual del santuario, a media ladera y en una posición dominante sobre el territorio, coherente con la información aportada por las visitas. En este punto se han sucedido varias fases constructivas, con constancia, al menos, de tres inmuebles distintos, siendo el último de cronología muy reciente. Pese al grado de urbanización del área, se observa una notable dispersión de materiales constructivos (teja y mampostería), además de muros atribuibles a construcciones anteriores sobre los muros de contención del cerro. A ello se suma la información procedente de fuentes orales, que señalan la aparición de enterramientos en el entorno inmediato.

Más compleja fue la localización de la ermita de Yuso, que, de acuerdo con los libros de visitación, era la de mayor entidad y, probablemente, la primitiva. La clave se encuentra en una referencia de 1494⁴ que menciona problemas de conservación en la cerca a causa de las aguas procedentes de la parte alta del cerro y, asimismo, la prohibición de que quienes lavaban en el río dejaran secar las prendas sobre la construcción o encendieran fuego junto a las paredes de ambos edificios⁵. Este pasaje sugiere un emplazamiento en contacto directo con el cauce, hipótesis que confirmamos mediante la prospección. Aunque la estructura se encuentra prácticamente perdida en superficie, los taludes generados por caminos y desmontes actuales dejan ver muros, restos de pavimentos y abundantes materiales constructivos, junto con un conjunto cerámico significativo, coherente con la cronología objeto de estudio.

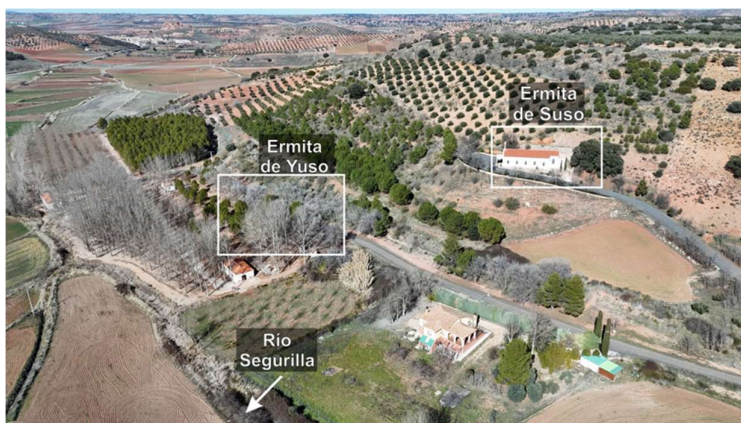


Figura 2. Vista actual del santuario de Ntra. Señora de los Mártires con los lugares donde se situaban las ermitas de Suso y Yuso

A partir de estos resultados, nos planteamos el porqué de la elección de este lugar, alejado de la villa y sin una conexión directa con los caminos principales, más allá de un posible ramal secundario del itinerario que comunicaba Montiel con Segura de la Sierra. En este caso no disponemos de una explicación definitiva, pero consideramos plausible

⁴ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, pp. 352-353.

⁵ Año de 1494. A.H.N., OO.MM., L. 1067, pp. 434-435.

la pervivencia de un culto antiguo asentado en la zona, como se ha señalado para otros espacios en trabajos comparables (Gálvez, 2003). Esta hipótesis resulta compatible con la singularidad geohistórica del enclave: las ermitas se emplazan en un área próxima al nacimiento del río Segurilla, en la Fuente de Tello, que favoreció el establecimiento de un importante núcleo iberorromano (Loma del Segurilla), con vestigios destacados en el margen meridional. En el propio cerro, tanto en la cima como a lo largo de la ladera, se documentan materiales prehistóricos (cerámicas y elementos líticos). Además, a aproximadamente 1 km al sur se localiza el despoblado medieval de Fuente el Majuelo, citado en las posesiones santiaguistas de 1243⁶. Este se asienta sobre una alquería andalusí (Gallego Valle, 2020: 591), a su vez vinculada a un yacimiento romano conocido desde antiguo, Los Calares.

Aunque no se conservan restos emergentes que permitan reconstruir directamente la fisonomía medieval, la documentación de las visitas ofrece descripciones suficientemente precisas. La ermita de Yuso se caracterizaba como un edificio de una sola nave, construido en piedra y tapia, cercado y cubierto con armadura de madera; en 1494 se menciona la caída parcial del hastial y del tejado y se ordenan las reparaciones oportunas⁷. Contaba con un altar con la imagen de Santa María y, para 1499, se incorporó otra de Santa Ana gracias a las limosnas⁸. La ermita de Suso, por su parte, se describe también de piedra y tapia, con tres naves y arcos de yeso, y con un altar dedicado a Santiago y San Cristóbal, aunque igualmente presentaba un estado de conservación deficiente. Las sucesivas reformas documentadas en los años posteriores sugieren que el coste de las obras condujo a concentrar los esfuerzos en Suso, que a partir de 1511 aparece ya vinculada a nuevas actuaciones⁹ y bajo la advocación de Santa María de los Mártires.

En el plano institucional y económico, ambos edificios disponían de un espacio para el santero y dependían del control concejil mediante un mayordomo encargado del mantenimiento, un esquema habitual en tierras de la Orden de Santiago y distinto del modelo regido por cofradías que se documenta en ámbitos calatravos (Torres, 1989). Sus rentas se sustentaban en propiedades del entorno inmediato – hazas de cereal, viñas y una huerta que, a grandes rasgos, pervive en la actualidad –, a las que se sumaban ingresos procedentes de limosnas, entre las que se mencionan donaciones de exvotos como expresión de religiosidad popular¹⁰.

2.2. La ermita de Santa María de San Polo

Al igual que en el caso anterior, este edificio ha desaparecido en la actualidad y se había perdido toda memoria colectiva sobre el mismo. No fue difícil ubicarlo de forma general, ya que se relaciona con la antigua fortaleza y el despoblado de San Polo, situado a 2 km al oeste de Montiel, que aprovecha un imponente cerro testigo y una meseta

⁶ Año de 1243. Doc. publ. González (1983: vol. III, doc. 705).

⁷ Año de 1494. A.H.N., OO.MM., L. 1067, pp. 434-435.

⁸ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 350.

⁹ A partir de 1494 se debieron cumplir los mandamientos de los visitadores, estando los edificios en un estado ciertamente reparado en 1499 como se describe en la documentación. Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, pp. 352-353.

¹⁰ La información viene contenida en las distintas visitas que hemos ido mencionando.

asomada al arroyo del Salobral. Este enclave surgió como castillo padrastro para asediar el *hisp* andalusí (Gallego & Molero, 2013) por parte de los cristianos en torno a 1224 y, posteriormente, dio lugar a una aldea donada a la Orden de Santiago¹¹, donde se cobraba el montazgo¹², y que estuvo en uso, probablemente, hasta el último cuarto del siglo XIII, cuando pudo ser abandonada y la fortaleza amortizada en el contexto de inestabilidad producido por la invasión benimerín, que llegó a asediar Montiel en 1282 y 1283 (Gallego, 2020: 580).

Del conjunto y de la aldea quedan, en la actualidad, numerosos vestigios materiales en la parte superior del cerro y en la ladera occidental; no obstante, se desconocía el lugar exacto donde estuvo situada la iglesia, que, por las descripciones documentales disponibles, debía de tener cierto porte. En este caso, los análisis LiDAR permitieron detectar una anomalía significativa en la zona norte de la meseta, hipótesis que contrastamos mediante prospección arqueológica directa. El resultado fue la delimitación de una microelevación artificial de planta rectangular, en la que se concentran abundantes materiales constructivos y, de forma especialmente relevante, fragmentos de osamenta humana desplazados por la erosión. Nos encontramos, por tanto, ante un caso relativamente común: una parroquia que, tras el abandono del núcleo, quedó como lugar de culto dependiente de la villa matriz. A ello se suma que se trataba de un espacio transitado, en las proximidades del camino de Cuenca a Granada, a su paso por el puente que se situaba en el río Jabalón.

En la reconstrucción material del edificio apreciamos, al igual que en el caso de las ermitas del Segurilla, una evolución positiva de su estado de conservación desde 1494, cuando se describe por primera vez: «...Hay otra ermita de Santa María de San Polo de que es mayordomo Hernando de la Guardia. Y la ermita está toda descubierta y las paredes mal reparadas y en un altar ciertas imágenes viejas de bulto...»¹³. Ante esta situación, los visitantes tomaron cuenta al mayordomo, a quien el concejo había puesto al cargo y había entregado determinadas cantidades para que se encargara del mantenimiento y ejecutara algunos reparos.

En 1499, la situación no había mejorado, por lo que los visitantes iniciaron una investigación que concluyó con el mayordomo y el maestro de obras encargado de los trabajos, Alonso de Alarcón, encarcelados y con sus bienes embargados. El resultado fue un acuerdo por el que ambos se comprometían a realizar un conjunto de obras, descritas en los siguientes términos:

...son cubrir a cuatro aguas, repellar todas las paredes de fuera con cal y arena y piedra y cantos, y las esquinas que están hacia la dehesa que las adobe de cal y canto, y blanquee toda la iglesia por dentro con su yeso, y le ponga sus puertas buenas y haga un portal a un agua delante de la puerta, y las puertas que tiene en la pared de fuera las ponga en el portal, de aquí al día de San Juan de Junio próximo so pena de 5.000 mrs para la cámara y fisco de Sus Altezas...¹⁴

¹¹ Año de 1227. A.H.N., OO.MM., Carp. 14, doc. 6.

¹² Año de 1227. Doc. publ. Rivera (1985: 348-349, doc. 138).

¹³ Año de 1494. A.H.N., OO.MM., L. 1067, p. 434.

¹⁴ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 353.

En 1507¹⁵ estos trabajos aún estaban en proceso, por lo que se insistió al mayordomo – en este caso, Juan Ordoñez – para que finalizara las obras. Para 1511¹⁶, los reparos debían de estar bastante avanzados, aunque se aportan pocos detalles, pues únicamente se alude a la planta ya finalizada, así como a la armadura de par y nudillo. Finalmente, en la última de las visitas que hemos analizado, apreciamos que la actuación se había culminado:

...Visitose la Ermita de Santa María de Sant Polo la cual está medio quarto de legua de la dicha villa. Es de una nave... de barro e piedra de mampuesto. Está cubierta de madera de pino a par e hilera. Está hecho nuevamente un portal el qual tiene un hilera a poniente sobre unos pilares de cantería e con madera de pino bien labrado¹⁷.

A tenor de estas especificaciones, vemos que se trataba de un edificio de cierta entidad, de planta rectangular y realizado, en este caso, en piedra. No resulta extraño el empleo de este material en detrimento de la tapia, ya que muy próxima a la localización del inmueble se identifica una importante cantera de arenisca, con claras evidencias de uso en el periodo que estamos analizando. No se mencionan sus dimensiones, pero, a partir de los análisis LiDAR, podemos proponer unas medidas aproximadas de 25 m de longitud por unos 12 m de anchura y, probablemente, la presencia de un ábside cuadrangular, aunque no descartamos que fuera semicircular como en la cercana parroquia de Santa María en el despoblado de Torres (Montiel). Contaba con un portal precedente en el costado occidental, quizá el elemento más significativo de la reforma, levantado sobre cantería y con viguería de madera de pino, muy similar a la que documentamos en otras obras de la encomienda de Montiel.

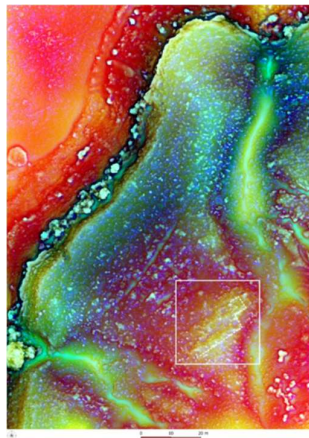


Figura 3. Plano del estudio LiDAR con el croquis de la ermita de San Polo remarcado

Al templo, la villa le había asignado un mayordomo para su cuidado, como hemos visto, y con numerosas rentas, principalmente ligadas a tierras de su entorno. Se documenta, por ejemplo, la existencia de una dehesa, que ocupaba entonces gran parte de lo que había sido el despoblado y el recinto defensivo, así como una amplia viña en la fuente del Tiñoso y varios parrales. En este caso también se menciona la percepción de

¹⁵ Año de 1507. A.H.N., OO.MM., L. 1071, p. 196.

¹⁶ Año de 1511. A.H.N., OO.MM., L. 1077, p. 377.

¹⁷ Año de 1535. A.H.N., OO.MM., L. 1081, p. 440.

limosnas, pero no se registran referencias a objetos procedentes de donaciones ni a una imaginería destacada, salvo la alusión a un conjunto de «ciertas imágenes viejas de bulto»¹⁸, quizá heredadas de la etapa en que el edificio funcionó como parroquia.

2.3. Las ermitas de El Salido

En la documentación de las visitas se describen también dos ermitas ubicadas en el lugar del Salido, un paraje situado a unos 30 km al norte de Montiel, aunque en un pequeño apéndice del término municipal de la localidad, hoy más vinculado a Carrizosa. Esta localización, que podría parecer anómala, responde a la evolución histórica del alfoz de Montiel, afectado por la creación de nuevas villas que fueron parcelando su territorio, en este caso Fuenllana y Villanueva de los Infantes. La aldea del Salido, o Salidiello, como aparece en la documentación del siglo XIII¹⁹, es uno de los primeros lugares mencionados tras la conquista. Contaba con un recinto defensivo y tuvo parroquia, citada en los pleitos entre los santiaguistas y el arzobispo Jiménez de Rada²⁰.

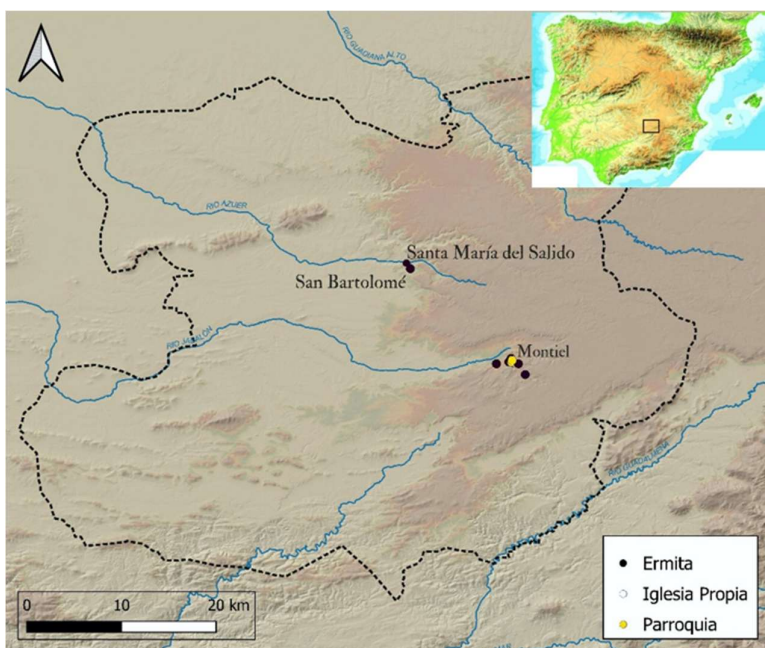


Figura 4. Mapa del Campo de Montiel con la ubicación de las ermitas de El Salido con respecto a Montiel

La población debió abandonarse, como tantos otros del Campo de Montiel y La Mancha (Gallego & Molero, 2025), a lo largo del siglo XIV. Se mantuvieron, no obstante, los espacios de culto – sobre los que volveremos a continuación –, además de varios elementos industriales, como molinos y hornos de cal y yeso, y un amplio aprovechamiento ganadero. Era, asimismo, una zona transitada, gracias al trazado de un camino que hoy sigue en uso y que, desde Montiel, pasaba por Fuenllana, próximo a Villanueva de los Infantes, y, tras salvar el Azuer, llegaba a Carrizosa y desde allí hacia Alhambra y las lagunas de Ruidera.

¹⁸ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 352.

¹⁹ Año de 1217. *Tumbo Menor de Castilla* (ed. 2016: Lib. 1, 62-63, doc. 29).

²⁰ Año de 1238. Doc. publ. Lomax (1959: 323-365, doc. 1).

En este espacio, los visitantes sitúan dos ermitas: Santa María del Salido y San Bartolomé. La primera se corresponde con la parroquia que tuvo la aldea en sus momentos de ocupación, mientras que la segunda puede asociarse a un lugar de devoción promovido por los habitantes de la puebla, en la medida en que este culto suele vincularse a advocaciones tempranas del proceso de conquista y a funciones de protección frente al miedo y las situaciones de peligro (Gutierrez-Cortines & Griñán, 1996: 53).

En cuanto a la localización primitiva de Santa María, existen algunas dudas que conviene señalar. Resulta llamativo que la aldea aparezca separada del recinto defensivo por el cauce del río Azuer, tal como ocurre en la actualidad, pues no se observa un patrón similar en otros casos del Campo de Montiel (Gallego, 2020: 682-683). En este sentido, parece probable – aunque no puede confirmarse sin excavación – que el primer asentamiento se situara al este del recinto, en un amplio espacio murado donde pudo emplazarse inicialmente el templo. Posteriormente, a lo largo del siglo XIII, la aldea pudo abandonar el ámbito intramuros y trasladarse al llano, en una zona con ocupación romana y continuidad andalusí, donde se levantarían los dos edificios de culto, quizá sobre construcciones previas, a la vista de los materiales constructivos visibles en el entorno.

Sea como fuere, y a falta de nuevos datos procedentes de la arqueología de subsuelo, contamos con noticias documentales suficientes para caracterizar ambos edificios. La ermita de Santa María se ubicaba en un leve altozano sobre el río Azuer, junto al camino y el puente. El edificio medieval aparece embutido – como hemos comprobado mediante lectura estratigráfica de paramentos – en la construcción actual, levantada en los años setenta del siglo XX. Aunque se menciona ya en 1494²¹, cuando se le asigna un mayordomo para su mantenimiento, es en 1499 cuando se describe con mayor detalle, destacando la imaginería y la pila bautismal que aún se conservaba:

...es de una nave larga con la capilla pequeña toda de canto y barro, y encima de la ermita está una pila de bautizar grande, y tiene un altar mayor con la imagen de Nuestra Señora de bulto adornada y el altar aderezado con sus manteles y frontal de lienzo y un pedazo de lienzo pintado en las espaldas del altar...²²

Estamos, por tanto, ante un edificio que seguía el modelo de otras parroquias transformadas en ermitas; de ahí, también, el número relativamente elevado de imágenes y elementos de culto que se registran. Entre ellos destaca la presencia de cuatro esculturas de bulto redondo, manteles y dos cruces, quizá alguna de carácter procesional. Disponía, asimismo, de numerosas rentas, en buena medida compartidas con la ermita de San Bartolomé, aunque muchas de ellas aparecen como impagadas, tal y como señalan las inspecciones y los testimonios recogidos por los visitantes. Predominan las de naturaleza agrícola (viñas, tierras de cereal, dehesas, etc.), si bien se consignan también partidas singulares, como la falta de cobro de «...los herederos de Sancha Lopes un novillo de dos años...»²³.

²¹ Año de 1494. A.H.N., OO.MM., L. 1067, p. 434.

²² Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 350.

²³ Año de 1511. A.H.N., OO.MM., L. 1077, p. 196.

En lo que respecta a la ermita de San Bartolomé, mantenemos ciertas reservas a la hora de proponer una localización definitiva sin apoyo de excavación arqueológica. La toponimia actual remite al cerro San Bartolo, en el paraje situado al sur de Santa María, y junto al camino se conserva, además, un pequeño hito que recuerda la advocación. Las fuentes escritas apuntan a un edificio de cierta entidad, en cuyo entorno se mencionan «...ciertos edificios antiguos derrocados que dicen que solía ser un monasterio de freires...»²⁴. Este dato concuerda con la referencia a una planta de dos naves, una morfología que suele relacionarse con templos de mayor tamaño amortizados o transformados, con paralelos en otros ámbitos de órdenes militares (Gutierrez-Cortines & Griñán, 1996: 53; Valle & Gracia, 2011: 130).

Los datos aportados por las fuentes no se ajustaban, sin embargo, a la posible ubicación del edificio en el cerro que hemos mencionado. Las evidencias arqueológicas realizadas en ese punto parecían, en un primer momento, respaldar la hipótesis, al identificarse una construcción relevante con basamento de mampostería conservado. No obstante, la abundancia de materiales cerámicos prehistóricos y, sobre todo, la ausencia de teja en superficie nos llevaron a descartar este enclave como emplazamiento del templo. Ante ello, realizamos una prospección arqueológica sistemática a lo largo del despoblado que permitió proponer una segunda localización: una loma situada entre el cerro y la ermita de Santa María, junto al camino anteriormente señalado. En este punto se registró una concentración significativa de materiales constructivos – con abundante teja, numerosos sillares y mampuestos –, además de grandes acumulaciones de mortero de cal. En conjunto, estos indicios refuerzan nuestra interpretación de que allí se situó el edificio.

De acuerdo con estas evidencias, estaríamos ante un inmueble de entidad, de planta rectangular y organizado en dos naves, precedidas por un pórtico, en una solución comparable a la documentada en San Polo. Con todo, destaca un rasgo singular: el espacio se describe como abovedado, circunstancia que lo diferencia del resto de ermitas del entorno, donde predominan las cubiertas con armaduras de madera. Precisamente por tratarse de un edificio de culto menor, diversos autores (Gutierrez-Cortines & Griñán, 1996: 53; Molina, 2006: 319) han relacionado la presencia de bóvedas con fábricas anteriores, a menudo vinculadas a antiguas parroquias; en este caso, la hipótesis podría alinearse también con la pervivencia o reutilización de un componente de carácter monástico, en paralelo a lo que se observa en el ámbito de la Vicaría de Montiel.

En cualquier caso, tampoco puede descartarse el reaprovechamiento de un espacio cultural previo, siguiendo dinámicas constatadas en otros enclaves del territorio. Resulta pertinente, en este sentido, la comparación con la ermita de San Felices/San Pedro en Ossa de Montiel, donde se reutiliza una iglesia de cronología visigoda. En cuanto al equipamiento interno, las visitas mencionan la existencia de imaginería y elementos devocionales, aunque en menor volumen que los registrados en Santa María del Salido: se cita un altar con las imágenes de Santa María y San Bartolomé, así como la presencia de cruces realizadas en yeso²⁵.

²⁴ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 350.

²⁵ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 351.



Figura 5. Vista general del despoblado de El Salido, en primer plano la loma donde se situaba la ermita de San Bartolomé; al fondo la de Santa María

2.4. La ermita de San Cristóbal

La ermita de San Cristóbal, como ocurre en multitud de villas de los territorios de órdenes militares, se situaba en un cerro de notable altitud al sudeste de Montiel, en la periferia del núcleo, tal y como ha pervivido en la toponimia. En la actualidad no se conservan estructuras emergentes claramente visibles, pero sí existen indicios arqueológicos suficientes para localizarla con precisión en la cima del cerro, a 971 m de altitud. Se trata de una posición especialmente significativa, pues domina visualmente buena parte del valle donde se asienta la población y parece relacionarse con dos vías principales cuyo itinerario coincidía en el ascenso por el collado oriental de la elevación: el camino de Mérida a Levante por Alcaraz y, desde este punto, el que comunicaba Montiel con Segura de la Sierra.

En superficie se aprecian, claramente, evidencias arqueológicas de su existencia. Existe un microrelieve de planta rectangular, de aproximadamente 10 m de longitud por unos 4 m de anchura, jalonado por la base de muros de mampostería y por una notable concentración de materiales constructivos en el entorno, en especial mampuestos de caliza y teja, junto con cerámicas de cronología bajomedieval. Es probable, no obstante, que parte de los materiales del edificio fueran reaprovechados en la construcción de un chozo próximo y en una majada tras el abandono del inmueble. Como en otros casos ya señalados, este emplazamiento presenta ocupaciones anteriores; en concreto, durante nuestras prospecciones se recuperaron también materiales de cronología prehistórica.



Figura 6. Vista general de la ermita de San Cristóbal, al fondo el castillo y villa de Montiel

Las evidencias materiales coinciden, en líneas generales, con la información aportada por la documentación de las visitas. Aunque las referencias son breves, permiten perfilar la trayectoria del edificio. La primera mención se fecha en 1499: «Hay otra ermita de San Cristóbal la cual está descubierta y tiene a cargo repararla Alonso de Alarcón...»²⁶, el mismo personaje que ya había incumplido encargos en San Polo. En 1507 se cita como «buena casa»²⁷, lo que sugiere que las obras debían de estar ya concluidas; sin embargo, se indica que la ermita carecía de mayordomo y de rentas para su mantenimiento. Una descripción similar encontramos en la visitación de 1511: «Ay en el término de la dicha villa una hermita de San Cristoval sobre un çerro e no hallaron quantas ni posesiones algunas. Está a cargo del pueblo al qual la encomendaron...»²⁸.

A partir de ese momento las noticias son prácticamente inexistentes, por lo que es plausible que continuara en uso, aunque con una devoción y una funcionalidad limitadas. En términos constructivos, y a la luz de los vestigios, debió de tratarse de un edificio modesto, de planta rectangular, levantado en mampostería – quizá con alzados parcialmente de tapial – y con cubierta de madera.

2.5. Otras ermitas de la villa de Montiel

Una vez analizadas las principales ermitas de la villa de Montiel, abordamos otros enclaves para los que las fuentes o el propio registro arqueológico permiten constatar un uso de carácter religioso en la segunda mitad del siglo XV. Se trata de edificios heterogéneos, situados, en la mayoría de los casos, en el solar medieval de la población o en espacios extramuros. Estos últimos cobran especial relevancia a partir del traslado del asentamiento al llano, proceso que se consolida a lo largo del siglo XV, o quizá con anterioridad.

²⁶ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 354.

²⁷ Año de 1507. A.H.N., OO.MM., L. 1071, p. 196.

²⁸ Año de 1511. A.H.N., OO.MM., L. 1077, p. 378.



Figura 7. Imagen con la localización de los templos ubicados en la villa medieval y su entorno inmediato

A) Las ermitas extramuros de la villa medieval

El primero de estos casos es la ermita de Santiago, ubicada al pie del castillo, en su flanco norte, y que se corresponde con la actual advocación del Santo Cristo de la Expiración. Este cambio devocional debió producirse, probablemente, a mediados del siglo XVI, puesto que en la visita de 1536 aún no se aprecia dicha mutación. Se trata de un edificio especialmente relevante, sobre el que hemos intervenido mediante lectura de paramentos, excavación y prospección geofísica (georradar), entre otros procedimientos. En origen formó parte de la Vicaría de Santiago, documentada desde la década de 1240 (Porras, 1996: 51), si bien sufrió una destrucción importante en 1449²⁹, en el contexto de las guerras maestras de la Orden de Santiago.

En el periodo que analizamos, el conjunto continuaba siendo, al menos en teoría, la sede del vicario de Montiel y conservaba diversos edificios en pie, entre ellos una casa de bastimentos, restos de un claustro, huertas, un molino y, de forma principal, la iglesia. Esta se describe como un edificio de fábrica sólida, organizado en tres naves y varias capillas, con arcos de yeso³⁰ y bóvedas de ladrillo³¹. Con todo, parte del conjunto – en especial el claustro – se encontraba parcialmente arruinado y algunas dependencias habían sido derribadas tiempo atrás por el alcaide del castillo, con el fin de impedir que se instalaran allí personas consideradas de «moralidad» dudosa. Para 1511 el edificio aparece ya como ermita³², pero de la antigua iglesia quedaban únicamente los tres ábsides y parte de los pilares, por lo que se impulsó su reconstrucción (Molina, 2006: 364), coincidiendo con la noticia del hallazgo milagroso del Cristo que hoy da nombre a la advocación.

²⁹ Año de 1468. A.H.N., OO.MM., L. 1233, p. 63.

³⁰ Gracias a las catas murarias que hemos realizado, sabemos que los pilares de los arcos eran de cantería de arenisca, lo que denota su buena fábrica.

³¹ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, pp. 346-347.

³² Año de 1511. A.H.N., OO.MM., L. 1077, p. 378.

Fuera del espacio murado de la antigua puebla se cita otra ermita, aunque las noticias son muy escasas. Se trata de la ermita de San Juan, de la que en la visita de 1507 se indica: «en la dicha villa de Montiel avya una mezquita de moros e que el conçejo de la dicha villa queria haser en ella una hermita de San Juan e que tenia la dicha mezquita çiertas tierras de propio...»³³. Este proceso resulta comparable a otros documentados en territorios próximos de órdenes militares, como en Daimiel, donde una ermita de la misma advocación se levantó sobre la antigua mezquita de la morería. Para acometer la obra se asignaban determinadas rentas de la capellanía de la iglesia, pero la ausencia de noticias en las visitas posteriores nos impide confirmar si el proyecto llegó a materializarse.

Con todo, la toponimia recogida en la cartografía consultada sugiere la persistencia del recuerdo del edificio: al este de Montiel, en la zona del Cerrillo y las Camarillas, se conserva el camino de San Juan Viejo y un paraje con la misma denominación. Sin embargo, el crecimiento urbano ha dificultado la verificación de vestigios arqueológicos concluyentes.

Por otro lado, pudo existir una ermita dedicada a San Sebastián, que habría servido de base para la fundación, a mediados del siglo XV, de la nueva parroquia homónima, advocación frecuente por su dimensión protectora frente a la peste. No contamos con menciones explícitas en las fuentes del periodo, pero Molina (2006: 362) plantea esta posibilidad a partir de una lectura crítica de las noticias transmitidas por autores decimonónicos. Desde el punto de vista material, no disponemos de evidencias claras de una fase previa en los paramentos conservados, ya que los vestigios murarios visibles se corresponden con la iglesia en uso durante el siglo XV.

Un caso análogo, aunque en sentido inverso, es el del templo de Nuestra Señora de La Estrella, primitiva parroquia de Montiel, situada en la villa y estudiada a lo largo de diversas campañas arqueológicas (Molero & Gallego, 2018). Las referencias documentales para la segunda mitad del siglo XV son mínimas: «...una yglesia de la vocaçion de Nuestra Sennora la qual dizen que hera antyguamente la perrochial. La qual esta entre la villa e la fortaleza e hera de calicanto y esta toda o la mayor parte derrocada que no tyene syno çierta parte de las paredes...»³⁴. Un siglo después se ofrece una descripción similar en las *Relaciones Topográficas* (ed. 1971, p. 347). Molina (2006: 360) sugiere, además, que el edificio pudo haber funcionado como ermita, aunque esta condición no aparece recogida de forma expresa en la documentación conservada.

Bien es verdad que los datos arqueológicos sí parecen apuntar a un uso devocional durante un tiempo tras su uso como parroquia. Hemos documentado que, a lo largo del siglo XV, gran parte del edificio se arruinó – en especial la cabecera y parte de la nave central –, lo que condujo a la amortización de su función parroquial. No obstante, en la mitad occidental de la nave norte se habilitó un nuevo espacio de culto: se cerraron los pilares exentos mediante un muro y una reja, manteniendo la comunicación con la nave central y con la puerta principal. En su interior se construyó un altar con sillares de arenisca y elementos de yeso, además de un banco corrido en forma de «L» adosado a los muros, en el que se aprecia la impronta de varios asientos de piedra.

³³ Año de 1507. A.H.N., OO.MM., L. 1071, p. 196.

³⁴ Año de 1499. A.H.N., OO.MM., L. 1070, p. 349.

Finalmente, queremos mencionar un edificio que hemos excavado y sobre el que mantenemos ciertas reservas interpretativas, aunque su funcionalidad religiosa resulta verosímil. Se sitúa extramuros, adosado a la muralla de la villa y a uno de sus cubos, junto al camino de acceso a la población, posiblemente en las inmediaciones de la puerta. Presenta planta rectangular y unas dimensiones aproximadas de 7,1 m de longitud por 4,2 m de anchura. La obra conserva una base de mampostería y, probablemente, contó con un alzado de tapia de cal y costra (documentada caída hacia el exterior), además de una cubierta de madera con teja.

En el interior hemos documentado la base de un banco de piedra, hueco, concebido para cubrirse con tablazón, así como un pavimento de yeso. Tanto en el subsuelo del edificio como en su entorno inmediato se han identificado en torno a una veintena de enterramientos de rito cristiano. Las dataciones radiocarbónicas realizadas sitúan este conjunto en una horquilla comprendida entre los siglos XIV y XV.



Figura 8.- Vista de la posible ermita u oratorio excavado junto a la muralla de la villa

Ermita / templo	Menciones documentales, 1494-1535	Observación
Santa María del Segurilla de Suso	1494, 1499, 1511	A partir de 1511, advocación de los Mártires
Santa María del Segurilla de Yuso	1494, 1499, 1511, 1535	Probable edificio primitivo
San Polo	1494, 1499, 1507, 1511, 1535	Antigua parroquia del despoblado
Santa María del Salido	1494, 1499, 1507, 1511, 1535	Antigua parroquia
San Bartolomé del Salido	1494, 1499, 1507, 1511, 1535	Localización probable
San Cristóbal	1499, 1507, 1511	Sin rentas conocidas

Ermita / templo	Menciones documentales, 1494-1535	Observación
Santiago (Vicaría)	1468, 1494, 1499, 1511, 1535	Antigua vicaría
San Juan	1507	Proyecto sobre mezquita
Iglesia San Sebastián	1468, 1478, 1494, 1499, 1507, 1511, 1535	Hipótesis previa a la parroquia
Ntra. Sra. de la Estrella	1499	Antigua parroquia
Iglesia de Santiago	1468, 1478, 1494, 1499, 1507, 1511, 1535	Iglesia propia de los freires en el interior del castillo
Oratorio junto a la muralla	No aparece	Identificación mediante arqueología

Tabla 1. Advocaciones y menciones documentales de las ermitas y templos relacionados con la villa de Montiel entre 1494 y 1535. Elaboración propia

3. Conclusiones

La principal aportación de nuestro trabajo ha sido localizar materialmente el conjunto de ermitas pertenecientes a la villa de Montiel entre la segunda mitad del siglo XV e inicios del XVI, a partir de una metodología propia que combina el análisis de las fuentes escritas – en particular, la documentación de las visitas de la Orden de Santiago – con tecnologías digitales aplicadas al patrimonio y procedimientos arqueológicos. Este resultado no es menor, porque la identificación de los emplazamientos nos ha permitido reconstruir, con base empírica, la configuración del paisaje religioso del término, su transformación en la transición bajomedieval y su relación directa con la evolución del poblamiento.

Hemos comprobado, además, que el estado actual de conservación condiciona de forma decisiva el estudio: la mayor parte de los inmuebles carecen hoy de estructuras emergentes o han sufrido transformaciones profundas, bien por ruina y expolio, bien por reformas vinculadas al uso continuado como santuarios o por reconfiguraciones modernas de sus entornos. Aun así, la evidencia material que hemos registrado permite proponer ubicaciones razonadas e incluso aproximaciones métricas en algunos casos. Del mismo modo, uno de los aspectos que consideramos más significativos es la implantación mayoritaria de estos edificios sobre solares de ocupación antigua – despoblados medievales, áreas con registro iberorromano o espacios con evidencias prehistóricas –, lo que, a nuestro juicio, apunta a persistencias y relecturas del lugar que influyeron en la sacralización del paisaje y en la elección de determinados enclaves.

En términos espaciales, nuestro análisis refuerza el carácter territorial de esta red de ermitas. Por un lado, hemos documentado un conjunto de edificios situados en el entorno próximo de Montiel, aunque a cierta distancia del núcleo. Por otro, hemos identificado templos asociados a despoblados dependientes del concejo a decenas de kilómetros, lo que evidencia una gestión sacra y económica que desborda el perímetro inmediato de la villa. Desde la perspectiva constructiva, el conjunto presenta una morfología heterogénea en planta, escala y técnicas, coherente con trayectorias y orígenes diversos: junto a edificios de una nave y soluciones sencillas – fábricas mixtas de piedra y tapia, cubiertas de madera – aparecen otros de mayor entidad, articulados en varias naves y con elementos singulares (arcos de yeso, bóvedas o pórticos).

Interpretamos esta diversidad no como una anomalía, sino como el reflejo de biografías arquitectónicas complejas, donde confluyen la pervivencia de fases previas – parroquias convertidas en ermitas – y posibles reutilizaciones de espacios culturales anteriores. A ello se suma que la documentación de las visitas nos ha permitido seguir un proceso dinámico de reparación, transformación o desaparición entre 1494 y 1536: cubiertas que se rehacen, muros que se repellan, cercas que se reparan, obras que se prolongan durante décadas y, en determinados casos, estrategias de concentración de esfuerzos que culminan en formas de unificación funcional o administrativa.

Hemos podido confirmar igualmente la dimensión devocional y material del culto. La presencia de imaginería, textiles litúrgicos, lámparas y exvotos – frecuentemente incrementados mediante limosnas – evidencia una religiosidad popular activa que otorgó a ciertos santuarios una visibilidad y una continuidad superiores. Esta cultura material no solo refleja prácticas piadosas, sino que nos ayuda a distinguir jerarquías internas dentro de la red de ermitas y su distinta capacidad de atracción. Además, la documentación analizada muestra un patrón reiterado de dependencia concejil: las ermitas aparecen vinculadas a un mayordomo al que se exigen cuentas, lo que revela mecanismos de control y mantenimiento en el marco local, en diálogo con la fiscalización ejercida por los visitantes. Este sistema se sostenía mediante amplias posesiones y rentas diversas (tierras, huertas, viñas, censos y otros derechos), cuyo análisis nos ha permitido avanzar en la reconstrucción del paisaje económico asociado a los templos y en la comprensión de los recursos destinados tanto a las reparaciones como al sostenimiento del culto.

En conjunto, entendemos que estos resultados marcan un punto de partida sólido para la documentación sistemática de los templos en las tierras del Campo de Montiel y, por extensión, en otros territorios de órdenes militares. La metodología que hemos ensayado es transferible porque integra fuentes escritas, lectura arqueológica y herramientas digitales en un protocolo capaz de localizar, caracterizar y jerarquizar edificios con registros muy desiguales y, en numerosos casos, sin estructuras emergentes. Sobre esta base podremos plantear estudios monográficos, intervenciones arqueológicas en enclaves con el sustrato material no alterado y modelizaciones espaciales comparativas que profundicen en el conocimiento de cada ermita y en su papel dentro de la organización social, económica y simbólica de estos territorios.

Fontes

Archivo General de Simancas (AGS), Catastro de Ensenada, respuestas generales, Pinilla, libro 312, 1752, ff. 717r-757r. Digitalizado en: <https://pares.cultura.gob.es/catastro/>. Consulta: 18/02/2026.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, leg. 6.114, doc. 4, Monjas de la Orn de Pinilla, 1546, 18 ff.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, leg. 6.114, doc. 5, Visitación del Monest^o de Sant Salvador de Pinilla de la orden de Calatrava, 1552, 20 ff.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, leg. 6.114, doc. 6, Visita del Monasterio de Sant Salvador de Pinilla, 1566, 17 ff.

Bibliografía

- AYALA MARTÍNEZ, Carlos (1995), «San Felices de Amaya, monasterio medieval de la Orden de Calatrava», em *Medievo hispano: estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, Madrid, Sociedad de Estudios Medievales, pp. 17-34.
- ÁLVAREZ GARCÍA, Honorio Javier; BENÍTEZ DE LUGO ENRICH, Luis (2009), «La ermita medieval de Nuestra Señora de Luciana (Terrinches, Ciudad Real). Una intervención científica multidisciplinar y un modelo de puesta en valor del patrimonio», *Cuadernos de Estudios Manchegos*, 34, pp. 81-105.
- BALLESTEROS LINARES, María (2005), «La Orden de Santiago y la iglesia en la frontera del reino nazarí de Granada», in TORO CEBALLOS, Francisco; LINAGE CONDE, Antonio (coords.), *Iglesias y fronteras. V Jornadas de Historia en la Abadía de Alcalá la Real. Homenaje a José Rodríguez Molina*, Jaén, Diputación Provincial de Jaén, pp. 33-48.
- GALLEGO VALLE, David (2020), *Las fortificaciones del Campo de Montiel (ss. VIII al XVI): historia, arqueología y análisis constructivo*, Tesis Doctoral, Universidad de Castilla-La Mancha.
- GALLEGO VALLE, David; MOLERO GARCÍA, Jesús (2023), «Las primeras iglesias de la Orden de Santiago en el reino de Castilla (siglos XII-XIII). Perspectivas desde la arqueología», in TORRES JIMÉNEZ, Raquel; MOLERO GARCÍA, Jesús (coords.), *Órdenes militares y religiosidad (c. 1150-1550): Ideología, memoria y cultura material*, Madrid, Marcial Pons Historia, pp. 153-186.
- GALLEGO VALLE, D.; MOLERO GARCÍA, J. M. (2025), «La repoblación de los territorios de las órdenes militares en La Mancha y en la Sierra del Segura (ss. XII-XIV) a través de su materialidad», *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, 26, pp. 239-273.
- GÁLVEZ PÉREZ, María Soledad (2003), «De villa a ermita: la pervivencia del hábitat en la Campiña Sur extremeña», *Bolskan*, 20, pp. 191-200.
- GARCÍA CARPINTERO LÓPEZ DE MOTA, Jaime (2020), *La Orden de Santiago a través de la cultura material: Los señoríos de La Mancha y Uclés a finales de la Edad Media (siglos XV y principios del XVI)*, tesis doctoral, Universidad de Castilla-La Mancha.
- GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio (1983), *Reinado y diplomas de Fernando III*, Córdoba, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba.
- GÓMEZ DE TERREROS GUARDIOLA, María del Valle; GÓMEZ DE TERREROS GUARDIOLA, María Gracia (2011): «La arquitectura de la Orden de Santiago en la provincia de Jaén», en GÓMEZ DE TERREROS GUARDIOLA, María del Valle (ed.), *La arquitectura de las órdenes militares en Andalucía: conservación y restauración*, Editorial de la Universidad de Huelva, pp. 87-122.

- GUTIÉRREZ-CORTINES CORRAL, Cristina; GRIÑÁN MONTEALEGRE, María (1996), «La devoción en el espacio: las ermitas en los territorios de las Órdenes Militares», *Imafronte*, 10, pp. 51-60.
- LOMAX, Derek (1959), «El arzobispo don Rodrigo Jiménez de Rada y la Orden de Santiago», *Hispania. Revista española de historia*, 76, pp. 323-365
- MOLERO GARCÍA, Jesús Manuel; GALLEGO VALLE, David (2013), «El primer encastillamiento cristiano en el Campo de Montiel (1213-c. 1250)», in PRETEL MARÍN, Aurelio (coord.), *Alcaraz: del Islam al concejo castellano*, Albacete, Excmo. Ayuntamiento de Alcaraz; Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”, pp. 111-142.
- MOLERO GARCÍA, Jesús Manuel; GALLEGO VALLE, David (2018), «Arqueología de las Órdenes Militares: la iglesia parroquial de Nuestra Señora de la Estrella en Montiel (Ciudad Real, España) (siglos XIII-XV)», in FERREIRA FERNANDES, Isabel Cristina (coord.), *Entre Deus e o Rei. O mundo das Ordens Militares*, vol. 2, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, pp. 975-1002
- MOLERO GARCÍA, Jesús; GALLEGO VALLE, David; PEÑA RUIZ, Cristina (2021), “El conjunto arqueológico del Castillo de La Estrella de Montiel (Ciudad Real): fortaleza, villa medieval y campo de batalla”, in *Actualidad de la investigación arqueológica en España III (2020-2021): conferencias impartidas en el Museo Arqueológico Nacional*, Madrid, Ministerio de Cultura y Deporte, pp. 59-75.
- MOLINA CHAMIZO, Pilar (2006), *De la fortaleza al templo. Arquitectura religiosa de la Orden de Santiago en la provincia de Ciudad Real. Siglos XV-XVIII*, Ciudad Real, Diputación Provincial de Ciudad Real.
- MOYA GARCÍA, Concepción (2010), «Dos ejemplos de ermitas populares en el Campo de Montiel: Nuestra Señora de Luciana (Terrinches) y San Antón (La Solana)», *Cuadernos de Estudios Manchegos*, 35, pp. 61-82.
- PORRAS ARBOLEDAS, Pedro Andrés (1997), *La orden de Santiago en el siglo XV: La provincia de Castilla*, Madrid, Dykinson.
- PÉREZ MONZÓN, Olga (1996), «Arquitectura mudéjar en tierras toresanas: la ermita de Nuestra Señora de la Vega», *Anales de Historia del Arte*, 6, pp. 35-46.
- RIVERA GARRETAS, María Milagros (1985), *La encomienda, el priorato y la villa de Uclés en la Edad Media (1174-1310): formación de un señorío de la Orden de Santiago*, Madrid-Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científica
- RUIZ MATEOS, Aurora; PÉREZ MONZÓN, Olga; PÉREZ CARRASCO, Francisco Javier; FRONTÓN SIMÓN, Isabel María (1995), *Arte y religiosidad popular. Las ermitas en la Baja Extremadura (siglos XV y XVI)*, Badajoz, Diputación Provincial de Badajoz.
- TORRES JIMÉNEZ, María Raquel (1989), *Religiosidad popular en el Campo de Calatrava: Cofradías y hospitales al final de la Edad Media*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos.

- TORRES JIMÉNEZ, María Raquel (2013), «Ermitas y religiosidad popular: el santuario de Cortes», en PRETEL MARÍN, Aurelio (coord.), *Alcaraz: del Islam al concejo castellano*, Albacete, Ayuntamiento de Alcaraz; Instituto de Estudios Albacetenses “Don Juan Manuel”, pp. 187-214.
- VILLEGAS DÍAZ, Luis Rafael (1990), «Religiosidad popular y fenómeno repoblador de La Mancha», in *Devoción mariana y sociedad medieval*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos–CSIC, pp. 23-72.
- VIÑAS, Carmelo y PAZ, Ramón (1971), *Relaciones histórico-geográfico-estadísticas de los pueblos de España hechas por iniciativa de Felipe II*, Ciudad Real, Madrid, CSIC.

El convento medieval de San Salvador de Pinilla a la luz de sus últimas visitas (1546-1566): arquitectura y configuración espacial¹

JOSÉ ARTURO SALGADO PANTOJA

Facultad de Letras de Ciudad Real, Universidad de Castilla-La Mancha
josearturo.salgado@uclm.es

RESUMEN: Este artículo analiza el convento de San Salvador de Pinilla (Guadalajara) desde una perspectiva arquitectónica, a partir de las visitas de 1546, 1552 y 1566. Mediante una metodología que integra análisis documental y lectura espacial, con potencial de aplicación a otros conjuntos semejantes, se reconstruyen su organización espacial y las funciones de iglesia, clausura y área seglar, distinguiendo las fábricas medievales de las reformas del siglo XVI. El estudio pone de relieve la pervivencia de un románico tardío de filiación cisterciense y relaciona estas transformaciones con la precariedad económica, los problemas de salubridad y el progresivo declive institucional del convento.

PALABRAS CLAVE: San Salvador de Pinilla; Orden de Calatrava; arquitectura cisterciense; visitas.

O CONVENTO MEDIEVAL DE SAN SALVADOR DE PINILLA À LUZ DAS SUAS ÚLTIMAS VISITAÇÕES (1546-1566): ARQUITETURA E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL

RESUMO: Este artigo analisa o convento de San Salvador de Pinilla (Guadalajara) numa perspectiva arquitetónica, a partir das visitas realizadas em 1546, 1552 e 1566. Mediante uma metodologia que integra a análise documental e a leitura espacial do edifício, com potencial de aplicação a outros conjuntos semelhantes, reconstrói-se a sua organização espacial e as funções da igreja, da clausura e do setor laico, distinguindo as estruturas medievais das reformas do século XVI. O estudo evidencia a permanência de um românico tardio de filiação cisterciense e relaciona essas transformações com a precariedade económica, os problemas de salubridade e o progressivo declínio institucional do convento.

PALAVRAS-CHAVE: San Salvador de Pinilla; Ordem de Calatrava; arquitetura cisterciense; visitas.

¹ Esta publicación es parte del proyecto “Órdenes militares y fenómenos socio-religiosos en perspectiva comparada (siglos XII-1/2 XVI). Estudio desde la arqueología y la documentación escrita”, PID2022-138803NB-I00, financiado por el MICIU/AEI/10.13039/501100011033 y por FEDER, UE.

THE MEDIEVAL CONVENT OF SAN SALVADOR DE PINILLA IN THE LIGHT OF ITS FINAL VISITATIONS (1546-1566): ARCHITECTURE AND SPATIAL CONFIGURATION

ABSTRACT: This article analyses the convent of San Salvador de Pinilla (Guadalajara) from an architectural perspective, based on the visitations carried out in 1546, 1552 and 1566. Through a methodology that integrates documentary analysis and spatial reading of the building, with potential application to other similar complexes, it reconstructs its spatial organisation and the functions of the church, the cloistered area and the secular sector, distinguishing between the medieval fabric and the sixteenth-century reforms. The study highlights the survival of a late Romanesque architecture of Cistercian affiliation and relates these transformations to economic precariousness, sanitary problems and the convent's progressive institutional decline.

KEYWORDS: San Salvador de Pinilla; Order of Calatrava; Cistercian architecture; visitations.

LE COUVENT MEDIEVAL DE SAN SALVADOR DE PINILLA A LA LUMIERE DE SES DERNIERES VISITATIONS (1546-1566): ARCHITECTURE ET CONFIGURATION SPATIALE

RESUME: Cet article analyse le couvent de San Salvador de Pinilla (Guadalajara) dans une perspective architecturale, à partir des visites effectuées en 1546, 1552 et 1566. Grâce à une méthodologie qui intègre l'analyse documentaire et la lecture spatiale du bâtiment, avec un potentiel d'application à d'autres ensembles similaires, il reconstitue son organisation spatiale et les fonctions de l'église, de la clôture et du secteur laïc, en distinguant les structures médiévales des réformes du XVI^e siècle. L'étude met en évidence la survivance d'un roman tardif d'inspiration cistercienne et relie ces transformations à la précarité économique, aux problèmes de salubrité et au déclin institutionnel progressif du couvent.

MOTS-CLES: San Salvador de Pinilla; Ordre de Calatrava; architecture cistercienne; visitations.

1. Introducción

Un camino comunica Pinilla de Jadraque (Guadalajara) con las ruinas del convento de San Salvador, una de las escasas y más antiguas fundaciones femeninas de la Orden de Calatrava. El emplazamiento se halla en el valle del río Cañamares, entre encinas, labrantíos e intensos desniveles que atestiguan que la Alcarria ya dejó paso a las serranías. Tras su desalojo en 1576, las freilas recalaron en Almonacid de Zorita y más tarde en Madrid (García López, 1894: 69), pero el término redondo que poseían en Pinilla se mantuvo bajo su dominio hasta que la desamortización de Mendizábal suprimió el convento y subastó sus bienes. Mientras tanto, el antiguo cenobio fue utilizado como casa de labor, tal y como se expresa en el Catastro de Ensenada: “ai tres vecinos, y un

molinero [...] y que no hai más casa de campo que las habitaciones que tienen dichas religiosas en su termino redondo”².

Fig. 1. Vista aérea de las ruinas del convento de San Salvador, con el río Cañamares a la izquierda y la localidad de Pinilla de Jadraque al fondo



La adquisición del término y los edificios subsistentes en 1839 por el periodista Andrés Borrego no revirtió su deterioro (López Puerta, 1989: 164); medio siglo después, la iglesia era utilizada como almacén de paja y las dependencias estaban desfiguradas por añadidos modernos (García López, 1906: f. 99r-v). Por si esto fuera poco, el abandono del enclave en la segunda mitad del siglo XX aceleró la ruina y el expolio del conjunto, como evidencia la comparación entre las fotografías de archivo de Layna Serrano y Pérez Arribas³ y su lamentable estado actual (Fig. 1).

Dado que la inspección visual solo ofrece pistas limitadas acerca de la dimensión arquitectónica del convento, este trabajo complementa el examen físico y estilístico con el análisis de las visitas realizadas en 1546, 1552 y 1566. Estos manuscritos inéditos, conservados en el legajo 6.114 de la sección del Consejo de Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional, resultan extraordinariamente valiosos para documentar el

² AGS, Catastro de Ensenada, respuestas generales, Pinilla, libro 312, respuesta 21, 1752, f. 747r.

³ Estas fotografías se encuentran depositadas en el Centro de la Fotografía y la Imagen Histórica de Guadalajara, con las signaturas LAY-0526 (Legado Layna Serrano, 1933-1934); y APA1189-1193 y APA1195-1200 (Archivo Andrés Pérez Arribas, s/f).

estado material del convento, pero también para reconstruir el uso y las dinámicas funcionales de sus espacios en un momento crítico de su historia, esto es, en las tres décadas previas al definitivo traslado de la comunidad a Almonacid de Zorita.

Los datos que aportan estas visitaciones son heterogéneos, pero las descripciones, mandatos e inventarios contenidos en las dos primeras son especialmente ricos para conocer el conjunto arquitectónico. La de 1546 fue realizada por Francisco Carrillo de Guzmán, comendador de Vállaga, y frey Juan de Morales, prior de Zorita, y consta de 18 folios, aunque está incompleta en su inicio. La de 1552, por su parte, comprende 20 folios y fue desarrollada por el prior de San Benito de Toledo, frey Sebastián de Prado. Caso aparte es la visita de 1566, efectuada por frey Rodrigo de Vargas y el prior de Zuqueca, frey Francisco de Coca, pues contiene interrogatorios dirigidos a las religiosas y a otras personas vinculadas al convento. Estas indagaciones, plasmadas en 31 folios, se enfocan en la moralidad y el funcionamiento de la comunidad religiosa, lo que reduce su relevancia para este estudio⁴.

La aportación de estos documentos permite comprobar, matizar o refutar los datos propuestos en los escasos trabajos que se han ocupado de San Salvador de Pinilla. Entre ellos, conviene citar la lacónica descripción formal ofrecida por Ruiz Montejo, Frontón Simón y Pérez Navarro (1992: 241); las más detenidas de Herrera Casado (1974: 86-91; 1997: 80-88) y, sobre todo, la aproximación histórico-artística realizada por Daza Pardo (2001). En fechas más recientes, este edificio ha sido analizado en la *Enciclopedia del Románico en Castilla-La Mancha: Guadalajara* (Fernández Martínez, 2009) y en *Todo el románico de Guadalajara* (Salgado Pantoja, 2018: 186-189).

El objetivo general de este trabajo es reconstruir la configuración espacial y funcional del convento de San Salvador de Pinilla a partir de una lectura integrada de las visitaciones y de los restos arquitectónicos conservados. Esta combinación del análisis crítico de estas fuentes con el examen visual y estilístico del edificio permite valorar el potencial de este enfoque para el estudio arquitectónico de otros conjuntos conventuales o monásticos, especialmente aquellos femeninos asociados a la órbita cisterciense y calatrava, ámbito en el que esta metodología aún no ha sido suficientemente explorada.

En lugar de aproximaciones de carácter descriptivo o estrictamente cronológico, aquí se propone un análisis articulado en torno a los espacios de la iglesia, la clausura y el área seglar, entendidos como ámbitos funcionales dentro de la vida monástica. En coherencia con este enfoque espacial, el artículo se estructura en dos partes: una primera dedicada al contexto histórico del convento hasta mediados del siglo XVI, y una segunda, más amplia, centrada en el análisis arquitectónico de sus distintos ámbitos.

⁴ Dado su uso reiterado, las referencias a estas visitaciones se simplifican, a lo largo del artículo, con las expresiones “Visita de 1546”, “Visita de 1552” y “Visita de 1566”. Conviene indicar que los documentos originales no están foliados, por lo que se utilizan foliaciones modernas introducidas por el autor con el fin de facilitar la localización de las citas.

2. San Salvador de Pinilla, desde su origen hasta 1546

Si el ocaso de Pinilla apenas ha sido objeto de atención historiográfica, su origen y desarrollo inicial se encuentran bastante bien documentados. La fundación del cenobio se debió a la iniciativa del hacendado Rodrigo Fernández y de su esposa María, quienes en 1218 cedieron al obispo de Sigüenza unas casas en Sothiel de Hacham para la instalación de un monasterio femenino del Císter. En los años siguientes, varios familiares del matrimonio, emparentados igualmente con las primeras abadesas Urraca y Mayor Fernández, contribuyeron a ampliar el patrimonio de la comunidad mediante donaciones de heredades en lugares como Torremocha, Villanueva y Bujalaro. Incluso el rey Fernando III acogió esta abadía bajo su protección (García López, 1894: 69-70; Solano Ruiz, 1984-86: 537-538; Daza Pardo, 2002: 42-48).

Sigue siendo incierta, sin embargo, la fecha en la que el monasterio cisterciense se transformó en una casa de religiosas calatravas. Mientras que la historiografía tradicional sitúa ese traspaso en tiempos del maestre Pedro Girón (c. 1461), basándose en los textos de Rades (1572: f. 75v), Manrique (1649: III, 32) y las *Diffiniciones de la Orden y Cavalleria de Calatrava* (1652: 117), otros autores adelantan ese hecho al siglo XIII. Esta es la hipótesis defendida por Mateo (1999: 867-868), Daza Pardo (2002: 49-50) y Rincón García (2011: 17), a la luz de una expresiva referencia contenida en una carta de permuta de 1263 en la que la casa de San Salvador figura como “fija de la Orden de Calatrava” (Minguella Arnedo, 1910: 591-593).

Resulta también notoria la relación entre el origen de este convento y el de San Felices de Amaya (Burgos), pues estos son los únicos cenobios femeninos de Calatrava que se remontan al periodo medieval. Además, ambos nacieron sobre fundaciones cistercienses previas, materializadas gracias a la iniciativa de sendos matrimonios potentados. Sin embargo, mientras que la adopción del hábito calatravo en San Felices está atestiguada en 1220 (Ayala Martínez, 1995: 21-22), la data del traspaso de San Salvador no queda explicitada en documento alguno (Fig. 2).

Fig. 2. Antiguo convento de San Felices de Amaya, hoy iglesia parroquial de Barrio de San Felices (Burgos)



Las noticias sobre Pinilla en los siglos XIV y XV se reducen de forma casi exclusiva a arrendamientos, particiones o privilegios reales. Más reveladora en la visita realizada en 1518, pues refleja la progresiva pérdida patrimonial que venía sufriendo el convento desde mediados del siglo XV debido a la mala gestión de algunas abadesas y a las usurpaciones ejecutadas por el concejo de Pinilla, el I marqués de Cenete y el obispo de Sigüenza (Solano Ruiz, 1984-86: 541-543 y 551).

La precariedad económica del convento motivó su exención del subsidio eclesiástico e incluso la aprobación en 1553 de una asignación anual de 25.000 maravedís, a cargo de la mesa maestra, para garantizar su sustento (Fernández Izquierdo, 1994: 485, nota 17). Sin embargo, estas medidas no revirtieron la crisis que atravesaba la institución, agravada por el carácter malsano de la casa y la deteriorada salud de algunas freilas. Frey Sebastián de Prado llegó incluso a reprender a la abadesa por ello, señalando que “no les dais la botica y medicinas sino que cada una ques enferma lo paga de porcion”, y que “me parecio ser muy poca la porcion que se les da para su comer y cenar”⁵.

3. Análisis arquitectónico del espacio conventual

Pese a la avanzada ruina que presenta hoy San Salvador de Pinilla, se trata del único conjunto de la rama femenina de la Orden de Calatrava que preserva estructuras y elementos decorativos de época medieval, a diferencia del citado San Felices de Amaya o de fundaciones más tardías como las de Jamilena y Almagro (Fernández Izquierdo, 1994: 484). Según las visitaciones del siglo XVI, el convento se articulaba en tres ámbitos: la iglesia, la claustro y una zona destinada a las visitas y huéspedes. La primera estaba constituida por el templo con su coro y sacristía, mientras que la segunda englobaba las dependencias principales de la clausura. Finalmente, la zona de uso seglar se hallaba entre la primera y la segunda portería, aunque apenas es descrita en las visitaciones (Fig. 3).

⁵ Visita de 1552, f. 14r.

Fig. 3. Vista cenital del conjunto, con la iglesia en el extremo inferior derecho, la clausura en la parte central y la zona seglar en el extremo superior izquierdo



El emplazamiento contaba con los recursos básicos para la subsistencia de la comunidad. La fuente que suministraba agua a las freilas aún mana entre las rocas, a solo 100 m del convento, mientras que el cercano río Cañamares regaba una fértil vega con sembradíos y movía un molino harinero de caz. Asimismo, la toba utilizada en la construcción del conjunto fue extraída a pie de obra, en una cantera que aún en el siglo XVIII servía para “sacar piedras para molinos”⁶. Basta con examinar el desnivel sobre el que se asienta el ábside para visualizar los tajos provocados para la obtención del material (Fig. 4).

⁶ AGS, Catastro de Ensenada, respuestas generales, Pinilla, libro 312, respuesta 17, 1752, f. 745r.

Fig. 4. Canteras de piedra toba, junto al emplazamiento de la iglesia

Estas calizas porosas predominan en los lienzos de sillarejo y mampostería, aunque también fueron cortadas para elaborar arcos, bóvedas y otros elementos. Para las piezas que requerían una labra más cuidada se prefirió la superficie más homogénea de la cantería arenisca, disponible igualmente en vetas cercanas (López Puerta, 1989: 124): así se observa en las molduras, fustes y capiteles, o en el único can figurativo del ábside. Finalmente, el uso del ladrillo es casi testimonial, mientras que las calizas de grano fino se identifican en añadidos del siglo XVI como la portada eclesial o algunas dependencias de la clausura.

3.1 El templo conventual

El templo, situado en el extremo nordeste del convento, es la estructura mejor conservada del conjunto. Pese al hundimiento de su cubierta y a la colmatación de escombros, evidencia un diseño compacto y sobrio que remite a los orígenes del cenobio, en la segunda década del siglo XIII, aunque también evidencia algunos detalles que remiten a los siglos XV y XVI.

Las visitaciones distinguen con claridad los ámbitos de la iglesia y el coro, razón por la cual se abordan aquí de manera separada, aunque ambos conformen el cuerpo del templo conventual. La primera comprendía la capilla mayor y el tramo contiguo de nave, que formaban un bloque de 19 por 6 m destinado a las celebraciones litúrgicas. El acceso de las freilas a este espacio se limitaba a las labores de limpieza y al aderezo de los

ornamentos y la lámpara del Santísimo, pues la administración de los sacramentos recaía en el capellán del convento, figura documentada ya en 1253 (Daza Pardo, 2002: 44) y desempeñada a mediados del siglo XVI por Juan Martínez, quien simultaneaba este cargo con el de mayordomo “por ser persona que lo entiende bien [...] honesta y de buena vida”⁷.

El sector occidental del templo albergaba el coro, pieza funcionalmente adscrita a la clausura donde las religiosas se reunían para asistir a los oficios y entonar sus cantos. Por último, aunque la sacristía articulaba físicamente la iglesia y la clausura, se incluye en este apartado por su dependencia funcional del presbiterio y del servicio litúrgico.

3.1.1 La capilla mayor

La cabecera, bien orientada, se ajusta a una tipología común en el románico popular del entorno, con tramo recto y testero semicircular: ejemplos de ello son las iglesias de Santiuste o Villaseca de Henares. Presenta una saetera central y dos vanos laterales de factura más tardía, así como una cornisa de canchillos entre los que destaca un único ejemplar figurativo, con el rostro de un individuo que lleva sus manos a la cabeza. El contorno absidial conserva además dos accesos: uno moderno y otro de época medieval, hoy cegado, que comunicaba la capilla mayor con un espacio posiblemente utilizado como área cementerial (Fig. 5).

Fig. 5. Cabecera de la iglesia



⁷ Visita de 1552, f. 12r.

Dos elementos llaman la atención en este ábside. Uno es el baquetón que hay en la transición entre el testero y el presbiterio norte, que tendría su gemelo en el lado opuesto. Este recurso encuentra paralelos en la iglesia cisterciense de Santa María de Monsalud (Córcoles, Guadalajara) y en templos de su entorno (Salgado Pantoja, 2019: 169-170), e incluso en Santa María de la Varga de Uceda, pero la materialización en Pinilla es más rústica. Por otro lado, destaca el pilar con tres fustes adosado al codillo entre la cabecera y la nave, interpretado por García López (1906: f. 99v) y Herrera Casado (1974: 86) como un elemento carente de función estructural. Sin embargo, su relación con los restos de un gran arco apuntado visible en el paramento contiguo sugiere que ambos formaban parte de una estructura de comunicación con una capilla o nave lateral inconclusa o desaparecida. Aunque sin confirmación arqueológica, todo indica que se trata de elementos pertenecientes al proyecto original del siglo XIII (Fig. 6).

Fig. 6. Evidencias en el muro norte de una estructura inconclusa o desaparecida



El interior de la cabecera fue dividido, en época moderna, en dos estancias superpuestas comunicadas con otras instaladas en la nave. Pese a ello, se reconoce el arco triunfal apuntado y doblado, sustentado por dos pilares sobre plintos, cada uno con tres fustes y capiteles foliáceos acordes a los postulados estéticos del Císter. También se conserva la bóveda de cañón de la capilla mayor, en riesgo inminente de desplome, y dos lucillos encajados en los muros del tramo recto que García López (1906: f. 99v) interpretó como posibles sepulcros de los fundadores. Sin embargo, la única referencia localizada los menciona como huecos destinados a albergar el cofre de las reliquias del convento:

“Visite las reliquias que estan en el cofre de madera pintado [...] el qual dicho cofre esta a la parte do se dize el evangelio en el altar y porque en la visitacion pasada parecio que fue mandado que las pusiesedes a la mano izquierda en un hueco de la pared de la capilla haziendole alli una puerta de hierro con que estubiesen cerradas con su llabe y porque me parecio que a la mano derecha ay el mismo hueco mando a vos la dicha abadessa que [...] las pongais en el hueco de la mano derecha achicando el arco con su yeso”⁸.

Tras ordenarse en 1546 el blanqueo de las paredes interiores del templo, “porque estaban los cantos y junturas de fuera”⁹, en 1552 ya se hallaba enlucida y canteada “a la redonda”¹⁰. Es probable que fuese entonces cuando se pintó la bóveda del modo que aún se observa, pues el falso despiece de sillares con florones que se repite en ella, o la corona de laurel de la clave, remiten a una cronología de mediados del siglo XVI. Lo mismo sucede con la cenefa vegetal que recorre el fajón interno, aunque su aspecto arcaizante quizá indique la reproducción de un motivo preexistente: no en vano, bajo la policromía actual hay restos de otra anterior (Fig. 7).

⁸ Visita de 1552, ff. 5r-5v. El extenso inventario donde se consignan las reliquias que en él se contenían aparece referenciado en los ff. 17v-18r.

⁹ Visita de 1546, f. 1r-1v.

¹⁰ Visita de 1552, ff. 5v-6r.

Fig. 7. Bóveda del ábside, con restos de policromía

La capilla mayor tenía un altar con su frontal pintado, un cirial y una arqueta para los ornamentos. Arrimado al testero se elevaba un retablo dedicado a la Virgen María, cuyo ático estaba coronado por una talla de Dios Padre. Contaba, además, con una cortina suspendida de una barra que permitía cubrirlo o mostrarlo, mientras que la ventana central del ábside tenía un “lienço con un bastidor”¹¹. Una lámpara ardía sin interrupción ante el Santísimo Sacramento, que se hallaba en una caja de plata, dentro de un ostensorio dorado. Aunque no se conoce el paradero de esta obra, ni tampoco del antedicho retablo, una referencia en 1552 permite datarlos en los años centrales del siglo XVI y adscribirlos al horizonte artístico del Renacimiento:

“Visite el Sanstisimo Sacram° [...] el qual se hallo que estaba decentemente y con toda reverencia y veneracion en una caixa de plata y en un relicario puesta de talla y dorado que es linda y rica pieça con su cerradura y llave el qual ha hecho fazer la madre abadesa despues de la visitacion pasada y ansimismo un retablo de buena talla y pintura e buena mano con crestas y y storias en el y encima de dicho retablo y en medio de la figura de dios padre de bulto rodo muy bien obrado con su cortina de lienço con una barra de hierro

¹¹ Visita de 1552, ff. 5r-6r.

que cubre todo el dicho retablo el qual ansimismo ha hecho la madre abadesa despues de la visitacion pasada y de parte de su Magt le doy gracias por ello”¹².

3.1.2 La nave

El tramo de nave entre la capilla mayor y el coro está colmatado de escombros, aunque conserva los muros de mampostería coronados al exterior por toscos canchales. La entrada se realiza desde el lado norte, mediante un zaguán hoy derruido y un vano escarzano de cantería caliza construido a finales del siglo XV, en sustitución de otro anterior. Aunque no puede confirmarse la relación de esta intervención con la venta de una heredad de Membrillera por parte de la abadesa en 1493, el hecho de que esta última se realizase para sufragar unas obras en la iglesia (Solano Ruiz 1984-86: 549-550), unido a la coincidencia cronológica, permite plantear que una parte de esos recursos se destinara a dicha reforma (Fig. 8).

Fig. 8. Portada principal de la iglesia, en el muro norte



¹² Visita de 1552, f. 5r.

Otro acceso, en el muro opuesto, unía la iglesia con la clausura, aunque su vano de medio punto se encuentra cegado y casi soterrado. El hecho de que aparezca aún cubierto por los restos de dos capas de enlucido indica que su inutilización se produjo cuando el convento aún estaba habitado, probablemente, con anterioridad a 1546, cuando se efectuó el último blanqueo de muros documentado. Como elemento igualmente destacado, cabe mencionar la hornacina abierta junto al arco triunfal, con leves restos de policromía.

Nada dicen los documentos, finalmente, del campanario. A falta de datos o vestigios convincentes, podría suponerse la existencia de una sencilla espadaña en el muro que comparten la iglesia y la clausura, justo encima de un arco de ladrillo aún visible que pudo ser, en tiempos, un acceso a la escalera que ascendía al cuerpo de campanas (Fig. 9).

Fig. 9. Espacio interior de la nave y arco triunfal



3.1.3 El coro

Situado en el extremo oeste del templo, el coro se distribuía en dos niveles, “alto” y “bajo”, y las freilas lo ocupaban tomando asiento en unos poyos adosados “a la redonda”. La imposibilidad de instalar una sillería más apropiada, debido a los limitados medios económicos de la comunidad y a la escasa altura de los pisos superpuestos, llevó a los

visitadores a plantear en 1552 una solución alternativa: elevar los techos “si se pudiesen subir mas aviendo posibilidad para ello”¹³.

El coro alto se comunicaba con el bajo mediante una escalera hoy impracticable, mientras que, desde este último, se podía acceder tanto a la claustura como a la iglesia. La puerta que unía el coro con el espacio litúrgico tenía una cerradura cuya llave era custodiada por la abadesa, y junto a ella se disponía la “ventana mayor”, con hojas practicables desde ambos lados¹⁴. Estos vanos, acceso y comulgatorio, aún se adivinan en la pared del coro bajo, semicultas tras los escombros. Asimismo, detrás del coro había otras estancias, pero no ha sido posible hallar datos que esclarezcan su función.

Fig. 10. Detalle de las pinturas murales del coro alto, hoy desaparecidas



Hasta fechas recientes se reconocía la estructura completa del coro, entre tabiques y forjados modernos. Todo el sector presentaba pinturas murales con sentencias en latín y cruces de Calatrava, aunque, tras el desplome del coro alto, solo quedan algunos vestigios en el piso inferior. Entre las representaciones perdidas se encuentra un escudo de época de Carlos I de aspecto algo inusual, pues combinaba las armas de los Reyes Católicos con elementos propios del emperador como el águila bicéfala y las dos columnas con el lema “PLVS VLTRA” (Fig. 10).

¹³ Visita de 1552, f. 6.

¹⁴ Visita de 1546, f. 3v; Visita de 1552, ff. 6r-6v.

3.1.4 La sacristía

Anexa al muro sur de la iglesia se sitúa la sacristía, descrita como una “pieça antigua y humeda y no bien adereçada”¹⁵. Este estado contrasta con su función, pues en ella estaban depositados algunos de los objetos más importantes y valiosos del convento. Los inventarios refieren la existencia de casullas de diversos colores, dos albas, tres amitos, una sobrepelliz, tres palios y una capa de estameña. También se listan piezas textiles para vestir el altar y sus enseres, los suelos y poyales, así como para adornar la imagen de la Virgen. La platería se reducía al báculo abacial dorado, dos cálices de plata, dos ampollas de estaño, un incensario de latón, una lámpara y una linterna. El resto de los objetos, ya de madera, eran arcas, ciriales, una mesa y tablillas o cajitas para la cera¹⁶.

La estancia es rectangular y presenta unas dimensiones reducidas. Su adscripción a la obra del siglo XIII es indudable, tanto por su posición entre dos estructuras de dicha época, el ábside y la sala capitular, como por la portada románica que la comunicaba con el claustro. Esta última forma un vano de medio punto con chambrana de nacela que permanece oculto tras la maleza. Cuenta además con cimacios de similar perfil, aunque los capiteles que tuvo fueron mutilados cuando se cegó el acceso. Otra portada, igualmente tabicada, unía esta estancia con la capilla mayor.

Fig. 11. Muro oeste de la sacristía



¹⁵ Visita de 1552, f. 6v.

¹⁶ Visita de 1546, ff. 11v-13v; Visita de 1552, 15r-17r.

El interior de la sacristía también fue transformado en época moderna y hoy resulta impracticable por el desplome de forjados y cubiertas. Un detalle significativo es que en la pared que la separa del claustro se observa una hornacina excavada, interpretable como un *armarium* para depositar los libros litúrgicos (Fig. 11).

3.2 La clausura

El claustro y las dependencias de la clausura se ubicaban al sur de la iglesia, formando un espacio de unos 2000 m². El recinto describía un pentágono irregular, cuyos lados mayores eran los del oeste (54 m) y el norte (46 m), mientras que los tramos cortos del sur y el este quedaban unidos por un lienzo en chaflán de 45 m. García López (1906: f. 99r) aún pudo contemplar este muro “antiguo” y “casi del todo arrumbado” del que hoy apenas quedan restos visibles.

Es preciso aclarar que las visitaciones describen las estancias de la clausura de forma somera, sin atender a su ubicación precisa ni a su configuración arquitectónica. Solo algunas alusiones a los pisos “de abajo” o “arriba”, o a la proximidad a elementos como “la fuente” o “la entrada”, permiten obtener indicios aislados. Por ello, la identificación espacial propuesta se apoya en estos datos puntuales, pero también en la lógica funcional del convento y en la lectura cuidadosa de los restos conservados.

3.2.1 La portería reglar

El primer hito de la clausura era la portería reglar, de uso exclusivo para la comunidad. Las porteras custodiaban allí el torno y la puerta, motivo por el cual los visitantes examinaban con atención su conducta y diligencia: “vimos por nros ojos el recaudo que en ella tenia y obimos información de su vida y costumbres”, se dice de María de Aguirre en 1546¹⁷. Seis años más tarde, se elogia también el desempeño de Librada de los Ángeles, aunque se la exime del oficio por su delicado estado de salud¹⁸.

Aunque no consta la localización de esta estancia, ni se conservan restos que se identifiquen con ella, es verosímil situarla en el sector occidental del convento, en el pequeño zaguán que se abría tras la portería primera o seglar, asociada a la portada renacentista que se describe más adelante.

3.2.2 El claustro

El claustro es descrito como un espacio anticuado y austero, aunque sus paños principales se conservaban con decencia a mediados del siglo XVI. No sucedía lo mismo con el referido muro sureste en disposición oblicua, que requería, al igual que el propio solar, un arreglo urgente. La orden dada en 1546 no fue atendida por las freilas, ocupadas entonces en otras obras de mejora, por lo que se reiteró seis años más tarde:

“Visite la claustra la qual halle ser muy antigua y biexa y los tres paños della enluzidos por la visitacion pasada parescio estar ansi y os fue mandado enluziesedes el otro paño

¹⁷ Visita de 1546, f. 3v.

¹⁸ Visita de 1552, f. 7v.

lo qual no abeys hecho y por vos la dicha abadesa me fue dicho que por aber hecho otras obras mas necesarias no lo abiades cumplido de parte de su Magt e orden vos mando que lo hagais hazer con toda brevedad y vra. conçiencia”¹⁹.

No consta la existencia de pandas claustrales, ni tampoco hay indicios visibles de ellas. Sí se han hallado fustes reutilizados en algunos paramentos del convento, pero no ha sido posible determinar su procedencia. A falta de datos y sin un estudio arqueológico, lo más prudente es admitir que, al menos en el siglo XVI, el claustro funcionaba como un patio despejado, sin elementos galerías cubiertas. De hecho, si tuvo alguna las tuvo, es probable que no describiesen un circuito cerrado (Fig. 12).

Fig. 12. Espacio del claustro



Este solar contaba con un huerto y un pozo, ambos descuidados en las décadas previas a la marcha de las religiosas: el primero carecía de árboles frutales y el segundo no disponía de carrillo, sogas ni cubo, por lo que el riego se hacía “a gran trabajo de braços”²⁰. Estas deficiencias, reiteradas en las visitaciones, no fueron corregidas por la abadesa, como demuestra el mandato de 1552:

“Os fue mandado que en el huerto que esta en la dicha claustra lo hiziesedes adereçar y plantar tambien algunos arboles porque las religiosas tubiesen algun refrigerio y que pusiesedes en el pozo que en la dicha huerta esta un carrillo con su sogas para que sin pena

¹⁹ Visita de 1552, f. 6v.

²⁰ Visita de 1546, ff. 1v-2r.

se sacase el agua para regar en dicho huerto lo qual no halle cunplido por tanto de parte de su Magt y orden vos mando y encargo que con toda brebedad lo hagáis hazer²¹.

3.2.3 La sala capitular

Las visitaciones apenas aportan datos sobre la sala capitular del convento, limitándose a indicar que estaba bien reparada y blanqueada²². Como ya observó García López (1906: f. 99v), esta estancia se hallaba junto a la sacristía, en el cuerpo que formaba “martillo” con la iglesia y el lado oriental del recinto, ocupando una posición habitual en las abadías cistercienses.

La exploración del espacio interior, repleto de cascotes debido al reciente desplome de la cubierta, revela que se trataba de un recinto cuadrado de 8 m de lado, con acceso centrado en el lado oeste. Este ingreso, que es uno de los elementos románicos más destacados del conjunto, se resuelve con un vano geminado de sillería apoyado en una columna pareada con basa y capitel vegetal (Fig. 13).

Fig. 13. Acceso a la sala capitular, visto desde su cara interna



²¹ Visita de 1552, ff. 6v-7r.

²² Visita de 1546; f. 1v; Visita de 1552, f. 7v

También se han identificado tres de los soportes que sostenían la desaparecida bóveda, formados por tambores cilíndricos y capiteles foliáceos similares a los del arco triunfal. Dos de ellos ocupan los extremos noroeste y nordeste de la sala, mientras que el que se situaba en la esquina suroeste se localiza tras el moderno tabique de la habitación contigua. Debió existir un cuarto soporte al sureste, hoy desaparecido, pero no es posible determinar si existieron otros intermedios y centrales, generando la usual distribución en seis tramos, o si, dada la pequeñez de la sala, se recurrió a una solución con cuatro columnas esquineras y, quizá, una quinta central (Daza Pardo, 2001: 567).

3.2.4 El refectorio

Las fuentes no precisan la ubicación del refectorio. Aunque en los monasterios cistercienses se disponía habitualmente en el ala sur del claustro, perpendicular a la crujía, los restos visibles en Pinilla descartan esa posibilidad. Sí resulta más verosímil, sin embargo, situarlo en el sector oeste. Una primera opción es que estuviese alojado en una gran sala rectangular abierta actualmente por varias puertas al claustro, aunque tampoco sería descabellado identificarlo con otra estancia más reducida, junto a esta, adosada a la única cocina que se ha identificado en el convento, justo a mano izquierda de la portería (Fig. 14).

Fig. 14. Cocina situada en el sector oeste del convento



Las inspecciones de los visitantes permiten saber que las religiosas habían tomado por costumbre comer “fuera de comunidad”. Por este motivo, se les obligó a retornar al

comedor conventual, “guardando por las çerimonias que de horden sois obligada(s)”²³. En esta ocasión, parece que el mandato sí fue atendido, pues en 1552 había evidencias de una reciente obra en dicho refectorio:

“Esta enluzido de nuevo con sus buenas puertas y halle questaba lleno de cal y madera por tanto mando a vos la dicha abadesa que lo hagais limpiar luego con brebedad para que en el se hefetue lo que su Magt fuere serbido y mandare de que yo le dare relación”²⁴.

3.2.5 Los dormitorios y la enfermería

La identificación del espacio donde dormían las freilas es compleja, pues en 1546 se refieren hasta tres ámbitos distintos: un “dormitorio viejo” mal reparado, otro “nuevo” recientemente desocupado y unas celdas entonces en uso. Ante esta situación, considerada irregular por la Orden, los visitantes ordenaron el abandono de los aposentos individuales y el regreso inmediato a uno de los dormitorios comunitarios:

“Visitamos el dormitorio y hallamos que abra dos años que dormiades en el y que agora porque en el se os murieron dos monjas de pestilencia os abaxastes a dormir a vuestras celdas y se os cayo un pedaço deste dormitorio por tanto mandamos que os volvais a el dentro de quinze dias después de acabada la visita escebto las enfermas que no pudieren estar en el y porque vimos otro dormitorio que llamais en la casa el antiguo pareçionos que hera mejor disposición para dormitorio dezimos que verys qual dellos es mejor y que allí os paseys a dormir porque en el que llamais viejo estan los letrines que es señal que allí estaba el dormitorio antes lo cual vimos que estaba maltratado y avia menester reparos suplicaremos a los señores de el consejo que vistas vtras necesidades que os hagan alguna limosna para ello por poder remediar el dicho dormitorio”²⁵.

Ninguna referencia ubica las celdas o el dormitorio viejo. De las primeras solo se indica que estaban en el piso inferior (“os abaxastes a dormir a vuestras celdas”), mientras que del segundo se dice que tenía letrinas y una disposición apropiada para su uso, pero que se hallaba en mal estado. Por su parte, el dormitorio nuevo, finalmente adecentado en 1552, tenía un zaquizamí de tablas en el techo y las camas de todas las profesas, incluida la de la priora, que era quien custodiaba las llaves. La información recopilada confirma que se elevaba en el ala oriental, sobre la sacristía y parte de la sala capitular, “en par” de la estancia donde debía habilitarse la enfermería:

“Visitando las dichas oficinas halle que no teneis enfermeria y ser esa una de las necesarias en la religion y que de que alguna estar mala la curan en el dormitorio donde estan todas las otras que es gran ynconveniente y desasosiego para las que an de yr al coro y porque visitando el dicho dormitorio halle que en par del dormitorio como se sube a la mano izquierda esta una camara sobre el capitulo que se puede hazer la dicha enfermeria y esta en el una chimenea que se puede adereçar para guisar de comer a las enfermas por tanto de parte de su Magt mando a vos la dicha abadessa que con toda diligencia y brebedad la hagais adereçar y adobar para que sirba de enfermería”²⁶.

La instalación de esta enfermería respondía a la insalubridad del convento: “esta casa no es sana y por esto enferman muchas religiosas della”, afirmaban los visitantes en

²³ Visita de 1546; f. 6r.

²⁴ Visita de 1552, ff. 7r-7v.

²⁵ Visita de 1546, f. 4v.

²⁶ Visita de 1552, f. 8r.

1546²⁷. Una freila y dos donadas debían encargarse de atender a las religiosas convalecientes, y la abadía debía proporcionarles una alimentación y atención adecuadas, excusándolas de trabajos inapropiados y eliminando la obligación de que ellas mismas sufragasen las medicinas con su asignación²⁸.

3.2.6 El locutorio

Una de las últimas estancias en habilitarse fue el locutorio donde las religiosas conversaban con las visitas, pues su construcción se produjo entre 1546 y 1552: no se ha documentado, sin embargo, un locutorio para uso exclusivo de la comunidad. Este espacio contaba con una reja de hierro al exterior y de madera al interior, con orificios pequeños²⁹. Aunque no se indica su ubicación, por su función es probable que se situara en el sector occidental, inmediato a la portería por la que accedían los legos. Una de las freilas, preguntada en 1566 sobre este ámbito, señalaba lo siguiente:

“Dixo que tienen locutorio para que hablen los que vienen al dicho monesterio con sus dos redes y que quando vienen a hablar tiene la priora señalada persona para que este escuchando lo que se habla y que quando viene el barbero y el medico y cirujano va la enfermera delante con una campanilla y forma a salir hasta que los echa fuera”³⁰.

3.3 El área seglar y las inmediaciones del convento

El sector occidental del conjunto albergaba los espacios de relación con el exterior, esto es, la portería primera, la hospedería y algunas dependencias agropecuarias, cuya configuración y evolución se documentan con especial claridad en las visitas de mediados del siglo XVI.

3.3.1 El acceso y la portería primera

El acceso principal a un convento refleja datos de su identidad, religiosidad y vínculos de patronazgo. Se desconoce cómo fue el de San Salvador en época medieval, pero sí hay datos precisos sobre el que se estaba construyendo a mediados del siglo XVI. Esta portería seglar, antesala de la reglar, estaba prácticamente concluida en 1552:

“Vi e visite la porteria primera de la dicha casa y halle que vos la dicha abadessa teneys hecho de nuevo unas paredes de canteria bien altas y bien obradas para hazer caballeriza y ençima de la ospederia y la puerta principal labrada de canteria de piedra franca y encima de la puerta labradas de canto las armas de su Magt con las divisas de las columnas y a un lado dellas nro padre san Bernardo y al otro lado la cruz de calatraba es con las trabas de las orden con sus letreros de la cruz a la redonda todo bien hecho y porque nos dixistes que no teneys al presente facultad para acaballa por tanto de su Magt os mando que dentro de dos años lo acabeys pues abeys conmençado tan buena obra y es honrra

²⁷ Visita de 1546, f. 3v.

²⁸ Visita de 1546, f. 2r y 7r; Visita de 1552, f. 10r y 14r.

²⁹ Visita de 1552, f. 7r.

³⁰ Visita de 1566, f. 5r.

del dicho monestr^o y para la utilidad del y buestra buena yntencion los de parte de su Magt os doy gracias”³¹.

Esta fachada aún preside el conjunto, aunque su aspecto dista del descrito en la visita de 1552. Permanece en pie el arco escarzano de entrada, con dovelas de caliza bien trabajadas, pero la pérdida de los relieves ha convertido el antiguo coronamiento en un amplio boquete. Dos piezas, el escudo de Carlos I y la cruz de Calatrava, se conservan desde 2003 en el Museo Provincial de Guadalajara, pero se ignora el paradero del tondo con la efigie de San Bernardo, cuyo aspecto es conocido gracias a algunas fotografías de archivo (Herrera Casado, 1974: 88-89) (Fig. 15).

Fig. 15. Portería seglar: estado actual vs. c. 1970. La segunda imagen procede del Fondo Fotográfico “Andrés Pérez Arribas”, ref. APA1197, © Centro de la Fotografía y la Imagen Histórica de Guadalajara, Diputación Provincial



Situado originalmente sobre la clave del arco, el escudo fue labrado en una losa caliza de 78,5 cm de alto y 85 de ancho, con un singular diseño que combina las armas de la Corona de Castilla y el reino de Granada con la corona imperial, el águila bicéfala y las columnas con el lema “PLVS VLTRA”. La inscripción que lo acompaña reza “ACABOSE ESTA OBRA A XXI DE MAIO DE MDLI AÑOS”. A su izquierda, se hallaba el emblema calatravo, grabado sobre otra placa de 57,5 cm de alto y 61,5 de ancho. En este caso, la cruz flordelisada aparece junto a las habituales trabas, dentro de un tondo con dos líneas epigrafiadas: “+ CAROLVS DEI GRACIA REX CASTELLE LEGIONIS ET ARAGONIS ET ANBA(RUM) SICILIA(RUM) ET G/+ ADMINISTRATOR PERPETVS MILICIE HORDINIS CALATRAVE ETCETA” (Fig. 16).

³¹ Visita de 1552, f. 8r.

Fig. 16. Relieves procedentes de la portería seglar. © Museo Provincial de Guadalajara



3.3.2 La hospedería

Declaraban las religiosas de Pinilla, como respuesta al interrogatorio de 1566, que “las personas que vienen al dicho monesterio son aposentadas fuera de la clausa del dicho monesterio en la ospederia que tiene para el dicho efecto”³². Por lo demás, los datos sobre estas instalaciones destinadas al alojamiento de los visitantes autorizados son exiguas.

La lógica y la exploración visual aconsejan ubicarlas en el sector oeste, a la izquierda del zaguán de entrada. Allí se aprecian entre las ruinas, una cocina con su horno de leña y sus alacenas, una estancia alargada con aspecto de salón comedor y varios habitáculos que pudieron funcionar como aposentos.

3.3.3 La cerca, la huerta, los corrales y el molino

El convento disponía de una cerca que rodeaba la casa y el terreno inmediato hasta la fuente, hacia el sur. Su trazado se ha perdido casi por completo, aunque subsisten restos en el sector oriental. En 1552 ya se señalaba su mal estado, pues tenía tramos desmoronados y una altura demasiado escasa para guardar la privacidad de las religiosas:

“Vi que en algunas partes estan caydas piedras y esta baxo y se veen las religiosas que van por agua por tanto mando a vos la dicha abadessa que la hagais tornar adobar toda la redonda con su calicanto y encima la hagais bardar de sus cambroneras y çarças que estan hazia el molino pues es poco el gasto que en ello se hara y el mucho bien para la clausura y onestidad de las dichas religiosas”³³.

³² Visita de 1566, f. 3v.

³³ Visita de 1552, f. 8v.

Dentro del recinto se incluía un corral en desuso para las aves, cuya reparación fue ordenada “porque es cosa muy necesaria así por tener huevos como por necesidad de las dichas aves”³⁴. Los documentos también mencionan la existencia de cerdos, cabras, ovejas, yeguas, mulas, burras, vacas y un becerro, pero sin precisar la localización de los corrales o establos donde se guardaban.

Fuera de la cerca quedaban la huerta y el molino harinero: la primera se hallaba “a un tiro de arcabuz”, junto a la fuente, en la parcela hoy denominada “Huerto del Palomar”, mientras que el segundo, hoy desaparecido, se hallaba junto al río Cañamares. La descripción de ambos elementos en las visitas deja constancia del precario estado en el que se encontraban unos años antes del abandono del convento:

“Otro sí visitamos vro molino y vimos como os lo avia llebado el rio y que agora al presente andays en el para adoballe lo qual os mandamos y encargamos que con mucha diligencia se acabe de adobar pues que decis que tanto os ymporta a la casa y tambien vesytamos la huerta de esta dicha casa y vimos que en ella no teneyz hortelano que la pueble y trate y por quella es muy buena pieça y muy provechosa e necesaria para la casa os mandamos que luego se busque un hortelano para ella para que la tenga muy bien tratada y poblada en todos tiempos de verdura y la ortaliza que en ella oviere e fruta”³⁵.

La huerta seguía en un estado similar seis años después, aunque en 1566 se decía que la habían plantado recientemente. Por su parte, el molino había sido reparado después de la referida visita y estaba “moliente y corriente”, pero su estructura había comenzado a mostrar nuevos problemas en “una esquina de hazia arriba questa para hundirse”³⁶ (Fig. 17).

Fig. 17. Vista general desde el oeste, con el convento en primera instancia y la zona de huerta y dependencias auxiliares en el espacio abierto hacia el valle



³⁴ Visita de 1546, f. 5r.

³⁵ Visita de 1546, f. 7v.

³⁶ Visita de 1552, f. 8v.

3. Conclusiones

Desde el punto de vista arquitectónico, el convento de San Salvador de Pinilla presenta una organización compleja en la que se articulan espacios litúrgicos, claustrales y seculares que responden a distintas fases constructivas. En este sentido, el análisis conjunto de las visitaciones y de los restos arquitectónicos conservados permite reconstruir, con las cautelas impuestas por el actual estado de conservación, la fisonomía y la organización espacial del convento de San Salvador de Pinilla en el tramo final de su ocupación. Frente a la visión fragmentaria ofrecida por la historiografía previa, estas fuentes permiten matizar la cronología de las fábricas, distinguir con mayor precisión entre las estructuras de origen medieval y las reformas de época moderna, y comprender la lógica funcional que articulaba los tres grandes ámbitos del conjunto: iglesia, clausura y área secular. En el plano estilístico, la iglesia, la sacristía y la sala capitular confirman la pervivencia de un románico tardío de filiación cisterciense, austero en su ornato, pero coherente en su concepción espacial, sobre el que se superpusieron, especialmente en el siglo XVI, intervenciones de signo renacentista ligadas a un proceso de adecentamiento litúrgico y representativo.

Las visitaciones revelan, además, la estrecha relación entre arquitectura, vida regular y declive institucional. La precariedad económica, los problemas de salubridad y el progresivo deterioro material del edificio condicionaron tanto el uso de los espacios como la capacidad de las freilas para conservar las estructuras conventuales de manera adecuada. Por todo ello, el conjunto arquitectónico no debe leerse como un fósil inexpresivo y de exigua calidad material, sino como el reflejo material de una comunidad con pocos recursos cuyos espacios se adaptan de manera pragmática a una realidad de escasez y decadencia progresiva.

Finalmente, este estudio sobre San Salvador de Pinilla subraya el valor metodológico de las visitaciones como fuente esencial para la historia del arte, sobre todo en contextos de ruina avanzada donde la lectura espacial resulta particularmente problemática. En efecto, la articulación entre el análisis formal, la topografía del conjunto y la documentación de archivo no solo permite recuperar la imagen de un convento femenino singular dentro de la Orden de Calatrava, o proponer una interpretación más compleja de sus transformaciones, usos y significados, sino que también abre una vía de trabajo aplicable a otros casos escasamente conocidos desde el plano histórico-artístico, como el de San Felices de Amaya.

Fuentes documentales

Archivo General de Simancas (AGS), Catastro de Ensenada, respuestas generales, Pinilla, libro 312, 1752, ff. 717r-757r. Digitalizado en: <https://pares.cultura.gob.es/catastro/>. Consulta: 18/02/2026.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, leg. 6.114, doc. 4, Monjas de la Orn de Pinilla, 1546, 18 ff.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, leg. 6.114, doc. 5, Visitación del Monest^o de Sant Salvador de Pinilla de la orden de Calatrava, 1552, 20 ff.

Archivo Histórico Nacional (AHN), Órdenes Militares, Consejo de Órdenes, leg. 6.114, doc. 6, Visita del Monasterio de Sⁿ Salvador de Pinilla, 1566, 17 ff.

Bibliografía

AYALA MARTÍNEZ, Carlos (1995), “San Felices de Amaya, monasterio medieval de la Orden de Calatrava”, en *Medievo hispano: estudios in memoriam del Prof. Derek W. Lomax*, Madrid, Sociedad de Estudios Medievales, pp. 17-34.

CORTÉS ARRESE, Miguel, coord. (2009), *Enciclopedia del Románico en Castilla-La Mancha*. 3 vols., Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real.

DAZA PARDO, Enrique (2001), “El monasterio de San Salvador de Pinilla. Un monasterio femenino de la Orden de Calatrava en el Valle del Henares”, en *VII Encuentro de Historiadores del Valle del Henares. Libro de Actas*, Guadalajara, Institución Marqués de Santillana, Instituto de Estudios Complutenses y Centro de Estudios Seguntinos, pp. 557-569.

DAZA PARDO, Enrique (2002), “San Salvador de Pinilla durante el S. XIII (1218-1300). Aportaciones para su estudio”, *Wad-al-Hayara: Revista de estudios de Guadalajara*, vol. 29, pp. 41-56.

Diffiniciones de la Orden y Cavalleria de Calatrava (1652), Madrid, Diego Díaz de la Carrera Imp.

FERNÁNDEZ IZQUIERDO, Francisco (1994), “Las religiosas del hábito de Calatrava en el siglo XVI” en Enrique Martínez Ruiz y Vicente Suárez Grimón (coords.), *Iglesia y sociedad en el Antiguo Régimen. III Reunión Científica Asociación de Historia Moderna*, vol. I, Las Palmas de Gran Canaria, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, pp. 483-495.

FERNÁNDEZ IZQUIERDO, Francisco; YUSTE MARTÍNEZ, María Ángeles (1984), “Traslado y establecimiento en Madrid del convento de la Concepción Real de las Comendadoras Calatravas”, *Hispania sacra*, vol. 73, pp. 215-282.

FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, Ana Belén (2009), “Pinilla de Jadraque. Monasterio de San Salvador” en Miguel Cortés Arrese (coord.), *Enciclopedia del Románico en Castilla-La Mancha: Guadalajara*, vol. II, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real, pp. 637-644.

GARCÍA LÓPEZ, Juan Catalina (1894), *La Alcarria en los dos primeros siglos de su Reconquista: Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia en la recepción pública del Excmo. Señor D. Juan Catalina García*, Madrid, El Progreso Editorial.

- GARCÍA LÓPEZ, Juan Catalina (1906), *Catálogo monumental de la provincia de Guadalajara*, vol. II, Madrid, CSIC - Biblioteca Tomás Navarro Tomás, manuscrito inédito.
- HERRERA CASADO, Antonio (1974), *Monasterios y conventos en la provincia de Guadalajara*, Guadalajara, Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana, CSIC.
- HERRERA CASADO, Antonio (1997), *Monasterios medievales en Guadalajara*. Guadalajara, Aache.
- LAYNA SERRANO, Francisco (1935), *La arquitectura románica en la provincia de Guadalajara*, Madrid, Nuevas Gráficas.
- LÓPEZ PUERTA, Luis (1989), *La Desamortización Eclesiástica de Mendizábal en la Provincia de Guadalajara (1836-1851)*, Madrid, Diputación de Guadalajara.
- MANRIQUE, Angelo (1649), *Cisterciensium, seu verius ecclesiasticorum a conditio cistercio*, 4 vols, Lugduni, Sumptibus Laurentii Anisson & Soc.
- MATEO, Crescenta (1999), “Las monjas de las órdenes militares”, *Cistercium*, vol. 217, pp. 865-900.
- MINGUELLA ARNEDO, Toribio (1910), *Historia de la Diócesis de Sigüenza y de sus obispos*, vol. 1, Madrid, Imp. de la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos.
- RADES Y ANDRADA, Francisco (1572), *Chronica de las tres Ordenes de Cavalleria de Sanctiago, Calatrava y Alcantara*, Toledo, Casa de Juan de Ayala.
- RINCÓN GARCÍA, Wifredo (2011), *La iglesia de la Concepción Real de Calatrava: las Calatras, de Madrid*, Madrid, Fundación Lux Hispaniarum.
- RUIZ MONTEJO, Inés; FRONTÓN SIMÓN, Isabel; PÉREZ NAVARRO, Francisco Javier (1992), *La herencia románica en la provincia de Guadalajara*, Toledo, Servicio de Publicaciones de la Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha.
- SALGADO PANTOJA, José Arturo (2018), *Todo el románico de Guadalajara*, Aguilar de Campoo, Fundación Santa María la Real.
- SALGADO PANTOJA, José Arturo (2019), “Los monasterios cistercienses y el románico en la Alcarria” en Herbert González Zymly y Diego Prieto López (coords.), *Monasterio de Piedra: un legado de 800 años*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, pp. 161-180.
- SOLANO RUIZ, Emma (1984-86), “El convento de San Salvador de Pinilla a fines de la Edad Media. Aportación para su estudio”, *Revista de Historia Canaria*, vol. 175, pp. 533-553.

Las enfermedades de las freilas santiaguistas (1548-1556)

PEDRO ANDRÉS PORRAS ARBOLEDAS

Universidad Complutense de Madrid

porrarbo@ucm.es

RESUMEN: Gracias a las provisiones conservadas del Consejo de Órdenes Militares es posible conocer la política real respecto a la salida de la clausura conventual de las monjas de la Orden de Santiago; por ellas sabemos que se autorizaba la salida por razones de salud, bien para la curación de las monjas, bien para que éstas cuidasen de sus familiares más cercanos. A través de estas licencias conocemos las enfermedades más frecuentes, tales como demencia, lepra, venéreas, epilepsia, gota, tuberculosis, reuma, cáncer, etc. Menos son las noticias conservadas en relación con los tratamientos y medicinas, aunque se aprecia lo que se valoraba: el cambio de aires, el traslado al lugar de origen y la estancia con los familiares. Se ha elegido la cronología en función de la mayor abundancia de datos.

PALABRAS CLAVE: Orden de Santiago; conventos femeninos; clausura; licencias para salir de la clausura; enfermedades; tratamientos médicos.

AS DOENÇAS DAS FREIRAS DA ORDEM DE SANTIAGO (1548-1556)

RESUMO: Graças às provisões conservadas do Conselho das Ordens Militares, é possível compreender a política régia relativa à quebra da clausura conventual das freiras da Ordem de Santiago. Através destes documentos, depreende-se que a saída era autorizada por motivos de saúde, fosse para a cura das religiosas, fosse para que estas pudessem prestar cuidados aos seus familiares diretos. Por via destas licenças, identificam-se as patologias mais frequentes, tais como a demência, a lepra, doenças venéreas, epilepsia, gota, tuberculose, reumatismo e cancro, entre outras. São mais escassas as informações preservadas quanto aos tratamentos e fármacos, embora se verifique a importância atribuída à "mudança de ares", à deslocação para a terra de naturalidade e à permanência junto da família. A baliza cronológica selecionada justifica-se pela maior densidade de dados disponíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Ordem de Santiago; conventos femininos; clausura; licenças de saída; enfermidades; tratamentos médicos.

THE DISEASES OF THE NUNS OF THE ORDER OF SANTIAGO (1548-1556)

ABSTRACT: Extant provisions from the Council of the Military Orders allow for an insight into royal policy concerning the departure from conventual enclosure of the nuns of the Order of Santiago. These records demonstrate that leave was authorised on health grounds, either for the medical treatment of the nuns themselves or to enable them to care for their closest relatives. Through these licenses, the most prevalent ailments are identified, including dementia, leprosy, venereal diseases, epilepsy, gout, tuberculosis, rheumatism, and cancer. Records about specific treatments and medicines are sparser, although it is evident that significant value was placed upon a "change of air", returning to one's place of origin, and residing with family members. The relative abundance of available data has determined the chronological scope of this study.

KEYWORDS: Order of Santiago; female convents; enclosure; licences for leave; diseases; medical treatments.

LES MALADIES DES RELIGIEUSES DE L'ORDRE DE SANTIAGO (1548-1556)

RESUME: Grâce aux provisions conservées du Conseil des Ordres Militaires, il est possible d'appréhender la politique royale relative à la sortie de la clôture conventuelle des moniales de l'Ordre de Saint-Jacques. Ces documents révèlent que la sortie était autorisée pour des raisons de santé, soit pour la guérison des religieuses, soit pour que celles-ci puissent prodiguer des soins à leurs proches parents. À travers l'examen de ces licences, nous identifions les pathologies les plus fréquentes, telles que la démence, la lèpre, les maladies vénériennes, l'épilepsie, la goutte, la tuberculose, le rhumatisme ou encore le cancer. Les informations relatives aux traitements et aux remèdes sont plus laconiques, bien que l'on observe l'importance accordée au "changement d'air", au retour vers le lieu d'origine et au séjour auprès de la famille. Le cadre chronologique a été établi en fonction de la plus grande densité de données disponibles.

MOTS-CLES: Ordre de Saint-Jacques; couvents féminins; clôture; licences de sortie; maladies; traitements médicaux.

1. Introducción

Ciertamente, las posibilidades de acercarse a los temas de salud en los años iniciales de la Edad Moderna con las fuentes disponibles son bastante escasas, no siendo noticias puntuales que no permiten hacerse una idea de conjunto del problema¹. Afortunadamente, contamos con una fuente un tanto inesperada. En efecto, dentro de las competencias del Consejo de Órdenes estaba la concesión de licencias a todos los religiosos que, por motivos justificados, debían abandonar la clausura, en el caso de las freilas, o su destino, tratándose de los freiles². La concesión de licencia, además, presuponía las informaciones pertinentes sobre las circunstancias que acreditaban la necesidad de salir del lugar de residencia de unas y otros.

En efecto, la Orden de Santiago contaba con cinco casas conventuales femeninas, situadas en Valladolid (Santa Cruz), Salamanca (Sancti Spiritus), Toledo (Santa Fe), Mérida (Santa Olalla o Santa Eulalia) y Granada (Santiago de la Madre de Dios de los Caballeros). De las cinco sólo pervive con actividad conventual la casa de Granada —cuyas monjas confunden hoy la cruz del apóstol Santiago con la de la Orden de Santiago de la Espada, como en tantos otros lugares, incluido el propio convento de Uclés— y los mo-

¹ Debo hacer notar que la documentación que cito en este trabajo procede de los legajos del Archivo Histórico de Toledo, en realidad, una subsección de la sección de Órdenes Militares del Archivo Histórico Nacional de Madrid; las provisiones vienen recogidas por meses y años, a razón de 12 cajas por año; vienen con el orden original inverso, es decir, en algunas ocasiones en sentido inverso al momento de su emisión, pero en otros muchos casos están totalmente desordenadas; las provisiones van sin numerar, de modo que la localización se debe hacer penosamente a partir de la fecha del documento y del tipo de provisión, si es que viene expresado en la regesta de cabecera. En ocasiones hay errores de colocación de las provisiones en los legajos. Comenzamos en enero de 1548 (leg.78.373) y terminamos en diciembre de 1556 (leg. 78.469).

² No entraré en un debate terminológico sobre si son *freiles* o *freires*, *freilas* o *freiras*; mi impresión personal, después de la lectura de numerosísima documentación de la época del emperador Carlos, es que predominó el uso de la primera de las dos formas. Más clara para los hombres de aquella época fue la distinción entre monasterio y convento, que hoy las usamos como palabras sinónimas; el primero era la institución, en tanto que el segundo hacía referencia a la comunidad conventual.

nasterios toledano y emeritense han desaparecido por completo, en tanto que del salmantino sólo pervive el templo y del vallisoletano la iglesia y el claustro. Sólo cabe mencionar que el monasterio de Santa Fe de los Caballeros de Toledo traía causa del existente en Santa Eufemia de Cozuelos (Olmos de Ojeda, Palencia), cuyo magnífico templo románico también se conserva y cuyas freilas fueron trasladadas por los Reyes Católicos a su nuevo emplazamiento en la ciudad imperial (Sánchez-Migallón, 2025).

En relación con las fuentes conservadas que contienen información sobre cuestiones sanitarias deben mencionarse varias provisiones reales, la mayor parte de ellas dentro de la órbita de las concesiones de licencias para abandonar la clausura de las freilas —y, como decía, los destinos eclesiásticos de los freiles. La provisión básica era la comisión informativa, que siempre venía precedida de una solicitud de la religiosa que necesitaba salir de la clausura, que también podía provenir de un pariente cercano o de la propia superiora del convento. Habitualmente, una vez recibida la petición, el Consejo de las Órdenes —que era quien gobernaba las Órdenes militares nacionales, como *alter ego* del monarca-administrador— dictaba dicha comisión, por la cual encomendaba a dicha superiora que le enviase un informe de los sanitarios³ sobre el estado de salud de la enferma, así como su opinión sobre la procedencia de conceder dicha licencia de salida⁴.

Un buen ejemplo de esto lo tenemos en la comisión que el Consejo dirigió en 1553 a la comendadora de la casa de Salamanca, doña Inés de Ludueña, a iniciativa de Pedro de Ibarra, maestro mayor de las obras del convento de San Benito de Alcántara, cuya hermana, María de Ibarra, tenía necesidad de salir del convento para su curación; se le

³ Los médicos mencionados, desgraciadamente, son muy escasos, dado que sus informes no se conservan junto con los expedientes de concesión de licencia: en Salamanca documentamos al Dr. de la Parra (3 veces), al Lcdo. Hernández (2 veces) y al Lcdo. Gutiérrez y al Dr. Alderete (una vez ambos); en Granada al Dr. Andrés de la Torre y al Lcdo. Juan Rodríguez (ambos una vez); en Toledo y en Mérida, respectivamente, sólo hallamos al Lcdo. Oseguera y al bachiller Santisteban, citados sólo en una ocasión. El Lcdo. Arias era el médico del convento de Valladolid, citado en una ocasión. En cambio, en el área de Vitigudino (Salamanca) se menciona a una mujer algebrista que habitaba en el lugar de *Barcino* (tal vez, el actual Barceo). Esta *algibrista* se especializaba en curar la dislocación de huesos y carecía de formación reglada. Sólo aparece en una ocasión. Existe en el Archivo Histórico de Toledo del AHN un fondo que permanece sin describir, que tuve ocasión de inspeccionar brevemente junto con mi buen amigo, Francisco Fernández-Izquierdo, hace algunos años; de la misma saqué la impresión de que una parte importante de esos fondos son los informes remitidos tras las mencionadas comisiones informativas, en virtud de los cuales el Consejo dictaba o no la provisión del caso. Obviamente, los informes médicos serían una mínima parte del total.

⁴ En Salamanca informaron la comendadora doña Inés de Ludueña (1548-1549) y el cura del convento, el freile Lucas Pérez; en Mérida, las comendadoras doña Catalina de Paz (1548) y doña Beatriz Martínez de Cárdenas (1549-1552), así como la freila administradora que había en 1554; en Toledo, las comendadoras doña Mencía Enríquez (1549-1550), doña María de Temiño (1551-1554) y doña Catalina de Guzmán (1554); en Valladolid, la comendadora doña María de Zúñiga (1549-1555) y en Granada, el prior Alonso Gómez (1550-1554) y las prioras doña María de Cristo (1550-1553) y doña Catalina de Cisneros (1555). Como puede apreciarse, el convento de Granada tenía un prior, freile, y una priora, freila, al frente, lo que sería una fuente de problemas entre ambos. En los demás casos la superiora recibía el nombre de comendadora, pero sólo ella, lo que no ha sido óbice para que el vulgo llamara a todas las religiosas de esos y otros conventos “comendadoras”. Sobre las pésimas relaciones existentes entre ese prior, Alonso Gómez, y las freilas, tenemos una provisión de 1554, incluyendo la solicitud del religioso, de una dureza que no encuentra parangón en todas las fuentes que he manejado sobre la Orden de Santiago: llevaba cuatro años en Granada y repetidas veces había pedido ser reemplazado, por su incapacidad para desempeñar el cargo y por el enfrentamiento que mantenía con las monjas, de las que dice palabras que prefiero no repetir aquí, valga con su conclusión: “aunque venga aquí un San Juan Baptista, le an de caluniar ...”. Se trata de la licencia concedida al freile para dejar el priorazgo y volverse al convento de Uclés, de 27 de agosto (AHN, AHT, leg. 78.455).

encomendaba que, además de los informes facultativos, adjuntase su opinión personal (su *parecer*). Había expuesto Pedro que

“María de Ybarra, su hermana, fleyra en ese dicho monesterio, ha muchos días que está enferma en él e de cada un día se le agravia la enfermedad, e que para el remedio della le an dicho los médicos que la curan le conviene salir del dicho monesterio a se curar, suplicándome mandase dar licencia para la dicha María de Ybarra para que, por el tienpo que fuese necesario, pudiese estar en la casa e conpanya del dicho Pero de Ybarra, curando de su salud”.

Se le encomienda a la comendadora que:

“os ynforméis e sepáys de los médicos que curan a la dicha María de Ybarra cómo y de qué manera a pasado y passa lo susodicho y si es así que ha estado y está al presente enferma y qué enfermedades son las que a tenydo y tiene y de qué tanto tienpo a esta parte e si para el remedio de su salud convernaya salir dese dicho monesterio e yrse a curar a casa del dicho Pero de Ybarra, su hermano, e por qué tanto tienpo o si, de no se hazer, se le podría recrecer algún detrimento e peligro en su salud, e por qué causa, e de todo lo demás que cerca de lo susodicho os parezca debo ser ynformado, todo lo qual juntamente con nuestro parecer, firmado de vuestro nonbre, lo enbiad cerrado y sellado, en manera que haga fee, al dicho my Consejo, para que yo lo mande veer y proveer sobrello lo que deba ser proveído”⁵.

Lo habitual era que la información recibida fuera suficiente para que el Consejo concediese el permiso para ausentarse temporalmente del convento, aunque encontramos ocasiones en que el Consejo delega la decisión en manos de la superiora y, en otras, le encomienda tanto la realización de la información sobre el estado de salud de la religiosa como la decisión de facilitarle la licencia de salida. Sólo en un caso encontramos a la comendadora oponiéndose a la concesión de la facultad de salida solicitada⁶ o, en sentido

⁵ Comisión informativa, con su parecer, de 08/03/1553. Firmaban, además del secretario habitual, los señores Goñi, Pedrosa, Ovando y Argüello (AHT, leg. 78.440).

⁶ Merece la pena detallar este suceso, tanto por haberse conservado casi completo, como por ser un caso no repetido. El 21 de mayo de 1552, desde Madrid, el Consejo dio comisión a la devota religiosa doña María de Temiño, comendadora del monasterio de Santa Fe de Toledo, a petición de María Magdalena, freila del convento, que había expuesto que “de poco tiempo a esta parte ha subcedido que su madre de la dicha María Madalena, qu’está en la dicha cibdad, ha enfermado de algunas enfermedades e que para la visytar, comsolar y curar me suplicava mandase darle licencia para que pueda salir del dicho monesterio y estar en casa de la dicha su madre por el tiempo que oviese menester”. Orden de darle licencia para ausentarse del convento durante 30 días, a contar desde el momento en que lo abandonase, para que atendiese a su madre (Firman Goñi. Pedrosa. Ovando. Argüello. Secretario, Guerrero. Registrada. Cristóbal Arias. Sello de placa desprendido. Zuazola chanciller. Derechos 30, registro 3, sello 8 mrs.). Al dorso de esa provisión se halla el escrito razonado de la comendadora, con letra preciosa, por el que suplicaba de dicha decisión: “Yo, doña María de Temiño, comendadora susodicha, recibí está provisión de V.A., la qual besé e puse sobre mi cabeça con el acatamiento devido y suplico a V.A. sea servido de saber que no ai cosa que así destruia las religiones como salir las religiosas fuera de su monesterio y, aviendo Pero de Valladolid ofrecido su hija a Dios y a la Orden, donde la visita él y su mujer y hijos cada día que quiere, no tiene razon de querella sacar de su quietud y recojimiento, pues por esta causa otras vezes, aunque lo a procurado, siendo V.A. informado que no le conviene, no se lo a concedido ni tanpoco tiene necesidad de su servicio, porqu’es rico y su mujer no está enferma y, aunque lo estuviese, hijos y hijas y iernos y familia tiene que le sirvan a él y a su mujer. Yten, saliendo la dicha María Madalena del su monesterio, sin enfermedad propia ni necesidad suya ni ajena, es dar ocasión y desasosiego a todas las otras religiosas que están enfermas o piensan tener necesidad de recreación; demás desto, no se hallará que V.A. aya dado licencia para salir religiosa del dicho monesterio para estar en Toledo, sino fuera desta cibdad, y, estando la tal religiosa enferma y con conpañía de otra religiosa anciana, porque no ai cosa que más autoridad aya dado a esta casa que es no ver las religiosas della por las calles de Toledo. Y esto digo por descargo de mi conciencia y sobre todo, suplico a V.A. mande lo que sea servido, que aquello cunpliré como súbdita y servidora. Y firmelo de mi nonbre. La comendadora de Santiago el Mayor”. No

contrario, siendo acusada de actuar de forma abusiva por su permisividad⁷. También era habitual que las religiosas volvieran a la comunidad al término del plazo concedido para estar fuera de la clausura o que, de no haberse resuelto la causa de su salida, solicitaran la prórroga de dicho plazo. Sin embargo, documentamos varios casos en que, cumplido el tiempo con creces, hubo que ordenar a la superiora que hiciese volver a la casa conventual a freilas díscolas⁸.

Así pues, además de las tres comisiones mencionadas (informativa, para conceder licencia y para darla realizando información previa) y las prórrogas sucesivas de la licencia, nos hallamos con una sobrecarta de comisión para dar licencia, por la oposición de la comendadora, y los mandamientos de retornar al convento, finalizado el plazo de la facultad⁹. Hay, además, otras provisiones de interés facultativo, como las licencias dadas a los concejos para asalar a médicos y boticarios¹⁰ y otras relativas a la salud pública,

habían pasado 15 días cuando el Consejo reiteró su mandato a la comendadora, sin atender a las razones expuestas por ella: el 4 de junio libra mandamiento a la devota religiosa, a petición de María Magdalena, freila del convento, para que cumpla la provisión anterior, en que le habían ordenado que diera licencia para ausentarse de la clausura y residir durante 30 días en casa de su madre. Cuando se le comunicó, contestó que “por algunas causas no convenya a la buena religión e quietud de las freylas del dicho monesterio que la dicha María Magdalena ny otra religiosa salga d’él, salvo con grande nescesidad de enfermedad”. Añade que, aunque “vuestra respuesta paresce aver sido como de perlada celosa e cuydadosa de la buena religión e quietud del dicho monesterio e que en lo hazer así cunplís con lo que devéys e soys obligada, acatando la relación que en el dicho my Consejo se tiene de la yndispusición de su madre de la dicha María Magdalena y de la nescesidad que al presente tiene del consuelo della”, acuerdan reiterarle el mandato anterior (no incluye penalidad) (Firman los mismos señores y el secretario habitual) (AHT, leg. 78.426).

⁷ El 7 de mayo de 1554, estando el Consejo en Valladolid, dio comisión al Lcdo. Ramírez, rector del Colegio que el convento de Uclés tenía en la universidad de Salamanca, para que se informase de las denuncias recibidas contra doña Inés de Ludeña, comendadora del convento de Sancti Spiritus, por haber concedido numerosas licencias a sus freilas para salir de la clausura y permanecer fuera muchos días, tanto en la ciudad como en sus términos, lo que había provocado gran escándalo y murmuración entre los salmantinos (Firman los mismos, más el nuevo presiente, el mariscal de Navarra) (AHT, leg. 78.449).

⁸ El 26 de febrero de 1552 se ordenó a la comendadora de Mérida, doña Beatriz Martínez de Cárdenas, que hiciese volver a la clausura a Estefanía González; su hermano, Pedro González, había denunciado ante el Consejo que su hermana había recibido licencia dos años atrás para estar 4 meses en el domicilio de Antón, su otro hermano, en el Puerto de Santa María, y ni había vuelto ni la superiora le había reclamado el retorno. Alternativamente, se indicó a doña Beatriz que, si había algún motivo para mantener la situación, se lo hiciese saber a los señores del Consejo (AHT, leg. 78.422). El 19 de enero de 1554 el mandato se dirigió en persona a dos freilas, las hermanas doña Ana de Sotomayor, profesa en el convento de Valladolid, y doña Ana de Zúñiga, profesa en el de Granada, para que volviesen a sus clausuras; ambas habían residido en el convento vallisoletano cuando en mayo de 1552 la comendadora recibió orden de permitirles desplazarse juntas hasta el Reino de Galicia, de donde procedían, para que estuviesen allí curándose de sus dolencias durante 6 meses, plazo que les fue prorrogado por otros dos. Pasado todo el plazo no habían retornado (AHT, leg. 78.445).

⁹ Licencia diferente es la solicitada en diciembre de 1555 por la comendadora de la casa de Salamanca para recibir a una nueva sargenta joven, ya que las dos que había estaban enfermas y eran muy mayores, de modo que no podían atender correctamente a la comunidad (AHT, leg. 78.468).

¹⁰ Las más numerosas hacen referencia a la contratación de médicos; sucedía que cuando una localidad alcanzaba un número mínimo de vecinos, en torno a los 500, es decir, unos 2.500 habitantes, entre otras cosas, solicitaba que se les diese facultad para asalar a uno, que residiese permanentemente en el lugar, con cargo a los propios. En un primer momento, se libraron las correspondientes provisiones a las autoridades de la gobernación para que realizasen información de la necesidad de tales letrados y sondease la opinión de los vecinos a concejo abierto sobre la conveniencia de dicha contratación. Pasado un corto lapso de tiempo se descubrió que los más pudientes preferían usar los servicios privados de otros galenos, en tanto que el resto deseaba realizar una iguala con el contratado por el concejo. Ante esto el Consejo decidió que sólo contribuyesen al abono del salario del médico los que hubiesen votado a favor de su contratación en dicho concejo abierto, no el resto.

tocantes a los abrevaderos, lavaderos o fuentes de aprovisionamiento de agua¹¹ o al uso de piedras de molino dañinas para la salud¹².

2. Licencias para abandonar la clausura

Estas se producían, la mayor parte de las veces, para salir de los monasterios con la finalidad de atender a la salud de las propias freilas o para que éstas cuidaran de sus parientes más cercanos; contra lo que pudiera parecer, los establecimientos de recogimiento conventual podían no reunir un mínimo de condiciones de bienestar e, incluso, de salubridad, por ejemplo, debe tenerse presente que el convento de Granada estaba y está situado junto a la calle de los Molinos, prueba de las consecuencias que la humedad alta podía causar en la salud de las monjas. Es una constante la necesidad que se aprecia en las solicitudes de abandono temporal de la clausura de hallar algo de “recreo” o “recreación”, tanto en el sentido de distraerse durante algunas horas —usando la huerta/jardín del convento— como en el de estar fuera de sus paredes, así como la necesidad de “tomar los aires” de la patria chica de las religiosas, algo particularmente presente en las peticiones de las que, procedentes de la mitad norte del país, residían en el sur y viceversa¹³.

¹¹ El 27 de octubre de 1554, estando la Corte en Valladolid, se encargaba al gobernador de la Mancha, a instancias del procurador de la villa de Ocaña, que se informase y reuniese el pueblo a concejo abierto, a fin de saber de la licencia pedida para recaudar 2.000 mrs. para distintas necesidades, en especial, la reparación de un pilar, porque, “a cabsa de ser la dicha villa de mucha vezindad e no aver en ella más de una fuente, los caños de la qual están muy maltratados e gastados, e tienen nescesydad de se reparar, e que junto a la dicha fuente estava un pilar, donde se lava la ropa de todos los vezinos de la dicha villa, e que por ser pequeño e no syto en el lugar que conviene, está syenpre lleno de errura y suciedad, a cuya cabsa subceden enfermedades e males contagiosos, e que para el remedio dello an certifycado algunos maestros que dello saben que reparan[do] los caños de la dicha fuente e que conprando un huerto que está junto al dicho pilar e lavadero, se podrá alargar en muy mayor cantidad el dicho pilar e tendrá corryente, de manera que no paren en él las dichas horruras e suciedades, e que para lo susodicho e para reparar alguna parte de los muros e camynos de la dicha villa” carecían de propios (Firman el mariscal, Argüello y el secretario) (AHT, leg. 78.454). La licencia, finalmente, se libró el 20 de septiembre del año siguiente, reduciendo la cantidad a recaudar a los 1.500 mrs. Se repite en ella la misma argumentación del concejo, aunque habla de “orrura” en lugar de “errura” (AHT, leg. 78.465). Ambas son variantes de la palabra “horrura”, recogida en el diccionario de la RAE, como “Légamo que dejan los ríos en las crecidas”; el sentido es evidente: agua sucia estancada.

¹² El 19 de agosto de 1555 encomendaba el Consejo al gobernador de la provincia de León que se informase y dictase la resolución más conveniente en lo relativo a una petición recibida del concejo de Fuente de Cantos: “los molineros de la dicha villa tienen en los molinos unas piedras que llaman borneras, con que muelen el pan y, por ser borneras y malas, va en la harina polvo que sale de las dichas piedras y chinas, e desta cabsa ay en la dicha villa muchos henfermos, por la mala disistión del pan, en especial, de la gente delicada de mugeres e nyños e honbres que no andan al campo en sus labranças. E, si en los dichos molinos oviese piedras blancas, que llaman concheras, se remediaría el dicho daño”. Solicitaba que además de las borneras hubiera piedras blancas, so graves penas. Firma la exposición Juan de Cuéllar (Firman el mariscal y los señores Goñi, Ovando, Argüello y Ribadeneira, además del secretario Guerrero) (AHT, leg. 78.466). Según el diccionario de la RAE, las piedras borneras eran de color negro; no recoge la referencia a las piedras concheras, que, como se ve, eran blancas y de mayor resistencia. Es sabido que los molineros pulían periódicamente las piedras de molienda para evitar que la harina contuviera dicho polvo.

¹³ El 24 de julio de 1555 se dictó comisión informativa sobre el estado de salud de la administradora del convento de Mérida, doña Leonor de Salazar, profesa del monasterio de Santa Cruz, ya que sus sobrinos, don Luis de Herrera y doña Isabel de Gamboa, habían expuesto que, por ser la tierra extremeña tierra muy cálida y contraria a la complexión de su tía, padecía de tercianas dobles, con grandes congojas de

De la observación del listado que incluyo en el apéndice, donde resumo las noticias relativas a estas licencias, se aprecian, además de las causas alegadas para obtener los correspondientes permisos de salida, el número de religiosas que abandonaron sus conventos y su categoría social, al menos, de una forma parcial. Así, en el convento de Sancti Spiritus de Salamanca nos constan veintiuna freilas que recibieron una o varias veces facultad para su salida; la mayoría de las cuales, 19, reciben tratamiento de “doña”, en tanto que las dos restantes no lo tenían. Un caso llamativo es el de doña Elvira de Alderete, hija del difunto Lcdo. Cristóbal de Alderete, miembro del Consejo real, cuya viuda, doña Francisca Bertín, vecina de Tordesillas, estaba recogida en el convento de San Quirce de Valladolid, curándose de sus dolencias; su hija recibió licencia en 1548 para visitarla y a partir de 1553 para acudir allá a atenderla, algo que se continuó, al menos, durante dos años.

Por lo que se refiere al convento de Santa Cruz de Valladolid, contamos con los nombres de doce religiosas, 10 de las cuales eran llamadas “doña”, en tanto que las otras dos no. Destaca el caso de doña Luisa Maldonado, que entre junio de 1554 y junio de 1555 estuvo ausente en casa de su hermana, doña María Maldonado, curándose de sus dolencias. Además de la licencia inicial para 4 meses, acumuló sendas prórrogas de 3 y 6 meses más. También aquí se hallaban recluidas las hermanas doña Ana de Sotomayor y doña Ana de Zúñiga, gallegas, que fueron obligadas a retornar al convento, como se ha mencionado previamente.

En el monasterio de Santa Eulalia de Mérida documentamos sólo 8 freilas, de las que tan sólo tres tenían consideración de “doña”, no las cinco restantes. Una de éstas, Estefanía González, hubo de ser conminada a volver a la clausura, como ya se ha comentado. Ya fuera de nuestro período de estudio, en 1562, la propia comendadora, doña Constanza de Monroyo, recibió licencia para ir a sanar a casa de su hermano, Juan de Vera de Mendoza, durante 3 meses¹⁴.

En el convento de Santa Fe de los Caballeros (Toledo) contamos con referencias a 18 freilas, así como de otras cuyos nombres no se reproducen, de las que una docena eran “doñas”, en tanto que el resto no lo eran. Una de éstas era la mencionada María Magdalena, cuya salida intentó impedir la comendadora, por el mal ejemplo que suponía.

Finalmente, en el monasterio granadino de Santiago de la Madre de Dios de los Caballeros conocemos los nombres de 9 freilas, todas tratadas de “doñas” salvo una. La mayoría eran oriundas de la propia Granada, sin que faltasen otras de Baza, de Alcalá la Real o de Toledo. El caso más documentado es el de las hermanas doña Isabel de Guzmán y doña Sebastiana de Silva, hijas de Juan Osorio, caballero de la Orden, y doña Elvira de Silva, cuya otra hermana, doña Beatriz Osorio, estaba viuda; ambas obtuvieron licencias entre 1553 y 1556 para acudir a la casa paterna, en Toledo, para cuidar a su hermana doña Beatriz y a sus padres, así como para que ellas mismas reposasen.

corazón, desmayos y vómitos, de modo que temían por su vida y solicitaban que se la devolviese a Valladolid, a su convento de origen (AHT, leg. 78.463).

¹⁴ He podido acceder a ese dato gracias a que la provisión de licencia está mal colocada en el legajo correspondiente a 10 años antes. La provisión es de 10/11/1562 (AHT, leg. 78.431).

3. Licencias para abandonar sus destinos los freiles: estudiantes, beneficiados, penitenciados, administradores, capellanes, oficiales de gobierno y justicia y caballeros llamados a Capítulo

En el ámbito masculino documentamos licencias para ausentarse o abandonar definitivamente sus destinos, por causas de enfermedad, a distintos freiles estudiantes de los dos Colegios que los conventos de Santiago de Uclés y San Marcos de León mantenían en la Universidad de Salamanca¹⁵; a distintos curas párrocos para dejar provisionalmente sus prebendas, en Estepa¹⁶ o Mérida¹⁷ o para nombrar coadjutor en Usagre¹⁸; y a un caballero¹⁹ y a un freile²⁰, presos en el convento de San Marcos. El clima sevillano tampoco resultó apropiado para varios freiles del convento de Santiago de la Espada: Cristóbal de Castro, cuya presencia era precisa en casa de su madre²¹, el bachiller Antonio de

¹⁵ 1548/06/05: comisión para dar licencia para ausentarse 3 meses, por necesitar tomar los aires de su tierra al freile de Uclés Gonzalo Rodríguez (AHT, leg. 78.378).

1553/05/04: licencia definitiva para abandonar el colegio de Uclés al bachiller Francisco Felices, que no se aprovechaba su estancia en Salamanca, pues sus continuas y graves enfermedades, que iban a peor, se lo impedían; como necesitaba tierras más cálidas, cercanas a su naturaleza, se le envía al convento uclense (AHT, leg. 78.438). Pasados 2 años, lo encontramos como a administrador del convento de Sevilla.

1555/06/21: otra licencia definitiva, ésta a Martín de Santa María, a petición del prior de San Marcos de León, pues estaba enfermo y le tenía designado como capellán del monasterio de Sancti Spiritus de Salamanca (AHT, leg. 78.462).

1555/07/19: comisión para dar licencia a Francisco Morán, freile estudiante del convento leonés, que llevaba dos meses con opilacion y calenturas y deseaba ir a convalecer a su tierra (Villalpando); se la conceden para 3 meses, hasta el día de San Lucas (AHT, leg. 78.463)

1555/09/24: comisión para dar licencia definitiva al bachiller Pedro Hernández de San Martín, que llevaba en el Colegio leonés siete años, oyendo cursos de Artes y Teología, que había seguido con relativo aprovechamiento, a causa de sus enfermedades, variadas y graves, y no ser Salamanca lugar apropiado para reponerse. Deseaba dar por finalizados sus estudios (AHT, leg. 78.465).

¹⁶ 1548/10/29: licencia al bachiller Luis de Tamayo, cura y vicario de Estepa, durante la primera mitad del año siguiente; ya había de otra licencia semestral en 1548, que deseaba continuar por ser la villa lugar inadecuado y estaba viejo y enfermo; había solicitado licencia definitiva para residir fuera, con tal de asistir a sus obligaciones durante 2 meses, coincidiendo con la Cuaresma (AHT, leg. 78.382).

¹⁷ 1553/05/03: licencia para ausentarse 3 meses al maestro Diego de Cabranes, cura de la ciudad de Mérida, antiguo capellán real, que padecía gravemente de gota y necesitaba ir a curarse a Sevilla, lugar más apropiado y donde había especialistas que le atenderían (AHT, leg. 78.437).

¹⁸ 1550/10/14: comisión informativa al prior de San Marcos, a petición del bachiller de Menea, cura de Usagre, que había solicitado que se nombrase su coadjutor a Alonso de Menea, clérigo de la orden de San Pedro —es decir, sin adscripción de orden—; el párroco llevaba enfermo de gota y otras pasiones más de 20 años y desde hacía 6 Alonso, con el consenso del pueblo, le venía ayudando en su ministerio (AHT, leg. 78.406).

¹⁹ Provisión para trasladar desde el convento de León al de Uclés al caballero don Sancho de Paredes, preso por haber agredido al provisor del obispo de Palencia; había solicitado el traslado al castillo de Montánchez, pues el monasterio era muy frío, entrado el invierno, lo que era muy perjudicial para su salud, llegando a temer por su vida (primero de diciembre de 1548) (AHT, leg. 78.384).

²⁰ Más movido fue el caso del bachiller Pedro Romero, freile profeso en el convento de Santiago de la Espada de Sevilla, que estaba recluso en penitencia en el de San Marcos: comisión informativa (24/07/1555), pues había expuesto que desde que había llegado a León había estado enfermo en la cama, temiendo por su vida; solicitaba ser trasladado al convento de Uclés o a otro; pasadas dos semanas, se da comisión al prior legionense para enviarle a Uclés, y un mes más tarde, dado que su salud había empeorado en el traslado, se da comisión al prior uclense para enviarle a la casa paterna durante 3 meses (AHT, leg. 78.463, 78.464 y 78.465).

²¹ 17/06/1555; comisión para dar licencia, previa información propia, a favor de Cristóbal de Castro, hijo de Juana Hernández, viuda de Álvaro Sánchez; su hermano, Francisco Freile, vecino de Mérida, había expuesto que su padre había fallecido hacía un año y su madre, a causa de la congoja sufrida, había contraído una grave enfermedad, que la tenía a la puerta de la muerte, por lo que solicitaba que se diera

Movilla, requerido en casa de su padre²², Juan Ortiz, que deseaba retornar a Uclés²³, y el Lcdo. Alonso Gómez, nombrado para residir en Toledo²⁴.

Entre noviembre de 1552 y octubre de 1553 el Lcdo. Delgado, freile y capellán real, obligado, por tanto, a residir en la Corte, encadenó diversas licencias para estar ausente de ella, pues estaba muy enfermo en cama, padeciendo de cuartanas en Pastrana, que se fueron agravando con opilaciones, llagas en las piernas y otras indisposiciones²⁵. En el caso del Lcdo. Juan Arias de la Mota, alcalde mayor del partido de Castilla Vieja, en abril de 1552, recibió licencia para ausentarse de su cargo durante dos meses para ir a Palencia a ocuparse de la peligrosa dolencia que padecía su mujer²⁶. Finalmente, en noviembre de 1551, el comendador de Museros, don Jaime de Híjar, que había salido de Valencia para acudir al Capítulo general que se celebraba en Valladolid, pasando por Buenache de Alarcón (Cuenca), enfermó de calenturas, que le duraron varios días y, al final, temiendo su muerte, decidieron devolverle a su casa, con lo que pudo excusar su no asistencia al Capítulo²⁷.

4. Enfermedades y remedios

Conviene, finalmente, ocuparse de las dolencias que figuran en nuestros documentos; males que voy a mencionar de acuerdo a cómo lo hacen los hombres de aquella época, sin ánimo de establecer paralelismos con la caracterización desarrollada por la medicina actual, salvo cuando resulta algo evidente.

Una primera forma de aproximación pasa por la consideración de los distintos tipos de hospitales existentes en aquellos momentos, para ello hay que dejar sentado que la mayoría de los repartidos por los pueblos de Castilla (los hospitales de pobres), en realidad, más que establecimientos sanitarios eran posadas donde se recogía por las noches a los mendigos transeúntes, por un corto período de pernoctas, aunque también podían ser curados si adolecían. Al frente de los mismos solía haber una hospitalera, cuyo salario era abonado por el concejo. Los había por doquier, pero sólo el edificio de alguno de ellos ha llegado a nuestros días.

permiso al religioso para estar dos meses con ella, para su consuelo y remedio de su salud (AHT, leg. 78.462).

²² 16/07/1555: comisión para dar licencia para 3 meses a favor del bachiller Antonio de Movilla, hijo de Baltasar de Movilla, vecino de Villafáfila; éste había pedido que su hijo, estante en el convento sevillano, fuese a visitarle, pues preveía una muerte cercana y deseaba encargarle la conciencia, para que velase por sus dos hermanas; a su vuelta debería retornar a León (AHT, leg. 78.463).

²³ 31/08/1555: incitativa para proveer nuevo administrador del convento: Juan Ortiz, freile uclense, que había sido enviado temporalmente a Sevilla a echar una mano, se quejaba de que, desde que llegó a la ciudad, se sentía tullido de las piernas, además de sufrir otras indisposiciones, a causa de la humedad de la casa, y deseaba volver a Uclés (AHT, leg. 78.464).

²⁴ 23/11/1555: comisión informativa sobre el Lcdo. Alonso Gómez, administrador del convento sevillano, designado como encargado del Hospital de Santiago de los Caballeros en Toledo; llevaba en Sevilla desde hacía 8 meses y se había visto obligado a comprar ciertos paños para combatir tanto el calor estival como sus enfermedades, cuyo gasto no le querían recibir en cuenta (AHT, leg. 78.468).

²⁵ 19/12/1552, 06/03/1553, 09/08/1553 y 24/10/1553 (AHT, leg. 78.420, 78.435, 78.440 y 78.442).

²⁶ 08/04/1552 (AHT, leg. 78.424).

²⁷ AHT, leg. 78.419.

La Orden de Santiago contaba desde sus comienzos con varios hospitales, en donde se atendía a los miembros de la institución y a sus familiares que se hallaban enfermos o habían resultado heridos en sus enfrentamientos con los musulmanes. Con el paso del tiempo y el alejamiento de la línea fronteriza, dichos hospitales se fueron especializando, al menos, relativamente; así, sabemos que el hospital de Cuenca, además de atender a pobres y enfermos, genéricamente, trataba de curar a los enfermos de modorrilla, que es caracterizada como una suerte de peste contagiosa²⁸. Por otro lado, es bien sabido que el Hospital de Santiago de los Caballeros en Toledo trataba el llamado mal de bubas, una denominación genérica que suele referirse a enfermedades venéreas²⁹.

Dentro del territorio santiaguista, además de los hospitales propios o los mantenidos por distintas cofradías locales, también se autorizó la implantación de otros de titularidad diferente, como es el caso de las casas de San Lázaro establecidas en la provincia de León, con sedes en Llerena, Mérida y La Fuente del Maestre; las noticias que arrojan estas instituciones tienen que ver frecuentemente con cuestiones contenciosas, como el debate que la casa de Llerena mantenía con una viuda de Azuaga por las limosnas de San Lázaro³⁰. Estas casas se ocupaban del tratamiento de la lepra o mal de San Lázaro.

En cuanto a los hospitales dedicados al cuidado de los dementes son bien conocidos los fundados por la orden de San Juan de Dios, que tuvo su asiento inicial en la ciudad de Granada. Un discípulo del fundador, también llamado Juan de Dios, apareció hacia 1552 en Guadalcanal y pidió licencia para hacerse cargo del hospital que le había cedido la cofradía de la Piedad, con 60 camas, así como para recabar las necesarias limosnas con

²⁸ El 22 de octubre de 1550 se libró comisión al bachiller Alonso López de Valero, administrador del Hospital de la Orden en Cuenca, a petición del propio Hospital, para que realizase la traza, condiciones, remates y pregones relativos a la obra de un “requarto en ese establecimiento. Los visitadores expusieron que conviene hazer en el dicho Hospital un requarto donde los pobres que en él se juraren puedan salir a se linpiar e para que, quando sucediere a algunos dellos enfermedad contagiosa de modorrilla o otros semejantes, sea puesto e curado en el dicho quarto, porque no conviene que esté en la enfermería común con otros enfermos. Y, ansy mysmo, para que sirva de ropería, donde se puedan hazer colchones y sávanas e otras cosas de ropa nescasarias para el servicio de los dichos pobres. Y que para el dicho requarto está comprada e apilada la madera qu’es menester” (AHT, leg. 78.406).

²⁹ Este hospital genera numerosa información, que no puedo siquiera citar aquí; sabemos por una provisión de 08/08/1552 que mantenía un total de 100 camas, cuyo coste era sufragado por limosnas y otras rentas (AHT, leg. 78.428).

³⁰ El 25 de septiembre de 1549 se cometió incitativa al prior de San Marcos de León o a su provisor, a petición de los mayordomos de la Casa de San Lázaro de Llerena, Juan Hernández Albañil y Pedro Sánchez Morcillo: Juan era mayordomo de la iglesia de San Lázaro y Pedro, mayoral de la Casa; expusieron que por bulas apostólicas, privilegios y costumbre antiquísima en la provincia de León había 3 casas de enfermos de San Lázaro, en Llerena, Mérida y la Fuente del Maestre, cada una con lugares señalados para le petición de la limosna de pobres y llagados, sin que ninguna entrase en los lugares de petición de los demás, bajo ciertas penas. Perteneciendo a esa casa de Llerena las limosnas de Azuaga, una Catalina García, viuda de Fernando de Aldana, vecina de Azuaga, “ha fecho una ymagen de Sant Lázaro y la tiene puesta en un altar de la yglesia de la dicha villa de Azuaga y demanda la limosna que pertenece a los pobres llagados que están en la casa de la dicha villa de Llerena, y lo mismo haze en La Granja y en otros lugares que pertenecyn al partido de Llerena, sin auturidad de V.M”. Solicita que se le prohíba hacerlo, que se le mande restituir lo indebidamente percibido y se le imponga silencio perpetuo. Firma “Juan Hernandes Alvanyr”. Se le ordena proveer el asunto con justicia, “por manera que la dicha casa de Sant Lázaro de la dicha villa de Llerena ni persona alguna reciba agravio” (AHT, leg. 78.393).

que mantenerlo. En el mismo día se libró comisión informativa y licencia provisional por un año para la cuestación³¹.

Realmente, la piedra de toque de estas fundaciones radicaba en la percepción del dinero recaudado mediante limosnas, como pone de manifiesto una querrela presentada en 1564 por los propios hermanos de San Juan de Dios de Granada contra unos impos- tores, que no me resisto a mencionar aquí³².

Yendo, finalmente, a las enfermedades padecidas tanto por freilas como por freiles, no causa ninguna sorpresa que nos encontremos con la gota entre personas mayores; concretamente, documentamos el caso del hermano de una freila del convento emeritense, Isabel Becerra: “un hermano que mora en la villa de Cáceres e que, a causa de ser muy viejo e gotoso, a más tiempo de diez años que no le ha visto e que, porque entre ellos ay cierta hazienda que partir y le conviene visitarle antes de su fallecimiento”; le

³¹ El 4 de junio de 1552 se libró comisión informativa al prior del convento de San Marcos de León o a su provisor, sobre si convenía que Juan de Dios, estante en la villa de Guadalcanal, mantuviese en ella un hospital que le habían dado para curar pobres y enfermos. Expuso que “él sirvió mucho tiempo a Juan de Dios, el que residió e murió en la cibdad de Granada [1550], ayudándole a pedir limosna e curar los enfermos de los Ospitales e otras buenas obras, e que después acá él ha andado exercitándose en lo susodicho y, estando en la dicha villa de Guadalcanal, los hermanos de la cofradía de la Piedad le dieron y señalaron un ospital de la dicha cofradía, donde tiene puestas sesenta camas, en que cura los enfermos pobres que a él vienen e que, por ser obra de tanta caridad e de que Dios, nuestro Señor, es muy servido, me suplicava mandase confirmar e aprovar la dicha ospitalidad y darle licencia para que pueda pedir limosna en la tierra de la dicha Orden para ayuda a sustentar los dichos pobres”. Se da orden de, citados el concejo, los curas, los cõfrades de la Piedad y demás personas concernidas, saber “qué ospital es el de suso conthenido y en qué parte de la dicha villa e so qué linderos e sy ha sydo propio de la dicha cofradía y hermandad e qué tanto tiempo ha que lo dieron al dicho Juan de Dios e sy es ansí que ha puesto y tiene en él las dichas camas para curar enfermos pobres y qué cantidad e sy redunde en beneficio de los dichos pobres e de los vezinos y moradores de la dicha villa e por qué causa o si de se dar el dicho ospital al dicho Juan de Dios e tener en él la dicha ospitalidad se seguirá algún daño e perjuyzio e a quién e cómo y en qué cantidad e por qué razón e de todo lo demás de que cerca de lo susodicho os parezca devo ser informado”, entregándole la información en pública forma, para ellos proveerlo, y, entretanto que se falla, le dan licencia para pedir limosna por los pueblos de la Orden para sustentar su obra. [se añade al pie texto alternativo:] “Por la qual doy licencia e facultad al dicho Juan de Dios para que pueda pedir e pida limosna entre la buena gente en las cibdades, villas y lugares de la dicha Orden para ayuda a sus- tentar e curar los pobres del dicho ospital, por tiempo de un año, primero siguiente, que comyença a correr e se contar desde el día de la data desta my carta hasta ser cunplido. Y mando por la presente a los reverendos padres priores de los conventos e a los vicarios e curas de la [dich]a Orden e a los go- vernadores, corregidores, alcaldes mayores e juezes de residencia e alcaldes hordinarios e otros quales- quyer juezes e justicias della e a cada uno e qualquier dellos en su jurisdicción que no le pongan ny consyentan poner en ello embargo ny nypedimiento alguno. Y los unos ny los otros no fagades ende al, etc.” (AHT, leg. 78.426).

³² El 21 de junio de 1564 la Chancillería de Granada dictó compulsoria a los escribanos concernidos: ante los alcaldes del crimen de la Audiencia había comparecido Alonso del Castillo, procurador en la misma, en nombre del hermano mayor y hermanos del Hospital “del Vien afamado Juan de Dios, estramuros desta ciudad”, acusando criminalmente a don Gabriel y otro compañero suyo y exponiendo que “ya sa- víamos cómo el dicho Juan de Dios avía fundado en la dicha ciudad de Granada el dicho Ospital para que en él se curasen los pobres que a él vinyesen con las limosnas que se daban y era ansí que los susodichos, finjendo ser ermanos del dicho Ospital, se avían puesto el ávito que los hermanos y finjendo que tenyan cédula nuestra, avían andado y andaban pidiendo limosnas en la billa de Almagro y su partido y en otras partes de los nuestros Reynos, siendo como era falsa la dicha cédula, los susodichos, nuestros hermanos, antes eran bagamundos y de mal vivir y que avían hecho muchos robos”. Solicitaba que se aportasen las informaciones realizadas contra ellos. Orden de entregarles en 3 días traslado de toda la información obrante en su poder, sin cobrarles derechos, “por quanto los susodichos son pobres notorios”. Orden similar para las justicias de la villa de Almagro y de otras cualesquier donde hubiera tal documentación. Lcdos. Maldonado, Molina de Mosquera y Durango. Secretario, Fuente (sin derechos, por pobres) (Ar- chivo de la Real Chancillería de Granada, leg. 5.985).

dan licencia para hacerlo durante 20 días³³. También hemos mencionado ya al párroco de Usagre, que en 1550 llevaba más de 20 años enfermo de gota y *otras pasiones*. Aunque no se mencione expresamente la dolencia, debe ser el mismo supuesto de Catalina Vázquez, freila profesa en el monasterio de Santa Eulalia.³⁴ Por su parte, como ya se ha mencionado, el antiguo capellán real Diego de Cabranes, prefería ir a curarse la gota a la ciudad de Sevilla, donde había especialistas.

Caso diferente es el de la llamada “gota coral”, referida a la epilepsia, una de las dos enfermedades que suelen ir asociadas a las tachas de los esclavos en los documentos de compraventa; la otra que aparece habitualmente es la de “estar ético”, esto es, padecer la “tisis”, que hoy denominamos tuberculosis. Documentamos el caso de varias freilas del monasterio toledano, que en 1555 llevaban 2 o 3 años enfermas, proponiéndose como remedio sacarlas a tomar el aire al jardín en la época veraniega³⁵.

Otro capítulo importante es el relativo a las fiebres, denominadas genéricamente como calenturas; éstas suelen aparecer en dos formas, tercianas y cuartanas, sin que falten las tercianas dobles. Se trata de la malaria o paludismo, cuyos estados febriles se reproducen cada tres o cuatro días, que en el caso de las tercianas dobles tiene que ver con la picadura de dos mosquitos diferentes y se reproducían a diario. Como digo, entre nuestros documentos hallamos dos casos de cuartanas, dos de calenturas y otros tantos de éstas fiebres asociadas a opilaciones, además de las tercianas dobles, ya citadas, que afectaron a doña Leonor de Salazar, administradora del convento emeritense, que iban acompañadas de grandes congojas de corazón, desmayos y vómitos.

Por lo que se refiere a las cuartanas, las padecía doña Ana de Aragón desde hacía un año y pedía ser llevada a casa de su hermano, Alonso de Frías, en el lugar de Gómez Velasco, cerca de Alba, donde reponerse haciendo ejercicio³⁶. Algo similar se proveyó sobre la cura de las dos hijas de Alonso Hernández Bachiller, uno de los procuradores más activos en la Corte, monjas en el monasterio de Santa Eulalia³⁷. Al mismo lugar a curarse había sido enviada su compañera Juana Vázquez dos años antes, aquejada de

³³ Comisión a la comendadora de Mérida para que, informada del caso, le conceda la licencia pedida, de primero de junio de 1549 (AHT, leg. 78.390).

³⁴ Su hermano, Antonio de Ortega, vecino de Aldea Mayor (Valladolid), pedía que se le dejase salir para ir a convalecer a su domicilio, pues “tiene algunas enfermedades con que, demás de su mucha edad, padece trabajo, espicialmente en el andar, porque con gran dificultad se puede tener en las piernas” (comisión informativa, con su parecer, a la comendadora, de 10/07/1554) (AHT, leg. 78.451).

³⁵ El 29/04/1555 daban licencia discrecional a la comendadora, doña Catalina de Guzmán, que había expuesto que “ciertas religiosas dese dicho monesterio están éticas e tan enfermas dos o tres años ha que lo más del dicho tienpo no se levantan de la cama, e que, porque los médicos que las curan dizen aprovecharía mucho a su salud que algunos días del verano las sacasen a ver una huerta y estar un poco en ella, con que se recreasen e consolasen e las bolyesen luego al dicho monesterio, me suplicávades os mandase dar facultad para que les pudiédes dar licencia para ello las vezes que viédes tenyan necesidad de lo susodicho”. Así se la conceden, “sobre lo qual os encargo la conciencia” (AHT, leg. 78.460).

³⁶ Comisión informativa de 21/07/1551 (AHT, leg. 78.415).

³⁷ Comisión para informarse y dar licencia de 23/09/1551: expusieron que “ellas an estado y están muy enfermas muchos días ha de quartanas e otras enfermedades e que, aunque se les an fecho algunos remedios, no an sido bastantes para thener mejoría en su salud, por lo qual les aconsejan los médicos que las an curado e curan que salgan del dicho monesterio por algún tienpo e se vayan a curar a la villa de La Fuente del Maestre, donde son naturales”, en casa de su padre (AHT, leg. 78.417).

calenturas³⁸. Pasados seis años sería doña Catalina Nieto, profesora en el convento granadino, quien pediría ir a curar sus fiebres a casa de su madre, en la misma ciudad³⁹. En un par de ocasiones se menciona personas aquejadas de calenturas continuas y opilaciones, con otras enfermedades, cabiendo inferirse que tenían tercianas dobles con complicaciones variadas. Esto le ocurrió en 1549 a Inés de Caravantes, freila en Toledo, que deseaba retirarse a casa de su madre, en la misma ciudad⁴⁰, y en 1555 al mencionado Francisco Morán, estudiante del convento de San Marcos en el Colegio de Salamanca, que fue enviado a su casa, en Villalpando, a curarse⁴¹.

Más impreciso es el caso de las opilaciones, que suelen aparecer habitualmente en nuestra literatura del Siglo de Oro y cuya cita más conocida quizá sea la proveniente de la letrilla satírica de Francisco de Quevedo “Pues amarga la verdad”, cuando se pregunta:

- > ¿Quién gasta su opilación
- > con oro y no con acero?
- > El dinero.

Si atendemos a lo dicho por el vigente diccionario de la RAE, se trataría de algún tipo de obstrucción de las vías corporales, incluyendo la supresión del flujo menstrual (amenorrea), la hidropesía o, más comúnmente, el estreñimiento. Obviamente, es un término en desuso⁴². Pues bien, además de las fiebres asociadas a este mal, la opilación se manifestaba en otra serie de dolencias indeterminadas, de acuerdo con nuestros documentos. En 1553 sufrían estas enfermedades Ana de Ribera, freila del convento de Valladolid⁴³; doña Ana de Sámano, hija del secretario real y caballero de la Orden Juan de Sámano, freila en Toledo, que estaba en peligro de muerte⁴⁴; el mencionado capellán real, Lcdo. Delgado o doña Isabel Collado, freila, así mismo, de la casa toledana, que en 1550 hubo de salir del convento a tomar polvos de acero y otras medicinas indeterminadas para salvar su vida⁴⁵. Estos remedios, en forma de polvos, son los que explicarían la

³⁸ Comisión para informarse y dar licencia de 18/09/1549 (AHT, leg. 78.393).

³⁹ Comisión informativa de 19/12/1555: expuso que “ha muchos días que está enferma de calenturas e otras enfermedades, para el remedio de las cuales le certifiican los médicos que la curan que le conviene salir del dicho monesterio a ser curada fuera d’él”, por lo que solicitaba licencia para ir a curarse a casa de su madre, que vivía en dicha ciudad, durante seis meses (AHT, leg. 78.456).

⁴⁰ Comisión para informarse y conceder licencia de 01/06/1549: “a más tiempo de quatro años que a estado y está enferma de calenturas continuas e opilaciones e otras enfermedades e, aunque a sido curada dellas en el dicho monesterio, no tiene mejoría alguna. E agora los médicos que la visitan le an dicho que le conviene salir d’él a se curar por algún tiempo”, por lo que solicitaba licencia para irse a casa de su madre, en la propia ciudad, durante 4 o 5 meses (AHT, leg. 78.390).

⁴¹ Comisión para dar licencia al rector de 19/07/1555: “... de dos meses a esta parte está tan enfermo de una opilación e calenturas continuas que los médicos que le curan dizen que para el remedio de su salud le conviene yr a estar algún tienpo en la villa de Villalpando, donde es natural, como parecía por una fee del doctor Alderete médico”. Solicitaba la licencia hasta el día de San Lucas (AHT, leg. 78.463).

⁴² Sebastián de Covarrubias ofrece una descripción muy pobre: “Enfermedad ordinaria y particular de donzellas y gente que haze poco exercicio” (*Tesoro de la lengua castellana o española*, Barcelona, 1993, p. 838). Es obra de 1611. Sobre el hacer ejercicio véase *infra*.

⁴³ Comisión informativa de 27/05/1553: “ella a mucho tienpo que está enferma en ese dicho monesterio de opilaciones e otras enfermedades, tan graves que los médicos que la curan le an certificado que para el remedio de su salud le convernía salir del dicho monesterio e yr a se curar a su naturaleza, en compañía de sus padres” (AHT, leg. 78.437).

⁴⁴ Comisión informativa de 19/07/1553 (AHT, leg. 78.439).

⁴⁵ Comisión informativa de 05/08/1550 y comisión a la comendadora para conceder licencia de catorce días más tarde: había estado y estaba muy enferma de grandes opilaciones, para las cuales los remedios

referencia de Quevedo antes mencionada. La literatura de la época recoge, así mismo, la práctica de la bucarofagia, consistente en ingerir barro cocido como anticonceptivo, pero también para obtener un aspecto de delgadez y palidez, según el canon de belleza de las damas de la Corte⁴⁶.

Otras dolencias, que bien podrían ir asociadas con éstas, podían ser los vómitos o los denominados “desmayos del corazón”, como los que padecía doña Isabel de Figueroa, profesa en la casa de Salamanca⁴⁷. También sufría esos desmayos con *apostemas* en los pechos Inés de Ribera, freila del convento de Santa Fe; el jurado toledano, Juan Bautista Oliverio, había pedido que fuera a casa de una hermana suya, donde sería curada con toda caridad y piedad⁴⁸. Estos apostemas o abscesos supurados⁴⁹, según el mencionado diccionario de la Academia, podían producirse, como se ve en el pecho, pero también en la garganta, como documentamos en el caso de doña Antona Ordóñez, freila profesa en Salamanca, que a pesar de haber sido sangrada siete veces y recibido otras medicinas indeterminadas, no había tenido mejoría⁵⁰. Tal vez le aquejase el mismo mal a Constanza de Paz, freila del mismo monasterio salmantino, que vomitaba sangre desde 10 años atrás⁵¹.

Una versión agravada de los mencionados apostemas de pecho pudieron ser los “zaratanes”, si bien el diccionario de la RAE los considera manifestaciones de cáncer de mama femenino. Padecían esta enfermedad María de Zayas⁵² y Aldonza de Colmenares, ambas profesas en Toledo, aunque el de ésta parecía caso desesperado⁵³.

recibidos no habían servido, “por lo qual el médico que la curava la avía aconsejado que tomase ciertos polvos de azero e otras cosas de medicina”, pero para ponerlo en práctica era necesario que se le aplicase fuera del convento. Iría seis meses a su casa con la compañía adecuada a su honestidad (AHT, leg. 78.404).

⁴⁶ Dice Covarrubias, a propósito de la voz *búcaro*, lo siguiente: “Destos barros dizen que comen las damas por amortiguar la color o por golosina viciosa y es ocasión de que el barro y la tierra de la sepultura las coma y consuma en lo más florido de su edad” (*Tesoro de la lengua ...*, p. 239).

⁴⁷ Comisión para informarse y dar licencia de 31/05/1550: licencia para que, acompañada de doña Beatriz de Paz, su hermana, pueda marchar al monasterio de Santa María de las Dueñas en la villa de Alba, donde estaban otras dos hermanas suyas monjas, donde esté dos meses. Estaba enferma de “desmayos grandes que le dan en el corazón, que la ponen en peligro e trabajo y precisaba de se alegrar”. Había solicitado que se le permitiera ir con su hermana, también freila (AHT, leg. 78.401).

⁴⁸ Comisión informativa de 12/12/1553 (AHT, leg. 78.444).

⁴⁹ Según el Tesoro de Covarrubias, postema o apostema sería “una hinchazón que suele criar materia, abrirse y hazer llaga”, proviene de la palabra homónima griega (*αποστημα*), que significa supuración (*op. cit.*, pp. 134 y 878).

⁵⁰ Comisión informativa de 18/03/1551: deseaba estar 3 meses en casa de su madre, doña Leonor Ordóñez, en una aldea a 4 leguas de Salamanca (AHT, leg. 78.411).

⁵¹ Comisión informativa de 20/07/1548: “a más tiempo de diez años qu’está muy enferma de la garganta y echa por ella mucha cantidad de sangre, en tal manera que algunas vezes la ponen en gran peligro e que los médicos que la an curado y curan le dizen y certifican [que] conviene mucho a su salud salir del dicho monesterio y se yr a curar a su naturaleza, porque en ella se tiene por cierto sanará de la dicha enfermedad”, solicitando licencia para ir “a su naturaleza, qu’es en la cibdad de Toro, en casa del canónigo Francisco de la Carrera, su hermano” (AHT, leg. 78.379).

⁵² Comisión para informarse y conceder licencia de 19/10/1553: había expuesto que “ella tiene enfermedad grave de un pecho, tan grande como la cabeça de un onbre, que le da mucha pena y espera cada día se le abrirá”, solicitando licencia para ir a curarse a casa de sus padres, a cinco leguas de Toledo (AHT, leg. 78.442).

⁵³ Comisión para conceder licencia de 16/02/1555: “me hizo relación que a mucho tiempo está enferma con dos çaratanes muy peligrosos e con grandes tristezas e ymaginaciones, por lo qual tiene estrema nescesidad de salir del dicho monesterio e yrse a curar a casa de Ysabel Mexía biuda, vezina de la dicha cibdad,

Finalmente, supuesto muy diferente es el de doña Aldonza Enríquez, freila del convento salmantino, que hubo de desplazarse al mencionado lugar de *Barcino*, en el área de Vitigudino, para que una afamada maestra algebrista le compusiese un brazo que tenía “desensacado”⁵⁴.

Así pues, si no es mucho más lo que se puede precisar en nuestra documentación respecto al universo de las dolencias, menor aún lo es el de los remedios, que apenas se mencionan. En la mayoría de los casos conservados, dentro de los cuales son minoría los que expresan con cierta concreción el mal, los médicos que trataban a las freilas procedían a devolverlas a los domicilios de sus familiares más cercanos para que allí se procediese a su cura. Esto puede interpretarse de dos maneras, a mi modo de ver: o bien creían sinceramente que el cambio de aires, esto es, un clima al que estaban más acostumbradas, era un modo de favorecer su curación, por estar cerca de sus seres queridos, recibiendo un mimo personal, o bien los facultativos se daban por vencidos en sus esfuerzos y preferían poner en manos de otros colegas un tratamiento diferente en la casa familiar, estimando, además, que los parientes podrían realizar un gasto mayor en cuidados y medicinas. Es difícil saberlo, pero es preferible suponer que actuaban de buena fe, pensando en la salud de sus encomendadas.

En cualquier caso, los remedios mencionados, a falta de referencias concretas a medicamentos, salvo el caso de los polvos de acero para las opilaciones, se centraban en sacar de los monasterios a las enfermas, tal vez por no ser sus instalaciones suficientemente salubres, como pudiera ser el previsible reuma padecido, aunque no documentado, de las monjas granadinas. Se concede, además, gran importancia al clima al que cada cual estaba habituado, sufriendo los calores o los fríos las personas poco acostumbradas a unos u otros. Las menciones a las salidas del convento para ir a la casa familiar son constantes, bien para sanar las propias freilas, bien para ir a atender a sus progenitores o hermanos: en 1548 el Dr. de la Parra recomendó a doña María Bonal, profesa en Salamanca, que fuese a casa de su hermana, en Tamames, para curarse, “en partes más frescas y apacibles”⁵⁵. Pasados 6 años sería su compañera doña Jerónima de Vergara la que deseaba salir del convento para ir “a tomar los ayres de su tierra”⁵⁶. Otra forma de decirlo era enviar a las dolientes *a su naturaleza*, esto es, a su tierra natal: así se lo mandaron, por ejemplo, a doña Ginebra de Acuña, freila también en el convento de Salamanca, a la

qu'es persona muy onrada, donde estará con todo recogimiento e onestidad hasta que sea sana de las dichas enfermedades, o Dios, nuestro Señor, disponga della como fuere servido. Y, ansy mysmo, fue vista la relación qu'el licenciado Obseguera médico e la que vos, la dicha comendadora, distes firmada de buestros nonbres, en que dezís que la dicha Aldonça de Colmenares tiene las dichas enfermedades e que ay mucha nescisidad que salga a curarse dellas” (AHT, leg. 78.458).

⁵⁴ Comisión para conceder licencia de 07/09/1549: “puede aver tres meses, poco más o menos, que le sucedió desencarsársele un brazo, de que a padescido e padisce grande trabajo e fatiga, e que, aunque a sydo curada por muchos algibristas, no a thenydo hasta agora mejoría en su salud, por lo qual le aconsejado que se cure con una muger maestra de semejantes curas, que bibe en el lugar de Barzino”, según testimonio firmado del Lcdo. Hernández médico, “e que, porque la dicha maestra no quiere salir del dicho lugar, me suplicava le mandase dar licencia para que la dicha doña Aldonça pueda yr a curarse con ella por tiempo de quatro meses a casa de don Luys Enríquez, su hermano, o de Juan de Tejada, su sobrino, que son comarcanas al dicho lugar” (AHT, leg. 78.393).

⁵⁵ Comisión para informarse y dar licencia de 28/07/1548 (AHT, leg. 78.380).

⁵⁶ Comisión informativa de 02/07/1554 (AHT, leg. 78.451).

que convenía salir d'él y yrse a curar a su naturaleza⁵⁷ o a la mencionada Juana Vázquez, profesa en Mérida, o a Ana de Ribera, freila de Valladolid⁵⁸.

Aunque debieron ser relativamente frecuentes las estancias en estaciones termales, tan sólo se documentan dos supuestos: en 1549 el Lcdo. Arias, médico del convento de Valladolid, recomendó a doña Ana de Mendoza, freila del mismo, ir a tomar *baños naturales* en un lugar indeterminado⁵⁹, en tanto que en 1555 doña Ana de Luna, profesa en Granada, era enviada a recibir los baños en la ciudad de Baza⁶⁰. Algo parecido se puede decir de la habitual práctica de las sangrías, de la que sólo documentamos el caso ya mencionado de doña Antona Ordóñez, freila de Sancti Spiritus de Salamanca.

Finalmente, resulta más confuso otorgar un contenido determinado a remedios tales como “hacer ejercicio” o “recibir recreación”, a pesar de que parecen hoy algo sabido. El recreo puede tomarse, a mi modo de ver, como un modo de distracción de las obligaciones conventuales diarias o el tomar el aire dentro o fuera del edificio conventual, en tanto que el ejercicio que se menciona como mucho puede referirse a pasear, más que a practicar alguna forma de gimnasia o deporte⁶¹. Ya hemos visto a doña Ana de Aragón, enferma persistente de cuartanas, enviada desde Salamanca a la villa de Alba, pues “le conviene hazer ejercicio en otras partes”. Doña Juana de Zayas, freila toledana, recibió licencia para ir a hacer ejercicio las mañanas de 40 días consecutivos, saliendo para ello del convento⁶². Más claro parece el caso de doña Catalina de la Torre, hermana de Pedro Hernández de la Torre Carvajal, monja del monasterio granadino, que deseaba ir en compañía de una hermana suya, también freila, a casa de otra hermana de ambas, durante 6 meses “a tomar recreación e azer ejercicio” y curarse. Llevaba gravemente enferma durante mucho tiempo⁶³.

5. Conclusiones

Realmente, resulta mucho más lo que ofrecía el título del presente trabajo que lo que se puede documentar con detalle; desgraciadamente, los informes facultativos no se conservan en el fondo manejado y las menciones a enfermedades y, mucho más, a las terapias aplicadas son muy escasas, prefiriendo los hombres de la época no entrar en detalles, hablándose genéricamente. Con todo, creo que ha merecido la pena este recorrido por

⁵⁷ Comisión informativa de 10/01/1549 (AHT, leg. 78.385).

⁵⁸ Comisión para dar licencia de 06/07/1553 (AHT, leg. 78.439).

⁵⁹ Comisión para dar licencia de 14/06/1549: “de muchos años a esta parte a estado y está enferma de diversas enfermedades e que, aunque le an sido procurados e fechos muchos remedios, no a tenido en ellas mejoría, a cuya causa le dizen los médicos que conviene a su salud tomar al presente los vaños naturales, según constava por cierta relación que dello hizo con juramento el licenciado Arias, médico del dicho monesterio, que la a curado e cura”, presentada por la interesada. Solicitaba se la dejase ir a tomar las aguas durante 3 meses. Yendo con compañía apropiada a su honestidad (AHT, leg. 78.390).

⁶⁰ Comisión informativa, con su parecer, de 14/12/1555: que “a muchos días que está enferma e tullida y los médicos que la curan dizen que para su salud convernya que fuese llevada a la cibdad de Baça, donde es natural, a casa de don Diego de Luna, su hermano, vezino de la dicha cibdad, por estar en ella baños en que avya de entrar para el remedio de su salud”, solicitando licencia para salir del convento e ir a casa de su hermano durante 6 meses (AHT, leg. 78.468).

⁶¹ Según el Tesoro de Covarrubias, “Hazer ejercicio algunas vezes vale el salir a passear al campo y andar para conservar la salud y despedir los malos humores” (*op. cit.*, p. 576).

⁶² Comisión para dar licencia de 20/10/1554 (AHT, leg. 78.454).

⁶³ Comisión informativa, con su parecer, de 09/05/1555 (AHT, leg. 78.461).

tratarse de una fuente novedosa y no explorada, hasta donde se me alcanza el conocimiento de la bibliografía existente.

Por cierto, he preferido beber tan sólo de los materiales obtenidos, aun siendo consciente de que existen historiadores de la medicina y bibliografía específica que se podría exhibir aquí, pero creo que la aportación tiene suficiente valor en sí misma como para acrecentar el volumen de estas páginas, ya por sí bastante limitado.

Se trata, en suma, de un panorama bastante reducido de tipos de enfermedades, que aquejaban a personas que solían llevar una vida sedentaria y contemplativa, con una alimentación tal vez no tan copiosa y variada como en sus casas de origen y que habitaban en edificios no siempre debidamente preparados para la finalidad para la que habían sido erigidos.

Bibliografía

- CASTILLO GONZÁLEZ, Coralee A. (2008), *Evolución de los estados de salud-enfermedad de poblaciones medievales del Alto Ebro y Alto Duero*, Tesis doctoral dirigida por Sylvia A. Jiménez Brobeil, Granada, Universidad de Granada.
- CEVALLOS ALAVA, A., RISSECH BADALLO, C., HUERTAS ARROYO, J. y LLOVERAS ROCA, Ll. (2023), “Estudio bioantropológico de los restos humanos procedentes de la unidad funeraria (UF) 221 del antiguo convento de Santa Caterina (1243-1836), Barcelona”, *Rodis: Journal of Medieval and Postmedieval Archaeology*, n.º 6, pp. 171-216.
- FUENTES, Alejandra C. (2022), “Mujeres y espacios terapéuticos en Chile colonial: Las prácticas médicas del Monasterio Antiguo de Santa Clara de Santiago durante el siglo XVIII”, *História Unisinos* 26, n.º 1, pp. 13-27.
- JIMÉNEZ BROBEIL, Sylvia A., GÓMEZ MARTÍN, M. *et alii.* (2006), “Aspectos paleodemográficos en poblaciones femeninas medievales del Alto Ebro y Alto Duero” in Andrés Martínez-Almagro Andreo (ed.), *Diversidad biológica y salud humana*, Murcia, Sociedad Española de Antropología Física (ed. lit.), pp. 673-679.
- LA TAILLE-TRÉTINVILLE, Alexandrine de (2021), “Ayuno y mortificación en el claustro: El cuidado del alma a riesgo del cuerpo en los monasterios hispanoamericanos. Las dominicas de Santa Rosa de Santiago de Chile (siglos XVIII-XIX)”, *Nuevo mundo, mundos nuevos* [online], Extra n.º 21.
- SÁNCHEZ-MIGALLÓN LÓPEZ-VILLANUEVA, Pedro (2025), *El monasterio de Santa Eufemia de Cozuelos durante la Edad Media (siglos XII-XVI): estructura de la institución*, Madrid, Fundación Órdenes Españolas.
- SARKIC, Natasa (2017), “A study of the lifestyle and health parameters of nuns from convents on the Iberian Peninsula in modern times”, Tesis doctoral dirigida por J. Herrerín López, Madrid, Universidad Autónoma.

APÉNDICE

Licencias para abandonar la clausura a freilas santiaguistas (1548-1556)

Valladolid (Santa Cruz)

- 1549/06/14: Comisión para dar licencia: doña Ana de Mendoza, ir a tomar baños naturales (3 meses).
- 1550/04/19: Comisión para dar licencia: doña Bernardina de Medrano, ir a cambiar de aires a Calahorra, a casa de sus primos hermanos, el Dr. Campo Redondo y su mujer (2 meses).
- 1551/09/26: Prórroga de 3 meses: doña María Nieto.
- 1553/05/27: Comisión informativa: Ana de Ribera, enferma de opilaciones y otras dolencias, precisaba estar en su naturaleza, en casa de sus padres.
- 1553/07/06: Comisión para dar licencia: Ana de Ribera, se la conceden por 3 meses para ir a curarse a su naturaleza, tomando los aires de su tierra.
- 1553/07/06: Prórroga de 2 meses: doña Ana de Sotomayor y doña Ana de Zúñiga, hermanas; se les había concedido por seis meses para estar curándose la primera de ellas en el Reino de Galicia, de donde eran naturales; se la amplían por otros dos meses, pues había recaído.
- 1554/01/10: Mandamiento de retorno: doña Ana de Sotomayor (profesa en Valladolid) y doña Ana Zúñiga (profesa en Granada), hermanas; en 05/05/1552 se había dado comisión a la comendadora de Valladolid para darles licencia a ambas para ir desde ese convento al Reino de Galicia, donde la primera se curase durante 6 meses, acompañada de su hermana, luego prorrogados otros 2 más, con orden de retornar, a su término, a los respectivos monasterios. Al no haber retornado, les ordenan a ambas volver.
- 1554/05/21: Comisión para dar licencia: doña Catalina de Castrejón, ir a curarse a casa de sus padres durante 4 meses.
- 1554/06/02: Comisión para dar licencia: doña Margarita de Anaya, hija del Dr. Anaya, ir a curarse a casa de su padre, en Valladolid (2 meses).
- 1554/06/03: Comisión para dar licencia: doña Luisa Maldonado, ir a curarse a casa de su hermana, doña María Maldonado (4 meses).
- 1554/06/22: Comisión para dar licencia: doña Ana de Mendoza, ir a curarse a casa de su tía, doña Isabel de Mendoza, en Aranda de Duero (4 meses).
- 1554/07/10: Comisión informativa (a la subcomendadora): Catalina Velázquez, hermana de Antonio de Ortega, vecino de Aldea Mayor [de San Martín, Valladolid]; el hermano había solicitado la licencia, pues la freila tenía muchos años y caminaba con dificultad.
- 1554/07/13: Comisión para dar licencia (a la comendadora): Catalina Velázquez, ir a casa de su hermano a curarse (4 meses).
- 1554/07/23: Segunda prórroga de 2 meses: doña Margarita de Anaya, ir a curarse a casa de su padre; se le concede una segunda prórroga de 2 meses.
- 1555/02/16: Prórroga de 3 meses: doña Luisa Maldonado, continuar en casa de su hermana, por no estar restablecida (3 meses).
- 1555/05/14: Prórroga de 4 meses: doña Isabel de Zúñiga, hermana de don Francisco López de Zúñiga, caballero de la Orden; el hermano solicitaba prórroga para estar curándose en su casa en el lugar de Castillo (4 meses).
- 1555/06/12: Prórroga de 6 meses: doña Luisa Maldonado; su hermana había pedido se le prorrogasen otros 8 meses.
- 1555/07/17: Prórroga de 3 meses: doña María de Castejón, para seguir convaleciendo en casa de sus padres otros 4 meses (3 meses).

Salamanca (*Sancti Spiritus*)

- 1548/06/22: Comisión para dar licencia: doña Beatriz de Paz y doña Isabel de Figueroa, hermanas; visitar a su madre enferma, en Salamanca (tiempo a estimación de la comendadora).
- 1548/07/20: Comisión informativa: Constanza de Paz; echaba sangre por la garganta; ir a su naturaleza, en casa de su hermano, el canónigo Francisco de la Carrera, en Toro.
- 1548/07/28: Comisión para dar licencia: doña María Bonal, ir a casa de su hermana, doña Catalina Bonal, mujer de Pedro Godínez, en Tamames (Salamanca), lugar más fresco y apacible (3 meses).
- 1548/10/29: Comisión para dar licencia: doña Elvira de Alderete, para visitar a su madre enferma, viuda del Lcdo. Cristóbal de Alderete, del Consejo, en Tordesillas (3 meses).
- 1549/01/10: Comisión informativa: doña Ginebra de Acuña, ir a casa de su hermano, Juan Pacheco, en Ciudad Rodrigo, su naturaleza (solicita un año).
- 1549/04/12: Comisión informativa: doña María Díez, hija de Pedro Maldonado de Espino, ir a casa de su madre, en Salamanca (solicita 4 meses).
- 1549/09/07: Comisión para dar licencia: doña Aldonza Enríquez; brazo dislocado; ir al lugar de *Barzino* [¿Barceo?] a tratarse con mujer algebrista, alojándose en casa de su hermano, don Luis Enríquez, o de su sobrino, Juan de Tejada [¿Vitigudino?] (3 meses).
- 1550/05/31: Comisión para dar licencia, previa información propia: doña Isabel de Figueroa; padecía grandes desmayos del corazón; ir en compañía de su hermana, doña Beatriz de Paz, al convento de Santa María de las Dueñas de la villa de Alba, donde estaban otras dos hermanas monjas, a alegrarse (2 meses).
- 1550/06/07: Prórroga de un mes: doña Mayor de Mendoza, enferma en peligro de muerte; le habían dado licencia para ir a curarse a casa de su madre, pero, a pesar de la mejoría experimentada, no estaba repuesta.
- 1550/06/10: Comisión para conceder licencia: doña Isabel Maldonado, ir a casa de su abuela (2 meses), por estar en tiempo conveniente de verano.
- 1550/09/04: Comisión informativa: doña Aldonza de Guzmán; solicitaba licencia para ir a curarse a casa de su madre el tiempo preciso.
- 1550/10/13: Comisión para dar licencia: doña María Díaz, hija de doña Beatriz del Espino, ir a curarse a casa de su madre (6 meses); ya había estado allí antes mucho tiempo curándose.
- 1551/03/18: Comisión informativa: doña Antona Ordóñez, hija de doña Leonor Ordóñez; enferma de apostemas e hinchazones de garganta; deseaba ir a casa de su madre a curarse, a una aldea a 4 leguas de Salamanca (3 meses).
- 1551/03/19: Comisión informativa: doña María de Guzmán, necesitaba tomar los aires y obtener alguna recreación, yendo a casa de su hermano, Francisco de Anaya, en el lugar de Frades, tierra de Salamanca.
- 1551/04/11: Comisión para dar licencia: doña María de Guzmán, ir a casa de su hermano, como pedía (2 meses).
- 1551/07/21: Comisión informativa: doña Ana de Aragón, enferma de cuartanas; deseaba ir a casa de su hermano, Alonso de Frías, en Gómez Velasco, junto a Alba, para hacer ejercicio.
- 1551/08/18: Comisión para dar licencia: doña Ana de Aragón, ir a curarse a casa de su hermano (2 meses).
- 1551/08/27: Comisión para dar licencia: doña Juana de Velasco, hija de don Gonzalo de Ledesma, caballero de la Orden, y de doña Francisca Enríquez, vecinos de

- Zamora, ir a curar a su madre enferma y muy vieja (4 meses); había solicitado 6 meses.
- 1552/02/23: Comisión para dar licencia, previa información propia: doña Antonia de Arauzo, hija de doña Leonor Ordóñez, vecina de Salamanca; la madre estaba sola y muy enferma; solicita se le permita salir ocasionalmente, cuando hubiera necesidad de practicarle curas.
- 1552/10/29: Comisión informativa: doña María Bonal, a instancias de Francisco de Sotomayor, regidor de Salamanca, como procurador de doña Catalina, viuda de Pedro Godínez y hermana de María; ésta llevaba mucho enferma y solicitaba se la permitiera estar en casa de doña Catalina 6 meses curándose. En el convento estaba también doña Ana de Sotomayor, hermana de doña María y doña Catalina, que deseaba que estuviese junto a doña María curándola.
- 1552/11/21: Comisión para dar licencia: doña María Bonal y doña Ana de Sotomayor, su hermana y cuidadora, ir a casa de su hermana, doña Catalina Bonal, en la ciudad, durante 3 meses (en realidad, se la dan hasta mayo de 1553, algo más de 5 meses).
- 1553/03/08: Comisión informativa: María de Ibarra, hermana de Pedro de Ibarra, maestro mayor de las obras del convento de San Benito de Alcántara; Pedro deseaba que su hermana permaneciese a su lado hasta su curación.
- 1553/03/08: Prórroga de 3 meses: doña Aldonza de Guzmán, hija de doña Antonia de Guzmán; se le había dado licencia para ir a curar a su madre, pero el plazo había cumplido y había empeorado, por lo que Juan Vázquez de Coronado, hermano de doña Aldonza, pidió prórroga (3 meses).
- 1553/08/07: Comisión para dar licencia: María de Ibarra, ir a curarse a casa de su padre (6 meses).
- 1553/09/30: Comisión informativa: doña Elvira de Alderete, hija del Lcdo. Alderete, difunto y de doña Francisca Bertín; la madre pide se le permita estar curándose a su lado, en el convento de San Quirce de Valladolid, o en casa de Gaspar de Alderete, su hijo, hermano de doña Elvira.
- 1554/05/26: Prórroga de 3 meses: doña Elvira de Alderete; se le había concedido licencia para ir al convento de San Quirce, a quedar al cuidado de su madre, doña Francisca Bertín; luego, en 23/03/1554 se le dio prórroga de 3 meses, que ahora se prorrogan por otros 3 más, dado que no había recuperado su salud.
- 1554/07/02: Comisión informativa: doña Jerónima de Vergara; le habían recomendado ir a tomar los aires de su tierra.
- 1554/10/31: Comisión informativa: doña Juana de Herrera, hija de doña Beatriz Díez y Pedro Maldonado, difunto, vecinos de Salamanca; doña Beatriz Díez estaba enferma y otra hija suya, monja en Santa Clara, recogida en su casa, también, por lo que solicitaba se permitiese salir del convento a doña Juana para cuidar de ambas.
- 1554/11/08: Prórroga de 4 meses: doña Elvira de Alderete; se le había dado licencia para estar con su madre en San Quirce 4 meses, luego prorrogados otros 6 más; ahora había pedido nueva prórroga de 6 meses, pero se la conceden por 4.
- 1554/12/12: Comisión para dar licencia: doña Aldonza Enríquez, ir a curarse a casa de sus sobrinas, mujeres de Gonzalo de Monroy y Juan de Tejeda, en Salamanca (un mes).
- 1555/04/26: Prórroga de 4 meses: doña Elvira de Alderete: doña Francisca Bertín, madre de la freila, la pide para que continúe con ella en San Quirce de Valladolid.

1555/07/12: Comisión informativa: doña Juana de La Mota; salir a curarse al convento de San Pedro de la misma ciudad.

Toledo (Santa Fe de los Caballeros)

- 1549/06/01: Comisión para dar licencia, previa información propia: Inés de Caravantes, enferma de calenturas y opilaciones; ir a casa de su madre, en Toledo (4 meses).
- 1550/08/05 y 19: Comisión informativa y comisión para dar licencia: doña Isabel Collado, enferma de grandes opilaciones; salir fuera (6 meses) a tomar polvos de acero y otras medicinas.
- 1550/09/06: Comisión informativa: María Magdalena, deseaba ir a cuidar a sus padres enfermos.
- 1551/06/08: Comisión para dar licencia, previa información propia: doña Catalina de Castejón / Castrejón, ir a curarse a la villa de Ajofrín o al lugar de Fonseca (3 meses).
- 1552/05/21: Comisión para dar licencia: María Magdalena, ir a curar a su madre, vecina de Toledo (30 días).
- 1552/06/04: Sobrecarta de la comisión anterior, sin penalidad (para la comendadora): orden de cumplir mandato anterior, en atención a las necesidades de la enferma. Oposición a hacerlo de la comendadora, por el escándalo en la ciudad.
- 1552/11/04: Comisión informativa: doña Catalina Doria o de Oria, ir a curarse a casa de Francisco Doria, su primo hermano, en la ciudad.
- 1552/12/22: Comisión informativa: Catalina de la Concepción, ir a cuidar a sus padres, en Mondéjar, que estaban muy viejos y uno de ellos muy enfermo.
- 1553/01/10: Comisión para dar licencia: doña Catalina Doria, ir a curarse a casa de Francisco Doria, su primo hermano, en la ciudad (2 meses).
- 1553/01/12: Comisión para dar licencia: Catalina de la Concepción, ir a visitar a sus padres, en Mondéjar (2 meses).
- 1553/03/24: Comisión informativa: Juana de Zayas, freila los últimos 20 años, en los 6 postreros estaba muy enferma; deseaba se le permitiese y a curarse a casa de su madre, del mismo nombre, en su lugar de Vargas o a casa de su hermana, Inés Romero, en Toledo.
- 1553/05/06: Comisión informativa: doña Isabel de Guzmán y doña Sebastiana de Silva, hermanas, hijas de Juan Osorio, caballero de la Orden, y de doña Elvira de Silva, padres también de doña Beatriz Osorio, viuda; solicitaba se les permitiese a ambas ir al domicilio paterno a cuidar a su hermana 3 o 4 meses, en Toledo.
- 1553/06/10: Comisión para dar licencia, previa información propia: doña Leonor Carrillo y doña Catalina de Guzmán, hermanas, habían solicitado estar 6 meses en casa de su cuñada, doña Francisca Sarmiento, curando sus enfermedades; se la conceden por 2 meses, no pudiendo quedarse en la ciudad.
- 1553/06/10: Comisión para dar licencia: ambas hermanas; se había realizado información en 08/06/1553; licencia para visitar a su hermana durante 15 días; el padre había encarecido las conciencias de los señores del Consejo por no haberles dado la licencia pedida, estando doña Beatriz en peligro de muerte.
- 1553/07/19: Comisión informativa: doña Ana de Sámano, hija de Juan de Sámano, caballero de la Orden y secretario real, estaba enferma de opilación y otras dolencias y precisaba ir a curarse a la casa paterna.
- 1553/08/30: Prórroga de un mes: ambas hermanas, no estaban aun repuestas.

- 1553/09/10: Comisión para dar licencia: doña Isabel y doña Sebastiana Osorno [*sic*], hijas de Juan Osorio, caballero de la Orden, ir a curarse a casa de su padre, cuidando a su madre y otra hermana, además de ellas mismas (3 meses).
- 1553/10/10: Comisión informativa: doña María y doña Ana Manrique, hijas de doña Catalina Manrique, condesa de Fuensalida, deseaban salir a curarse fuera, bien en casa de su madre o en la de otro deudo suyo.
- 1553/10/19: Comisión para dar licencia: Juana de Zayas, tenía un bulto en el pecho del tamaño de una cabeza de hombre, que estaba para estallar; deseaba ir a curarse a casa de sus padres, a 5 leguas de Toledo (2 meses).
- 1553/12/12: Comisión informativa: Inés de Ribera, cuñada del jurado toledano Juan Bautista Oliverio. enferma de desmayos y apostemas en los pechos, pedía el jurado se le permitiese ir a tratarse en su casa, en Toledo.
- 1554/05/09: Prórroga de 4 meses: Inés de Ribera.
- 1554/10/20: Comisión para dar licencia: Juana de Zayas; salir fuera del convento a hacer ejercicio (40 días).
- 1555/02/16: Comisión para dar licencia: Aldonza de Colmenares; tenía dos zaratanes en el pecho, solicitaba salir para ir a casa de Isabel Mexía, viuda muy honrada, vecina de Toledo, a curarse o esperar la muerte.
- 1555/04/02: Comisión informativa: doña Isabel de Guzmán y doña Sebastiana de Silva, hermanas; su padre, el caballero Juan Osorio, pedía licencia para tenerlas en su casa, junto a la madre, doña Elvira de Silva, curándolas (4 meses).
- 1555/04/27: Comisión para dar licencia: doña Isabel de Salazar, hija de Álvaro de Salazar, regidor de Toledo, y de doña Constanza de Alarcón; llevaba más de 14 meses enferma; el padre solicita tenerla en casa curándola (4 meses).
- 1555/04/29: Comisión para dar licencia: ciertas religiosas del monasterio, sin especificar nombres; la comendadora la solicitó para ellas, que estaban éticas y tan enfermas que llevaban dos o tres años sin levantarse de la cama, para que en tiempo de verano pudieran sacarlas a recrearse a la huerta.
- 1555/05/20: Comisión para dar licencia: doña Isabel y doña Sebastiana Osorio, hermanas, hijas de Juan Osorio, ir a curarse a casa de su padre (4 meses).
- 1555/08/19: Prórroga de 2 meses: doña Beatriz de Mendoza, hija de Lope de Guzmán, comendador de Estremera y Valdaracete; seguir curándose en casa de su padre 4 meses, tras llevar allí 3 meses (2 meses).
- 1555/09/04: Comisión informativa: doña Catalina Doria, deseaba salir a casa de Francisco Doria, su deudo, en la ciudad.
- 1555/09/13: Comisión informativa: *doña* Juana de Zayas, deseaba salir a curarse a casa de su hermana, Inés Romero, durante 6 meses.
- 1555/11/19: Prórroga de 4 meses: doña Isabel de Guzmán y doña Sebastiana de Silva, hijas de Juan Osorio, caballero de la Orden; el padre solicitaba prórroga de 6 meses, pues durante los 4 concedidos, por haber fallecido su mujer, doña Elvira de Silva, y él mismo haber estado gravemente enfermo, sus hijas no habían podido ser curadas (4 meses).
- 1555/11/23: Prórroga de 4 meses: doña Beatriz de Mendoza; seguir curándose en casa de su padre otros 4 meses más.
- 1556/01/24: Prórroga de 2 meses; doña Catalina Doria, se le había dado licencia para estar en casa de su tío, Francisco Doria, 2 meses; ahora solicita que por su estado y estar el invierno se le prorrogase hasta 3 meses (2 meses).
- 1556/02/12: Comisión informativa: doña Ana y doña María Manrique; tanto doña María como su madre, la condesa, estaban enfermas, por lo que solicitaban salir durante 3 meses del convento para atender a madre y hermana.
- 1556/02/26: Comisión informativa: doña Francisca de Mendoza y doña Elena de Silva, hijas, respectivamente, de Francisco Matilla y Lope de Ribera; por estar sus

padres muy viejos y ellas muy enfermas, deseaban estar en casas de sus padres un año.

- 1556/03/20: Comisión para dar licencia, previa información propia: doña Catalina de Castejón; tenía 70 años y llevaba 50 desde su profesión; solicitaba salir a curarse fuera durante 6 meses, continuos o *interpolados*.
- 1556/03/21: Prórroga de 4 meses: doña Isabel de Guzmán y doña Sebastiana de Silva; el padre pidió prórroga por 3 o 4 meses, pues sus hijas no se habían podido curar por la enfermedad y muerte de su madre y la enfermedad del caballero.
- 1556/03/28: Prórroga de 3 meses: doña Beatriz de Mendoza; Jordán Bello, procurador del comendador de Estremera, pidió prórroga por 6 meses para que su hija anduviese en su casa curándose, pues sus enfermedades eran graves y largas (3 meses).
- 1556/0323: Comisión para dar licencia: doña Ana y doña María Manrique, ir a estar con su madre, curándola, al tiempo que a doña María (3 meses).

Mérida (Santa Eulalia)

- 1548/10/03: Comisión para dar licencia: doña Isabel de Contreras, ir a casa de su padre (2 meses).
- 1549/06/01: Comisión para dar licencia, previa información propia: Isabel Becerra, ir a visitar a su hermano, en Cáceres, muy viejo y gotoso (20 días).
- 1549/09/18: Comisión para dar licencia, previa información previa: Juana Vázquez, hija del procurador Alonso Hernández Bachiller, enferma de calenturas; ir a casa de su padre, en La Fuente del Maestre (3 meses).
- 1551/01/08: Comisión informativa: Isabel de San Mateo, hija del alcalde mayor del condado de Feria, deseaba ir junto a su padre para curarse (4 meses).
- 1551/09/05: Comisión informativa: doña Leonor de Mendoza, deseaba ir a curarse a casa de su tía, doña María de Mendoza, en Mérida.
- 1551/09/23: Comisión para dar licencia, previa información propia: las dos hijas freilas del procurador Alonso Hernández Bachiller, vecino de La Fuente del Maestre; enfermas de cuartanas y otras dolencias; ir a curarse a casa de su padre (2 meses).
- 1552/02/26: Comisión para ordenar a freila a retornar a la clausura: Estefanía González; su hermano Pedro, vecino de Mérida, solicitó que se le obligase a volver al convento, pues habían pasado dos años desde que se le concedió licencia para estar 4 meses en casa de Antón González, hermano de ambos, vecino del Puerto de Santa María, y no había regresado ni la comendadora le había compelido a hacerlo.
- 1555/05/20: Comisión informativa: doña Inés de Aldana, hija de Hernando de Aldana, vecino de Alange, solicitaba ir a curarse a casa de su padre.
- 1555/07/24: Comisión informativa: doña Leonor de Salazar, profesa en el convento de Santa Cruz de Valladolid, administradora del convento de Mérida; sus sobrinos, don Luis de Herrera y doña Isabel de Gamboa, expusieron que por ser la tierra muy cálida y contraria a la complexión de su tía, padecía de tercianas dobles, con grandes congojas de corazón, desmayos y vómitos, temiéndose por su vida; deseaban que volviese a su convento de origen en Valladolid.

Granada (Santiago de la Madre de Dios de los Caballeros)

- 1549/11/07: Comisión para dar licencia, previa información propia: doña Mencía de Valdivia, ir a casa de su padre (2 meses).

- 1550/07/09: Comisión para dar licencia, previa información previa: doña Mayor y doña Mencía Bazán, hijas de doña María, ir una de ellas a cuidar a su madre, en Granada (2 meses).
- 1550/09/15: Comisión informativa: Catalina de Cisneros; llevaba muy enferma 8 meses; deseaba ir a curarse a casa de su prima hermana, Catalina de Ripa, situada junto al convento.
- 1551/03/12: Comisión para dar licencia: Catalina de Cisneros, ir a curarse a casa de su prima hermana, Catalina de Ripa, en Granada (3 meses). [en 1555 aparece como priora, con el “doña” antepuesto]
- 1553/11/16: Comisión informativa: doña Catalina de Mendoza, deseaba ir a curarse a casa de sus hermanos y deudos en Alcalá la Real.
- 1555/05/09: Comisión informativa: doña Catalina de la Torre, hermana de Pedro Hernández de la Torre Carvajal; el hermano solicitó se la dejase salir del convento, junto a otra hermana freila, para que fuese a casa de otras hermanas a recrearse y hacer ejercicio durante 6 meses.
- 1555/06/28: Comisión para dar licencia: doña Catalina de la Torre, ir a curarse a casa de sus hermanas, doña Ana de la Torre Carvajal y doña Lucía de la Torre, durante 4 meses.
- 1555/12/14: Comisión informativa: doña Ana de Luna, hermana de don Diego de Luna, vecino de Baza, ir a casa de su hermano, a tomar los baños y restablecerse durante 6 meses.
- 1555/12/19: Comisión informativa: doña Catalina Nieto, enferma de calenturas y otras dolencias, deseaba estar curándose en casa de su madre, en Granada, durante 6 meses.
- 1556/01/30: Comisión para dar licencia: doña María de Berrio, hija de Francisco de Barrionuevo y doña Luisa de Berrio, vecinos de Granada; estar en casa de sus padres, en la ciudad, durante 2 meses.

Outros Estudos

D. Sancho Pires de Froiã e a sua família: percursos eclesiásticos e influências na Sé do Porto (finais do século XIII)

ANTÓNIO ROSA MARQUES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
marquesrmantonio@gmail.com

RESUMO: O reinado de D. Dinis marcou uma acalmia nas relações entre o rei e a Igreja. Contudo, o monarca colocou em prática uma estratégia de controlo das dioceses, interferindo nas nomeações episcopais com vista à consagração de bispos próximos a ele. Nesta altura, várias famílias aristocráticas, pertencentes ao núcleo “próximo” do monarca, integrarão os meios eclesiásticos, na expectativa de ascender socialmente através da ocupação de cargos de relevo. Este artigo tem como objetivo perceber se, com a eleição de Sancho Pires de Froiã como bispo do Porto, ocorreram mudanças no volume patrimonial e na ocupação de cargos eclesiásticos na Sé, fruto de influências familiares deste bispo.

PALAVRAS-CHAVE: D. Sancho Pires de Froiã; diocese do Porto; rede familiar; influência.

SANCHO PIRES DE FROIÃO AND HIS FAMILY: ECCLESIASTICAL PATHS AND INFLUENCE IN THE CATHEDRAL OF PORTO (LATE 13TH CENTURY)

ABSTRACT: The reign of King Dinis marked a period of calm in the relationship between the Crown and the Church. Nevertheless, the monarch implemented a strategy to control the dioceses by interfering in episcopal appointments, aiming to consecrate bishops who were personally aligned with him. During this time, several aristocratic families from the king’s inner circle entered the ecclesiastical sphere, seeking social advancement through the occupation of prestigious positions. In the case of Porto, the first change of bishop during the reign of King Dinis occurred in 1296, with the consecration of Sancho Pires de Froiã as Bishop of Porto. This article aims to see whether this election brought about changes in the patrimonial volume and in the occupation of ecclesiastical positions within the cathedral chapter, as a result of the familial influence of this bishop.

KEYWORDS: Dom Sancho Pires de Froiã; diocese of Porto; family network; influence.

D. SANCHO PIRES DE FROIÃO ET SA FAMILLE : PARCOURS ECCLESIASTIQUES ET INFLUENCES DANS LA CATHEDRALE DE PORTO (FIN DU XIII^E SIECLE)

RESUME : Le règne de D. Dinis a marqué une période d'accalmie dans les relations entre le roi et l'Église. Toutefois, le monarque mit en œuvre une stratégie de contrôle des diocèses, en intervenant dans les nominations épiscopales afin de consacrer des évêques qui lui étaient proches. À cette époque, plusieurs familles aristocratiques issues du cercle rapproché du roi intégrèrent les milieux ecclésiastiques, dans l'espoir de progresser socialement par l'occupation de postes de prestige. Dans le cas de Porto, le premier changement

d'êvêque sous le règne de D. Dinis eut lieu en 1296, avec la consécration de D. Sancho Pires de Froião comme évêque de Porto. Cet article a pour objectif de comprendre si, à la suite de cette élection, des changements ont eu lieu dans le volume du patrimoine et dans l'occupation des charges ecclésiastiques au sein du chapitre cathédral, en raison des influences familiales de cet évêque.

MOTS-CLES : D. Sancho Pires de Froião ; diocèse de Porto ; réseau familial ; influence.

D. SANCHO PIRES DE FROIÃO Y SU FAMILIA: TRAYECTORIAS ECLESIAÍSTICAS E INFLUENCIAS EN LA CATEDRAL DE OPORTO (FINALES DEL SIGLO XIII)

RESUMEN: El reinado de D. Dinis marcó un periodo de calma en las relaciones entre el rey y la Iglesia. No obstante, el monarca puso en práctica una estrategia de control de las diócesis, interviniendo en los nombramientos episcopales con el fin de consagrar obispos afines a su persona. En este contexto, varias familias aristocráticas pertenecientes al círculo cercano del monarca se incorporaron a los medios eclesiásticos, con la expectativa de ascender socialmente mediante la ocupación de cargos relevantes. En el caso de Oporto, el primer cambio de prelado durante el reinado de D. Dinis se produjo en 1296, con la consagración de D. Sancho Pires de Froião como obispo de Oporto. El objetivo de este artículo es comprender si, con esta elección, se produjeron cambios en el volumen patrimonial y en la ocupación de cargos eclesiásticos en la catedral, como resultado de influencias familiares de este obispo.

PALABRAS CLAVE: D. Sancho Pires de Froião; diócesis de Oporto; red familiar; influencia.

1. Introdução

Quando D. Dinis (1279-1325) herda o trono de Portugal, encontra um reino cujas relações com a Igreja vinham a deteriorar-se já desde o tempo do seu avô, D. Afonso II (1211-1223)¹. O seu reinado marcará um período de convergência entre a coroa e o clero, interrompendo um ciclo de três excomunhões consecutivas de monarcas portugueses².

A atuação de D. Dinis face a esta situação é dividida por Hermínia Vasconcelos Vilar (2001) em três fases: entre 1279 e 1292 o monarca preocupa-se em resolver o conflito; de 1292 a 1319, com o poder político mais consolidado, tentará interferir nas eleições episcopais; e de 1319 até ao final do seu reinado, período onde ocorre a guerra com o seu filho, futuro D. Afonso IV (1325-1357), que dividirá e complicará as relações entre a coroa e algumas dioceses³. Situar-nos-emos nas duas primeiras fases, dado que, já desde o início do seu reinado, o monarca tentará intrometer-se nas eleições episcopais e capitulares, levando, por vezes, a um conflito de interesses entre rei e cabidos (Vilar, 2001: 588-591).

¹ Para as relações entre a Igreja e a monarquia portuguesa neste período, veja-se a *História Religiosa de Portugal* (2000: 303-327).

² O seu avô, D. Afonso II, tio, D. Sancho II, e pai, D. Afonso III, foram todos excomungados. Apenas a excomunhão de D. Afonso III foi revertida, já no final do seu reinado.

³ D. Afonso IV terá diversos conflitos com o episcopado. Para esta matéria, veja-se, por exemplo, Coelho (2003).

Esta intervenção nas decisões que caberiam tradicionalmente ao cabido ou até mesmo ao Papa (Homem, 1997) está inserida numa política de centralização régia levada a cabo pelos monarcas portugueses praticamente desde a fundação do reino, e reforçada neste período (Sottomayor-Pizarro, 2015: 157-164)⁴. A estratégia passaria por propor indivíduos com ligação ao rei, para ocupar cargos de relevo nas dioceses⁵, de modo a facilitar o controlo destas. Verificamos situações deste cariz no início do seu reinado, aproveitando as vacâncias de prelados em Évora, Lisboa e Viseu, com resistências por parte dos cabidos das respetivas dioceses, e mais tarde em Braga, com a nomeação de D. Martinho Pires (Vilar, 2001: 588-596).

Relativamente aos “indivíduos com ligação ao rei”, estes, por norma, pertenciam a uma aristocracia média ou local, que procurava ascender socialmente através da ocupação de cargos eclesiásticos (Vilar, 2007: 8). A pouca participação dos mais altos escalões aristocráticos neste meio poderá ser o resultado do mecanismo de herança próprio da aristocracia portuguesa, de cariz cognático bilinear (Sottomayor-Pizarro, 2015: 143). Uma vez que todos os irmãos recebiam de forma igualitária o património dos pais, a opção por uma carreira religiosa poderia tornar-se menos apetecível. A não existência da ideia de um “chefe de linhagem” (Sottomayor-Pizarro, 2013 e Sousa, 2013) e a repartição da herança por toda a descendência, leva a que os “filhos segundos” não tenham de optar por outros meios para a sua subsistência.

Neste sentido, algumas famílias com menor preponderância em matéria de corte vão tentar tirar proveito da vontade do monarca, originando-se uma relação de “serviço de mútuo benefício” entre ambos, onde o rei conseguia algum controlo sobre o episcopado, e esta aristocracia ganhava uma certa relevância e prestígio. Em alguns casos, veremos a criação de redes familiares nas dioceses, como por exemplo os Portocarreiro em Braga⁶ (Vilar, 2007: 8) e os d’Ébrard em Coimbra⁷ (Morujão, 2005).

No Porto, a primeira mudança de prelado no reinado de D. Dinis ocorrerá em 1296, com a consagração de D. Sancho Pires de Froiã (1296-1300) como bispo. O objetivo deste estudo será aferir se algum destes aspetos, constatados nos casos mencionados (Braga, Évora, Lisboa) se evidenciou nesta diocese. Primeiramente, será necessário verificar se a nomeação de D. Sancho teve influência régia, e, em seguida, qual a hierarquia aristocrática ocupada pelos Froiã (e famílias relacionadas). Após essa análise, procuraremos identificar se este episcopado influenciou, de alguma forma, a Sé do Porto, quer na ocupação de cargos eclesiásticos, através de uma criação de redes pessoais ou familiares, quer na sua dimensão patrimonial, visto que se insere no período de intensificação de doações de particulares a esta Sé (Marques, 2017: 190).

⁴ Para uma visão geral deste reinado, veja-se Sottomayor-Pizarro, 2005.

⁵ São vários os estudos que referem o funcionamento das dioceses durante este reinado. A título de exemplo vejam-se os trabalhos de Lima, 2003 para a arquidiocese de Braga; Saraiva, 2003 para a diocese de Lamego, e Farelo, 2003 para a diocese de Lisboa.

⁶ Para Braga, também se verifica a presença de membros das famílias Zote, Vasconcelos, Cogominho, Cunha, Pimentel, Pereira, Molnes, Homem e Camelo, sobretudo no século XIV (Vilar, 2007: 8). No entanto, note-se que grande parte destes são familiares (ligação por via materna ou familiares distantes).

⁷ É um caso particular, diferente dos citados Portocarreiro, pois não estão ligados a D. Dinis. Trata-se de uma família francesa que vai para Coimbra devido à nomeação papal de Aymeric d’Ébrard para bispo de Coimbra, sendo que outros seus parentes desempenharão funções na Sé, bem como atrairá para a cidade outras linhagens relacionadas à família. É apenas um exemplo da criação de uma rede familiar numa diocese. Veja-se, sobre esta questão, Morujão, 2005.

2. Os Homem-Froião: percurso e alianças (finais do século XIII)

Esta família aparece-nos como um ramo secundário dos Pereira, encabeçado por Pero Pires Homem, filho de Pero Rodrigues Pereira e Maria Pires de Gravel, casado com Teresa Anes Redondo (Sottomayor-Pizarro, 1997: 902). Estamos perante uma linhagem que tem, logo à partida, relações com os Pereira e os Redondo.

Na sua origem, os Homem-Froião aparecem-nos com algum destaque, sobretudo em Castela⁸. Pero Pires Homem beneficiou de uma boa aliança matrimonial, com uma família próxima dos meios cortesãos, colocando esta linhagem numa posição favorável. Porém, a sua descendência ocupará um papel secundário no panorama aristocrático português. A linhagem da qual descendem não apresentava uma situação melhor, visto que se distanciara dos meios cortesãos nos finais do século XII (Sottomayor-Pizarro, 1997: 885). Tendo em conta esta realidade, a estratégia adotada por estas famílias para ganhar relevo no panorama aristocrático nos finais do século XIII será o ingresso em instituições eclesiásticas. Verificamos os exemplos de Gonçalo Pires Pereira e Rui Pires Pereira, que optam por carreiras em ordens religioso-militares, e Sancho Pires de Froião e Gonçalo Gonçalves Pereira, no clero secular.

Como referido, os Redondo estavam ligados à corte régia, e esta proximidade pode ter influenciado as relações de D. Dinis com estas famílias⁹, que estavam bem enquadradas para o desempenho deste “serviço de mútuo benefício”. Contudo, nada nos indica que o monarca tenha tido alguma participação na nomeação episcopal de Sancho Pires, contrariando a sequência de interferências em outras dioceses. Porquê? A diocese do Porto fora, até então, a única onde não ocorrera uma mudança de prelado durante este reinado, portanto, seria de total interesse para o monarca indicar alguém da sua confiança para esta cátedra. Até porque, durante o bispado de D. Vicente Mendes (1260-1296), as relações entre a monarquia e a Sé portuense divergiram (Cunha & Silva, 2007).

Uma possível justificação desta aparente passividade de D. Dinis para com a diocese do Porto, prende-se com a política de incorporação patrimonial que esta exercia. Como referido, D. Sancho fizera parte do conjunto de bispos que se dedicaram a integrar novos domínios na Sé, e aparenta ter sido particularmente influente em doações efetuadas por privados, ainda na época do seu deado (como veremos adiante). Algo que certamente agradava os cónegos portuenses, facilitando a ideia de uma futura nomeação episcopal. Portanto, a consagração de um prelado com ligações à Coroa (e também com boas relações com o arcebispo de Braga, D. Martinho de Oliveira, próximo do rei), apontado pelo próprio cabido, dispensava a ação do monarca¹⁰.

⁸ Pero Pires Homem e alguns parentes seus estiveram presentes na conquista de Sevilha por Fernando III de Castela em 1248 (Sottomayor-Pizarro, 1997: 887), para um estudo sobre os personagens presentes nesta conquista, veja-se David & Sottomayor-Pizarro (1986). O seu filho, o trovador Estevão Pires de Froião, ocupou cargos de relevo na cúria castelhana (Sottomayor-Pizarro, 1997: 903).

⁹ Veremos que tanto Sancho Pires de Froião, como Gonçalo Gonçalves Pereira tomarão sempre o partido do monarca. Relativamente aos Pereira, estes voltarão a ter preponderância em matéria de corte a partir desta geração.

¹⁰ Contudo, reiteramos que se trata de uma possibilidade, dada a inexistência de provas documentais da nomeação de Sancho Pires de Froião como bispo do Porto. É uma hipótese que nos surge devido à alteração da conduta do monarca nesta diocese, em comparação com as outras. Esta oscilação poderá ter resultado exatamente desta nomeação que agradava a ambas as partes, e que partira de dentro do próprio cabido. Algo que reforça esta ideia é a constante resistência dos cabidos em aceitar os nomes propostos pelo monarca para o governo das dioceses, não se verificando esta situação no Porto (embora D. Dinis

3. Sancho Pires de Froiã: a influência no património da diocese do Porto

Filho de Pero Pires Homem e Teresa Anes Redondo, Sancho Pires Froiã será o membro com mais destaque nesta família, devido ao seu percurso eclesiástico. Foi cónego de Tui (Ferreira, 1924: 276; Pinto, 1940: 88) e de Braga (instituído cónego doméstico do arcebispo de D. Martinho de Oliveira)¹¹, deão do Porto entre 1284 e 1296¹² e bispo na mesma diocese de 1296 até à sua morte, em 1300. Apresenta-se por diversas vezes ao lado do monarca, integrando, inclusive, a comitiva portuguesa rumo a Castela, que resultou na assinatura do Tratado de Alcanizes em 1297 (Ferreira, 1924: 278-279; Cunha, 1623: 105-106). Preocupou-se em reunir propriedades da família que haviam sido distribuídas por vários herdeiros, adotando uma “política de aquisição de bens familiares” entre 1298 e 1299 (Sottomayor-Pizarro, 1997: 904), fazendo o mesmo na diocese do Porto, dando continuidade a uma prática de captação de bens móveis e direitos de padroado, que estavam na posse de particulares, para a Sé (Marques, 2017: 189 a 193). Possuía um património avultado, visível no testamento que redigiu em 1298¹³.

Desde o período do seu deado, aparenta ser uma peça fundamental no processo de aquisição dos padroados das igrejas de Santa Maria de Válega, S. Félix da Marinha, Santa Marinha de Retorta e Santa Maria de Campanhã, as duas primeiras pertencentes ao arcediagado da Terra de Santa Maria, e as duas últimas ao arcediagado da Maia. No corpus documental analisado¹⁴, D. Sancho Pires esteve envolvido em onze doações e escambos referentes a estas propriedades¹⁵, no período entre 1284 e 1300. Participou nestes atos jurídicos por três vezes enquanto deão¹⁶, e nove enquanto bispo¹⁷.

Chamou-nos à atenção a diferença de enunciação do deão nestes documentos, aquando da mudança de prelazia. De facto, durante o episcopado de D. Vicente Mendes, a documentação desta matéria inclui sempre uma cláusula de motivação onde o deão é referido, quando este cargo era ocupado por Sancho Pires. Portanto, o apreço a esta figura aparece sempre evidenciada, a par do prelado, como verificamos, por exemplo, na doação de Fernão Esteves de Veyti que refere *specialiter pro amore reverendi patris domni Vinc[en]tii Portugalensis episcopi et pro amore venerabilis viri domni Sancii Petri decani eiusdem civitatis* (Censual do Cabido, 2024: 110-111). No entanto, quando este é consagrado

tenha conseguido interferir nas nomeações, não significa uma fácil aceitação destas). Também a posição de D. Vicente Mendes perante o monarca leva-nos a crer que não seria fácil a sua interferência na nomeação episcopal nesta diocese.

¹¹ Dos trabalhos consultados, esta referência apenas é-nos apresentada por Rodrigues (et.al) (2005: 201).

¹² Seguimos a datação de Silva (2010: 317), pois parece-nos a mais plausível. Em alguns estudos, o início do seu deado é colocado em 1286, e é-lhe atribuído o cargo de chantre em 1285. Chama-se à atenção para uma possível confusão causada pelo seu homónimo, Sancho Pires, cónego de Braga, que nos aparece nessa data como chantre do Porto no *Censual do Cabido* (2021: 343), e identificado em Silva (2010: 317). Segundo Rodrigues (et.al) (2005: 201), em 1285, Sancho Pires surge “intitulado unicamente de deão portucalense”.

¹³ Encontra-se publicado na *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010: 557-566) e no *Censual do Cabido* (2024: 299-305).

¹⁴ Diga-se, o *Censual do Cabido* (2024).

¹⁵ Veja-se o estudo de Amaral & Marques (2005) relativamente às doações à igreja de Campanhã durante o século XIII. Os autores fazem notar que as doações apenas incluem o direito de padroado, não sendo possível saber a dimensão do mesmo, premissa que também aplicamos para este estudo.

¹⁶ Veja-se no *Censual do Cabido* (2024), os documentos 120 e 121 para a igreja de Campanhã e o documento 221 para a igreja de Válega.

¹⁷ Veja-se no *Censual do Cabido* (2024), os documentos 122 a 125 para a igreja de Campanhã, o documento 78 para as igrejas de S. Félix da Marinha e Santa Marinha de Retorta, e os documentos 225 a 227 para a igreja de Válega.

bispo, o “amor” passa apenas a ser reservado para ele, não abrangendo o deão, e seu primo, Gonçalo Gonçalves Pereira.

Os autores destas doações variam de localidade e condição social, o que dificulta uma identificação mais rigorosa dos mesmos, bem como a perceção da existência de alguma ligação específica a D. Sancho Pires. No entanto, na esfera de doadores, destacam-se Maria de Farlães, Estevão Pires Homem, Pedro Homem e Afonso Homem (estes últimos numa doação conjunta), respetivamente sua tia, irmão e sobrinhos¹⁸. Todos estes instrumentos, efetuados entre 1297 e 1298, são referentes a direitos de padroado da igreja de Santa Maria de Campanhã.

Para além da significativa influência neste acréscimo patrimonial na diocese do Porto, D. Sancho Pires Froião deixaria também ele próprio uma vasta quantidade de propriedades à Sé portuense. Com efeito, no seu testamento verificamos que parte das herdades dos seus familiares, que reuniu ao longo da sua vida, deixou-as às suas capelas *quas facimus in ecclesie Portugalsi* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, 2005: 563), para sustentar a realização de missas perpétuas¹⁹.

4. Sancho Pires de Froião: redes familiares na diocese do Porto?

Como verificado, do ponto de vista patrimonial, a diocese do Porto beneficiou das relações pessoais e familiares do seu bispo. Resta-nos averiguar se a sua presença na Sé influenciou, de alguma forma, os percursos dos seus parentes, ou pessoas próximas. Portanto, à semelhança da análise realizada por Maria do Rosário Morujão (2005) relativamente à presença dos d'Ébrard em Coimbra, o que pretendemos nesta fase é tentar identificar a existência (ou não) de uma rede familiar ou pessoal nos cargos diocesanos portuenses, relacionada com o exercício de funções de Sancho Pires Froião.

O ponto de partida passou pela identificação dos clérigos que ocupavam os cargos eclesiásticos da Sé do Porto nos finais do século XIII, aproveitando o trabalho de Maria João Oliveira e Silva (2010) para esta diocese. Depois, assinalamos os indivíduos que constam tanto no seu testamento, como nos documentos relativos ao seu deado e episcopado, presentes no *Censual do Cabido* (2024). Estando estes dois passos efetuados, passamos a detetar a presença de laços de parentesco entre o bispo e os cónegos e as dignidades do cabido, antes, durante, e após o seu período na Sé, recorrendo a nobiliários medievais e ao estudo das famílias aristocráticas portuguesas de José Augusto de Sottomayor-Pizarro (1997). Alertamos previamente que, dada a escassez de informação, e sobretudo à frequente utilização de patronímicos em detrimento do apelido familiar, é possível que nos tenham escapado alguns destes homens.

Para além de apresentarem informações relevantes para as mais diversas matérias, os testamentos medievais surgem-nos como fontes extremamente úteis para a análise de relações pessoais, profissionais e familiares. No testamento de Sancho Pires de Froião, identificamos 58 indivíduos, 23 dos quais seus familiares (nove Froião, seis Redondo,

¹⁸ Veja-se Cunha (1623: 106-111), Amaral & Marques (2005: 72), e os documentos 122, 123 e 125 do *Censual do Cabido* (2024).

¹⁹ Deixou propriedades a duas capelas para o mesmo fim. Para verificar o património a elas deixado, veja-se o seu testamento em *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2005: 557-566) ou no *Censual do Cabido* (2024: 299-305). Para uma versão resumida, veja-se Sottomayor-Pizarro (1997: 904-905).

cinco Pereira, um Zagumba e um Gato)²⁰, e sete possíveis familiares²¹. Debrucemo-nos sobre estes 30 homens, realçando os mais relevantes para este estudo, e ainda sobre uma instituição que poderá ter beneficiado do parentesco entre dois dos seus integrantes e o bispo do Porto.

Do elenco familiar, temos como certos três indivíduos que também optaram por uma carreira no clero secular. Um deles foi o seu sobrinho, Afonso Martins Homem, que nos aparece referido como cónego do Porto numa doação que fez, juntamente com o seu irmão, do padroado da igreja de Campanhã (*Censual do Cabido*, 2024: 112-113). Entre os anos de 1312 e 1338, João Redondo, seu primo ou sobrinho²², também nos surge como cónego do Porto (Silva, 2010: 323). O seu primo e testamenteiro, Gonçalo Gonçalves Pereira, encerra este grupo, destacando-se dos demais devido ao seu percurso.

A carreira de Gonçalo Gonçalves Pereira, inicialmente, tem aspetos que se assemelham à do seu primo Sancho Pires. Existe a possibilidade de ter sido criado junto de D. Dinis²³, partindo daí para a Universidade de Salamanca, onde se formou²⁴. Quando regressou ao reino de Portugal tornou-se prior da igreja de São Nicolau da Feira²⁵, e, em 1296, aparece-nos como cónego de Tui, deão do Porto (1296-1319) e cónego doméstico do arcebispo de Braga²⁶. No seu trajeto na diocese do Porto, ocupou também o cargo de vigário do bispo D. Frádulo (1308-1309). Os dois primeiros cargos (cónego de Tui e deão portuense) são “herança” direta do seu primo, que na mesma altura foi consagrado bispo do Porto²⁷. Na segunda década do século XIV o seu trajeto eclesiástico passou pelo bispado de Lisboa (1322-1326)²⁸ e pelo arcebispado de Braga (1326-1348)²⁹, podendo ter influenciado o percurso dos seus primos em segundo grau Estevão Pires Homem e Vasco Pires Homem, nessa mesma arquidiocese³⁰.

No âmbito dos “possíveis familiares”, uma figura surge como potencialmente parente de Sancho Pires de Froião: trata-se de Gonçalo Gonçalves que desempenhou funções tanto na diocese do Porto, como chantre (1252-c.1282) (Silva, 2010: 314-317) e vigário (1254), como na diocese de Coimbra, onde também ocupou o cargo de chantre

²⁰ Vejam-se os anexos 1, 2 e 3.

²¹ Optamos por classificar alguns indivíduos como “possíveis familiares”, devido à discrepância de informações, como veremos adiante.

²² Pouco sabemos acerca de quem poderá ter sido este João Redondo. A inexistência de uma referência ao patronímico dificulta a sua identificação. No testamento do bispo D. Sancho Pires, é referido como filho de um Nicolau Pais, dificultando ainda mais a sua identificação, dado que não há conhecimento de ninguém com este nome na família Redondo. Contudo, no corpus documental analisado, João Redondo aparece-nos por vezes como testemunha em documentos de Sancho Pires, e o apelido “Redondo” remete-nos, inevitavelmente, para essa família. Pertencendo a esta família, neste período, é automaticamente parente dos Froião, mesmo que possa ser um familiar distante.

²³ Veja-se Pinto (1940: 88), Rodrigues (1930:127) e Coelho (2018: 262).

²⁴ Veja-se Ferreira (1930:127) e Pinto (1940: 88) e Coelho (2015: 262).

²⁵ Veja-se Ferreira (1930:127), Pinto (1940: 88), e Sottomayor-Pizarro (1997: 889) e Coelho (2005: 262).

²⁶ Veja-se Ferreira (1930:128), Pinto (1940: 88), e Sottomayor-Pizarro (1997: 889) e Coelho (2015: 262-263).

²⁷ Veja-se Ferreira (1928: 277); (1930: 128) e Sottomayor-Pizarro (1997: 889). Os cargos deixados vagos por D. Sancho Pires são “herdados” pelo seu primo Gonçalo Pereira.

²⁸ Veja-se Ferreira (1930:128), Pinto (1940: 88), Sottomayor-Pizarro (1997: 889), e, sobretudo, Coelho (2015).

²⁹ Cargo pelo qual ficou conhecido. O arcebispo D. Gonçalo Pereira foi objeto de vários estudos, pelo que damos como exemplo o trabalho de Coelho (1990).

³⁰ Sottomayor-Pizarro (1997: 907) apresenta-os como tendo desempenhado cargos na mitra bracarense durante o arcebispado de D. Gonçalo Pereira.

(1264–c.1282) (Morujão, 2010: 223–263) e vigário (1262–1274). É de sublinhar este duplo desempenho do chantrado que “a legislação canónica reprovava, mas a prática, afinal, consentia, e que constitui o único caso de exercício simultâneo da mesma dignidade” (Morujão, 2010: 223), pelo menos no período entre 1080 e 1318. É mencionado no testamento de D. Sancho, como *Gunsalvi quondam cantor Portugalensis avunculi nostri* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)*, 2005: 560), ou seja, tio. O parentesco entre ambos é praticamente certo, mas optamos, numa primeira instância, por colocá-lo nesta categoria dada a inexistência de qualquer outra referência a este laço (aliás, num caso, aparece-nos como sendo tio de um Sancho Pires, cónego de Coimbra³¹), e a dificuldade em atribuir-lhe uma origem, família, e estrutura de parentesco exatas. Contudo, é de salientar que elencamos vários aspetos que, de facto, comprovam um laço sanguíneo entre estes dois indivíduos. O primeiro, e mais óbvio, é a referência a um “tio Gonçalo, chantre do Porto”, no testamento de D. Sancho. Já no testamento de Gonçalo Gonçalves³², aparecem referidos dois Sancho Pires, sendo um o cónego de Coimbra (e seu testamenteiro), e outro, mencionado como *nepos meus*. Esta homonímia obriga-nos a uma cautela no momento de tirar conclusões sobre este aspeto. No entanto, tudo aponta para que este *Sancius Petri nepos* seja, de facto, Sancho Pires de Froião, por vários motivos. Antes de mais, se analisarmos a estrutura do testamento, notamos que este se encontra dividido entre legatários de Coimbra e legatários do Porto, aparecendo esta referência no segundo grupo. Existe uma ligação clara entre Gonçalo Gonçalves e Pero Pires Homem, várias vezes citado ao longo do documento. Por fim, se dúvidas houvesse relativamente a qual Sancho seria o seu sobrinho, uma passagem do seu testamento clarifica a relação de parentesco, quando refere: *Item mando Majori Petri nepoti mee L^{ta} libras de illis quas mihi debet vir suus Didacus Lupi* (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)*, 2005: 546), referindo-se a Mor Pires Froião, casada com Diogo Lopes Gato, irmã e cunhado de Sancho Pires Froião.

Centramos agora a atenção noutro pormenor que pode revelar reforçar a uma possível relação de parentesco com D. Sancho Pires, mas com algumas ressalvas, dado o nosso desconhecimento na matéria e o facto de se tratar apenas de uma hipótese. Referimo-nos ao selo de Gonçalo Gonçalves³³. Este selo é descrito como sendo do tipo heráldico emblemático e pessoal, tendo *no interior dois lozângulos concêntricos, por entre os quais se situa a legenda, depara-se-nos uma cruz florenciada, acantonada em chefe por duas cabeças de pássaro- tão mal estilizadas que aparentam constituir peras- e apontando o tramo superior para uma terceira cabeça* (Távora, 1983: 160). Descrição que se assemelha à das armas dos Pereira: *de vermelho, cruz floria de prata, vazia do campo*³⁴ (Freire, 1973: 301). Maria do Rosário Morujão e Anísio Saraiva (2014: 253) corrigem estas “cabeças de pássaro”, afirmando que se trata de bolotas. Contudo, a referência a “peras” não deixa de ser curiosa, por razões óbvias.

Não constituindo a heráldica e a sigilografia o objeto deste estudo, apontamos somente alguns pontos que poderão, talvez, desencadear uma investigação futura. De

³¹ Veja-se o índice onomástico do *Censual do Cabido* (2024: 553).

³² Encontra-se publicado na *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071–1325)* (2010: 542–548) e no *Censual do Cabido* (2024: 283–287).

³³ Para a imagem do selo, veja-se o exemplar nº 125 de Távora (1983) e Morujão & Saraiva (2014: 254).

³⁴ O selo parece ter um realce no centro, podendo servir para indicar este “vazio”. Veja-se a imagem do selo nos trabalhos mencionados na nota anterior.

facto, alguns estudos apontam D. Gonçalo Pires Pereira como o fundador das armas dos Pereira³⁵, algo que pode complicar esta hipótese, devido a discrepâncias cronológicas³⁶. Caso se venha a comprovar que a figura do selo do chantre Gonçalo Gonçalves corresponde às armas dos Pereira, a sua origem familiar ficaria comprovada. No entanto, as questões relativas ao lugar que ocupa na genealogia nesta família permaneceriam³⁷.

A consanguinidade entre Gonçalo Gonçalves e Sancho Pires Froião surge-nos como peça-chave para a definição de uma teia de ligações entre o bispo e outros clérigos. Inseridos no núcleo de “possíveis familiares”, surgem os familiares do chantre, mencionados tanto no seu testamento, como no testamento do seu sobrinho³⁸.

Abril Pires, cónego da Sé do Porto (1259-c.1295) e abade de Cedofeita³⁹, é referido no testamento do chantre Gonçalo Gonçalves como seu sobrinho (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, 2010: 545), sendo que, no seu testamento, Sancho Pires cita um *Aprilis Petri*, pai de Estêvão Pires, podendo, contudo, não se tratar do mesmo indivíduo. Por seu lado, no testamento de Abril Peres (*Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*, 2010: 548-552), Sancho Pires é referido (ainda como deão do Porto) sendo também seu testamenteiro. Gil Martins, também abade de Cedofeita (supõe-se que logo após Abril Pires), também consta no testamento de Gonçalo Gonçalves, como seu sobrinho, aparecendo igualmente no de Sancho Pires. A serem sobrinhos de Gonçalo Gonçalves, ambos seriam também primos de Sancho Pires Froião. Todavia, em nenhum documento consultado há referências a um parentesco entre estes homens. Aliás, no testamento de Abril Pires há uma referência familiar relativa a Gil Martins, tratado de forma diferente ao seu outro suposto primo, como se vê na passagem: *Item faço e ordinho executores deste meu testamento dom Sancho Perez dayam do Porto meu senhor e meu amigo e Gil Martinz meu primo cuirmaaom (Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), 2010: 551)*. Fica em aberto o porquê do motivo da omissão do parentesco⁴⁰ (sendo praticamente certo que são, de facto, primos), e da razão para o tratamento como “senhor e amigo”. Mesmo

³⁵ Veja-se, por exemplo, Seixas & Telles (2009) e Monteiro (2019: 256-258).

³⁶ Apenas sabemos que o selo começou a ser utilizado por Gonçalo Pires Pereira, documentado como grão comendador de Espanha em 1268 (Sottomayor-Pizarro, 1997: 894). A acreditar nos estudos citados (veja-se a nota 44), a cruz dos Pereira teria alguma influência da cruz hospitalária, sendo Gonçalo Pires o primeiro da família a integrar esta Ordem (a par do seu irmão Rui Pereira). Acontece que o selo do chantre Gonçalo Gonçalves é datado de 1260 (Morujão & Saraiva, 2014: 253). É possível que, antes de ser comendador, tenha sido freire, mas a incerteza relativamente à data em que se configuraram as armas dos Pereira levanta-nos esta questão. Acrescentamos que é dito que a utilização das armas é atribuída a ele e à sua descendência, sendo que Gonçalo Gonçalves (a ser um Pereira), fora seu irmão, primo ou tio.

³⁷ Apenas sabemos que deverá ter sido filho de um Gonçalo. Dos membros da família conhecidos, apenas nos aparece um Gonçalo Rodrigues de Pereira, tio de Gonçalo Pires Pereira identificado por Sottomayor-Pizarro (1997: 889-890), mas é pouco provável que fosse seu filho, pois, a crer no testamento do chantre, teria de ter como irmãos, pelo menos Rodrigo, Martim e Maria, não correspondendo estes aos filhos que lhe são atribuídos. Poderá tratar-se de um ramo proveniente do casamento de Pero Rodrigues Pereira e Inês Sanches (embora não lhe seja conhecida qualquer descendência (Sottomayor-Pizarro, 1997: 888)), ou descendente de um ramo feminino. Veja-se o anexo 2, para um melhor entendimento do parentesco entre os personagens.

³⁸ O testamento de Gonçalo Gonçalves dá-nos a conhecer outros seus familiares (veja-se, por exemplo, a nota 46). No entanto, apenas nos interessam os nomes que aparecem em ambos os testamentos, de modo a estabelecermos uma conexão entre estas figuras.

³⁹ Veja-se Silva (2010: 319). O ano 1295 corresponde à última referência documental conhecida da sua presença na Sé portuense.

⁴⁰ O mesmo acontece num documento referente a uma contenda que opunha a Igreja do Porto e o mosteiro de Cedofeita, onde os dois aparecem como referidos, não sendo mencionado nenhum grau de parentesco entre ambos (*Censual do Cabido*, 2024: 78).

assim, a verdade é que possuem uma ligação, quer fosse pessoal ou familiar, e todos desempenham funções no clero secular portuense.

Para terminar este grupo de “possíveis familiares”, resta-nos referir Martim do Monte, indivíduo que aparece no testamento do bispo portuense. Este homem fora clérigo do bispo (1307-1309), chantre (1318-1324) e cónego do Porto (1327-1334), bem como abade de Telões (Silva, 2010: 317/323). É possível que fosse primo de D. Sancho Pires, por via do casamento da sua tia, Beatriz Pires Pereira, com Pero Anes do Monte⁴¹ (Sottomayor-Pizarro, 1997: 892).

Importa ainda referir um dado curioso que surgiu desta análise das relações de Sancho Pires Froião através da análise do seu testamento. Com efeito, neste documento o prelado portuense manda à *Ordinis Hospitalis C libras et quod ematur inde aliqua possessio pro anima nostra (Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325), 2010: 562)*. A Ordem do Hospital surge-nos como a única instituição religioso-militar referida neste testamento, sendo que não existe uma relação clara entre o testador e o legatário. Não teria de haver necessariamente alguma conexão entre ambas as partes, e era comum a legação de património (sobretudo monetário) a instituições eclesiásticas⁴², mas esta chamou-nos à atenção, dadas as ligações entre os seus primos, Gonçalo Pires Pereira e Rui Pires Pereira a esta Ordem durante este período, podendo, de alguma forma, ter influenciado a decisão do bispo do Porto.

5. Conclusão

No bispado de Sancho Pires Froião, verificamos que as famílias Pereira e Froião começam a desempenhar cargos eclesiásticos na Igreja portuense mais incisivamente. Através do estudo dos indivíduos que tinham funções na Sé do Porto, nos finais do século XIII e inícios do XIV, conseguimos identificar sete homens do núcleo familiar do bispo⁴³, sendo estes: Gonçalo Pereira, Afonso Homem, João Redondo, Gonçalo Gonçalves, Abril Pires, Gil Martins e Martim do Monte. Os três primeiros com a consanguinidade totalmente comprovada, e os quatro últimos com o parentesco quase certo.

O percurso de Sancho Pires na diocese, e sobretudo a sua sagração como bispo do Porto, provém da inegável proximidade ao monarca, quer fosse através da sua mãe (da família Redondo, pertencente ao núcleo cortesão), quer por causa dos próprios serviços prestados ao monarca, aparecendo junto dele em momentos-chave. Não nos esqueçamos que estamos perante uma fase em que D. Dinis tinha praticamente todo o episcopado controlado, graças à sua estratégia de “serviço de mútuo benefício”. Ainda que não tivesse interferido diretamente na sua nomeação episcopal, esta fora conveniente tanto para o monarca, que passou a ter alguém do seu núcleo de proximidade na cátedra Sé portuense, como para o cabido, que via o património da diocese aumentar por causa da influência do seu novo bispo.

Se a diocese do Porto beneficiou da influência de D. Sancho Pires para o incremento dos seus direitos e bens, quer através da doação de direitos de padroado por seus familiares ou pessoas com ele relacionadas, quer de propriedades legadas pelo próprio prelado no seu testamento, a família do bispo também aproveitou o lugar que este

⁴¹ Nada se sabe acerca da descendência deste casal. Veja-se o anexo 2.

⁴² Este próprio testamento constitui um exemplo.

⁴³ Veja-se o anexo 4.

desempenhava. Para além da “distribuição” de sete cargos pelos seus parentes, este foi o ponto de partida para a ascensão social, sobretudo dos Pereira, que, como referido, durante o século XIII tiveram um percurso discreto. O percurso de carreiras eclesiásticas alterará esse panorama, e Gonçalo Gonçalves Pereira será um dos motores dessa mudança, fazendo parte do grupo de beneficiados da influência do seu primo, D. Sancho Pires Froiã⁴⁴. Já os Froiã não terão o mesmo destino, perdendo preponderância com o passar do tempo (Sottomayor-Pizarro, 1997: 902).

Podemos afirmar que houve uma influência por parte de Sancho Pires Froiã, e que famílias relacionadas com o bispo, que até então não haviam desempenhado cargos na diocese do Porto, passaram a fazê-lo, e alguns membros lograram ter um especial destaque. Mesmo não se formando uma rede familiar extensa⁴⁵, este caso demonstra o uso das carreiras eclesiásticas como forma de ascensão social.

Ficam ainda algumas questões em aberto, como, por exemplo, a da origem do chantre Gonçalo Gonçalves, que parece estar ligada à família Pereira. Um estudo mais aprofundado da sua figura poderá esclarecer tanto esta questão, como a do seu selo, e a mútua omissão da relação entre os seus sobrinhos, Abril Pires e Sancho Pires Froiã.

Fontes Impressas

Censual do Cabido: Cartulário Medieval da Sé do Porto (2024), Maria João Oliveira e Silva (coord.), Lisboa, Universidade Católica Editora. CUNHA, D. Rodrigo (1623), *Catálogo e História dos Bispos do Porto*, Porto, João Rodrigues impressor de sua senhoria. *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), José Mattoso (ed.), in *Portugaliae Monumenta Historica: Nova Série*, Lisboa, Academia das Ciências. *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010), Maria do Rosário Morujão (coord.), Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.

Bibliografia

AMARAL, Luís Carlos; MARQUES, André Evangelista Oliveira (2005), “Pouvoir épiscopale et patrimoine seigneurial au XIII^e. siècle: le cas de Santa Maria de

⁴⁴ Sottomayor-Pizarro (1997: 888), quando realça as trajetórias individuais dos Pereira, que fazem com que a família ressurgja, alerta para o não esquecimento de que as carreiras referidas também beneficiaram com a influência de D. Gonçalo Pires, Grão-Prior do Hospital, e mesmo de D. Sancho Pires de Froiã, bispo do Porto.

⁴⁵ Um estudo que abrangesse uma baliza temporal mais alargada poderia revelar mais alguns familiares, quer durante esta mesma cronologia, com a descoberta de indivíduos que nos escaparam, quer numa anterior ou posterior. Contudo, alguns fatores indicam que seriam períodos mais complexos de analisar, quer por causa da realidade familiar, quer das próprias relações da Coroa com a Igreja, antes de D. Sancho Pires e D. Dinis, quer ainda do percurso posterior destas famílias. De facto, sabemos que os Pereira optaram por carreiras eclesiásticas não no clero secular, mas sim dentro da Ordem do Hospital, ao passo que os Froiã perderem destaque. Poderíamos encontrar uma espécie de continuação desta rede familiar na arquidiocese de Braga, fruto da atuação de Gonçalo Gonçalves Pereira enquanto arcebispo (referimos dois exemplos neste estudo, veja-se o anexo 4).

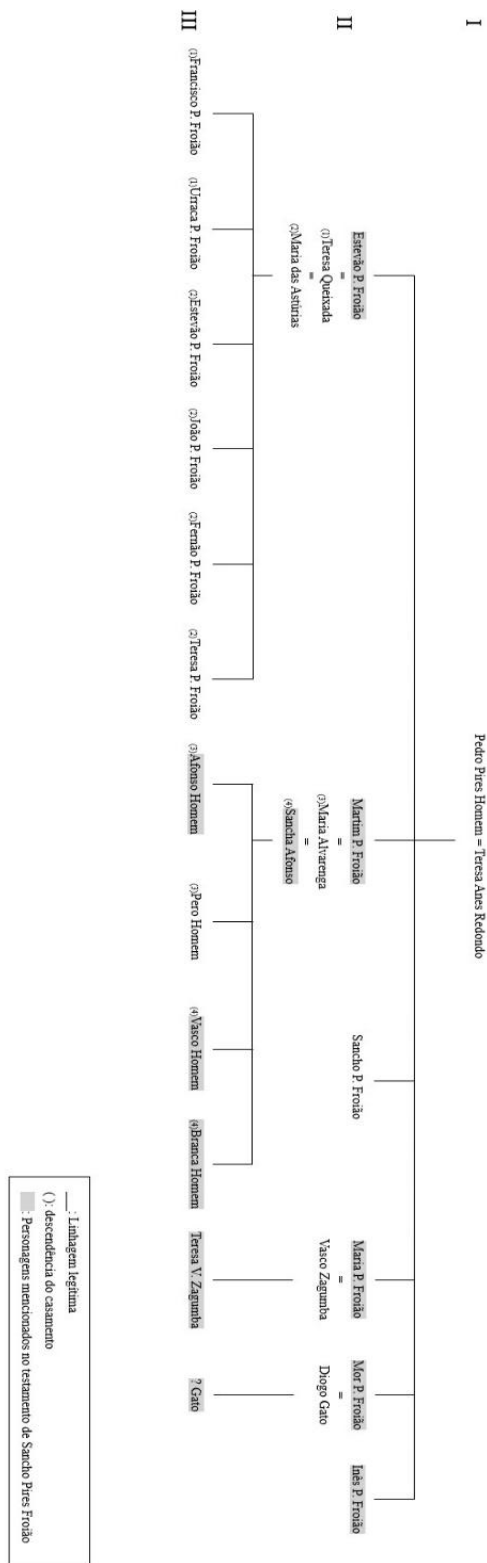
- Campanhã”, in *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 63-74.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (1990), “O Arcebispo D. Gonçalo Pereira - um querer, um agir”, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Actas do Congresso Internacional*, Braga, Universidade Católica Portuguesa / Faculdade de Teologia / Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, pp. 388-462.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2003), “Bispos e Reis: Oposições em torno de bens e jurisdições temporais”, *Lusitana Sacra*, 15, pp. 279-287.
- COELHO, Maria Helena da Cruz (2018), “Gonçalo Pereira (1322-1326)”, in João Luís Inglês Fontes (dir.), *Bispos e Arcebispos de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 261-276).
- CUNHA, Cristina; SILVA, Maria João Oliveira e (2007), “O serviço de Deus e o serviço do rei: atitudes do prelado do Porto D. Vicente Mendes (1260-1296)”, in *Carreiras Eclesiásticas no Ocidente Cristão (séc. XII-XIV)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 257-267. [consulta em 06/06/2025] Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/entities/publication/65c3e9a4-e528-43d7-bfaf-89e8a793eadd>.
- DAVID, Henrique; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1986), “Nobres portugueses em Leão e Castela (século XIII)”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 7, pp. 135-150.
- FARELO, Mário (2003), *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*, Tese de mestrado em “História Medieval”, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, José Augusto (1924), *Memórias archeológico-históricas da cidade do Porto (Fastos episcopais e políticos) (século VI- século XX)*, t. I, Braga, Cruz e C.^a.
- FERREIRA, José Augusto (1928), *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga. (séc. III – séc. XX)*, t. I, Braga, Mitra Bracarense.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1973), *Brasões da Sala de Sintra*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda.
- História Religiosa de Portugal* (2000), Carlos Moreira Azevedo (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores.
- Homem, A. L. de Carvalho (2019), “Perspectivas sobre a prelazia do reino em tempos dionisinos”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 15 (2), pp. 1469-1477. [consulta em 06/06/2025] Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5527>.
- LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel (2003), *O cabido de Braga no tempo de D. Dinis: 1278-1325*, Patrimonia Historica, Lisboa.
- MARQUES, André Evangelista (2017), “A Autoridade Episcopal e a Construção da Rede Paroquial na Diocese do Porto (séculos X-XIV)”, in Luís Carlos Amaral (coord.), *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do Porto e*

- da construção do Cabido Portucalense*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, pp. 161-196.
- MONTEIRO, João Gouveia (2019), *Nuno Álvares Pereira- Guerreiro, senhor feudal e santo: os Três Rostos do Condestável*, Lisboa, Manuscrito.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2005), “La famille d’Ébrard et le clergé de Coimbra aux XIIIe et XIVE siècles”, in *A Igreja e o Clero Português no Contexto Europeu. Actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 75-91.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (2010), *A Sé de Coimbra: a Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa; SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2014), “O Selo: símbolo de representação e de poder no mundo das catedrais portuguesas”, in Anísio Saraiva; Maria do Rosário Morujão (coord.), *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais: Novas Perspectivas e Abordagens*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, pp. 205-264.
- PINTO, António Ferreira (1940), *O Cabido da Sé do Porto*, Porto, Oficinas Gráficas da Sociedade de Papelaria.
- RODRIGUES, Ana Maria S. A. (et al.) (2005), *Os Capitulares Bracarenses (1245-1374): Notícias Biográficas*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa (2003), *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno Edições.
- SEIXAS, Miguel Metelo de; GALVÃO-TELLES, João Bernardo (2009), “O condestável D. Nun’Álvares e as armas dos Pereiras revisitadas”, in Humberto Oliveira; Cristina Moita; Ismael Teixeira (coord.), *Olhares de hoje sobre uma vida de ontem: Nuno Álvares Pereira: homem herói e santo*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora, pp. 205-217.
- SILVA, Maria João Oliveira e (2010), *A Escrita na Catedral: A Chancelaria Episcopal do Porto na Idade Média*, Tese de doutoramento em “História”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (1997), *Linhagens Medievais Portuguesas- Genealogias e estratégias (1279-1325)*, Tese de doutoramento em “História da Idade Média”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2005), *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2013), “A Chefia da Linhagem Aristocrática (Sécs. XII-XIV). Reflexões em Torno de uma Prática Idealizada”, *Studia Zamorensia*, 12, pp. 27-40. [consultado em 17/05/2025] Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4904479>.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (2015), “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII.XV): uma Relação de Serviço?”, in *Discurso, memoria y representación: la nobleza peninsular en la Baja Edad Media*, Estella, pp. 141-176.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2013), “Afirmção social e liderança nobiliárquica em Portugal (séculos XII- XV)”, *Studia Zamorensia*, 12, pp. 41-56. [consultado em 16/05/2025] Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4904482>.
- TÁVORA, D. Luís Gonzaga de Lencastre e (1983), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Lisboa.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2007), “Canons and Cities: Cathedral Chapters and Their Social Composition in Medieval Portugal”, *e-Journal of Portuguese History*, 5 (2), pp. 1-19. [consulta em 04/06/2025] Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/6923>.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos (2001), “O Episcopado do Tempo de D. Dinis: trajetos pessoais e carreiras eclesiásticas (1279-1325)”, *Arquipélago- História*, 2ª série, V, pp. 581-604. [consulta em 16/03/2025] Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/61433900>.

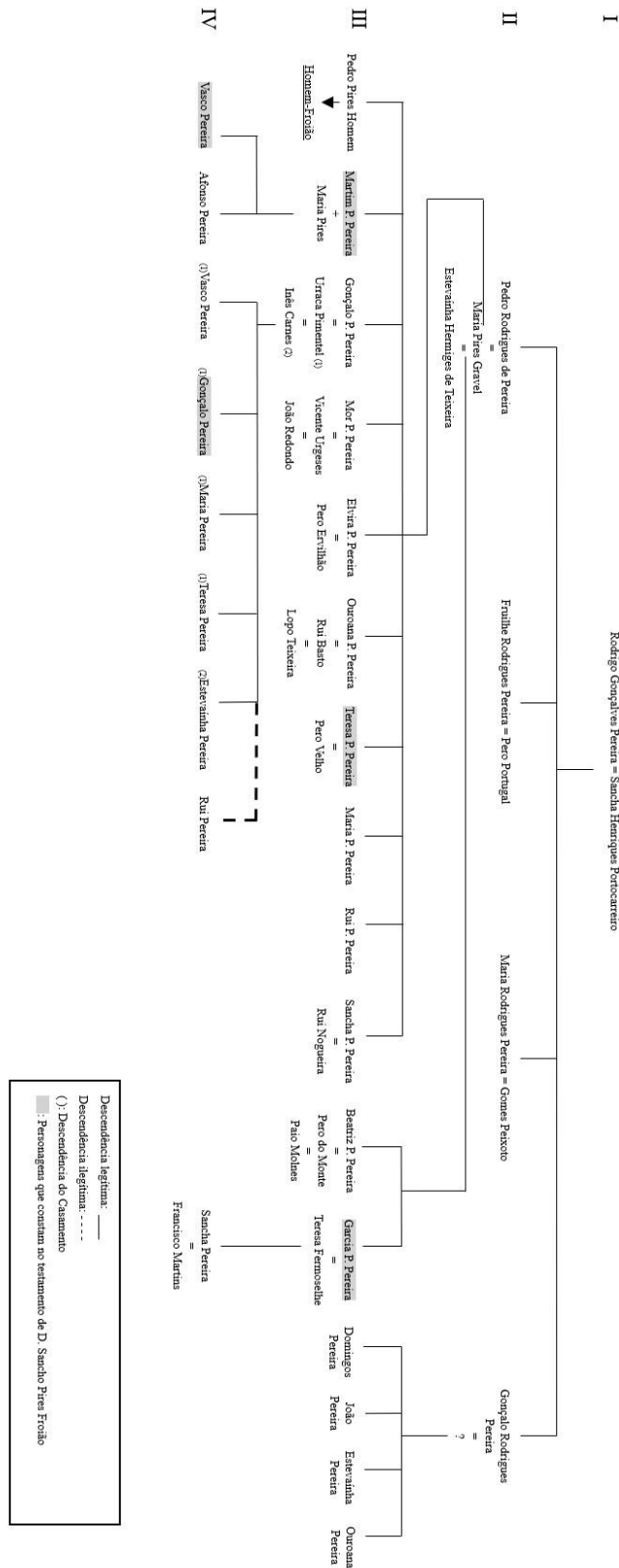
Anexos

Anexo 1. Árvore Genealógica dos Homem-Froião⁴⁶



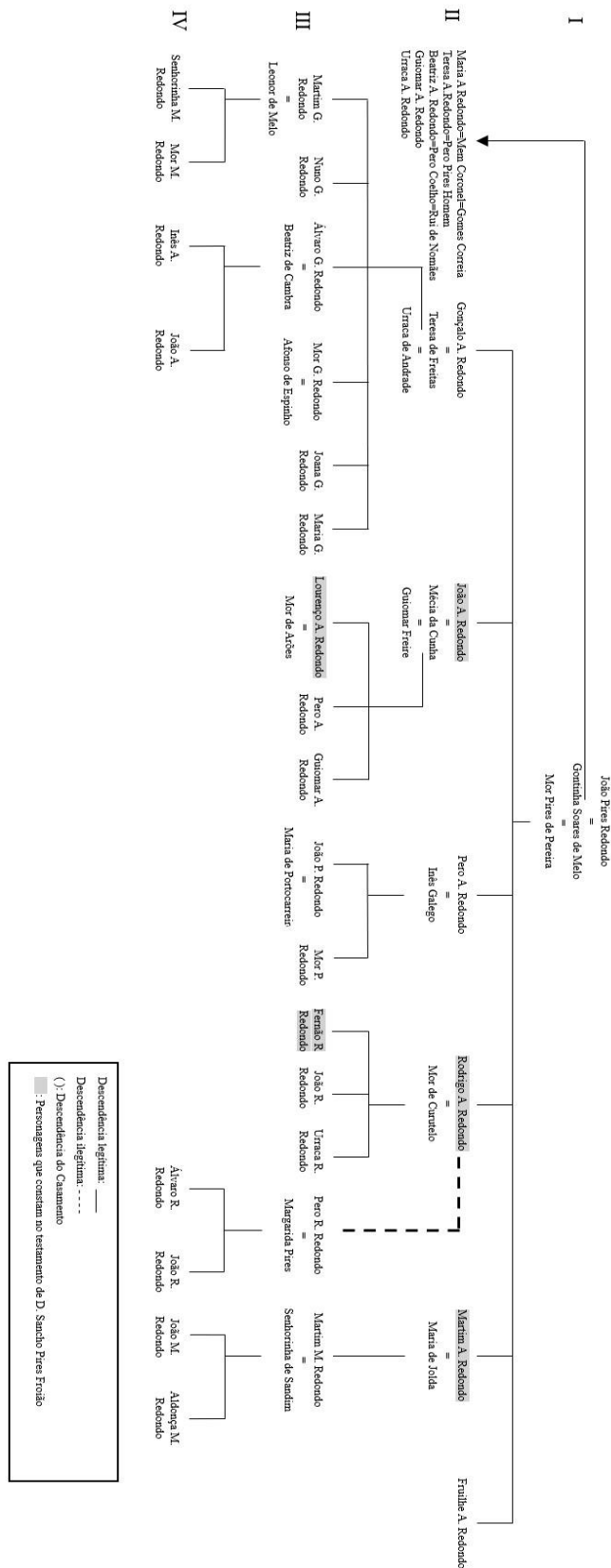
⁴⁶ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010) e Sottomayor-Pizarro (1997).

Anexo 2. Árvore Genealógica dos Pereira⁴⁷

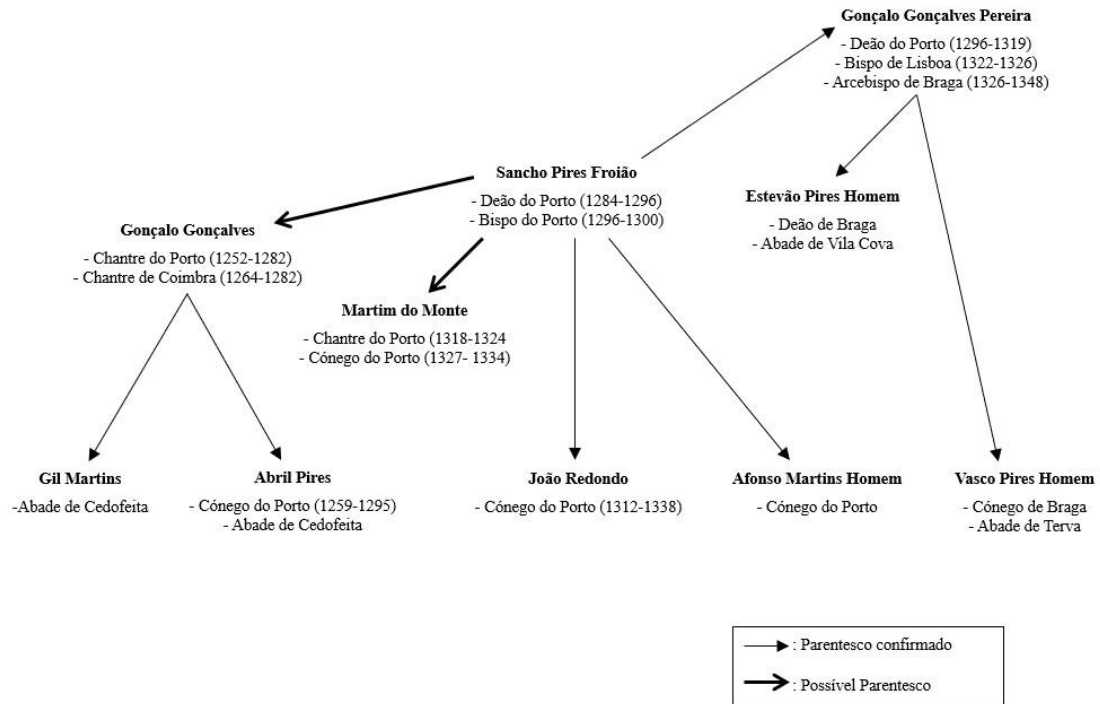


⁴⁷ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980)*, *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010), e Sottomayor-Pizarro (1997).

Anexo 3. Árvore Genealógica dos Redondo⁴⁸



⁴⁸ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980)*, *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325) (2010)* e *Sottomayor-Pizarro (1997)*.

Anexo 4. Possível rede familiar de D. Sancho Pires na Diocese do Porto⁴⁹

⁴⁹ Dados retirados de *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (1980), *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)* (2010), Sottomayor-Pizarro (1997) e Silva (2010). Do lado esquerdo estão representados os “possíveis familiares” do bispo do Porto, enquanto no lado direito se encontram os seus parentes.

A Vereação e o pescado: o abastecimento nas atas do Livro 3 de Vereação do Porto (1452-1461)

VITOR SENTIEIRO RIBEIRO

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
vitorsentieiro.ribeiro@gmail.com

RESUMO: Este artigo analisa as estratégias adotadas pela vereação do Porto para assegurar o abastecimento de pescado, na década de 1450, com base nas atas do Livro 3 de Vereação. Procura-se compreender de que forma o governo municipal garantiu a disponibilidade deste produto e regulou a sua circulação e venda no mercado urbano. A análise das deliberações camarárias evidencia mecanismos de intervenção municipal sobre os pescadores e regateiras, bem como os conflitos e a gestão de crises de abastecimento, num contexto de fragilidade estrutural do aprovisionamento urbano medieval, demonstrando o papel central do coletivo camarário na regulação da cadeia de abastecimento e na manutenção da ordem pública.

PALAVRAS-CHAVE: abastecimento; governo municipal; pescado; regateiras

THE CITY COUNCIL AND FISH: PROVISIONING IN THE MINUTES OF LIVRO 3 DA VERAÇÃO OF PORTO (1452-1461)

ABSTRACT: This article analyses the strategies adopted by the municipal council of Porto to ensure the supply of fish in the 1450s, based on the minutes of Livro 3 da Vereação. It seeks to understand how the municipal government ensured the availability of this product and regulated its circulation and sale in the urban market. The analysis of municipal deliberations reveals mechanisms of municipal intervention over fishermen and hucksters, as well as conflicts and the management of supply crises, within a context of the structural fragility of medieval urban provisioning, demonstrating the central role of the municipal body in regulating the supply chain and maintaining public order.

KEYWORDS: supply; municipal government; fish; hucksters

LE CONSEIL MUNICIPAL ET LE POISSON : L'APPROVISIONNEMENT DANS LES REGISTRES DU LIVRO 3 DA VERAÇÃO DE PORTO (1452-1461)

RESUME : Cet article analyse les stratégies adoptées par la municipalité de Porto pour assurer l'approvisionnement en poisson dans les années 1450, à partir des registres du Livro 3 de Vereação. Il cherche à comprendre de quelle manière le gouvernement municipal garantissait la disponibilité de ce produit et régulait sa circulation et sa vente sur le marché urbain. L'analyse des délibérations municipales met en évidence des mécanismes d'intervention municipale sur les pêcheurs et les revendeuses, ainsi que les conflits et la gestion des crises d'approvisionnement, dans un contexte de fragilité structurelle de l'approvisionnement urbain médiéval, démontrant le rôle central du corps municipal dans la régulation de la chaîne d'approvisionnement et le maintien de l'ordre public.

MOTS-CLES : approvisionnement; gouvernement municipal; poisson; revendeuses

EL CONCEJO MUNICIPAL Y EL PESCADO: EL ABASTECIMIENTO EN LAS ACTAS DEL LIVRO 3 DA VERAÇÃO OF PORTO (1452–1461)

RESUMEN: Este artículo analiza las estrategias adoptadas por el concejo de Porto para asegurar el abastecimiento de pescado en la década de 1450, a partir de las actas del Livro 3 de Vereação. Se busca comprender de qué manera el gobierno municipal garantizó la disponibilidad de este producto y reguló su circulación y venta en el mercado urbano. El análisis de las deliberaciones municipales pone de relieve mecanismos de intervención municipal sobre los pescadores y las regateras, así como los conflictos y la gestión de crisis de abastecimiento, en un contexto de fragilidad estructural del aprovisionamiento urbano medieval, demostrando el papel central del cuerpo concejil en la regulación de la cadena de abastecimiento y el mantenimiento del orden público.

PALABRAS CLAVE: abastecimiento; gobierno municipal; pescado; regateras

1. Introdução

A cidade medieval, tal como um organismo vivo, necessitou de assegurar múltiplas condições para sobreviver. Cientes da necessidade de manter um complexo equilíbrio, os poderes urbanos tomaram medidas para garantir o sustento dos habitantes das cidades e vilas. Como refere Iria Gonçalves, a cidade medieval, do ponto de vista do seu abastecimento, “era uma estrutura frágil, artificial mesmo, impossível de se bastar a si própria, mas ainda assim exigente e imperiosa” (Gonçalves, 1995: 30). A historiografia portuguesa tem abordado a problemática do abastecimento alimentar dos centros urbanos medievais¹, evidenciando-o como uma das principais preocupações das autoridades municipais, que procuraram, perante a fragilidade estrutural dos sistemas de aprovisionamento², recorrer a diversos instrumentos normativos para controlar a circulação de produtos, fiscalizar os agentes comerciais e prevenir situações de carestia (Gonçalves, 1995: 29-48). Neste sentido, o estudo das políticas municipais de abastecimento permite compreender a atuação dos governos das diversas localidades do reino na procura de um equilíbrio entre os bens alimentares disponíveis e as necessidades de consumo da população. O Porto de Quatrocentos não era exceção. A administração e o aprovisionamento da cidade revelaram-se tarefas árduas para as autoridades municipais, com especial destaque para a estabilidade na obtenção de bens necessários para a alimentação dos habitantes da urbe.

As atas das assembleias camarárias, registadas pelos escrivães da câmara em livro próprio, permitem observar a atenção dedicada pelos oficiais municipais e dos restantes homens-bons do concelho às questões relacionadas com o abastecimento da cidade. Estes livros da câmara, produzidos anualmente pela escrivãzinha do concelho, constituíam verdadeiros instrumentos de trabalho para a administração municipal portuense,

¹ Para uma compilação de diversos trabalhos sobre o abastecimento das cidades medievais, veja-se Andrade & Silva, 2020.

² Sobre a fragilidade do abastecimento medieval, veja-se Marques, 1968: 257-282.

assemelhando-se a um “repositório de notícias administrativas onde se acumula informação” (Costa, 2003: 82). No entanto, apesar da sua existência obrigatória, apenas sobreviveram seis livros de atas de vereação do concelho do Porto para o século XV, dos quais apenas três se encontram publicados³. Este artigo centra-se na análise das atas de vereação entre os anos de 1452 e 1461, preservadas no *Livro 3* da vereação portuense⁴, cuja utilização contínua ao longo da década de 1450 permite identificar algumas das intervenções do governo municipal nas questões do abastecimento alimentar, com particular incidência no domínio do pescado.

A importância do pescado era evidente para o coletivo camarário. Juntamente com a carne e o cereal, era um dos elementos essenciais para o abastecimento da cidade, uma vez que eram a base da dieta medieval (Menjot, 2020: 155). O peixe, mais associado aos estratos menos abastados da sociedade medieval (Freitas, 1999: 88), era menos apreciado do que a carne (Gonçalves, 1988: 205), mas o seu consumo era essencial para o cumprimento das prescrições religiosas que determinavam a sua ingestão nos dias de abstinência de carne do calendário litúrgico (Marques, 1981: 9). Todavia, enquanto o cereal podia ser armazenado e conservado, o peixe e a carne, como alimentos frescos e perecíveis, necessitavam de cuidados especiais. Neste sentido, era fulcral para a cidade assegurar o abastecimento contínuo destes produtos através de uma legislação incisiva e de uma cadeia de distribuição eficiente, com recurso à totalidade do termo da cidade.

De forma a suprir as suas necessidades, as autoridades municipais recorreriam aos territórios peri-urbanos, as *hinterlands* circundantes do centro urbano (Menjot, 2020: 156-157). No caso do concelho do Porto⁵, o governo municipal recorria a localidades situadas no litoral do seu termo, como Matosinhos, Leça e São João da Foz, sendo estas frequentemente mencionadas na documentação municipal como locais produtores de pescado, marcados por uma intensa atividade piscatória desde, pelo menos, o século XIII (Moreno, 1992: 19). A cidade do Porto dependia destas comunidades piscatórias e da sua faina para garantir o abastecimento dos seus mercados e, conseqüentemente, assegurar os bens necessários para a alimentação dos habitantes da cidade⁶. Deste modo, o controlo exercido pelos oficiais camarários no termo e a articulação comercial entre o centro urbano e os territórios peri-urbanos assumiam particular relevância para o funcionamento económico da cidade, uma vez que estes territórios forneciam recursos essenciais para a atividade comercial do Porto, bem como para o aprovisionamento alimentar da população (Barros, 2022: 78-83).

Neste contexto, o presente artigo analisa as estratégias adotadas pelo coletivo camarário portuense para garantir o abastecimento de pescado, atentando particularmente nos conflitos com pescadores do termo e na fiscalização municipal das regateiras, elementos essenciais para a cadeia de abastecimento urbano, desde a captura do pescado até à sua distribuição nos mercados do burgo, durante a década de 1450.

³ *Vereações: anos de 1401-1449*, 1937; *Vereações: 1431-1432: Livro I*, 1937; Ribeiro, 2019.

⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Vereações*, liv. 3.

⁵ Sobre a relação da cidade do Porto com as suas *hinterlands*, veja-se Barros, 2022: 73-98. Neste estudo, o autor analisa a evolução das relações entre o Porto e o seu termo desde a Baixa Idade Média, evidenciando o papel fulcral dos territórios circundantes na sustentação económica da cidade.

⁶ Para uma comparação com a cidade de Lisboa e as suas *hinterlands*, veja-se Andrade & Miranda, 2017: 336-339.

2. A vereação e os pescadores

Com base nas atas das assembleias camarárias, observam-se diversos exemplos de situações de risco para a manutenção da ordem urbana, decorrentes das ameaças de quebra do aprovisionamento de bens alimentares de primeira necessidade. Na década de 1450, o desafio de garantir a fluidez do abastecimento e consequente distribuição do pescado não era um problema recente para a administração concelhia portuense. Pelo contrário, ao longo dos séculos XIV e XV, o coletivo camarário desenvolveu um esforço contínuo para vigiar e regulamentar os circuitos comerciais e o destino dos produtos alimentares que chegavam ou partiam da cidade⁷. Entre as medidas adotadas pelo governo municipal, destaca-se a imposição da obrigatoriedade da apresentação de um alvará, emitido pela escrivãzinha camarária, de modo a autorizar a saída de pescado das portas da cidade, cuja observância era garantida por guardas nomeados em vereação⁸. Aplicada pela primeira vez em dezembro de 1391, esta ordenação associa-se a outras medidas tomadas pelos oficiais camarários para prevenir o escoamento de bens alimentares. A título de exemplo, o governo municipal impôs períodos de proibição da venda de determinados produtos, como o pescado seco e fresco (*Vereações: anos de 1390-1395*, 1937: 170-171) ou a lampreia (*Vereações: anos de 1390-1395*, 1937: 52-53), determinou a aplicação de coimas pela venda de pescado fora da zona da Ribeira (*Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 16-18), designada para esse efeito, e barrou o transporte de pescado por barqueiros sem autorização municipal (*Vereações: anos de 1390-1395*, 1937: 44).

No inverno do ano de 1454, registaram-se diversas referências à escassez de pescado na cidade do Porto. Durante a sessão da vereação do dia 14 de dezembro, o coletivo camarário deliberou sobre o tema, dado que “esta cidade era falida de pescado” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 162). A escassez deste produto era muito preocupante para os homens-bons do burgo, sendo agravada pela intenção de alguns moradores do termo de venderem o peixe para fora do reino: “allguuns o queryom caregar pera fora do regno encarregando-se que a terra ficarya em tanto desfalecymto de pescado que lhes nom ficarya governaçam” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 162). O governo municipal necessitava agir urgentemente, de modo a assegurar a ordem na cidade e evitar o agravamento da carestia e consequente crise de abastecimento. A ata da sessão faz referência a deliberações anteriores do concelho portuense em situações similares, sendo *hordenaçom e postura* antiga da cidade que não se permitisse o carregamento de pescado para o exterior (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 162).

A assembleia camarária decidiu que seria pertinente enviar o mais rapidamente possível uma delegação a Matosinhos, composta por oficiais do concelho e por um homem-bom. Foram escolhidos João Eanes, juiz, Manuel Gonçalves, vereador, Vasco Gil, procurador do concelho, Álvaro Gil, escrivão da câmara e autor material da ata, e

⁷ A título de exemplo, veja-se, no ano de 1391, a proibição da saída de pescado da cidade e do termo (*Vereações: anos de 1390-1395*, 1937: 46), ou ainda a proibição do regateio e exportação de lampreia, devido à carência de pescado (*Vereações: anos de 1390-1395*, 1937: 52-53).

⁸ “Item. XV dyas do mes de dezenbro Era III^c XXVIII poserom por goardadores das portas pera goardar que nom saya per hi pescado nem sall sem alvara dos veradores” (*Vereações: anos de 1390-1395*, 1937: 44).

João Carneiro, homem-bom e presença assídua na casa da câmara. Segundo o escrivão, a delegação tinha como objetivo haver “todo o pescado por embargado que se nom carregase nenhuum e esto so certa pena que lhes o dicto juiz pera ellos posesse” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 162), com sanções impostas pelo juiz aos pescadores que não respeitassem a ordem municipal. Esta atitude revelou uma clara posição protecionista das autoridades municipais, com a proibição da exportação em prol do bem-comum da cidade – *por bem da prooll cumunall* –, que certamente provocou um aumento das tensões entre os pescadores do termo e a elite governativa municipal⁹. Não obstante, a vereação, prevendo o incumprimento pelos pescadores, introduziu uma ressalva à ordenação: “se per ventura os pescadores disserem que pois que lhes nom leixom caregar o pescado que a cydade lhe compra e lhes de o dinheiro a condiçom que se tall disem que a cidade o tome sobre sy” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 162v). Deste modo, caso os pescadores não acatassem as medidas camarárias, teriam o seu pescado apreendido pela cidade, adquirindo-o aos pescadores e mitigando o impacto da proibição de venda.

A atuação municipal certamente afetou a atividade comercial dos pescadores das comunidades piscatórias do termo do Porto. Desde meados do século XIV, a cidade afirmava-se como um importante centro económico e comercial, considerado o “principal foco exportador de um vasto território economicamente solidário e de importância reconhecida” (Barros, 2004: 30), sendo “de todos os portos de Portugal, o que possuía mais numerosa frota mercantil” (Moreno, 1992: 21). Neste contexto, tornava-se particularmente atrativa para os pescadores escoarem o pescado¹⁰ que capturavam nas incursões marítimas, tanto a nível do mercado interno como externo (Pereira, 2021: 73). Relativamente ao mercado externo, destacavam-se as exportações de pescado para a Galiza, Castela, França e para o Levante (Pereira, 2021: 77), configurando uma atividade económica de grande relevância no burgo. Com a imposição camarária e o respetivo embargo ao carregamento deste produto para as embarcações, o pescado, como bem perecível, sobretudo o fresco, necessitava de um rápido escoamento, motivando reclamações dos pescadores de Matosinhos, alegando que “tall postura nom deviam de poer sobre elles que lhes deviom de leixar carregar alguma parte falando em especyall sobre dous deles que tynhom quatrocentas duzeas que queryom carregar” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 163). Apesar desta medida, a falta deste bem de primeira necessidade manteve-se nos dias seguintes, uma vez que, após uma semana, na sessão de dia 21, foi enfatizado o “gram falimento que ora em esta terra ha do dicto pescado” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 163). O coletivo camarário reforçou a medida proibitiva anteriormente tomada, considerando-a, “todos a huma voz”, como sendo positiva – “acordarom e

⁹ A atitude protecionista do burgo portuense não era inédita. No século anterior, durante o reinado de D. Pedro I, observa-se uma atuação semelhante com o objetivo de impedir a saída do pescado da cidade (Pereira, 2012: 97-98). De igual forma, denotam-se políticas semelhantes em outras cidades do reino, como Lisboa, mas também em outras regiões da Europa, como na Flandres ou em Marselha (Menjot, 2020: 157-158).

¹⁰ Apesar do uso do termo agregador “pescado” em grande parte da documentação concernente à atividade piscatória e ao seu comércio, torna-se possível identificar o destino de espécies específicas de peixe, adaptadas às procuras dos mercados. A título de exemplo, a lampreia era especialmente cobiçada por mercadores franceses, enquanto a sardinha, o congro e o sável eram procurados por mercadores ibéricos para venda no Levante (Pereira, 2021: 73-76).

overom ho acordo atras pasado por boo e acordarom que emteiramente se guardase como se em elle contem” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 162).

Três dias após a referida sessão, na véspera de Natal de 1454, tendo já regressado à cidade a delegação camarária enviada a Matosinhos, os oficiais camarários e homens-bons reuniram-se para discutir os resultados da sua atuação e a reação dos pescadores. Segundo Álvaro Gil, escrivão da câmara, os pescadores fizeram um requerimento à vereação para se realizar um levantamento do pescado, alegando que possuíam mais de “tres mill duzeas de pescadas e VI ou VII duzeas de rayas” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 163v), sendo este o motivo da primeira ida à localidade. Tratava-se de uma quantidade significativa de pescado, quer no seu potencial comercial¹¹, quer na sua utilidade para o abastecimento da cidade. O levantamento, realizado pelo escrivão da câmara, permitiria aos pescadores regressar à atividade comercial, já que, segundo os mesmos, possuíam o pescado necessário para o negócio não impactar o aprovisionamento do burgo, motivo pelo qual requeriam à câmara que “se achasem que hy avia tanto per que ficase governança na terra que lhe desem logar a aveerem de carregar alguma cousa dele segundo a quantityde que achasem” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 163v-164). Contudo, a delegação camarária, “por serviço d’el rey nosso senhor e bem de seu povoo” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164), ordenou que se fizessem pregões pela localidade que “nom caregase agora pescado nenhuum visto como era tam pouco que nom avya na terra per que se posa soportar” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164). Esta decisão, alicerçada no entendimento da delegação em torno do volume de pescado disponível, revelou a prioritização do aprovisionamento do burgo portuense em detrimento dos interesses comerciais dos pescadores que habitavam o seu termo.

Os pescadores teriam ficado insatisfeitos com a atuação da vereação portuense, visto que apresentaram um novo requerimento à câmara que motivou a ida de uma segunda delegação a Matosinhos. Assim, Manuel Gonçalves, vereador, Lopo Álvares, assumindo interinamente a função de vereador, e Álvaro Gil, escrivão, foram incumbidos de visitar o local, de forma a verificar o volume de pescado existente. Ao dirigirem-se a Matosinhos, os oficiais camarários convocaram os pescadores para indicarem a quantidade de pescado capturado, com a obrigação de prestarem juramento sob os Santos Evangelhos quanto à veracidade das informações transmitidas (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164). Consoante a quantidade indicada pelo pescador, o escrivão da câmara era responsável por proceder ao registo do número de peixes. Este *escrevimento* era fulcral para o processo decisório municipal¹², permitindo à vereação deliberar da forma mais adequada – “asy aveerem de prouveer como achasem que era razom e deryto” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164) –, tendo em vista o bem comunal e a estabilidade das relações com os pescadores do termo. Todavia, os pescadores reuniram-se e, em conjunto, decidiram não acatar as ordens municipais – “se juntarom todos e disserom que nom

¹¹ A título de exemplo, a quantidade de pescada referida pelos pescadores (3000 dúzias) corresponderia a uma quantia monetária considerável, uma vez que a dúzia era vendida a 80 reais (Gonçalves, 1987: 134). Caso a vereação desembargasse o carregamento deste produto, os pescadores lucrariam cerca de 240 mil reais apenas com a venda desta quantidade de pescadas. Este elevado valor evidencia o impacto económico das decisões camarárias sobre a atividade piscatória das localidades do termo. Para um enquadramento e evolução dos preços de pescado em Portugal nos séculos XIV e XV, veja-se Ferreira, 2007: 89-95.

¹² Sobre o ato de registar e inquirir como ferramentas para a governação local, veja-se Roldão, 2016: 87-102.

queryom consentyr em tall escrivimento nem queryom estar a regimento da cydade” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164) –, num ato de oposição contra a delegação camarária. A resolução deste conflito era urgente, de maneira a evitar um agravamento da crise de abastecimento que a cidade enfrentava¹³, exacerbada, nesse período, no plano político, pela contestação dos pescadores e pela consequente recusa coletiva de submissão aos homens-bons do concelho¹⁴. Com vista à manutenção da ordem pública, a vereação tomou medidas coercivas contra aquilo que considerou ser “desobedyença e engratydoeem” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164), determinando a pena de prisão para os pescadores que incorreram contra as ordens do concelho¹⁵. Simultaneamente, a vereação fortaleceu o controlo municipal do pescado, através do reforço da proibição do carregamento deste bem alimentar, nomeadamente as peixotas, para exportação até ao final do ano¹⁶. Além disso, determinou que, na existência de infrações e exportações clandestinas, o concelho apreenderia a totalidade da mercadoria, sendo posteriormente distribuída entre a cidade e o delator do incumprimento¹⁷.

As medidas tomadas pela vereação portuense parecem ter surtido efeito. De facto, nas atas posteriores à sessão camarária de 24 de dezembro de 1454, não foram mencionados novos conflitos com os pescadores de Matosinhos, o que permite inferir o restabelecimento da autoridade municipal e uma aparente mitigação das tensões entre a vereação e os profissionais da arte da pesca.

3. A vereação e as regateiras do pescado

O problema do peixe não ficava circunscrito à atividade piscatória necessária para a sua captura e aprovisionamento. A cidade necessitava igualmente de manter uma cadeia de agentes económicos capazes de escoar o produto dos mercados e de distribuir o peixe pela população. As regateiras do pescado ocupavam-se da compra e revenda de peixe na

¹³ Segundo a vereação portuense, o pescado disponível era “tam pouco que escasamente se poderya aver governança na terra” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164v).

¹⁴ Os livros da vereação permitem observar situações de desobediência semelhantes, ou até mesmo de resistência armada, perante a autoridade municipal. Destaca-se o episódio, protagonizado por lavradores do julgado de Aguiar de Sousa, em junho de 1449, no qual demonstraram resistência às ordens do meirinho e do ouvidor em diversas aldeias do julgado. Neste sentido, chegaram inclusivamente a ameaçar e a utilizar armas para dissuadir os oficiais da recolha obrigatória de pão, anteriormente estipulada em vereação e motivada pela escassez deste bem alimentar: “E que ainda lavrador se posera em huum penedo com huma fouçe e nunca quisera abrir porta” (*Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 450. Após a situação ser exposta na sessão de 7 de junho, o coletivo camarário determinou a prisão dos lavradores revoltosos e a aplicação de penas pecuniárias, o que evidencia um *modus operandi* semelhante ao episódio dos pescadores de Matosinhos. Deste modo, a vereação reafirma a sua autoridade face à desobediência local e reforça o aprovisionamento do burgo. Nas palavras de Armindo de Sousa: “o termo era da cidade, foi criado para a servir, *maxime* para lhe dar de comer” (Sousa, 1994: 183).

¹⁵ Como referido no documento: “acordarom que estes que asy moviom que fossem pressos segundo mostrariamos per escriptura probica quaees erom e da cadea ouvesem aquella pena que achasem que merecyra os que semelhante fazyom em desprazamento dos mandados da cydade” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164-164v).

¹⁶ Dizendo-se concretamente na ata: “E quanto e ao pescado porque achom que he tam pouco que escasamente se poderya aver governança na terra nem em ella nom avya sardynha nenhuma acordom que por este ano se nom carregase pescado nenhuum (*a saber*) peixotas pera fora” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164v).

¹⁷ Referindo-se: “quallquer que o carega que o perca pera a cydade e seja as duas partes pera ella e a terça parte pera o que acusar” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 164v).

cidade, atuando como agentes intermediárias na cadeia comercial. Segundo Iria Gonçalves, eram a “espinha dorsal do provimento urbano” (Gonçalves, 2007: 12), intermediárias essenciais para o equilíbrio entre a oferta e a procura deste bem de primeira ordem. Tratava-se de uma atividade predominantemente desempenhada por mulheres¹⁸, à semelhança de outros ofícios ligados ao setor alimentar, o que reflete a associação do papel feminino ao mundo doméstico, com destaque para a alimentação do seu agregado familiar e a respetiva aquisição e confeção de alimentos (Pereira, 2020a: 499). No entanto, a sua intervenção na cadeia de distribuição do pescado acarretava um aumento do custo do produto para o consumidor final, devido à formação de margens de revenda após a aquisição aos pescadores. Competia às autoridades camarárias salvaguardar o acesso dos consumidores portuenses a este bem elementar para a sua dieta a um preço justo.

O tema das regateiras surge de forma recorrente nos pontos de ordem das assembleias municipais ao longo do século XV, merecendo particular atenção do coletivo camarário¹⁹. Dada a sua posição de destaque na comercialização diária de bens de primeira ordem, foram alvo de múltiplas posturas e acórdãos que procuravam regulamentar as suas práticas e prevenir abusos²⁰. O coletivo camarário, desde 1401, estipulou a obrigatoriedade da inscrição de todas as regateiras da cidade no livro da vereação, destacando-se as do pescado, de forma a obter permissão para exercer a sua função (*Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 75-77). A inobservância desta ordenação municipal resultaria na aplicação de coimas e na interdição de desempenhar a sua atividade. O registo em lista destas mulheres, observado em diversos livros da câmara portuense²¹, evidencia a preocupação da edilidade em organizar e controlar, de forma pragmática e funcional, o exercício desta atividade, “uma vez que estes elencos promoviam um maior controlo e melhor gestão” (Roldão, 2016: 88).

A continuidade da preocupação normativa, manifestada pelas autoridades municipais, pode ser verificada no *Livro 3 de Vereação*, onde consta o registo de uma lista com 17 mulheres²² que se inscreveram no livro para poderem exercer o seu ofício – “estas som as regateiras que se veerom escrever pera averem de ser regateiras do pescado e teerem alvaraees” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 211). Além do cadastro obrigatório, tornava-se igualmente necessária a posse de um alvará, emitido pela escrivania concelhia por ordem dos oficiais do ano camarário vigente, que autorizava a revenda do pescado. Este instrumento público visava estabelecer um número limitado de regateiras

¹⁸ Sobre a participação feminina no trabalho urbano medieval, com destaque para o setor alimentar, veja-se Pereira, 2020b: 18-57; Melo, 2003, 249-269.

¹⁹ A título de exemplo, veja-se AHMP, *Vereações*, liv. 3, fls. 11, 104v, 183, 206v.

²⁰ O elevado volume de deliberações camarárias relativas às regateiras e ao exercício do regateio pode ser revelador de uma tendência para o incumprimento das ordenações municipais.

²¹ A título de exemplo, sobre as regateiras do pescado, veja-se AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 211. Observam-se outros elencos de regateiras, como das regateiras da fruta - AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 211v.

²² Importa destacar que a listagem das regateiras contém apenas mulheres, sendo que alguns nomes registados pelo escrivão da câmara estão associados a apelidos, como “Constança Alvarez a cavaleira” ou “Maria Afonso a longa”. Simultaneamente, observam-se relações familiares ou de afiliação, com os casos de Isabela Gil e a sua filha Bela Gonçalves, ou de Margarida Peres da Lada e Leonor Martins, “sua criada” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 211).

(Pereira, 2020a: 502), enquanto prevenia abusos e controlava a dimensão da atividade comercial (Gonçalves, 2007: 14), uma vez que permitiria uma fiscalização mais rigorosa.

A legislação camarária também evidencia uma atenção redobrada à índole das regateiras, estabelecendo condições para a sua função, sendo uma imposição municipal “que sejam todas casadas e nom sejam solteiras ou sejam viúvas honestas” (*Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 144). Estas características foram reforçadas em múltiplas vereações ao longo da centúria de Quatrocentos, como na sessão de 23 de agosto de 1452, na qual o coletivo camarário deliberou sobre as regateiras, salientando que apenas deveriam exercer a atividade do regateio se seguissem as determinações municipais: “molher casada ou viuva honrada e que se nenhuma estiver em o livro da vereaçom e cada huma ajaa seu alvara dos officias” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 104v). A venda do peixe, como bem alimentar fresco e perecível, necessitava de agentes de distribuição honestos e íntegros e, como salienta Denis Menjot “las autoridades se preocupaban también por la moralidad de las transacciones” (Menjot, 2020: 165), o que explica a preocupação dos homens-bons em admitir apenas “mulheres onestas e de boo viver” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 217). As preocupações com a condição conjugal e a reputação moral das mulheres ligadas ao comércio alimentar não se restringiram à edilidade portuense, verificando-se em diversas localidades do reino, como na cidade de Lisboa (Pereira, 2020b: 75). As autoridades municipais procuraram evitar a participação de mulheres solteiras nesta atividade, com receio de que estas pudessem cair “em má fama”, privilegiando o exercício do ofício por mulheres casadas ou viúvas, bem como a experiência prévia e a “boa fama” (Pereira, 2020b: 75).

As definições de horários e de espaços destinados ao regateio também constituem mecanismos de controlo adotados pela vereação portuense. Como destaca Mariana Pereira (2020a: 503), as regateiras de cidades como Lisboa, Santarém, Setúbal e Évora tinham a hora da terça, ou seja, as 9 horas da manhã, como fim da interdição da sua atividade, sendo permitida a venda após este momento. No burgo portuense não era diferente, com limitações estipuladas pelo costume antigo²³ da cidade: “que eses pescadores nom vendam os ditos pescados a nem humas rregateiras nem rregatoes ataa ora de terça” (*Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 17). Deste modo, além de possibilitar aos moradores do Porto o acesso direto aos produtos, esta medida visava igualmente evitar o açambarcamento do pescado por parte das regateiras (Pereira, 2020a: 503), prevenindo a especulação dos preços. Como salienta Iria Gonçalves (1995: 35), em períodos de carestia ou durante crises de abastecimento, o controlo podia ser reforçado com a presença de almotacés no local de venda²⁴, designados pelo coletivo camarário, e incumbidos de assegurar a distribuição equitativa dos bens alimentares disponíveis. Simultaneamente, a venda dos produtos piscícolas encontrava-se limitada à Praça da Ribeira, a “zona fervilhante” (Sousa, 1994: 150) da parte baixa da cidade. Através da

²³ Como referido nas atas: “noteficajem o regimento que ouvesem de teer na compra de pescado fresco que ouvesem de comprar e a que oras segundo regimento antygo” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 207).

²⁴ Encontram-se outros exemplos da fiscalização camarária no processo de distribuição de bens alimentares. A título de exemplo, na sessão da vereação de 11 de abril de 1403, durante um período de escassez de pão, o pão que chegava à cidade vindo do termo deveria ser repartido entre os moradores da cidade por repartidores nomeados pelo coletivo camarário. Veja-se *Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 150-151.

concentração num único local de toda a atividade comercial ligada ao pescado, o governo municipal reforçava a facilidade de acesso aos produtos para o consumidor portuense enquanto viabilizava uma fiscalização mais rigorosa²⁵. Tratava-se de uma “forma de melhor controlar o volume de mercadorias disponíveis, as condições de venda, os preços praticados” (Gonçalves, 1995: 33).

Apesar do reconhecimento da utilidade das regateiras na distribuição do pescado e de um apertado controlo da sua atividade através da legislação municipal, a sua atuação continuava a suscitar conflitos e desconfiança, sobretudo em momentos de tensão com os interesses económicos da vereação portuense. A título de exemplo, as práticas de compra e revenda eram consideradas por alguns rendeiros da sisa do pescado como um fator de perturbação no exercício da arrecadação fiscal concelhia. Foi neste contexto que o coletivo camarário reuniu no dia 26 de março de 1455. Os rendeiros da sisa do pescado da cidade acusavam as regateiras de que “husavam tam malamente de suas vendas e compras que era a el rey desserviço e a cidade grande perda” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 183v) e pediam às autoridades municipais a proibição da compra e venda de peixe pelas regateiras. Esta interdição implicava uma reestruturação da cadeia de abastecimento da cidade, dado que as regateiras, como intermediárias entre os pescadores e a população portuense, eram as responsáveis pela distribuição do pescado. À partida, tal alteração deveria reduzir os preços do peixe, promovendo o contacto direto entre os moradores do Porto e as mulheres dos pescadores²⁶, para que “vendese cada huma seu pescado per sy meemas sem hy aver nenhuma regateira” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 183v). Os homens-bons da cidade decidiram seguir as recomendações dos rendeiros da sisa do pescado e proibiram as regateiras de exercerem a sua função. Para impor esta proibição, o governo municipal decidiu dissuadir o regateio por meio da ameaça de coimas e, inclusivamente, pena de prisão²⁷. Esta medida teria a duração de, pelo menos, um ano²⁸. Medidas semelhantes foram aplicadas em outras localidades do reino, ainda no último quartel do século XIV, pelos coletivos camarários de Loulé, Évora e Lisboa (Pereira, 2020b: 79-80), com o impedimento do regateio e a imposição da venda exclusiva ao dono do pescado, sem agentes intermediários.

Meses após esta sessão, no dia 12 de julho, a vereação convergiu para deliberar novamente acerca das regateiras do pescado. As medidas tomadas na assembleia camarária de 26 de março pareciam não estar a ser proveitosas para a administração

²⁵ É de salientar que a venda clandestina de produtos era frequente no Porto medieval. Os livros de vereação encontram-se repletos de diversos casos de comércio de bens fora das zonas definidas pelas ordenações municipais, sendo o pescado um produto frequentemente referido. Em 1401, durante o mês de julho, a vereação portuense reuniu para esclarecer a situação da venda ilegal de pescado pelos pescadores de Matosinhos e Leça e as suas mulheres em Miragaia e nas ruas da cidade, fora da zona da Ribeira. A ata salienta que as regateiras usufruíam do incumprimento para adquirir clandestinamente os bens, esquivando-se do controlo municipal, o que resultava num aumento dos preços praticados. Veja-se *Vereações: anos de 1401-1449*, 1980: 16-18.

²⁶ As mulheres dos pescadores, referidas na documentação como *pescadeiras*, ocupavam-se da venda do pescado capturado. Para um estudo introdutório sobre este ofício feminino, veja-se Melo, 2003: 281-282.

²⁷ Como indicado no documento: “sob pena de quallquer que o vender pagar por cada vez que em elo fez achada pague dozentos reais nem pera a cidade e seja da cadea” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 183v-184).

²⁸ Segundo referido na própria ata: “esta hordenaçam quiserom e outorgarom que se tevese asy este anno e achando a cydade que he proveytoso pera sempre que se tenha e onde nom que ella cidade a posa mestigar como vir que compra por serviço de Deus e d’el rey noso senhor e bem desta cidade e povoo della” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 184-184v).

municipal²⁹, e, por esse motivo, foram revertidas. Nesta sessão, as autoridades municipais demonstraram preocupação em convocar, por intermédio do porteiro da câmara, os oficiais do ano camarário anterior, de modo a discutir e reverter as medidas previamente implementadas³⁰. Terminada a leitura do acórdão de 26 de março e, após todos serem perguntados “aa voz que era o que acerca desto lhes parecya”, decidiu-se que “avyom por bem tornarem-se ha hordenaçom antyga e curasem das emnovaçõeess e que avyom por bem e proveito de todo o povoo hy aver as regateiras” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 207). O reverter das medidas, sugeridas pelos rendeiros da sisa do pescado e aprovadas na assembleia camarária de 26 de março, foi um reconhecimento da indispensabilidade destas mulheres, regateiras de ofício, que, através do comércio local, faziam chegar às famílias das várias zonas da cidade estes bens.

4. Conclusão

A análise das atas das assembleias camarárias permite compreender a importância do aprovisionamento da cidade, nomeadamente de pescado, para o coletivo camarário do Porto. Durante a década de 1450, as autoridades municipais demonstraram uma atuação ativa na regulamentação e no controlo do abastecimento alimentar da cidade, naturalmente frágil dadas as características do pescado, incidindo sobre os pescadores do termo e as regateiras da cidade, elementos fundamentais para a venda e distribuição deste bem de primeira necessidade.

A imposição de embargos à exportação, o levantamento e registo escrito dos volumes de pescado disponíveis, o recurso ao envio de delegações camarárias ao termo e a regulamentação da atividade das regateiras através de inscrições, alvarás, espaços determinados e horários de trabalho ilustram a importância do controlo do abastecimento, que não podia deixar de figurar entre as principais preocupações administrativas dos juizes, vereadores e homens-bons da cidade. Simultaneamente, estas medidas evidenciam a utilização de instrumentos coercivos, como a imposição de penas pecuniárias ou de privação da liberdade, para afirmar a autoridade municipal e garantir a salvaguarda do bem comum.

Os conflitos presentes nos livros da vereação, quer com os pescadores, quer com as regateiras, demonstram as tensões inerentes ao exercício da administração urbana do abastecimento do pescado. Interesses económicos distintos colidiram com as necessidades do consumidor final portuense, e com os objetivos fiscais do concelho, revelando a necessidade da atuação rigorosa das autoridades municipais. Ainda assim, a reversão de deliberações camarárias, como no caso da interdição da atividade das regateiras em 1455, reforça o reconhecimento da indispensabilidade destes agentes comerciais para o funcionamento da cadeia alimentar portuense.

Deste modo, as atas de vereação revelam um elevado potencial enquanto fonte para o estudo da governação urbana medieval, possibilitando o acompanhamento do exercício

²⁹ Segundo o escrivão da câmara, “a todos pareceo ho acordo fecto ho ano pasado seer pouco proveitoso aa cidade” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 207).

³⁰ Referindo-se: “quereendo sobre ello prouver com parte dos que ao dicto acordo pasado foram <que na dicta rolaçom estavom> por que os todos nom eram em esta rolaçom pero todos foram chamados segundo a fe do porteiro e nom quiserom a ella vyr” (AHMP, *Vereações*, liv. 3, fl. 207).

quotidiano da administração do concelho e da vivência da cidade. Através dos livros de vereação, torna-se possível identificar o contacto permanente entre as autoridades municipais e as diferentes comunidades da cidade e do termo, caracterizando a vereação como um espaço dinâmico e adaptado às contingências da vida urbana. Assim, o estudo do circuito de abastecimento de pescado do concelho do Porto permite compreender o papel central das autoridades municipais na regulação dos mercados alimentares.

Fontes Documentais

Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Vereações*, lv. 3.

Vereações: anos de 1390-1395: o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo (1937), Porto, Câmara Municipal do Porto.

Vereações: anos de 1401-1449: o segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo (1980), Porto, Câmara Municipal do Porto.

Bibliografia

ANDRADE, Amélia Aguiar; MIRANDA, Flávio (2017), “Lisbon: Trade, urban power and the king’s visible hand”, in Wim Blockmans; Mikhail Krom; Justyna Wubs-Mrozewicz (eds.), *The Routledge Handbook of Maritime Trade around Europe 1300-1600: Commercial Networks and Urban Autonomy*, Londres, Routledge, pp. 333-351.

ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (ed.) (2020), *Abastecer a cidade na Europa medieval*, Castelo de Vide, IEM - Instituto de Estudos Medievais.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2004), *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, Tese de Doutoramento em “História Moderna”, Porto, Universidade do Porto, vol. 1.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2022), “An imposed co-operation: Porto and its hinterland between the Middle Ages and the Early Modern Period”, in Robert Lee; Paul McNamara (eds.), *Port-Cities and their Hinterlands: Migration, Trade and Cultural Exchange from the Early Seventeenth Century to 1939*, Londres, Routledge, pp. 73-98.

- CATARINO, Maria Manuela (2017), “Abastecimento e consumo de pescado: alguns aspetos do quotidiano na Lisboa dos séculos XIV e XV”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, 8, pp. 17-35.
- COSTA, Adelaide Millán da (1993), *Vereação e vereadores. O Governo urbano do Porto em finais do século XV*, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.
- COSTA, Adelaide Millán da (2003), “As actas camarárias da Idade Média: questões em aberto”, in Luís Carlos Amaral; Luís Adão da Fonseca; Maria Fernanda Ferreira Santos (coord.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 81-86.
- FERREIRA, Sérgio (2007), *Preços e Salários em Portugal na Baixa Idade Média*, Dissertação de Mestrado em “História Medieval e do Renascimento”, Porto, Universidade do Porto.
- FREITAS, Judite Gonçalves de (1999), “Mudança de gosto e gosto de mudança: modelos de comportamento alimentar em Portugal (séculos XV-XVI)”, *Revista da Universidade Fernando Pessoa*, 3, pp. 85-97.
- GOMES, Sandra Rute Fonseca, (2011), *Territórios medievais do pescado do reino de Portugal*, Dissertação de Mestrado em “Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade”, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra.
- GONÇALVES, Iria (1987), *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*, Porto, Arquivo Histórico Municipal do Porto.
- GONÇALVES, Iria (1988), “Acerca da alimentação medieval”, in *Imagens do Mundo Medieval*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 201-217.
- GONÇALVES, Iria (1995), “Defesa do consumidor na cidade medieval: os produtos alimentares (Lisboa-séculos XIV-XV)”, *Arquipélago - Revista da Universidade dos Açores*, 1 (1), pp. 29-48.
- GONÇALVES, Iria (2007) “Regateiras, padeiras e outras mais na Lisboa medieval”, in Luís Krus; Luís Filipe Oliveira; João Luís Inglês Fontes (eds.), *Lisboa Medieval: os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 11-29.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1968), *Introdução à história da agricultura em Portugal*, Lisboa, Edições Cosmos.

- MARQUES, A. H. de Oliveira (1981), *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- MELO, Arnaldo Sousa (2003), “Mulher, trabalho e família: a dimensão económica do agregado familiar. Porto, 1340-1450”, in Luís Carlos Amaral; Luís Adão da Fonseca; Maria Fernanda Ferreira Santos (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. I, Porto, Livraria Civilização Editora, pp. 281-282.
- MELO, Arnaldo Sousa (2003), “Women and Work in the Household Economy: The Social and Linguistic Evidence from Porto, c. 1340–1450” in Cordelia Beattie; Anna Maslakovic; Sarah Rees Jones (eds.), *The Medieval Household in Christian Europe, c. 850-c. 1550*, Turnhout, Brepols, pp. 249-269.
- MENJOT, Denis (2020), “Defender la ciudad contra el hambre: las políticas anónimas de los gobiernos urbanos en la Europa bajomedieval”, in Amélia Aguiar Andrade; Gonçalo Melo da Silva (eds.), *Abastecer a cidade na Europa medieval*, Castelo de Vide, IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 151-178.
- MORENO, Humberto Baquero (1992), “A navegação e a actividade mercantil no Entre-Douro-e-Minho”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, 9, pp. 9-24.
- PEREIRA, Mariana Alves (2020a), “Qualquer [...] regateira que comprar quaisquer mantimentos em quaisquer lugares”: o papel das regateiras no abastecimento alimentar urbano”, in Amélia Aguiar Andrade; Gonçalo Melo da Silva (ed.), *Abastecer a cidade na Europa medieval*, Castelo de Vide, IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 497-508.
- PEREIRA, Mariana Alves, (2020b), *A mulher e o trabalho nas cidades e vilas portuguesas medievais (séculos XIV e XV)*, Dissertação de Mestrado em “História Medieval”, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- PEREIRA, Olegário (2021), “Pesca marítima na época medieval: o caso do Porto (Portugal)”, *Antíteses*, 14 (27), pp 55-83.
- PEREIRA, Olegário, (2012), *Em torno da pesca, na costa Norte de Portugal, nos séculos finais da Idade Média (1292 – 1493)*, Dissertação de Mestrado em “Estudos em História Medieval e do Renascimento”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

- RIBEIRO, Marco, (2019), *As Atas de Vereação do Porto de 1485 a 1488. Leitura Paleográfica, Publicação e Estudo Prévio*, Dissertação de Mestrado em “Estudos Medievais”, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROLDÃO, Filipa (2016), “Projecção documental de poderes: em torno das actas de vereação de Loulé (século XV)” in *Apontamentos para a História das Culturas de Escrita: da Idade do Ferro à Era Digital*, Faro, CEPAC, pp. 87-102.
- SÁNCHEZ QUIÑONES, Julián (2020), “Los Problemas en el Abastecimiento de Pescado en la Meseta Meridional Castellana a Finales de la Edad Media (1450-1515)” in Amélia Aguiar Andrade; Gonçalo Melo da Silva (ed.), *Abastecer a cidade na Europa medieval*, Castelo de Vide, IEM – Instituto de Estudos Medievais, pp. 271-292.
- SOUSA, Armindo de (1994), “Tempos Medievais”, in Luís de Oliveira Ramos (dir.), *História do Porto*, Porto, Porto Editora, pp. 119-253.

A construção de uma norma de masculinidade em Portugal durante a Grande Guerra – um estudo de caso

Luís CUNHA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

luiscunha174@gmail.com

RESUMO: A partir da obra *Regras práticas de higiene individual, aproveitando com grande vantagem aos soldados portugueses em campanha*, publicada em 1915 pelo Dr. Manuel Ferreira Ribeiro, Coronel-Médico da Academia de Ciências, este estudo de caso pretende identificar a construção de uma norma de masculinidade em Portugal durante a Grande Guerra, analisar as características dessa norma, os mecanismos que o soldado deveria utilizar de modo a conseguir alcançá-la e que ligações podem ser estabelecidas entre esta e o modelo ideal do cidadão nacional republicano. Por outro lado, procura-se também analisar o papel da medicina e da higiene, à época, como instrumentos disciplinadores do corpo.

PALAVRAS-CHAVE: masculinidade; Portugal; Grande Guerra

THE CONSTRUCTION OF A NORM OF MASCULINITY IN PORTUGAL DURING THE GREAT WAR – A CASE STUDY

ABSTRACT: Based on the work *Regras práticas de higiene individual, aproveitando com grande vantagem aos soldados portugueses em campanha*, published in 1915 by Dr Manuel Ferreira Ribeiro, Medical Colonel at the Academy of Sciences, this case study aims to identify the construction of a norm of masculinity in Portugal during the Great War, analyse the characteristics of this norm, the mechanisms that soldiers were expected to employ in order to achieve it, and what links can be established between this norm and the ideal model of the republican national citizen. Furthermore, it seeks to analyse the role of medicine and hygiene at the time as instruments for disciplining the body.

KEYWORDS: Masculinity; Portugal; Great War

LA CONSTRUCCIÓN DE UNA NORMA DE MASCULINIDAD EN PORTUGAL DURANTE LA GRAN GUERRA: UN ESTUDIO DE CASO

RESUMEN: A partir de la obra *Regras práticas de higiene individual, aproveitando com grande vantagem aos soldados portugueses em campanha*, publicada en 1915 por el Dr. Manuel Ferreira Ribeiro, coronel médico de la Academia de Ciencias, este estudio de caso pretende identificar la construcción de una norma de masculinidad en Portugal durante la Gran Guerra, analizar las características de dicha norma, los mecanismos que el soldado debía utilizar para alcanzarla y qué vínculos pueden establecerse entre esta y el modelo ideal del ciudadano nacional republicano. Por otra parte, se busca también analizar el papel de la medicina y la higiene, en aquella época, como instrumentos disciplinadores del cuerpo.

PALABRAS CLAVE: Masculinidad; Portugal; Gran Guerra

LA CONSTRUCTION D'UNE NORME DE MASCULINITÉ AU PORTUGAL PENDANT LA GRANDE GUERRE – UNE ÉTUDE DE CAS

RÉSUMÉ: À partir de l'ouvrage *Regras práticas de higiene individual, aproveitando com grande vantagem aos soldados portugueses em campanha*, publié en 1915 par le Dr Manuel Ferreira Ribeiro, colonel-médecin de l'Académie des sciences, cette étude de cas vise à identifier la construction d'une norme de masculinité au Portugal pendant la Grande Guerre, à analyser les caractéristiques de cette norme, les mécanismes que le soldat devait utiliser pour y parvenir et les liens qui peuvent être établis entre celle-ci et le modèle idéal du citoyen républicain national. D'autre part, elle cherche également à analyser le rôle de la médecine et de l'hygiène, à l'époque, en tant qu'instruments de discipline du corps.

MOTS-CLÉS: Masculinité; Portugal; Grande Guerre

1. Introdução

As obras de Graham Dawson (1994), Joanna Bourke (1996) e George Mosse (1996) foram pioneiras na ligação que estabeleceram entre os estudos da masculinidade e os estudos da Grande Guerra. É possível identificar duas tendências na historiografia que se seguiu a estes trabalhos. Por um lado, influenciados pelo *cultural turn* aberto pela História de Género e na linha das obras de Dawson e Mosse, vários autores têm-se focado no estudo da construção de uma norma de masculinidade através da análise das representações e dos discursos da época. Por outro lado, seguindo o caminho aberto por Bourke, outros autores procuram estudar a masculinidade através da experiência vivida pelos combatentes, utilizando como principais fontes os escritos pessoais destes. No primeiro grupo, podem-se incluir autores como Michael Paris (2000), Allen Frantzen (2004) e Leo Braudy (2005), sendo o segundo grupo composto por autores como Michael Roper (2004), Jessica Meyer (2009) e Stéphane Audoin-Rouzeau (2020)¹.

Importa ainda referir o importante contributo dos autores que analisam o processo de construção do Estado-Nação moderno e da identidade nacional à luz do prisma da masculinidade. Além de Mosse, autores como Joane Nagel (1998), John Horne (2004) e Christopher Forth (2008), argumentam que a construção dos Estados-Nação é acompanhada pela construção de uma nova norma de masculinidade.

Em Portugal, o artigo de Sílvia Correia (2023) enquadra a questão da masculinidade através da experiência dos soldados com deficiências resultantes da participação na Grande Guerra. Na linha de autores como Mosse e Horne, Mário Lugarinho afirma a importância do trinómio “nacionalidade-masculinidade-heroísmo” no processo de construção da identidade nacional portuguesa (Lugarinho, 2013: 18) e Paulo Guinote

¹ Para uma revisão mais completa da historiografia sobre masculinidade na Grande Guerra ver Carden-Coyne (2015).

(2011) identifica um modelo de masculinidade ideal vigente durante o século XIX português.

A Grande Guerra foi um evento marcadamente masculino. Ao mesmo tempo que se difundia a imagem da guerra como dependente do bom funcionamento da camaradagem dos soldados que viviam, lutavam e morriam juntos nas trincheiras, esta era vista por vários voluntários como um teste da sua masculinidade (Mosse, 1996: 107-108). Contudo, o conflito não adicionou nenhuma nova característica ao estereótipo de masculinidade moderna identificado por Mosse, tendo apenas intensificado certos aspetos do mesmo, como o nacionalismo, que a guerra terá ligado mais intimamente que nunca à norma de masculinidade moderna. Por outro lado, a historiografia atual não reconhece a existência de um único estereótipo normativo de masculinidade antes, durante e após o conflito (Nye, 2007: 420). Neste sentido, Jessica Meyer distingue dois tipos de identidade masculina que se apresentavam aos soldados britânicos: por um lado, uma identidade heroica, associada à frente de guerra e à sua esfera homosocial, e por outro, uma identidade doméstica, que enfatizava o papel do homem como filho, pai e marido (Meyer, 2009: 2) e que aparece patente, sobretudo, nos escritos pessoais dos combatentes. A primeira identidade foi construída, discursiva e culturalmente, ao longo do século XIX, através de diversos mecanismos, desde a literatura infantil, à propaganda e ao próprio sistema educativo. Este esforço, resultou, na Grã-Bretanha de finais do século XIX, na difusão de um “popular militarismo” (Summers, 1976 citada em Paris, 2000: 8), ou seja, a “widespread acceptance that the practice of war was a natural and legitimate activity, a new respect for the army and military-style organization and admiration for the soldier as a masculine ideal” (Paris, 2000: 8).

Devido ao carácter da fonte utilizada para este estudo de caso, foi a partir destas afirmações que se procurou perceber de que forma é que um tipo de identidade semelhante aparece representada na obra de Manuel Ferreira Ribeiro, quais as características que esta devia assumir e qual o papel dos mecanismos que o soldado devia empregar de modo a poder incorporá-la. As considerações que se apresentam são o resultado do esforço de reunião e sistematização dos traços, tanto físicos como psicológicos, que Ferreira Ribeiro considera comporem o soldado masculino ideal. Este estudo de caso dialoga com a bibliografia acima apresentada, de modo a conseguir extrair conclusões, para o caso português, que possam ser interpretadas à luz desses debates historiográficos.

2. Metodologia

A fonte analisada neste estudo tinha como objetivo apresentar aos soldados mobilizados (e mobilizáveis) para a guerra um conjunto de regras de higiene individual e de exercícios físicos que estes deviam realizar durante os tempos de inatividade bélica na frente de guerra de modo a puderem conservar a sua saúde, as suas forças físicas e, como ficará demonstrado, uma certa norma de masculinidade.

Orientado pelas questões de investigação acima expostas, este trabalho adota uma metodologia exclusivamente qualitativa, focada numa análise intensiva e por categorias. O primeiro passo foi, então, dividir a obra consoante os seus capítulos e a análise de cada

capítulo tendo em conta três categorias. A primeira categoria trata dos *aspectos médicos* e encontra-se ramificada em subcategorias que, respetivamente, pretendem captar os conteúdos acerca dos problemas médicos identificados na obra, os seus perigos e as formas de tratamento apresentadas. A segunda categoria abrange os *aspectos físicos* e desdobra-se em duas subcategorias, que contém em si as informações acerca das características físicas desejáveis e das formas apresentadas para as alcançar. Por fim, a terceira categoria está relacionada com os *aspectos psicológicos* (ou não físicos) e engloba todas as características não relacionadas com o corpo que o soldado deve também possuir. Estas categorias não são, contudo, totalmente independentes e parte importante da metodologia prende-se com as ligações existentes entre elas e suas informações.

Este trabalho utiliza, ainda, como base teórica dois conceitos propostos por diferentes autores e que se referem a dois campos distintos. A análise da norma de masculinidade presente na obra será feita tendo em conta o conceito de “iconic masculinity” proposto por Simon Yarrow (2011: 116). A utilidade deste conceito reside no facto de englobar em si tanto os esforços, por parte das elites do poder, de criação de normas de interpretação que associam uma certa prática social e certos símbolos a uma norma masculina hegemónica, como o trabalho de interpretação dos indivíduos que a reconhecem e que procuram agir em conformidade com ela.

O segundo conceito utilizado relaciona-se com o tratamento do corpo. Neste sentido, o conceito de “disciplinas” proposto por Michel Foucault ajuda a esclarecer melhor o papel dos vários exercícios e regras de higiene, descritos na fonte, como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1999: 164).

3. O físico ideal

Para o médico, a nível físico, o soldado ideal deve ser *robusto, forte, resistente, ágil, atlético* e deve possuir um corpo *harmonioso e belo*, demonstrando o *vigor* deste. Importa começar por sublinhar que o autor apenas raramente faz referência individual a cada um destes traços, sendo bastante mais frequente a sua combinação. Ao apresentar o propósito da obra, o autor refere que esta pretende “aperfeiçoar e desenvolver o homem tornando-o forte e robusto, o mais perfeito possível, dando-lhe maior resistência orgânica, maior duração da vida” (Ribeiro, 1915: 31). Na mesma linha, o autor refere que as regras de higiene apresentadas na obra têm como objetivo tornar os soldados “robustos, muito ágeis, preparando-se, a valer, para as lutas, em que teem de entrar, mostrando-se *verdadeiros atletas*”² (Ribeiro, 1915: 15) e, mais à frente, sublinha a importância dos exercícios respiratórios, cuja realização deve ser o “primeiro dever de toda a pessoa [...] que deseja adquirir vigor, conservar as forças e a necessária robustez física” (Ribeiro, 1915: 89).

A atletividade surge como componente indispensável do estereótipo do soldado ideal. Segundo o autor da fonte, não “é necessário ser atleta para gosar, por completo, de todas as faculdades do organismo e manter boa saude [...] mas é necessário ser bom

² Todo o itálico que se encontre dentro de uma citação é feito pelo autor da mesma e não pelo autor do artigo.

atleta para ser um guerreiro combatente capaz de lutar e de vencer” (Ribeiro, 1915: 92). O destaque que o médico dá à capacidade atlética do soldado pode ser explicado pelo lugar que o desporto assume na sociedade ocidental a partir do século XIX. O discurso sobre a importância do desporto acompanha o discurso sobre a decadência e a doença desta sociedade. Neste contexto, a atividade desportiva é apresentada como uma forma de higiene, uma forma de evitar os efeitos nocivos da modernidade (Forth, 2008: 134). Por sua vez, nos finais do século XIX, à ideia de decadência da civilização é cada vez mais associada a ideia de decadência da “raça”, sendo que tanto o *regeneracionismo* em Espanha (McFarland, 2023: 95) como o republicanismo em Portugal irão atribuir à atividade desportiva a missão de regenerar³ física e moralmente a população (Vaquinhas, 1992: 367), tendo a Grande Guerra provocado a reabilitação do heroísmo guerreiro, “evidenciando a necessidade de fortificar a saúde [e] a coragem pela educação física e pela higiene” (Brás & Neves, 2009: 2). O movimento republicano reservará no seu projeto demopédico um importante lugar à ginástica, de modo “a que a regeneração do corpo e da própria ‘raça’ [...] se harmonizasse com a educação moral e intelectual” (Catroga, 2010: 269). O desporto possuía, assim, uma dupla finalidade: a constituição de uma “educação total para o nacional” e a formação de “corpos robustos e aguerridos para a defesa da pátria” (Thiesse, 2000: 237). Por outro lado, importa sublinhar que os discursos sobre a regeneração nacional e racial incluíam uma componente de re-virilização, uma vez que em finais do século XIX, às ideias de decadência e degenerescência estava associada a ideia de perda da masculinidade (Mosse, 1996: 86), sendo que em Portugal, Paulo Guinote identifica a representação, em várias fontes, de “um Adão inseguro” (Guinote, 2011: 81). É, então, dentro deste contexto que se devem analisar as menções feitas à necessidade de se formar soldados que sejam “bons atletas” (Ribeiro, 1915: 23), sendo uma das suas preocupações, precisamente, “transformar a população e aperfeiçoar a raça” (Ribeiro, 1915: 38) portuguesa, “no seio da qual se deparam bastantes causas de degenerescência, e onde se observam faltas prejudiciais ao avigoramento do povo” (Ribeiro, 1915: 122-3). De facto, embora Forth olhe para a atividade desportiva como forma dos soldados se manterem ativos e potencialmente mobilizáveis em tempos de paz (Forth, 2008: 134), é interessante notar como Ferreira Ribeiro sublinha a importância da realização da atividade desportiva durante a permanência dos soldados portugueses nas trincheiras. Nas suas palavras, tem “grandíssimo valor a boa prática dos exercícios, do bom manejo das armas e ainda dos grandes *sports*, dedicando-se os soldados da melhor vontade à sua regular execução sob as ordens superiores” (Ribeiro, 1915: 23). A interligação entre a instituição militar e o desporto é fomentada pela I República, sendo que a reforma militar de 1911 já havia introduzido a noção de um “Exército educador” (Ferreira, 1992: 43) que deveria promover não só a integração dos soldados no quadro nacional, como também o melhoramento das condições físicas destes. Segundo Nuno Domingos, esta reforma enquadrava-se no objetivo republicano mais amplo de criação da “nação armada”, à semelhança do modelo militar seguido em França (Domingos, 2025: 9-10), país onde a ideia da *levée en masse* assume uma importância significativa desde a época da Revolução, representando um importante mito político precisamente

³ A função regeneradora do desporto dizia, no entanto, respeito apenas ao homem e não à mulher. A sacralização da feminilidade como uma virtude essencial da mulher fazia com que o desporto fosse visto como algo que desnaturalizava a condição feminina (Rauch, 2020: 304-5).

“because it sought to turn the coercive institution of conscription into the internalised duty of the citizen to serve the nation as a soldier”. Formava-se, assim, um mito de masculinidade nacionalizada que tinha como objetivo aumentar o número das forças armadas da nação, sobretudo em momentos em que se exigia a mobilização maciça da população (Horne, 2004: 31).

A resistência é outro aspeto da norma de masculinidade presente na obra. Na fonte analisada, a resistência que deve caracterizar o soldado ideal possui uma dupla dimensão. Ela assume o carácter de “plena resistencia orgânica” (Ribeiro, 1915: 62), ou seja, de resistência às doenças, mas também de resistência às “privações, por que possam passar” os soldados. É interessante notar como esta segunda forma de resistência é apresentada pelo autor como sendo um “sagrado dever” do soldado (Ribeiro, 1915: 27). Desta forma, a “quiet strenght”, que é característica do estereótipo de masculinidade normativa moderna identificado por Mosse, aparece associada a um outro traço desse mesmo estereótipo que a Grande Guerra viria a intensificar, o impulso de colocar a masculinidade ao serviço de um ideal superior ao interesse individual, sendo que a pátria personificava este ideal (Mosse, 1996: 109).

Por último, embora a sua menção seja rara, importa destacar o facto de o autor da fonte mencionar que se deve observar “no corpo, em primeiro lugar, a *perfeita paridade*, nos seus dois lados—direito e esquerdo—e a harmonia, que deve realizar-se em todas as suas funções, o que mantém a bôa saúde” (Ribeiro, 1915: 52). Deve-se garantir o “bom equilíbrio estático” e “a boa harmonia funcional” (Ribeiro, 1915: 53) pois só assim se “conserva a bela forma do corpo” (Ribeiro, 1915: 54). A partir da sucessão destas citações fica claro que à ideia de harmonia corporal se encontra associada a ideia de beleza, ambas correspondendo a traços do estereótipo de masculinidade normativa moderna identificado por Mosse. Segundo o autor, a partir de meados do século XVIII, o corpo masculino passa a ser julgado de acordo com um padrão estabelecido de beleza masculina composto pelos princípios gerais de balanço, proporção e moderação (Mosse, 1996: 23), que estão patentes nas citações acima expostas. Além disso, a harmonia corporal surgia como indicador de uma boa saúde masculina, sendo que no Brasil, também durante a Grande Guerra, acreditava-se na possibilidade de se fazerem avaliações científicas de indicadores como a robustez, a vitalidade e a harmonia do corpo masculino (Maranhão, 2023: 101).

4. O psicológico ideal

Passando para o campo psicológico, o soldado idealizado na fonte deve-se apresentar como modelo de *patriotismo*, *valentia* e *coragem*, mas também de *heroísmo*, *obediência* e *disciplina*. Na passagem das sociedades hierárquicas de Antigo Regime para as sociedades democráticas, os Estados modernos enfrentaram “the problem of inculcating the ‘natural’ courage and sangfroid of the nobleman into the mass of men for whom military service was a consequence of their natural rights”. Desta forma, a coragem surge como uma das mais prezadas virtudes da identidade masculina, sendo que a importância atribuída a este valor é intensificada em momentos de crise militar e de medo de declínio nacional, o que acontece, em geral, no ocidente europeu de finais de oitocentos e inícios de novecentos, passando a coragem a ser vista como uma qualidade universalmente

reconhecida (Nye, 1993: 217). Assim, enquanto Ferreira Ribeiro assinala o facto de Portugal possuir “soldados valentes e corajosos” (Ribeiro, 1915: 17), o autor faz o esforço de relembrar ao leitor da obra (sendo o destinatário principal desta o próprio soldado) a necessidade de manutenção destas características durante os momentos de maior adversidade. Neste sentido, a coragem aparece associada à ideia de resistência. É a “superior coragem” dos soldados portugueses que “os leva a prepararem-se para a resistência aos ataques, que lhes façam” (Ribeiro, 1915: 25), sendo, também, como já foi visto, “sagrado dever” destes soldados “suportar com toda a coragem as privações, por que possam passar” (Ribeiro, 1915: 27).

Por outro lado, os soldados são apresentados como exemplo de heroísmo, sendo que o autor chega mesmo a fazer referência direta aos “heroicos reservistas das lutas de França” (Ribeiro, 1915: 22). Acerca desta questão, é interessante notar a forma como o heroísmo e o soldado masculino ideal são enquadrados dentro de uma temporalidade que conceptualiza a masculinidade normativa moderna “through a narrative of absence that is inevitably identified with lack and loss, resulting in nostalgia for an imagined corporeal plenitude” (Forth, 2008: 10). A atividade militar tinha como objetivo proporcionar aos homens uma condição física semelhante à dos antepassados nacionais, revelando assim uma continuidade corporal com o passado que revitalizaria o presente da nação e a prepararia para o futuro (Forth, 2008: 130). Neste sentido, a afirmação de que os soldados portugueses se devem mostrar “dignos sucessores dos valentes de Aljubarrota e do Bussaco” (Ribeiro, 1915: 25) ganha maior relevância. O soldado português deve incorporar no seu corpo os traços atribuídos ao corpo dos seus antepassados heroicos, que surgem como exemplos da norma de masculinidade que se pretende definir. A masculinidade aparece, então, enquadrada num historicismo republicano que entende o tempo “numa perspectiva cumulativa, linear e irreversível, fazendo da perfectabilidade humana e da ideia de progresso os seus verdadeiros suportes” (Catroga, 2010: 122), sendo que esta tendência natural da história para o progresso é apenas interrompida por momentos desviantes que resultam na decadência da nação e da “raça” e que tornam apenas mais urgente a missão redentora protagonizada pela República. Parte daí que “os republicanos não propugnavam por uma ruptura, antes se proclamavam legítimos herdeiros das tradições mais progressistas” da história portuguesa (Catroga, 2010: 127). Desta forma, tanto Aljubarrota como o Bussaco surgem como eventos representativos de períodos históricos (respetivamente, a crise de 1383-85 e as invasões francesas) em que o medo da perda de independência nacional fez reacender e acentuar a “mítica essência democrática” da qual o republicanismo português assumia ser herdeiro (Catroga, 2010: 124). Por outro lado, a Grande Guerra é apresentada na fonte como uma luta pela independência nacional, à semelhança das duas batalhas mencionadas. Ao separar os blocos em confronto, o autor refere que de um lado está “a liberdade, a civilização, a justiça, a nossa propria independência” (Ribeiro, 1915: 24). O passado surge, assim, como um local idealizado de onde se deveriam resgatar os verdadeiros valores nacionais que, ao serem aplicados no presente, levariam à reafirmação da grandeza da nação, recolocando-a no sentido do progresso. Neste sentido, como afirma Ernesto Castro Leal, o guerrismo republicano “transportava uma visão profética redentora”, ancorada, em parte, numa “justificação ética de uma proposta de revigoração moral das energias nacionais que o soldado encarnava” (Leal, 2000: 445).

Este revigoreamento moral passaria, portanto, também, por uma regeneração corporal da masculinidade imbuída nos corpos dos antepassados heroicos da nação portuguesa. Os antigos combatentes, heróis nacionais, são “portadores dos valores culturais e psicológicos característicos do masculino” (Matos, 1990: 122), representantes “de um modelo corporal de beleza, força e vigor” (Crespo, 1990: 495) que o soldado da Grande Guerra devia incorporar.

A completar as características psicológicas que compõem a norma de masculinidade patente na fonte, encontra-se a obediência e a disciplina. Ferreira Ribeiro afirma que os “soldados, como é sabido, teem de obedecer ás exigências do comando, e carecem do maior sangue frio para satisfazerem com promptidão e segurança as ordens, que lhes são dadas” (Ribeiro, 1915: 52). Por outro lado, a atividade física e militar é tida, pelo autor, como mecanismo apto a imprimir no soldado a obediência às ordens dos seus superiores. Nas palavras do médico, a “plena educação fisico-militar” torna os soldados “muito aptos para perceberem prontamente a voz do comando e de prontamente lhe obedecerem, executando sem hesitação os movimentos, que lhes são ordenados e as manobras, que teem de executar” (Ribeiro, 1915: 26). O exercício militar surge simultaneamente como meio de treinar o corpo para responder (obedecer) a ordens externas e interiorizar essas mesmas ordens (Forth, 2008: 129).

A separação entre atributos físicos e não-físicos acima exposta é resultado de um exercício hermenêutico formal. Isto, porque, na prática, a masculinidade normativa era vista “as of one piece from its very beginning: body and soul, outward appearance and inward virtue were supposed to form one harmonious whole, a perfect construct where every part was in its place” (Mosse, 1996: 5). A ideia de integralidade, de unidade entre o físico e o não-físico, é, assim, característica central da norma masculina apresentada na fonte em questão. Numa época em que o corpo masculino possuía grande importância simbólica, torna-se impossível dissociar esses dois campos, uma vez que o aspeto exterior era visto, à época, como o espelho do aspeto interior, da moralidade do indivíduo. Ideais abstratos, como a coragem e a disciplina, ganhavam, assim, uma forma corporal, sendo este processo, para Mosse, uma das principais forças do estereótipo masculino, uma vez que este “could be seen, touched, or even talked to, a living reminder of human beauty, of the proper morals, and of a longed-for Utopia” (Mosse, 1996: 6).

Utilizando o conceito de “iconic masculinity” proposto por Simon Yarrow, o lugar da guerra como um “site for the display of symbols, gestures and qualities, all designed to prompt normative interpretive responses” (Yarrow, 2011: 122) fica mais claro. De facto, o autor da fonte não se preocupa apenas em estabelecer uma representação do que considera ser uma norma de masculinidade ou um modelo do soldado ideal, mas sim em estabelecer normas de interpretação que permitam que o soldado individual reconheça tal representação como desejável, procurando, assim, incorporá-la de modo a produzir as respostas normativas que o autor da obra considera serem adequadas. Neste sentido, por exemplo, ao afirmar que o soldado ideal é obediente, o autor procura gerar uma certa resposta normativa por parte dos soldados - o respeito a qualquer ordem vinda dos seus superiores, que é vista como essencial à manutenção das hierarquias da instituição militar e à própria condução da guerra.

5. O soldado como o cidadão nacional ideal

Acima mencionada, a ideia de *patriotismo* assume uma relevância particular, uma vez que é através de si que se pode analisar a relação entre a norma de masculinidade presente na obra e o modelo do cidadão nacional republicano. Com a abolição dos absolutismos monárquicos, o Estado deixa de estar representado na figura do rei, para passar a estar representado “in the male body itself, and the body's destiny for glory or defeat is that of the nation as a whole” (Bryson, 1994: 247). A própria formulação da ideia de nação é acompanhada por novas formulações da masculinidade. E uma vez que a guerra sempre havia sido vista como um espaço reservado ao prestígio masculino, “an updated and idealised version of the soldier provided one form of masculine claim on the nation”. Para Horne, o voluntário disposto a sacrificar-se pela defesa da Pátria era a expressão mais óbvia desta ideia (Horne, 2004: 27-8). A extinção da sociedade hierárquica de Antigo Regime e a difusão dos princípios presentes na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão permitiram a generalização da ideia do cidadão-soldado, “a male citizen willing to fight and sacrifice for the political community of which he is a full member” (Dudink & Hagemann, 2004: 12). No caso concreto do republicanismo português, o “homem novo” projetado por este movimento deveria ser marcadamente patriota e sentir-se “racional e afectivamente sensibilizado pela ideias, valores e símbolos nacionais [...] em relação aos quais seria lícito aceitar um devotamento que podia ir até à abnegação” (Catroga, 2010: 289). O soldado combatente na Grande Guerra surge como o expoente maior desta ideia.

O consenso cada vez maior reunido à volta da opção intervencionista levou à formação de uma “ética do patriotismo” que é moldada à medida que uma nova hierarquia social “devedora da coragem física e da integridade moral” passa a incluir a intenção de morrer e de matar pela Pátria, valorizando-se, crescentemente, a figura do soldado comum (Leal, 2000: 447). Neste sentido, ao falar dos benefícios da realização do exercício com a espingarda, Ferreira Ribeiro afirma que este “tem superior influencia na disposição moral do soldado, que reconhece a possibilidade de se mostrar distinto e desempenhar com brilho o seu patriótico trabalho militar”. Ao longo da obra são bastantes frequentes as referências aos “soldados portugueses tão patriotas” (Ribeiro, 1915: 16) e aos “nossos patrióticos soldados” (Ribeiro, 1915: 20 e 27) que formam “a nossa patriótica coluna militar” e que irão combater, ao lado dos franceses e ingleses, numa luta para “engrandecerem e salvarem a Pátria” (Ribeiro, 1915: 24). Este serviço à Pátria representa a fonte da honra da identidade masculina moderna. O homem moderno deve renunciar aos interesses individuais em prol dos interesses do Estado, sendo que o serviço a esta instância lhe confere maior honra e reconhecimento coletivo. E se o corpo masculino é a incorporação do Estado-Nação, a “honra masculina será, notadamente, a maior expressão da identidade nacional” (Lugarinho, 2013: 17). Por sua vez, Christopher Forth sublinha que a “reduction of men of different backgrounds to a shared maleness is evidence of the ‘deep, horizontal comradeship’ that is central to most conceptions of the nation” (Forth, 2008: 124). Ambos os autores destacam, portanto, que um modelo de masculinidade idealizado teve um importante papel como elemento de consenso e coesão nacional. Neste sentido, o soldado ideal surge, então, como uma figura que reúne em si todos os traços e todas as virtudes marcadamente masculinas e que são elevados a elementos representativos da identidade nacional que se pretendia projetar.

A exemplaridade do soldado como modelo do cidadão nacional ideal fica mais evidente na parte final da obra quando o autor argumenta a favor da necessidade de se difundirem as diretivas presentes na obra ao resto da sociedade civil, havendo, portanto “reformas pedagógicas e higiénicas a realizar, tanto para civis como para militares, podendo estas fazer-se com mais rapidez e de um modo mais perfeito, atenta a disciplina a que os soldados estão sujeitos” (Ribeiro, 1915: 119-120). O objetivo da extensão dos “*exercícios físicos* simples, metódicos, constantes” ao meio escolar e familiar tinha como propósito garantir a virilidade dos “mancebos” que “devem apresentar-se robustos e muito bem adestrados” no momento do seu alistamento, apesar de nessa idade ainda não possuírem o “corpo completamente formado” (Ribeiro, 1915: 120). Fica, assim, claro que mesmo antes de entrarem na instituição militar, os jovens devem já possuir uma “aprendizagem viril” de modo a poderem-se identificar com os preceitos da sua condição masculina (Jablonka, 2020: 53) e que lhes dê as “melhores condições para se dedicarem aos exercícios militares indispensáveis quando recrutados para se tornarem soldados valentes, muito ágeis, guerreiros combatentes de primeira ordem” (Ribeiro, 1915: 120). A instrução pré-militar era vista de forma positiva, por um certo setor das elites republicanas, como “forma de ter indivíduos com preparação e destreza físicas e, simultaneamente, poder dar resposta, no caso de conflito, às necessidades de uma mobilização rápida” (Brás & Gonçalves, 2009: 7). Convém lembrar que a fonte analisada é publicada em 1915⁴, ou seja, antes da declaração de guerra da Alemanha a Portugal (16/03/1916) e antes do primeiro envio de soldados portugueses para a França (que acontece apenas em janeiro de 1917, embora se combatesse em África desde 1914). Assim, a preocupação que o autor mostra com a educação viril dos jovens futuros recrutados talvez seja representativa da preocupação maior com a mobilização rápida e eficaz para uma frente de guerra que já se perspectivava como a próxima arena de combate do exército e da nação portuguesa.

6. Como alcançar a norma?

Resta analisar quais os mecanismos que o soldado deveria utilizar para conseguir corresponder à norma de masculinidade apresentada na fonte. Desde logo, importa referir que a própria guerra é apresentada como um desses mecanismos. Para Ferreira Ribeiro, “a guerra serve, o que é admirável, para robustecer, apurando-se o vigor nas lutas, que se travam” (Ribeiro, 1915: 27). A ideia do potencial regenerador (e remasculinizador) da guerra aparece com bastante frequência no pensamento ocidental europeu do século XIX e inícios do século XX, sendo uma consequência do próprio avanço da modernidade e do aparecimento de modos de vida mais tranquilos. De modo a evitar a sua feminização e corrupção, a civilização deve renovar-se periodicamente através da violência e do esforço físico rigoroso. A violência, a dor, o esforço e a agressão surgem como elementos centrais do corpo masculino ideal (Forth, 2008: 117). É dentro deste contexto que se deve analisar não apenas o papel da guerra, mas também o papel dos vários exercícios militares, expostos na fonte, que se esperava que o soldado ideal

⁴ A crer na informação fornecida pela Biblioteca Nacional, uma vez que em nenhuma parte da obra é mencionada a sua data de publicação.

realizasse de modo a conseguir incorporar a norma de masculinidade definida na obra. Segundo Ferreira Ribeiro,

“As marchas forçadas, os ataques, os assaltos, os trabalhos de campo, preparando trincheiras, todos os serviços militares em campanha, finalmente, excitam os órgãos, e formam uma *utilíssima escola de alta ginástica militar*, de que se deve recolher todo o varonil proveito, que o homem em constante luta deve saber conquistar” (Ribeiro, 1915: 28).

Os vários exercícios militares e a constante exposição à dor e a violência da luta são exaltados pela influência positiva que exercem sobre o corpo do soldado. O treino militar surge, aqui, como algo integral “to the process of masculinization as a concomitant of nation-building, a method of creating people who would both embody and serve the interests of the state” (Forth, 2008: 124). Numa parte mais adiantada da obra, o autor distingue quatro grupos distintos de exercícios que os soldados deviam realizar: “Exercícios destinados á *ginástica respiratória fundamental*”; “Exercícios destinados á ginástica flexiva”; “Exercícios destinados á ginástica atlética propriamente dita, promovendo a velocidade, o equilíbrio e a força; é a que, em geral, mais convêm adoptar” e “Exercícios destinados á *ginástica exportiva*, compreendendo todos os sports e todos os jogos especiais que, em geral, se recomendam” (Ribeiro, 1915: 93-4). A este quadro acrescenta outras tipologias de exercício, como a “ginástica cutânea” (Ribeiro, 1915: 40) e os exercícios que envolvem o manejo de armas, dando especial destaque ao exercício com a espingarda que crê ser um exercício “que constitue realmente a melhor ginastica, que um soldado pôde fazer, porque lhe põe em movimento todos os musculos do corpo e em acção muita activa todas as articulações” (Ribeiro, 1915: 16). Nesta última citação, encontra-se uma ideia bastante presente ao longo da obra, a ideia da integralidade do exercício do soldado. Ou seja, deve ser dada preferência a exercícios que envolvam a atividade de todas as partes do corpo, e aqueles que se dirijam apenas a umas dessas partes devem ser sempre complementados por outros exercícios. Com isto, o autor pretende conseguir a “adestração integral” dos soldados (Ribeiro, 1915: 26). A citação é longa, mas esclarecedora:

“A preparação física das tropas, procurando dar-lhes qualidades superiores, deve fazer-se por todos os exercícios que retemperem os *músculos* [...], a firme e plena adestração, a circulação, a respiração a nutrição, a digestão, a pele e as secreções, a saúde, em geral, a vontade, a coragem todo o corpo em fim, e por isso mesmo se devem escolher exercícios especiais a fim de se obterem bons resultados em todo o funcionamento dos órgãos, que sustentam as forças e lhes dão brilho, fazendo dos soldados homens activos, fortes, insensíveis” (Ribeiro, 1915: 81-2).

Vários exemplos de exercícios são apresentados ao longo da obra, alguns de forma tão detalhada que chegam a ocupar várias páginas. Ao invés de apenas expor tais exemplos, importa enquadrá-los dentro do conceito de “disciplinas” proposto por Michel Foucault. De facto, estes exercícios podem ser vistos como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1999: 164). O objetivo destes exercícios, mecanismos de controlo biopolítico do corpo, é precisamente criar um corpo que seja tanto mais útil quanto mais dócil (e vice-versa). Neste caso concreto, procura-se incutir nos soldados o respeito e a obediência cega aos seus superiores, tornando-os, assim, máquinas ao serviço de um ideal superior a qualquer

interesse individual, a Pátria. Segundo Foucault, desde meados do século XVIII que o soldado se tornou

“algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos” (Foucault, 1999: 162).

A ideia de integralidade acima referida é também sublinhada por Foucault, na medida em que o autor afirma que o poder disciplinar pretende exercer um “poder infinitesimal sobre o corpo ativo”. O Estado moderno acentuou a escala deste controlo biopolítico, sendo que passam a ser feitos esforços para trabalhar o corpo “detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica” (Foucault, 1999: 163). As citações que foram sendo feitas ao longo deste trabalho são prova desta tentativa de controlo apertado e detalhado sobre os corpos dos soldados portugueses combatentes na Grande Guerra. A salvação da Pátria assim o justificava. Por outro lado, para Foucault, o poder disciplinar atua não apenas sobre o corpo individual, mas também sobre a relação que este estabelece com determinados objetos. Segundo o autor, sobre “toda a superfície de contato entre o corpo e o objeto que o manipula, o poder vem se introduzir, amarra-os um ao outro. Constitui um complexo corpo-arma, corpo-instrumento, corpo-máquina” (Foucault, 1999, p. 179). É possível analisar os exercícios que envolvem o manejo de arma, apresentados na fonte, à luz destas considerações. Isto porque a arma do soldado é apresentada como sendo parte integrante do corpo do soldado. É neste sentido que Ferreira Ribeiro afirma que “todos os soldados portuguêses antes das lutas, em que entram, devem saber cuidar da arma, cuidar do corpo e do próprio intelecto” (Ribeiro, 1915: 28). A figura do soldado ideal português surge, assim, como aquilo a que Foucault chama um “complexo corpo-arma”.

Além dos exercícios físicos e militares propriamente ditos, a obra apresenta uma série de regras de higiene individual que os soldados deviam seguir à risca. De forma a combater as várias doenças potencialmente ameaçadoras, o soldado deve esforçar-se por ter “o corpo bem lavado, muito limpo” (Ribeiro, 1915: 28) e por realizar “lavagens bem feitas, empregando água e sabão, fazendo correcto enxugo e fricções apropriadas para dar á pelle perfeita reacção” (Ribeiro, 1915: 57). Os “banhos de ar” são bastante recomendados com o objetivo de “*expôr toda a pele livremente ao tempo*” (Ribeiro, 1915: 73), assim como as “*fricções*” cuja correta realização o autor procura descrever ao longo de várias páginas, chamando a atenção para o facto de que nenhuma porção de pele “por mais pequena, que seja” deve ficar “sem que seja *docemente fricionada*” (Ribeiro, 1915: 70-1). Vários outros exemplos podiam ser dados, mas o que importa referir é que estas medidas higiénicas são acompanhadas por um discurso médico que as justifica e legitima. Nas três principais partes da obra (uma dedicada à pele, outra aos pulmões e outra ao estômago e intestinos), a menção destas regras de higiene é, normalmente, antecipada por uma exposição de conhecimento médico-biológico sobre as diferentes partes do corpo de que o autor se ocupa. Assim, ao olhar para toda esta série de regras higiénicas como parte do poder disciplinar que se pretende exercer sobre o corpo do soldado, deve-se estabelecer uma relação entre estas e o discurso médico que por elas é gerado e que as

sustenta, pois como afirma Foucault, “as disciplinas têm seu discurso próprio. Elas mesmas são criadoras de aparelhos de saber, de saberes e de campos múltiplos de conhecimento”. Este discurso, continua o autor, é o discurso da regra, “não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma”, sendo que o seu horizonte teórico não é “o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas” (Foucault, 2005: 45). O objetivo do discurso médico presente na fonte é precisamente servir de sustento a uma série de comportamentos normativos que têm como finalidade, como qualquer disciplina, tornar o corpo do soldado mais dócil e útil.

Por outro lado, a ênfase que a obra dá à higiene está relacionada com o papel que, desde meados do século XIX, era atribuído ao higienismo como forma privilegiada de combate à degenerescência da raça (Vaquinhas, 1992: 381). A publicação desta obra deve, assim, ser enquadrada num contexto mais amplo de difusão, no seio das elites médicas e científicas portuguesas, de uma autêntica “*religião higienista*” (Pereira & Pita, 1993: 525). A importância que Ferreira Ribeiro atribui à higiene fica bem mais patente quando se lê a comparação que estabelece entre a luta aos micróbios e a luta aos alemães: “*Guerra sem tréguas aos micróbios e guerra com a máxima coragem aos barbros do século XX, aos alemães tão cruéis como os micróbios*” (Ribeiro, 1915: 61), exortava o médico. Importa ter em atenção, não apenas o lugar da higiene, mas também o lugar do próprio médico na sociedade portuguesa de inícios do século XX. Ao longo do século XIX, o grupo socioprofissional dos médicos conseguiu “impor o seu saber como princípio de conhecimento, de orientação e de transformação da sociedade”, o que lhes consagrava um lugar de significativa importância junto do poder político. A crescente afirmação dos médicos mede-se “pela eficácia com que estruturaram as práticas, as mais quotidianas, moldaram os corpos e regeram os comportamentos” (Garnel, 2003: 214). Seria necessário fazer um estudo mais aprofundado acerca da figura de Ferreira Ribeiro, tendo em conta também a sua importância em relação aquilo a que à época se designava *higiene colonial*. Contudo, a leitura da obra é suficiente para entender que o seu autor olhava para a sua profissão como um profissão que devia zelar, precisamente, por este controlo biopolítico quotidiano do corpo, tão mais necessário em situação de guerra. Por outro lado, e como já foi exposto, é possível notar a preocupação do autor com o “*robustecimento da raça portuguesa*” (Ribeiro, 1915: 122), o que evidencia a sua perceção acerca da própria profissão que chamava a si “não só a cura dos corpos individuais, mas também a tarefa imensa de regenerar Portugal” (Garnel, 2003: 233).

7. Conclusão

Este estudo procurou demonstrar que a linguagem utilizada pelo autor da fonte analisada é fortemente influenciada pelo género, funcionando como mecanismo de construção de uma norma de masculinidade. A norma identificada pode ser enquadrada dentro do que Thomas Kühne chama “representations of military masculinity”, não apenas pelos atributos que a compõem, mas porque ela surge também como a “epitome of gendered concepts of nationhood and citizenship” (Kühne, 2020: 597). Por outro lado, Stéphane Audoin-Rouzeau lembra que os processos de mobilização maciça para a guerra vieram coroar a afirmação de uma norma masculina que, já no século XIX, “associara de

forma mais ou menos estreita o referente viril ao *ethos* guerreiro das sociedades ocidentais” (Audoin-Rouzeau, 2020: 419). E apesar da Guerra Total ter colocado à vista o fosso existente entre a incorporação desta norma e a experiência de combate, o facto de a “militarização da virilidade” não ter sido destruída após o conflito, mas sim refundada (Audoin-Rouzeau, 2020: 426) revela a força e o prestígio que esta norma havia adquirido na Europa ocidental. Para entender esta situação, talvez seja proveitoso recorrer à resposta que Ana Maria Alonso dá após se perguntar por que razão é que tanta gente se mostrou (e se mostra) disposta a matar e a morrer em nome da nação. Segundo a autora, uma resposta parcial pode ser encontrada “in the fusion of the ideological and the sensory, the bodily and the normative, the emotional and the instrumental, the organic and the social” apresentada pelos tropos nacionalistas e que revelam uma estratégia que passa por transformar o obrigatório em algo desejável (Alonso, 1994: 386). A norma de masculinidade identificada neste estudo de caso mostra precisamente alguns destes traços e combinações. No corpo do soldado não está inscrito apenas um modelo físico, mas sim uma mundividência, um projeto político e ideológico concreto que ganha nova força precisamente por assumir forma corporal. E é este novo simbolismo atribuído ao corpo masculino que faz com que este passe a ser alvo de intervenções regulares por parte do poder, através de vários mecanismos como o exercício físico e militar e a higiene. Este estudo de caso procurou demonstrar, na linha do que a historiografia internacional afirma, a necessidade de desvendar os marcadores de género escondidos sobre uma linguagem aparentemente neutra e universal. Desta forma, o aprofundamento das questões expostas ao longo deste estudo de caso deve ser feito através de uma reflexão mais ampla acerca da construção política da masculinidade por parte do republicanismo português.

Fonte Impressa

RIBEIRO, Manuel Ferreira (1915), *Regras práticas de higiene individual, aproveitando com grande vantagem aos soldados portugueses em campanha*, S.l.

Bibliografia

- ALONSO, Ana Maria (1994), “The Politics of Space, Time and Substance: State Formation, Nationalism and Ethnicity”, *Annual Review of Anthropology*, vol. 23, pp. 379-405.
- AUDOIN-ROUZEAU, Stéphane (2020), “A Primeira Guerra Mundial e a história da virilidade” in Alain Corbin (org.), *História da Virilidade 2. O Triunfo da Virilidade. O Século XIX*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 419-426.
- BOURKE, Joanna (1996), *Dismembering the male. Men's bodies, Britain and the Great War*, Chicago, University of Chicago Press.
- BRÁS, José Gregório Viegas; GONÇALVES, Maria Neves Leal (2009), “O Aperfeiçoamento Técnico do Corpo no Imaginário da I República. A Ginástica

- da Educação Cívica. A Educação Cívica da Ginástica”, *Entretextos*, vol. 1, pp. 1-51.
- BRAUDY, Leo (2005), *From chivalry to terrorism: war and the changing nature of masculinity*, New York, Vintage Books.
- BRYSON, Norman (1994), “Géricault and ‘Masculinity’” in Norman Bryson; Michael Ann Holly; Keith Moxey (eds.), *Visual Culture: Images and Interpretations*, Hanover, Wesleyan University Press, pp. 228-259.
- CARDEN-COYNE, Ana (2015), “Masculinity and the Wounds of the First World War: A Centenary Reflection”, *Revue française de civilisation britannique*, vol. XX, nº 1, pp. 1-8.
- CATROGA, Fernando (2010), *O Republicanismo em Portugal: Da Formação ao 5 de Outubro de 1910* (3ª edição), Alfragide, Casa das Letras.
- CORREIA, Sílvia (2023), “Framing War Disability through Masculinity: The Disabled Soldiers of the First World War in Portugal”, *War & Society*, vol. 42, nº 4, pp. 317-331.
- CRESPO, Jorge (1990), *História do Corpo*, Lisboa, Difel.
- DAWSON, Graham (1994), *Soldier Heroes. British adventure, empire and the imagining of masculinities*, New York, Routledge.
- DOMINGOS, Nuno (2025), “Physical education in Portugal: state and society (1820–1926)”, *Sport in History*, pp. 1-22.
- DUDINK, Stefan; HAGEMANN, Karen (2004), “Masculinity in politics and war in the age of democratic revolutions, 1750-1850” in Stefan Dudink; Karen Hagemann; John Tosh (eds.), *Masculinities in Politics and War: Gendering Modern History*, Manchester, Manchester University Press, pp. 3-21.
- FERREIRA, José Medeiros (1992), *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- FORTH, Christopher (2008), *Masculinity in the modern west: gender, civilization and the body*, New York, Palgrave Macmillan.
- FOUCAULT, Michel (1999), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão* (20ª edição), Petrópolis, Editora Vozes.
- FOUCAULT, Michel (2005), *Em Defesa da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.
- FRANTZEN, Allen (2004), *Bloody good: chivalry, sacrifice, and the Great War*, Chicago, The University of Chicago Press.
- GARNEL, Maria Rita Lino (2003), “O Poder Intelectual dos Médicos. Finais do Século XIX-inícios do século XX”, *Revista de História das Ideias*, vol. 24, pp. 213-253.
- GUINOTE, Paulo (2011), “As Faces de Adão. A Construção da Masculinidade no Portugal Contemporâneo”, *Faces de Eva*, vol. 26, pp. 53-82.

- HORNE, John (2004), “Masculinity in politics and war in the age of nation-states and world wars, 1850-1950” in Stefan Dudink; Karen Hagemann; John Tosh (eds.), *Masculinities in Politics and War: Gendering Modern History*, Manchester, Manchester University Press, pp. 22-40.
- JABLONKA, Ivan (2020), “A infância ou a «viagem rumo à virilidade»” in Alain Corbin (org.), *História da Virilidade 2. O Triunfo da Virilidade. O Século XIX*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 37-66.
- KÜHNE, Thomas (2020), “States, Military Masculinities, and Combat in the Age of World Wars” in Karen Hagemann; Stefan Dudink; Sonya Rose (eds.), *The Oxford Handbook of Gender, War, and the Western World since 1600*, New York, Oxford University Press, S.p.
- LEAL, Ernesto Castro (2000), “Narrativas e Imaginários da Iª Grande Guerra: “O Soldado-Saudade” português nos ‘nevoeiros de morte’”, *Revista de História das Ideias*, vol. 21, pp. 441-460.
- LUGARINHO, Mário César (2013), “Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para os estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa)”, *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, vol. 5, nº10, pp. 15-38.
- MARANHÃO, Tiago (2023), “Pela defesa da Pátria: masculinidade e militarismo no Brasil (1889-1939)”, *Revista Língua-Lugar*, nº6, pp. 93-111.
- MATOS, Sérgio Campos (1990), *História, mitologia, imaginário nacional: a história no curso dos liceus: 1895-1939*, Lisboa, Livros Horizonte.
- McFARLAND, Andrew (2023), *Regeneration through sport: football, sport, and cultural modernization in Spain, 1890-1920*, New York, Routledge.
- MEYER, Jessica (2009), *Men of war: masculinity and the First World War in Britain*, New York, Palgrave Macmillan.
- MOSSE, George (1996), *The Image of Man: The creation of modern masculinity*, New York, Oxford University Press.
- NAGEL, Joane (1998), “Masculinity and nationalism: gender and sexuality in the making of nations”, *Ethnic and Racial Studies*, vol. 21, nº (2), pp. 242-269.
- NYE, Robert (1993), *Masculinity and male codes of honor in modern France*, New York, Oxford University Press.
- NYE, Robert (2007), “Western Masculinities in War and Peace”, *The American Historical Review*, vol. 112, nº 2, pp. 417-438.
- PARIS, Michael (2000), *Warrior nation: images of war in British popular culture, 1850-2000*, London, Reaktion.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (1993), “Literatura Higienista no Século XIX: Pistas para um estudo”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, pp. 437-559.

- RAUCH, André (2020), “O desafio desportivo e a experiência da virilidade” in Alain Corbin (org.), *História da Virilidade 2. O Triunfo da Virilidade. O Século XIX*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 269-319.
- ROPER, Michael (2004), “Maternal relations: moral manliness and emotional survival in letters home during the First World War” in Stefan Dudink; Karen Hagemann; John Tosh (eds.), *Masculinities in Politics and War: Gendering Modern History*, Manchester, Manchester University Press, pp. 295-315.
- THIESSE, Anne-Marie (2000), *A criação das identidades nacionais: Europa - séculos XVIII-XX*, Lisboa, Temas e Debates.
- VAQUINHAS, Irene Maria (1992), “O Conceito de "Decadência Fisiológica da Raça" e o Desenvolvimento do Desporto em Portugal (Finais do século XIX/Princípios do século XX)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 14, pp. 365-388.
- YARROW, Simon (2011), “Masculinity As a World Historical Category of Analysis” in John Arnold; Sean Brady (Eds.), *What is Masculinity? Historical Dynamics from Antiquity to the Contemporary World*, New York, Palgrave Macmillan, pp. 114-138.

O Exílio na História do PCP – Conceito de Exílio Político Funcional (0000-0001-7878-6224)

ADELINO CUNHA

Universidade Europeia

IHC, NOVA FCSH/IN2PAST

adelino.cunha@universidadeeuropeia.pt

RESUMO: Este artigo propõe o conceito de exílio político funcional como chave interpretativa para compreender a presença, as funções e os limites do exílio na história do Partido Comunista Português (PCP) durante o Estado Novo. Partindo do pedido legal de exílio apresentado por Álvaro Cunhal em 1956, da documentação produzida durante a sua prisão e dos contactos estabelecidos com o PCUS para uma eventual saída para o México, analisa-se a tensão entre a necessidade de proteger dirigentes expostos à repressão e a orientação estratégica que atribuía ao interior a centralidade da luta revolucionária. O artigo considera ainda as diferentes modalidades assumidas pelo exílio comunista: Argel como experiência preliminar de articulação frentista e anticolonial; Moscovo como espaço de relação privilegiada com o PCUS e de instalação do principal núcleo dirigente; Bucareste como base de propaganda através da *Rádio Portugal Livre*; Praga como plataforma de ligação internacional posteriormente atravessada pela rutura provocada pela invasão da Checoslováquia; e Paris como última fase da presença externa da direção. Conclui-se que o exílio comunista português constituiu uma solução transitória e funcional, legitimada enquanto contribuiu para preservar, apoiar ou reforçar a luta contra a ditadura conduzida em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: PCP; Exílio; Álvaro Cunhal; Pavel; Estado Novo.

THE EXILE IN THE HISTORY OF THE PCP: THE CONCEPT OF FUNCTIONAL POLITICAL EXILE

ABSTRACT: This article proposes the concept of functional political exile as an interpretative key to understand the presence, functions, and limits of exile in the history of the Portuguese Communist Party (PCP) during the Estado Novo period. Based on the legal exile request submitted by Álvaro Cunhal in 1956, the documentation produced during his imprisonment, and the contacts established with the CPSU for a potential departure to Mexico, the study analyses the tension between the need to protect leaders exposed to repression and the strategic orientation that assigned centrality to the struggle inside the country. The article also considers the different modalities of communist exile: Algiers as a preliminary experience of frontist and anticolonial articulation; Moscow as a space of privileged relations with the CPSU and installation of the main leadership core; Bucharest as a propaganda base through *Rádio Portugal Livre*; Prague as an international liaison platform later affected by the rupture caused by the invasion of Czechoslovakia; and Paris as the final phase of the external leadership presence. It concludes that Portuguese communist exile constituted a transitional and functional solution, legitimised as long as it contributed to preserving, supporting, or reinforcing the struggle against the dictatorship in Portugal.

KEYWORDS: PCP; Exile; Álvaro Cunhal; Pavel; Estado Novo.

EL EXILIO EN LA HISTORIA DEL PCP: CONCEPTO DE EXILIO POLÍTICO FUNCIONAL

RESUMEN: Este artículo propone el concepto de exilio político funcional como clave interpretativa para comprender la presencia, las funciones y los límites del

exílio en la historia del Partido Comunista Portugués (PCP) durante el Estado Nuevo. Partiendo de la solicitud legal de exilio presentada por Álvaro Cunhal en 1956, de la documentación producida durante su encarcelamiento y de los contactos establecidos con el PCUS para una eventual salida hacia México, se analiza la tensión entre la necesidad de proteger a los dirigentes expuestos a la represión y la orientación estratégica que otorgaba la centralidad de la lucha al interior del país. El artículo considera también las diferentes modalidades asumidas por el exilio comunista: Argel como experiencia preliminar de articulación frentista y anticolonial; Moscú como espacio de relación privilegiada con el PCUS e instalación del núcleo principal de dirigentes; Bucarest como base de propaganda a través de *Rádio Portugal Livre*; Praga como plataforma de enlace internacional posteriormente atravesada por la ruptura provocada por la invasión de Checoslovaquia; y París como última fase de la presencia externa de la dirección. Se concluye que el exilio comunista portugués constituyó una solución transitoria y funcional, legitimada siempre que contribuyera a preservar, apoyar o reforzar la lucha contra la dictadura en Portugal.

PALABRAS CLAVE: PCP; Exilio; Álvaro Cunhal; Pavel; Estado Novo.

L'EXIL DANS L'HISTOIRE DU PCP: LE CONCEPT D'EXIL POLITIQUE FONCTIONNEL

RESUME: Cet article propose le concept d'exil politique fonctionnel comme clé interprétative pour comprendre la présence, les fonctions et les limites de l'exil au sein du Parti communiste portugais (PCP) pendant la période de l'Estado Novo. À partir de la demande légale d'exil présentée par Álvaro Cunhal en 1956, de la documentation produite pendant son emprisonnement et des contacts établis avec le PCUS en vue d'un éventuel départ vers le Mexique, l'article analyse la tension entre la nécessité de protéger les dirigeants exposés à la répression et l'orientation stratégique qui attribuait la centralité de la lutte au pays. L'article considère également les différentes modalités assumées par l'exil communiste: Alger comme expérience préliminaire d'articulation frontiste et anticoloniale; Moscou comme espace de relations privilégiées avec le PCUS et d'installation du noyau principal de la direction; Bucarest comme base de propagande via *Rádio Portugal Livre*; Prague comme plateforme de liaison internationale, ultérieurement traversée par la rupture provoquée par l'invasion de la Tchécoslovaquie; et Paris comme dernière phase de la présence externe de la direction. Il en conclut que l'exil communiste portugais constituait une solution transitoire et fonctionnelle, légitime tant qu'il contribuait à préserver, soutenir ou renforcer la lutte contre la dictature menée au Portugal.

MOTS-CLÉS: PCP; Exil; Álvaro Cunhal; Pavel; Estado Novo.

1. Introdução

O exílio ocupou uma posição politicamente ambivalente na história do Partido Comunista Português (PCP) durante o Estado Novo. A repressão tornava necessária, em determinadas circunstâncias, a saída de dirigentes e militantes expostos à prisão, mas a estratégia comunista atribuía ao interior a centralidade da luta revolucionária e da própria legitimação partidária. A instalação de quadros no estrangeiro não podia ser assumida simplesmente como deslocação geográfica ou como alternativa permanente à clandestinidade em Portugal: exigia uma justificação política compatível com a prioridade concedida à luta interna.

Este artigo propõe o conceito de exílio político funcional para interpretar essa tensão. O conceito designa uma modalidade de exílio legitimada pela impossibilidade de permanência segura em Portugal, mas subordinada ao exercício de funções concretas de apoio à luta contra a ditadura: proteção da direção, propaganda, relações internacionais, reorganização partidária e ligação ao aparelho clandestino. A funcionalidade do exílio não eliminou as suas contradições, na medida em que a permanência no exterior expôs os comunistas portugueses às dependências, aos conflitos e às ruturas do movimento comunista internacional.

O ponto de partida da análise é o pedido legal de exílio apresentado por Álvaro Cunhal em 1956, durante a sua prisão, e os contactos estabelecidos pelo PCP com o PCUS para viabilizar uma eventual saída para o México. Este episódio é confrontado com o percurso anterior de Francisco de Paula Oliveira (Pavel), cuja traectória entre Portugal, França e México permite observar simultaneamente a prioridade atribuída ao regresso ao interior e os limites de uma permanência no estrangeiro desligada de funções diretamente orientadas para a organização clandestina portuguesa.

A partir destes dois percursos, o artigo examina as modalidades coletivas posteriormente assumidas pelo exílio comunista: Argel, enquanto experiência preliminar de articulação frentista e anticolonial; Moscovo, como espaço de proteção da direção e relação privilegiada com o PCUS; Bucareste, como base de propaganda através da *Rádio Portugal Livre*; Praga, como plataforma de ligação internacional atravessada pelas tensões decorrentes da invasão da Checoslováquia; e Paris, como fase final da presença externa da direção.

A análise mobiliza documentação produzida por Álvaro Cunhal durante a prisão, documentação do Arquivo Estatal da História Moderna da Rússia relativa aos contactos entre o PCP e o PCUS, textos políticos do Partido e literatura historiográfica e biográfica sobre os comunistas no exterior. Procura-se demonstrar que o exílio comunista constituiu uma solução transitória e funcional, politicamente legítima enquanto preservasse, apoiasse ou reforçasse a luta conduzida em Portugal.

2. O exílio político: enquadramento teórico

A conceptualização do exílio enquanto categoria analítica tem sido objeto de uma literatura interdisciplinar que mobiliza contributos da história, da ciência política e da sociologia das migrações. A complexidade do fenómeno decorre, desde logo, da sobreposição de categorias, cujas fronteiras, embora analiticamente distintas, revelam-se frequentemente porosas na prática histórica concreta.

A experiência do exílio remonta às civilizações pré-clássicas. Tabori (1972: 43) apresenta Sinuhe, de cerca de 2000 a.C., como o primeiro exilado historicamente registado. Na narrativa reproduzida pelo autor, Sinuhe descreve a saída do Egipto como uma separação involuntária da terra de origem, afirmando ter-se arrancado da terra onde vivia pela força. A permanência no exterior não elimina essa ligação inicial: envelhecido longe do país de origem, procura obter autorização para regressar, regressando apenas depois de receber o perdão efetivo. O episódio permite identificar duas dimensões historicamente persistentes da experiência do exílio: a rutura indesejada com a pátria e a permanência do regresso como horizonte da vida no exterior.

Para Fustel de Coulanges (2014: 246), o exílio correspondia à perda total dos direitos civis, políticos, religiosos e familiares: «Exilar algum homem era, na fórmula usada pelos romanos, interdité-lo do fogo e da água». A ideia pré-clássica de rutura forçada com as origens, por motivos políticos, preserva-se ao longo dos séculos, sendo o exílio uma prática recorrente dos regimes incapazes de criar espaços plurais de divergência, como sublinham Sznajder e Roniger (2009: 1) a propósito das experiências latino-americanas.

Ao longo das últimas décadas, a literatura tem procurado estabelecer critérios diferenciadores entre as várias formas de desterritorialização. Miller (1986: 6) define o refugiado como aquele que é obrigado a abandonar a pátria contra a sua vontade em consequência de catástrofes naturais, perseguições políticas ou religiosas ou condições económicas extremas. O autor observa ainda que, quando a reinstalação no país de acolhimento é bem-sucedida, o refugiado pode converter-se em imigrante, dependendo dessa passagem das definições legais vigentes e da intenção ou da perceção do próprio indivíduo ou grupo.

Kunz (1973: 131-132) distingue os movimentos antecipatórios dos movimentos agudos de refugiados. Nos primeiros, a saída ocorre antes da deterioração da situação política ou militar impedir uma partida organizada; nos segundos, grandes alterações políticas ou operações militares impõem uma fuga imediata, orientada sobretudo para a obtenção de segurança num país próximo.

Petersen (1958: 258-259, 261-262) critica a polaridade tradicional entre fatores de expulsão e de atração por considerar que esta tende a confundir causas sociais, condições facilitadoras e motivações individuais. Em alternativa, distingue a migração impelida, em que o indivíduo conserva alguma capacidade de decisão quanto à saída, da migração forçada, em que essa possibilidade deixa de existir.

Coser (1984: 3) distingue os refugiados que fazem do país de acolhimento a sua nova residência permanente daqueles que se reconhecem como exilados. Estes últimos encaram a permanência no exterior como provisória e mantêm o regresso como horizonte dependente de uma alteração das condições políticas no país de origem, circunstância que pode limitar a sua integração definitiva na sociedade de acolhimento (Coser, 1984: 11).

O emigrado coloca obstáculos de maior complexidade analítica. Said (2000: 181) sublinha o estatuto ambíguo desta categoria: tecnicamente, o emigrado é aquele que se desloca para um novo país, podendo essa deslocação resultar de uma escolha, ao contrário da condição do exilado, marcada pela impossibilidade de regressar ao lugar de origem. Hachimi Alaoui (2001: 111) procura fixar a distinção a partir das causas da saída: o imigrante é definido como aquele cuja partida resulta de uma escolha imposta pela miséria económica e que deixa o país na esperança de uma promoção social.

A motivação económica, o carácter livre da decisão inicial e a possibilidade de regresso constituem os elementos diferenciadores fundamentais em relação ao exilado político. Groppo (2003: 70) adverte que os caminhos do exílio se confundem frequentemente com os da chamada emigração económica, reforçando que a distinção entre migrações económicas e políticas, embora necessária, não pode ser estabelecida de

forma rígida, distinção particularmente relevante no contexto português, onde a emigração em massa coexistia com o exílio político durante o Estado Novo.

O expatriado aproxima-se do exilado pela permanência fora do país de origem e pela preservação possível de vínculos com a pátria, mas distingue-se, em regra, pelo carácter voluntário da saída e pela ausência de uma missão política orientada para o regresso.

Tabori (1972: 23) enfatiza o carácter voluntário do expatriamento: o expatriado é alguém que se afasta do seu país, renunciando aos direitos de cidadania, mas por vontade própria. Miller (1986: 7) caracteriza o expatriado como alguém que se encontra no estrangeiro por escolha própria, geralmente isolado e afastado da intervenção política, sem desejo necessário de regressar ao país de origem, embora conservando a possibilidade legal de o fazer. Shain (1989: 15) define como exilados políticos os expatriados que desenvolvem atividade política contra as políticas do regime do país de origem, contra o próprio regime ou contra o sistema político no seu conjunto, com o objetivo de criar circunstâncias favoráveis ao regresso. A distinção depende da permanência no estrangeiro e da conversão dessa presença numa intervenção política orientada para o país de origem.

O exilado político apresenta, contudo, características diferenciadoras decisivas. Sznajder e Roniger (2009: 11) definem o exílio político como um mecanismo de exclusão institucional através do qual indivíduos envolvidos na política ou na vida pública, ou perseguidos pelo poder como tal, são forçados ou pressionados a abandonar o país de origem ou lugar de residência, permanecendo impossibilitados de regressar até que se alterem as circunstâncias políticas.

Tabori (1972: 37) chama a atenção para a dificuldade de restringir o exílio aos casos de expulsão formal, uma vez que a saída pode resultar de constrangimentos que não assumem a forma de expulsão física imediata. O autor mostra ainda que o constrangimento político pode operar indiretamente, atingindo o indivíduo pela sua pertença a um grupo perseguido (Tabori, 1972: 153-154). Esta perspetiva é particularmente relevante para os comunistas portugueses: a saída para o exterior não resultava de um decreto formal de exílio, mas da repressão exercida sobre os militantes do PCP enquanto opositores organizados do Estado Novo.

Bolzman (2002: 91) entende o exílio como a situação resultante da obrigação de abandonar o país, num contexto de violência política, e de procurar refúgio noutra Estado por um período de duração imprevisível. O autor identifica ainda as perseguições ideológicas posteriores a situações de guerra civil, revolução ou contrarrevolução como uma causa específica de exílio, incidindo não necessariamente sobre minorias étnicas, mas sobre opositores políticos ou grupos sociais que o poder procura enfraquecer. Esta perspetiva é particularmente relevante para o caso português, pois permite enquadrar a saída como consequência de uma repressão orientada contra um grupo politicamente organizado.

O exilado político tende a resistir a uma assimilação plena que transforme a permanência no exterior num projeto definitivo desligado do país de origem, mesmo quando encontra acolhimento em regimes politicamente próximos. Miller (1986: 7, 9) distingue o exilado pela impossibilidade de regressar ao país de origem e pela recusa de uma reinstalação definitiva no exterior.

A permanência na sociedade de acolhimento assume, neste quadro, um carácter instrumental: o exilado procura utilizar os recursos disponíveis no estrangeiro para transformar as condições políticas da pátria e tornar possível o regresso sem renunciar às suas convicções. Kunz (1973: 133) identifica, por sua vez, o momento em que o refugiado, confrontado com a impossibilidade do regresso, reconhece que as portas se fecharam atrás de si e inicia a passagem de uma condição temporária de refúgio para uma situação de exílio.

É neste quadro teórico que se insere o conceito de exílio político funcional proposto no presente artigo. A categoria aplica-se aos comunistas portugueses que abandonaram Portugal em consequência da repressão política do Estado Novo, permaneceram ligados à luta partidária e orientaram a sua presença no exterior para funções concretas de apoio à resistência interna e à luta contra a ditadura.

A sua especificidade decorre da preservação da centralidade estratégica da organização clandestina em Portugal: mesmo quando o exterior funcionou como espaço de articulação partidária, propaganda, contacto internacional ou reorganização provisória, a ação comunista permaneceu orientada para a intervenção no interior e para a transformação do regime. O exílio comunista português foi funcional precisamente por articular a saída forçada pela repressão com o cumprimento de tarefas partidárias orientadas para a intervenção na origem, numa relação que os diferentes percursos e coletivos analisados revelam não ter sido linear nem isenta de ruturas.

3. Álvaro Cunhal: do pedido legal de exílio à hipótese mexicana

Álvaro Cunhal assumiu pela primeira vez a necessidade do seu próprio exílio no dia 12 de novembro de 1956. Tinha 43 anos. Estava preso desde março de 1949, cumprira 15 meses em regime de incomunicabilidade e 7 anos de internamento, sendo que 5 desses anos foram em isolamento na Penitenciária de Lisboa. No acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 6 de dezembro de 1950, fora condenado a 2 anos de prisão maior celular e 8 anos de degredo. Em 24 de janeiro de 1956, a execução da pena havia terminado por efeitos de perdões e indultos, mas a renovação sucessiva das medidas de segurança ao longo dos anos seguintes perspetivava uma detenção extremamente prolongada no Forte de Peniche para onde fora transferido em finais de julho¹. Restavam apenas duas saídas a esta perceção da *prisão perpétua*: fugir ou pedir exílio legal.

Num requerimento dirigido ao Ministro da Justiça, Álvaro Cunhal solicita «que seja considerada a sua libertação nos termos do art. 397.º, 1.º, do decreto-lei n.º 26643 de 28 de maio de 1936, que estabelece a possibilidade de exílio forçado para o estrangeiro» (Cunhal, 2008: 264). É a primeira vez que Álvaro Cunhal utiliza a palavra «exílio» e admite expressamente sair para o *exterior*. O que irá acontecer mais tarde não por via de

¹ Álvaro Cunhal começa a citar nos seus requerimentos o risco de loucura e de despersonalização e cita casos concretos de presos que faleceram em semelhantes condições prisionais (Militão Ribeiro) ou ficaram loucos (José da Silva Martins). Invoca os prolongados regimes de isolamento e de incomunicabilidade, a ausência de quaisquer actividades intelectuais, como a leitura, a escrita e o desenho, os problemas de saúde que se foram agravando e as humilhações sucessivas, como a recusa de papel higiénico para um preso com problemas intestinais crónicos. Chega também a citar como exemplo da sua debilidade física as torturas sofridas na prisão de 1937. Os sucessivos espancamentos ao longo de vários dias deixaram-no inconsciente e com sequelas.

autorização do governo decorrente deste pedido legal, mas na sequência da fuga coletiva de 1960.

O artigo citado por Álvaro Cunhal determina que «aos criminosos políticos poderá ser imposta a obrigação de residência fora do País». No seu pedido ao Ministro da Justiça, acrescenta que «se tal solução fosse adoptada, necessário seria naturalmente que ao signatário fosse dada conhecimento com a antecedência necessária para que não só pudesse resolver óbvias questões de carácter pessoal (familiares, financeiras, documentos), como pudesse diligenciar a fim de obter que algum país lhe desse direito de asilo² ou o acolhesse como emigrante».

Em 6 de abril de 1956, Álvaro Cunhal foi confrontado pela PIDE sobre as suas intenções em caso de sair em liberdade, tendo respondido «que é seu propósito proceder dentro do estabelecido na Constituição e não exercer actividades subversivas», reafirmando a «possibilidade de emigrar para o estrangeiro» (Cunhal, 2010b). O pedido foi rejeitado, tendo o tribunal aceite os argumentos da polícia política para prorrogar as medidas de segurança por mais 6 meses.

Em outubro de 1956, a PIDE interrogou novamente Álvaro Cunhal para avaliar a sua *perigosidade* e decidir sobre o prolongamento da prisão. No Auto de Declarações, «sendo-lhe perguntado, ao declarante, sobre o rumo que pretende dar à sua vida, quando lhe for concedida a liberdade, declarou: Que, em pormenor, é-lhe difícil responder. Entre outras coisas pensa doutorar-se e constituir família». No mês seguinte, a polícia política reafirmou a *perigosidade* e solicitou uma vez mais a prorrogação das medidas de segurança.

Álvaro Cunhal respondeu com a apresentação de uma «exposição pessoal» ao juiz titular do processo, de cujo conteúdo existem várias versões. Uma exposição manuscrita datada de 11 de fevereiro de 1957 e enviada para o juiz corregedor do 3.º Juízo Criminal da Comarca de Lisboa; e uma cópia de Álvaro Cunhal datada de 28 de janeiro de 1957 com frases que foram posteriormente eliminadas do texto enviado ao juiz³. As diferenças são substanciais no que respeita à justificação do pedido de exílio legal e à identificação do respectivo país de acolhimento.

As versões coincidem no pedido de suspensão das medidas de segurança solicitadas pela PIDE. Álvaro Cunhal antecipa novamente a ideia de *prisão perpétua* caso o juiz tivesse em consideração os argumentos invocados pela polícia política: «Parece não existir qualquer outro processo de se concluir da cessação da “perigosidade” senão a conduta do recluso durante o cumprimento da pena. Na verdade, se o bom comportamento e a ausência de qualquer ato revelador de ‘perigosidade’ durante o cumprimento da pena não são motivos bastantes para se pôr termo às medidas de segurança, nenhuns motivos possíveis existem e está-se perante a eventualidade da prisão perpétua ao arbítrio da polícia política» (Cunhal, 2010b).

² Esta utilização da palavra «asilo» significava para Álvaro Cunhal «exílio», na medida em que se trata de um pedido previamente contextualizado num diploma legal referente ao exílio. A distinção relativa à condição de «emigrante», cujo estatuto poderia ser invocado como alternativa ao primeiro, consolida a ideia de que se trata de uma saída forçada para o exterior por motivos políticos.

³ As notas introduzidas na obra Álvaro Cunhal, *Obras Escolhidas*, vol. II..., 617, referem ainda a existência de uma versão de 20 de novembro de 1956.

As alterações entre o documento redigido e a cópia enviada ao tribunal registam-se na argumentação final e, na sua essência, dizem respeito a três questões concretas. Primeiro, a citação das «razões de Estado» como potencial invocação para a sua continuidade na prisão; depois, a enumeração dos sacrifícios pessoais decorrentes do exílio; e, por fim, a clara identificação do destino desse exílio. Estas questões foram eliminadas da versão manuscrita original para a versão enviada para o processo.

Na sua versão de 28 de janeiro, Álvaro Cunhal escreve:

Não ignora o signatário certas repercussões e incidências do seu caso pessoal – que, segundo parece, alguns documentos juntos aos autos ilustram –, repercussões e incidências susceptíveis de avolumar “razões de Estado” para prorrogar o seu internamento, onde escasseiam fundamentos legítimos, jurídicos e humanos, para tal prorrogação. Não ignora tão pouco as dificuldades de toda a ordem que à sua vida serão criadas e os complexos obstáculos que o esperam (como a proposta deixa adivinhar) caso seja incondicionalmente libertado (Cunhal, 2008: 280).

Na versão que consta do seu processo⁴, Álvaro Cunhal escreve: «Não ignora o signatário as dificuldades de toda a ordem que à sua vida serão criadas e os complexos obstáculos que o esperam quando for libertado. A proposta deixa-o adivinhar», ou seja, *deixa cair* a expressão «razões de Estado». No que respeita ao tema concreto do exílio legal, nessa mesma versão integrada no processo, Álvaro Cunhal recorda o requerimento enviado para o Ministro da Justiça e coloca entre parênteses a frase «liberdade condicional com exílio para o estrangeiro». Porém, na sua versão inicial de 28 de janeiro, Álvaro Cunhal tinha escrito mais e com maior detalhe sobre «a possibilidade de exílio forçado para o estrangeiro». Começa por afirmar que «não o fez [pedido de exílio] sem longa reflexão e sacrifício». O exílio significaria, além do mais, o afastamento da Pátria amada e insubstituível, e dos entes queridos, que estaria necessariamente longos anos sem ver. Só porque estar na prisão é também estar longe da Pátria e dos entes queridos, encarou o signatário tal possibilidade e se decidiu a fazer o referido requerimento» (Cunhal, 2008: 280). O termo *exílio* surge duas vezes no manuscrito inicial e sem quaisquer parênteses, tendo Álvaro Cunhal reduzido depois a sua referência ao estritamente necessário no documento enviado para o processo, ou seja, apenas para contextualizar o anterior pedido dirigido ao Ministro da Justiça.

O *exílio* não se trata somente de uma *palavra* ou mesmo de uma prerrogativa legal susceptível de ser invocada de forma plena: a sua utilização por Álvaro Cunhal tinha um significado político concreto. Defendeu sempre, e de forma intransigente, que a *revolução* teria de ser feita *de dentro para fora* e caberia ao PCP liderar no interior as massas populares nessa tomada violenta de poder⁵. O *exílio* poderia assim colocar em causa a *pureza* estratégica e até a estrutura clandestina do PCP, desde os órgãos de direcção ao aparelho técnico e aparelho de propaganda, passando pelo aparelho de fronteira, etc.

⁴ ANTT, PIDE-DGS, processo 14.499, folhas 126-132.

⁵ «O mundo caminha irresistivelmente para o socialismo e o comunismo. Mas “a revolução não se exporta”. É ao proletariado de cada país que cabe a tarefa de realizar a sua própria revolução», em *O Militante*, n.º 106, Setembro de 1960.

O que veio mais tarde a acontecer com a consumação do exílio de Álvaro Cunhal e o início de uma forte dinâmica de constituição de colectivos de exilados comunistas em vários países. O PCP teve então de criar novas estruturas de direcção e de reformular todo o aparelho clandestino, implicando este processo de adaptação ao *exílio* também consequências na *mentalidade* dos comunistas, isto é, abrindo espaço para a existência de *comunistas no interior* e *comunistas no exterior*.

No limite, a aceitação clara e inequívoca do exílio por Álvaro Cunhal significava assumir a formação de *dois* PCPs, ou seja, o *PCP no interior* e o *PCP no exílio*.

4. Pedido de ajuda para exílio no México

A terceira diferença entre as duas versões diz respeito ao país de destino de exílio legal invocado por Álvaro Cunhal. Na versão que consta do processo, explica as vantagens da proposta de se exilar no estrangeiro: «A sugestão tem ao menos o mérito de indicar a existência duma possibilidade de solução legal, que não oferece nem os afirmados (embora não exactos) perigos da sua libertação incondicional nem a flagrante injustiça que constituiria a prorrogação do seu internamento numa cadeia».

Ora, na anterior versão de 28 de janeiro, Álvaro Cunhal revelara-se bastante mais concreto: «Não fez nem podia fazer até hoje o signatário qualquer diligência no sentido de obter que algum país lhe desse direito de asilo ou o acolhesse como emigrante. Fiado porém na norma de hospitalidade da República do México ousa esperar que esse país lhe não negasse acolhimento e assim precisa melhor o sentido da sugestão feita. Sabe o signatário que a iniciativa da liberdade condicional, e muito menos dos seus termos, de forma alguma lhe cabe. Mas a sua sugestão tem ao menos o mérito de indicar a existência de uma possibilidade de solução (da sua competência e ao alcance do tribunal que julga este processo), que não oferece nem os afirmados (embora não fundamentados) perigos da sua libertação incondicional nem a flagrante injustiça que constituiria a prorrogação do seu internamento numa cadeia» (Cunhal, 2008: 281).

A eliminação da referência concreta ao exílio no México entre a redacção de 28 de janeiro e o documento de 11 de fevereiro que consta do processo pode ser explicada com o facto de Álvaro Cunhal ter enviado entretanto um dirigente do PCP a Moscovo para solicitar a colaboração internacional do PCUS na sua concretização. O que revela também uma certa expectativa quanto a um desfecho positivo.

Os termos do pedido de exílio foram apresentados pessoalmente em Moscovo por Joaquim Pires Jorge. Chegado à União Soviética no dia 2 de março de 1957, o dirigente português tinha como missão inicial informar o Comité Central do PCUS sobre o V Congresso do PCP e apresentar antecipadamente os documentos políticos que seriam debatidos.

Após reunir com Joaquim Pires Jorge, Sergei Vinogradov⁶, vice-diretor do departamento do Comité Central do PCUS para as relações com partidos comunistas estrangeiros, informou:

⁶ Sergei Vinogradov, especialista em relações internacionais, embaixador soviético em França com passagens prévias pela Grã-Bretanha, Turquia (1941-1948) e Egipto (1949-1953). Foi membro do Comité Central do PCUS e da Comissão de Controlo. Cfr. Thomas Gomart, *Double Détente: les relations franco-soviétiques de 1958 à 1964* (Paris: Publications de la Sorbonne, 2003).

O Comité Central do PCP pede aos partidos comunistas fraternos que contribuam para a libertação do 1.º Secretário do CC do PCP Álvaro Cunhal, que desde 1949 está preso em Lisboa. Actualmente, há esperança que o Governo português consinta em libertá-lo sob condição de ele deixar o país. Para tal, os camaradas portugueses precisam receber o consentimento do Governo de um país, de preferência capitalista, de conceder um visto ao camarada Cunhal. É bem provável que o governo do México possa dar tal garantia⁷.

A resposta a Pires Jorge chegou de imediato:

Dever-se-ia aconselhar o camarada *Gomes* a solicitar a ajuda do México através do Comité Central do Partido Comunista espanhol, o qual tem contactos com os círculos governamentais do México e já os utilizou para libertar camaradas comunistas das cadeias espanholas. Ao mesmo tempo, os camaradas portugueses poderiam pedir ajuda ao Partido Comunista da Checoslováquia, país que tem relações comerciais com Portugal.

O pedido de exílio legal de Álvaro Cunhal acabou por ser inconsequente perante a renovação sucessiva das medidas de segurança propostas pela PIDE junto do tribunal. Restava tentar uma fuga audaciosa do Forte de Peniche e regressar à ilegalidade, mas necessariamente no exterior, tendo em consideração as previsíveis consequências de uma quarta captura, mas sem perder de vista o essencial: a estratégia para a tomada do poder no interior.

5. O antecedente de Pavel

A hipótese mexicana não representava uma originalidade no universo comunista português. O percurso de Francisco de Paula Oliveira, conhecido pelo pseudónimo de Pavel, constitui um antecedente diretamente relevante. José Pacheco Pereira (1999: 65-72) situa-o, ao lado de Bento Gonçalves e José de Sousa, entre as figuras decisivas da renovação do PCP no início dos anos trinta, atribuindo-lhe uma função específica dentro do grupo dirigente: enquanto Bento Gonçalves teorizava e José de Sousa organizava, Pavel agitava. Não se tratava, portanto, de um militante periférico. Participara na implantação do comité regional da Federação das Juventudes Comunistas na Margem Sul e na organização de uma tipografia clandestina. No contexto aberto pela prisão e posterior deportação de Bento Gonçalves para o Tarrafal, viria a assumir responsabilidades no secretariado do PCP, associado à aplicação das orientações da Internacional Comunista relativas à Frente Popular em Portugal (Cunha, 2019: 56-57).

Pavel regressou clandestinamente de Paris a Portugal para assumir responsabilidades no secretariado do PCP. Esta prioridade atribuída ao interior coexistia com a actividade política desenvolvida no exterior, subordinada, no plano estratégico, à reorganização e ao reforço da luta clandestina em Portugal. Depois de regressar a Paris, em julho de 1938, Pavel assumiu a direção da organização comunista portuguesa em

⁷ Arquivo Estatal da História Moderna da Rússia, Moscovo, *Documentos e Informações do Comité Central do PCUS, Relações com Partidos Comunistas Estrangeiros*, fundo n.º 5, «Vinogradov I», 7 de março de 1957, tradução de Juliana Prytkova, Universidade de Moscovo.

França, tendo distribuído tarefas entre os militantes e procurado resolver conflitos entre eles. O que evidencia uma tensão estrutural: embora o interior conservasse primazia estratégica, o exterior podia constituir-se como espaço efectivo de organização, ligação internacional e disputa pela autoridade partidária.

A capacidade de intervenção de Pavel no exterior revelou-se breve e politicamente instável. Já fragilizado pelas suspeitas que circulavam nos organismos da Internacional Comunista, acabou por ser afastado e impedido de manter contactos partidários enquanto a sua situação era investigada. Apesar de manter ligações a meios antifascistas e intelectuais, a sua capacidade de intervenção tornou-se cada vez mais limitada, reflectindo tanto as dificuldades do exílio como os processos de marginalização política no interior da resistência antifascista (Pedro, 2014).

O afastamento abriu uma nova etapa da sua trajectória no México, onde se aproximou do Partido Comunista Mexicano, trabalhou como jornalista e crítico de arte e estabeleceu relações com o meio do muralismo mexicano, incluindo Diego Rivera e Frida Kahlo. Ainda assim, manteve ligações ao universo comunista, retomando, a partir da década de cinquenta, relações regulares com a URSS e com outros países socialistas (Pacheco Pereira, 1999: 321-324). O seu percurso evidencia dois momentos distintos: numa primeira fase, o regresso ao país como expressão da prioridade atribuída à organização clandestina; posteriormente, a construção de uma vida no exterior já afastada da missão partidária que justificava o exílio enquanto instrumento da luta em Portugal.

6. O exílio como *recuo táctico*

Na literatura política de Álvaro Cunhal, as referências à presença dos dirigentes no exterior são indirectas e reflectem um esforço de desvalorização dessa circunstância: «O Partido mantém firmemente o seu aparelho clandestino central. Mantém o seu núcleo dirigente no interior do país» (Cunhal, 2010a: 230). Trata-se de uma das raras vezes em que o secretário-geral do PCP utiliza a expressão «interior»: fá-lo para justificar a existência de dirigentes no exterior como resultante de um *recuo táctico* para «defender o Partido».

Esta teorização circunstancial começou por ser feita através da análise da realidade concreta no interior. Na reunião do Comité Central de Abril de 1964⁸, Álvaro Cunhal *dramatizou* a crescente pressão resultante do aparelho repressivo (PIDE, informadores, Legião Portuguesa, GNR, PSP, Polícia de Trânsito, Guarda Fiscal e Polícia Militar), cuja acção concertada resultava na criação de um ambiente de tal forma repressivo que colocava permanentemente em causa a direcção do PCP: «Nunca, como nos últimos anos, o governo desenvolveu uma tão intensa, constante e geral ofensiva contra o Partido Comunista, tentando desesperadamente aniquilá-lo», justificou.

Álvaro Cunhal colocava em perspetiva as condições altamente adversas para a presença de todos os dirigentes no interior, mas insistindo que «o PCP mantém firmemente o seu aparelho clandestino central (...) mantém um corpo de funcionários (...) mantém a publicação regular da sua imprensa ilegal e o seu aparelho de imprensa

⁸ O PCP aprovou nesta reunião uma resolução determinando que o texto da intervenção de Álvaro Cunhal fosse transformado na base do programa que seria aprovado no VI Congresso, em 1965.

(...) mantém a sua organização à escala nacional (...) mantém as suas ligações com a classe operária e as massas populares». A repetida utilização justificativa fica ainda mais clara quando refere que o PCP «não só mantém estes aspectos essenciais do seu trabalho: mantém-nos e reforça muitos deles».

Álvaro Cunhal regressou a esta argumentação no próprio congresso de Setembro de 1965. Insistiu que a situação no interior se mantinha demasiado perigosa para a direção, explicando que «os métodos de defesa não acompanharam o desenvolvimento dos métodos e recursos utilizados na ofensiva da repressão». Entre vários exemplos, cita as «centenas de camaradas e simpatizantes referenciados pela PIDE», refere que os trabalhos ilegais «são na sua generalidade conhecidos pelo inimigo» e acrescenta que «os quadros provados são na sua generalidade em número insuficiente para atender a todos os sectores de responsabilidade». Por tudo isto, justifica Álvaro Cunhal: «Restringiram-se as bases legais seguras para o trabalho do aparelho clandestino central», isto é, «atravessamos uma situação difícil e perigosa». Acrescenta ainda: «Nunca foi tão difícil assegurar o funcionamento do aparelho clandestino, defender as instalações ilegais, os funcionários e as organizações, manter as ligações e o controlo dos sectores, garantir a distribuição regular da imprensa».

Esta constatação das circunstâncias concretas da luta no interior permitiu assim que Álvaro Cunhal teorizasse depois sobre o exílio como uma *táctica defensiva* que preservava os grandes objectivos estratégicos. É nestas circunstâncias que utiliza as expressões «recuo» e «recuar».

Depois de chamar a atenção dos dirigentes no interior para os riscos da defesa de posições focadas no «sucesso imediato», Álvaro Cunhal defende a ideia do «recuo» como uma garantia de preservação do «conjunto do trabalho» num determinado período de tempo. «Devemos procurar ganhar uma posição ofensiva para o conjunto do trabalho do Partido, embora em vários sectores tomemos uma posição defensiva ou mesmo um recuo», escreve no *Relatório da Actividade do Comité Central* apresentado no VI Congresso (1965) (Cunhal, 2010a: 388).

Álvaro Cunhal assume o «recuo» como «uma questão central para a definição correta das tarefas imediatas do Partido no seu conjunto e em cada sector, para a justa orientação da atividade prática quotidiana». Explica depois, em linguagem de carácter militar, que os comunistas têm de aprender «a preparar e a defender forças de reserva, a consolidar as posições conquistadas, a defender posições em perigo, a recuar enfim, quando as condições o impõem, a fim de organizarmos as forças, de repararmos os meios de ação e retomarmos adiante a ofensiva».

Nesta conceção teórica de Álvaro Cunhal, *recuar* significa suspender uma determinada atividade partidária; *recuar* por um período de tempo limitado perante a ofensiva do adversário; *recuar* pontualmente num sector para assim defender o coletivo; *recuar* para preservar a estratégia global. Esta ideia do *recuo tático* é ilustrada com exemplos concretos. Se uma gráfica *caísse* colocando em causa todo o aparelho de propaganda, *recuar* significava suspender a atividade até «colmatar as brechas»; se numa qualquer localidade fossem presos vários comunistas, *recuar* significava suspender as atividades até garantir que os restantes não estavam «referenciados» pela PIDE.

Álvaro Cunhal antecipa no seu relatório que «estas palavras não agradem a camaradas impacientes e inclinados à aventura», mas nas condições de clandestinidade «a defesa do Partido é a tarefa número um, aquela de que depende o sucesso e a realização das restantes».

Esta teorização significa que a iminência da prisão justificava que os comunistas suspendessem (*recuassem*) as suas atividades partidárias por um determinado período de tempo, ou seja, o *recuo tático* é uma manobra de defesa do coletivo para «retomar adiante a ofensiva». Álvaro Cunhal nunca se refere aos comunistas no exterior como exilados, mas já se refere ao grupo de Argel como «emigrados» (Cunhal, 2010a: 146), ou diretamente como «dirigentes que se encontram no exílio» (Cunhal, 2010a: 124).

7. Exílio político funcional

O contexto de formação dos diversos coletivos de exilados comunistas ao longo da década de 60 encontra-se delimitado desde logo pela estratégia da tomada do poder, ou seja, a luta no interior representava um princípio tanto para preservar a orientação política como para fundamentar a própria identidade partidária. As limitações operacionais do PCP e a necessidade de empenhar os quadros na organização e mobilização no interior dissuadiram a generalização do exílio como política estruturada. A deslocação para o exterior criou espaços de atuação específicos, cuja funcionalidade variou segundo as tarefas atribuídas e as circunstâncias políticas em que os exilados se encontravam.

O PCP considerava elegíveis para o exílio militantes que estivessem no risco iminente de serem presos pela PIDE ou mulheres desamparadas pela prisão e/ou morte dos seus companheiros, funcionários/as que demonstrassem aptidões concretas para o exercício de funções na emergente máquina de propaganda internacional ou com capacidade para manter ligações políticas com outros partidos comunistas.

A Figura 1 articula três dimensões do exílio político funcional: as condicionantes impostas pela estratégia de tomada do poder, pelas limitações operacionais e pela repressão; as condições individuais que tornavam admissível a saída, como a iminência de prisão ou a aptidão para tarefas específicas; e as funções que justificavam a permanência no exterior, nomeadamente propaganda, ligações internacionais e apoio ao Secretariado. O exílio não resultava, assim, apenas da impossibilidade de permanecer em Portugal, mas da possibilidade de converter essa saída numa função politicamente útil à luta no interior.

Fig. 1 – Exílio político funcional

Fonte: Produção própria.

A experiência de Argel constituiu uma primeira concretização coletiva, ainda imperfeita, desta lógica de passagem para o exterior. A capital argelina oferecia condições favoráveis à aproximação entre opositores portugueses e movimentos nacionalistas africanos num momento em que a guerra em África alterava os termos da luta contra o Estado Novo, mas não correspondia ao modelo de instalação em países governados por partidos comunistas que viria a caracterizar outros colectivos.

A instalação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) reuniu exilados de diferentes orientações políticas, entre os quais Fernando Piteira Santos, Ruy Luís Gomes e representantes comunistas, mas expôs desde cedo divergências sobre a função que o exterior deveria desempenhar na resistência.

Para Álvaro Cunhal, a aproximação à Frente integrava-se numa estratégia de alianças com sectores da oposição, sem alterar a prioridade atribuída à luta de massas em Portugal: o exterior deveria contribuir de forma direta e eficiente para a organização e mobilização no interior, afastando soluções assentes em ações isoladas ou em centros autónomos de direcção política. Em torno de Humberto Delgado e de outros sectores oposicionistas afirmava-se, pelo contrário, uma concepção mais autónoma da plataforma externa, capaz de disputar a condução da resistência a partir do exílio. A oposição reproduzia, assim, a tensão identificada por Shain (1989: 45) entre organizações exiladas que subordinam a sua intervenção ao apoio à resistência interna e aquelas que concebem o exterior como base autónoma de direcção e de iniciativa política.

Esta divergência estratégica converteu Argel num espaço de confronto político, e não apenas de acolhimento de opositores afastados de Portugal. As disputas sobre a composição e o controlo dos órgãos dirigentes da FPLN, agravadas pela relação com Humberto Delgado, culminaram na rutura entre o general e o PCP (Martins, 2018; Sertório, 1978; Pinheiro, 1998). Após esse afastamento, os comunistas assumiram o controlo da rádio *Voz da Liberdade* e da logística da Frente, enquanto os delgadistas se reorganizaram noutros espaços de intervenção.

A experiência esgotou-se enquanto plataforma unitária de resistência: a proximidade territorial e política aos movimentos anticoloniais não bastou para superar visões distintas sobre a articulação entre exílio, direção política e luta no interior. Nesse sentido, Argel configura-se como uma experiência de proto exílio funcional: relevante pela articulação frentista e anticolonial, mas incapaz de estabilizar uma forma de intervenção externa consensual e organicamente subordinada à estratégia do PCP (Cunha, 2016).

Na sua instalação em Moscovo após a fuga de Peniche, Álvaro Cunhal valorizou acima de tudo as relações privilegiadas com o PCUS e com os principais dirigentes do movimento comunista internacional. No cumprimento destas tarefas, rodeou-se de um grupo restrito de militantes e recriou em Moscovo um ambiente marcadamente familiar (Ferreira, s.d.; Miguel, 1977; Tengarrinha, 2004).

O seu exílio obrigou o PCP a compatibilizar a preservação da direção com a manutenção da legitimidade política atribuída à luta clandestina em Portugal. O congresso realizado em Kiev, em agosto de 1965, exprimiu essa tensão: reuniu mais de trinta dirigentes, cerca de um terço dos quais se encontrava no exílio, e aprovou o *Rumo à Vitória*, apresentado por Cunhal como orientação estratégica para a revolução democrática e nacional. A partir de uma base instalada fora do país, o Partido reafirmava que a transformação do regime dependeria da insurreição popular e da organização das massas no interior.

Moscovo constituiu igualmente o espaço em que esta funcionalidade revelou os seus primeiros constrangimentos. A proteção concedida pelo PCUS, as facilidades logísticas e a proximidade dos organismos soviéticos permitiram ao PCP assegurar contactos internacionais e preservar parte da sua direção, mas aumentaram também a dependência política de um partido que permanecia fragilizado pelas condições da clandestinidade (Rosas, 2013).

Uma parte dos exilados transitou depois para Bucareste, no sentido de exercerem funções no recém-criado aparelho de propaganda no exterior. A fundação da *Rádio Portugal Livre* permitiu aos comunistas disporem na plenitude do seu primeiro instrumento moderno de comunicação de massas. O que traduzia de forma particularmente clara a dimensão funcional do exílio comunista. A Rádio, que funcionou regularmente durante treze anos, resultou das alterações orgânicas provocadas pela deslocação do Secretariado para o exterior e da necessidade de reforçar os instrumentos de agitação e propaganda dirigidos a Portugal⁹.

Depois de receber formação na secção portuguesa da Rádio Moscovo, Aurélio Santos assumiu a direção da emissora e coordenou um núcleo que integrava, entre outros, Margarida Tengarrinha, Rui Perdigão e Carlos Antunes. Ao contrário de Moscovo, cuja função se concentrava na proteção da direção e nas relações políticas com o PCUS, Bucareste assumia uma tarefa operacional definida: produzir e difundir regularmente mensagens destinadas a intervir sobre a realidade portuguesa e a acompanhar a luta conduzida no interior (Cunha, 2016; Perdigão, 1988; Céu e Silva, 2006).

⁹ «A emissora que o fascismo nunca calou», *Avante!*, n.º 1998, 15 de Março de 2012.

Também neste coletivo o exílio revelou os seus limites: as dissidências de Carlos Antunes e Rui Perdígão, relacionadas com a invasão da Checoslováquia, demonstraram que uma estrutura concebida para reforçar a unidade partidária e a luta no interior podia ser igualmente atravessada pelas fraturas do movimento comunista internacional (Cunha, 2016: 193-217).

Praga representou uma expressão mais consolidada do exílio político funcional, na medida em que o coletivo aí instalado desempenhou funções específicas de ligação ao movimento comunista internacional e de apoio à circulação política dos dirigentes do PCP. A capital checoslovaca funcionava como ponto de contacto com os partidos irmãos e como porta de entrada para a União Soviética, tendo as responsabilidades inicialmente exercidas por José Gregório e Georgette Ferreira passado depois para Cândida Ventura, sob controlo direto de Álvaro Cunhal. Esta funcionalidade revelou-se profundamente perturbada pela Primavera de Praga e pela invasão militar soviética de 1968. A proximidade de Cândida Ventura, Flausino Torres e Álvaro Bandarra aos sectores renovadores checoslovacos tornou incompatível a continuidade da sua fidelidade partidária com o apoio prestado pelo PCP à intervenção soviética (Bento, 2006; Ventura, 1984).

A base de Praga demonstrou, por isso, a dupla natureza do exílio comunista: permitia assegurar funções concretas de representação e articulação internacional, mas expunha simultaneamente os exilados às contradições políticas do bloco soviético, convertendo uma estrutura de apoio à luta no interior num foco de ruptura com a direcção partidária (Cunha, 2016: 145-189).

A transferência do secretário-geral para Paris representa a última fase do exílio dos comunistas portugueses. A constante exposição aos fluxos e refluxos do movimento comunista internacional aprofundou as divergências, tendo as franjas mais à esquerda provocado uma desagregação e posterior reconfiguração em torno de novos movimentos apoiantes do comunismo chinês e defensores da criação de um novo partido marxista-leninista que combatesse o PCP.

A queda do Estado Novo em 25 de Abril de 1974 eliminou as condições políticas que justificavam a permanência dos dirigentes comunistas no exterior. O regresso de Álvaro Cunhal a Portugal, poucos dias depois, encerrou simbolicamente a experiência do exílio da direcção: o afastamento deixava de cumprir a função transitória de protecção e apoio à luta contra a ditadura, e o Partido regressava ao espaço que sempre identificara como centro da sua legitimação política. Esse retorno não anulou as consequências produzidas pela permanência no estrangeiro, nomeadamente a ampliação dos instrumentos de intervenção partidária e as dissidências provocadas pela exposição às tensões do movimento comunista internacional.

8. Considerações finais

O exílio representou na história do PCP uma solução circunscrita e politicamente condicionada, na medida em que sustentava que a revolução deveria ser conduzida a partir do interior e pela mobilização das massas populares em Portugal. A presença de dirigentes e militantes no estrangeiro introduziu uma tensão difícil de resolver: permitia protegê-los da repressão e atribuir-lhes tarefas úteis à luta contra a ditadura, mas

colocava-os fora do espaço que o Partido identificava como lugar fundamental da legitimação revolucionária.

O exílio de Álvaro Cunhal tornou essa tensão particularmente visível através da formação de diferentes coletivos de exilados nos países do bloco de leste, tendo forçado a adoção da linguagem do «recuo» tático para justificar a saída do secretário-geral como medida transitória de defesa do Partido, destinada a preservar forças, proteger a direção e apoiar a retoma da ofensiva contra a ditadura. O caso anterior de Francisco de Paula Oliveira antecipou esta lógica, na medida em que, enquanto exerceu funções em França, insistiu no regresso ao interior de militantes que permaneciam no estrangeiro. O que confirma a prioridade atribuída à intervenção clandestina em Portugal. O seu posterior afastamento do PCP e consequente exílio no México devido às disputas internas conduziu ao seu progressivo apagamento da história do PCP.

As diferentes experiências de exílio confirmam esta diversidade. Argel constituiu uma forma preliminar de articulação frentista e anticolonial, marcada pelas dificuldades de agregação das oposições portuguesas; Moscovo acolheu o núcleo dirigente e consolidou as relações com o PCUS; Bucareste deu expressão propagandística ao exílio através da *Rádio Portugal Livre*; Praga assegurou funções de ligação internacional, mas tornou-se também espaço de rutura quando a invasão da Checoslováquia confrontou os exilados com as contradições do bloco soviético; e Paris correspondeu à fase final de uma presença externa já atravessada pela fragmentação da esquerda revolucionária e pela emergência de organizações concorrentes do PCP.

O conceito de exílio político funcional não designa, deste modo, uma experiência uniforme, nem pressupõe a inexistência de estruturas ou de atividade política no exterior, na medida em que se foca na identificação da orientação dominante que legitimava a saída e a permanência dos comunistas fora de Portugal: a proteção perante a repressão só adquiriria pleno sentido partidário quando articulada com tarefas de propaganda, ligação internacional, apoio à direção ou intervenção política orientadas para a luta contra a ditadura. O exílio permitiu ao PCP preservar dirigentes e ampliar os seus instrumentos de atuação, mas expôs igualmente os militantes às tensões do movimento comunista internacional, produzindo afastamentos, dissidências e rupturas. Foi nessa articulação instável entre sobrevivência, função política e conflito que o exílio se inscreveu na história do PCP.

Fontes

«A emissora que o fascismo nunca calou» (2012), *Avante!*, n.º 1998, 15 de março.

Arquivo Estatal da História Moderna da Rússia, Moscovo, *Documentos e Informações do Comité Central do PCUS, Relações com Partidos Comunistas Estrangeiros*, fundo n.º 5, «Vinogradov I», 7 de março de 1957, tradução de Juliana Prytkova, Universidade de Moscovo.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *PIDE/DGS*, processo n.º 14.499, fls. 126-132.

O Militante (1960), n.º 106, setembro.

Bibliografia

- BENTO, Paulo Torres (2006), *Flausino Torres (1906-1974): Documentos e fragmentos biográficos de um intelectual antifascista*, Porto, Edições Afrontamento.
- BOLZMAN, Claudio (2002), «De l'exil à la diaspora: l'exemple de la migration chilienne», *Autrepart*, n.º 22, pp. 91-107.
- CÉU E SILVA, João (2006), *Álvaro Cunhal e as mulheres que tomaram partido*, Porto, Asa Editores.
- COSER, Lewis A. (1984), *Refugee Scholars in America: Their Impact and Their Experiences*, New Haven and London, Yale University Press.
- CUNHA, Adelino (2016), *Os filhos da clandestinidade: A história da desagregação das famílias comunistas no exílio*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- CUNHA, Adelino (2019), *Álvaro Cunhal: Retrato pessoal e íntimo*, Lisboa, Saída de Emergência.
- CUNHAL, Álvaro (2008), *Álvaro Cunhal: Obras escolhidas. Vol. II*, Lisboa, Editorial Avante!
- CUNHAL, Álvaro (2010a), *Álvaro Cunhal: Obras escolhidas. Vol. III*, Lisboa, Editorial Avante!
- CUNHAL, Álvaro (2010b), *Cadernos da prisão: Documentos de Peniche*, Lisboa, Edições Avante!
- EDINGER, Lewis J. (1956), *German Exile Politics: The Social Democratic Executive Committee in the Nazi Era*, Berkeley, University of California Press.
- FERREIRA, Francisco (s.d.), *26 anos na União Soviética*, s.l., Afrodite.
- FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis (2014), *A cidade antiga*, Lisboa, Clássica Editora.
- GOMART, Thomas (2003), *Double Détente: les relations franco-soviétiques de 1958 à 1964*, Paris, Publications de la Sorbonne.
- GROPPO, Bruno (2003), «Exilés et réfugiés: l'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle», *Historia Actual Online*, n.º 2, pp. 69-79.
- HACHIMI ALAOUI, Myriam (2001), «“Exilés” ou “immigrés”? Regards croisés sur les Algériens en France et au Québec», *Confluences Méditerranée*, n.º 39, pp. 107-117.
- KUNZ, Egon F. (1973), «The Refugee in Flight: Kinetic Models and Forms of Displacement», *International Migration Review*, vol. 7, n.º 2, pp. 125-146.
- MARTINS, Susana (2018), *Exilados portugueses em Argel: A FPLN das origens à ruptura com Humberto Delgado*, Porto, Edições Afrontamento.
- MIGUEL, Francisco (1977), *Uma vida na revolução*, Porto, A Opinião.
- MILLER, Martin A. (1986), *The Russian Revolutionary Émigrés, 1825-1870*, Baltimore and London, The Johns Hopkins University Press.

- PACHECO PEREIRA, José (1999), *Álvaro Cunhal: Uma biografia política. Vol. I*, Lisboa, Temas e Debates.
- PEDRO, Edmundo (2014), *Pavel – Um homem não se apaga*, Lisboa, Parsifal.
- PERDIGÃO, Rui (1988), *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Fragmentos.
- PETERSEN, William (1958), «A General Typology of Migration», *American Sociological Review*, vol. 23, n.º 3, pp. 256-266.
- PINHEIRO, Patrícia McGowan (1998), *Misérias do exílio: Os últimos meses de Humberto Delgado*, Lisboa, Contra-Regra.
- ROSAS, Fernando (2013), «Os três caminhos de Álvaro Cunhal: notas breves sobre a história do PCP», in José Neves (coord.), *Álvaro Cunhal: Política, História e Estética*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 43-54.
- SAID, Edward W. (2000), *Reflections on Exile and Other Essays*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- SERTÓRIO, Manuel (1978), *Humberto Delgado: 70 cartas inéditas. A luta contra o fascismo no exílio*, Lisboa, Praça do Livro.
- SHAIN, Yossi (1989), *The Frontier of Loyalty: Political Exiles in the Age of the Nation-State*, Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press.
- SPEIER, Hans (1952), *Social Order and the Risks of War: Papers in Political Sociology*, Cambridge, Massachusetts, The M.I.T. Press.
- SZNAJDER, Mario; RONIGER, Luis (2009), *The Politics of Exile in Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press.
- TABORI, Paul (1972), *The Anatomy of Exile: A Semantic and Historical Study*, London, George G. Harrap & Co. Ltd.
- TENGARRINHA, Margarida (2004), *Quadros da memória*, Lisboa, Edições Avante!
- VENTURA, Cândida (1984), *O socialismo que eu vivi*, Lisboa, Edições O Jornal.

In Memoriam

In memoriam Luís Adão da Fonseca

Luís Alberto Adão da Fonseca (1945.06.06, Lisboa – 2026.05.11, Porto) foi pioneiro na abordagem às ordens religioso-militares em Portugal nos anos de 1980 e afirmou-se como dinamizador destes estudos, promovendo a maturidade na investigação sobre estas instituições, domínio em que criou escola a partir da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Avis, Santiago e Cristo, de acordo com a sequência das abordagens que fez, marcaram a sua reflexão. Por outro lado, as ordens jerosolimitanas do Templo e do Hospital foram as que menos explorou, embora tenha incentivado o seu estudo e investigação. Para além das mais de duas centenas de publicações que assinou e das palestras e comunicações que proferiu, foi orientador de 15 teses de doutoramento e de dissertações de mestrado.

As relações entre as academias portuguesa e espanhola, em que se enquadra o projeto que dá origem ao presente dossier da História – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, contaram igualmente com a sua participação ativa desde os anos de 1970, altura em que frequentou assiduamente o Arquivo da Coroa de Aragão, o Arquivo Histórico Municipal de Barcelona, o Arquivo Histórico Nacional, a Biblioteca Central da Catalunha, a Biblioteca Nacional de Madrid e a Biblioteca da Real Academia da História. No contexto da preparação da sua tese de licenciatura na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a que deu o título «O Condestável D. Pedro de Portugal. Subsídios para o estudo da sua mentalidade» (1968), teve a perceção de que uma das facetas da vida deste infante e da ação política que prosseguiu resultava da sua ligação à Ordem de Avis. No contexto da proximidade de Luís Adão da Fonseca ao meio académico espanhol, destaca-se a sua atuação enquanto vogal da Comissão Permanente dos Congressos de História da Coroa de Aragão (desde 1976) e como membro do Comité Internacional Acessor para Programas de História EUNSA, onde exerceu as funções de Secretário (1978-1982) e coordenou a edição da História Universal EUNSA (com 14 volumes publicados entre 1979 e 1984).

Em concreto, a sua relação académica com a Universidade de Castilla-La Mancha, instituição responsável pela execução do projeto «Órdenes militares y fenómenos socio-religiosos en perspectiva comparada (siglos XII-1/2 SVI). Estudio desde la arqueología documentación escrita (OMMAR)», remonta aos anos de 1990 e teve como primeiro interlocutor o Professor Francisco Ruiz Gómez. Neste âmbito, em 1996, participou no Congresso Internacional «Las Ordenes Militares en la Península Ibérica», organizado pela Universidade de Castilla-La Mancha, com uma intervenção intitulada «A Comenda de Noudar da Ordem de Avis: a memória da fronteira na Idade Média e na Idade Moderna». Por mera coincidência, a última reunião científica em que participou teve lugar no Arquivo Histórico Nacional de Madrid e teve como objetivo a discussão dos resultados intermédios do projeto «Órdenes Militares y construcción de la sociedad occidental: cultura, religiosidad, género y desarrollo social en los espacios de frontera (Siglos XII-XV)».

Como medievalista, dedicou particular atenção aos séculos XIV-XVI, explorando temáticas como as cruzadas, as ordens religioso-militares, a história peninsular, a história política e diplomática, a história marítima e as condições de produção do

conhecimento histórico. Conseguiu envolver os mais jovens na investigação que prosseguia, o que lhe permitiu consolidar um grupo de investigação e criar e desenvolver, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, uma linha de pesquisa e de reflexão sobre a história das ordens religioso-militares. Esta dinâmica foi a base para o estabelecimento de uma vigorosa ligação científica com a Câmara Municipal de Palmela (desde 1989), em que se enquadram os encontros sobre ordens militares. Estes encontros ganharam notoriedade e reconhecimento científico e, a cada quatro anos, convocam especialistas de muitas proveniências, tendo-se convertido num espaço de referência para o estudo das ordens religioso-militares a nível internacional.

Reflexo dos seus interesses científicos, Luís Adão da Fonseca integrou o grupo de medievalistas que criou o Mestrado em História Medieval (1983) e o Curso Integrado de Pós-graduação em História Medieval e do Renascimento (2000), ambos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, muito inovadores e decisivos para o envolvimento de jovens investigadores e para a consolidação da investigação em torno dos estudos medievais. Destaca-se, ainda, a sua iniciativa de criação da coleção *Militarium Ordinum Analecta* (com 18 volumes publicados), de que foi Diretor, um inquestionável marco na divulgação de estudos monográficos e de fontes documentais para o estudo das ordens religioso-militares, e da revista *e-Journal of Portuguese History* (Universidade do Porto-Brown University, desde 2003), de que foi Editor-Diretor, e que é um contributo singular para a divulgação de trabalhos académicos originais, de alta qualidade e inovadores sobre temas relacionados com a história das sociedades de língua portuguesa, analisados em diversos contextos e áreas geográficas.

No plano da investigação científica, Luís Adão da Fonseca é autor de mais de duas dezenas de livros e de mais de duas centenas e meia de artigos e/ou de capítulos de livros, proferiu inúmeras intervenções em reuniões científicas e conferências de temas históricos e com relevância social. Foi um Professor com uma enorme capacidade de trabalho, dinâmico, com perspicácia científica, criador de hipóteses de trabalho e inspirador do trabalho em equipa, de que os cultores dos estudos sobre as ordens religioso-militares são herdeiros e projetam em renovadas dinâmicas de trabalho colaborativo.

Paula Pinto Costa
Jesús Molero García
Raquel Torres Jiménez

In memoriam Maria Fernanda Santos (1951.03.31 - 2026.02.14)

Maria Fernanda Mendes Ferreira Santos foi Professora do Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais (DHEPI) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), onde integrou o grupo de História Medieval. Tendo começado a exercer funções como Assistente do Professor Humberto Baquero Moreno, ao longo da sua vida académica colaborou na docência de unidades curriculares da área de história de Portugal e da teoria e metodologia de diversos cursos de 1º ciclo, entre os quais se destacam as licenciaturas em História, em Arqueologia e em História da Arte. Atendendo à evolução dos planos de estudo, algumas das unidades curriculares que lecionou foram também abertas a estudantes das áreas da Geografia e das Línguas, Literaturas e Culturas. A diversidade dos perfis dos estudantes com quem trabalhou, e por quem sempre se interessou, constituiu um estímulo à sua capacidade de criação de laços com todos, muitas vezes desde os primeiros dias destes na Faculdade.

Ao longo da sua carreira, Maria Fernanda Santos foi responsável pelo ensino de diversas disciplinas. No último ano letivo em que esteve ao serviço, o de 2008-2009, colaborou na formação dos futuros professores de História no ensino básico e secundário, assumindo uma parte do Estágio Pedagógico com Luís Alberto Marques Alves e Olga Maria de Sousa Lima, também professores do DHEPI. Nesse mesmo ano, com Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, lecionou História da Historiografia, História da Cultura Medieval de Portugal e História Medieval de Portugal.

Em termos gerais, nas unidades curriculares com incidência na história de Portugal (cultura e geral), os conteúdos programáticos apresentavam uma grande amplitude cronológica, cobrindo os séculos V e XV, e abrangiam temáticas desde a desagregação do Império Romano do Ocidente à evolução das estruturas sociais, económicas e políticas que acompanharam o processo de formação e de consolidação do reino de Portugal. Já nas unidades curriculares da área da teoria e da metodologia, Maria Fernanda Santos refletia sobre questões distintas. Na de Teoria e Tipologia das Fontes em História apresentava problemáticas ligadas às fontes históricas e à sua tipologia e fornecia aos estudantes os elementos que lhes permitiriam trabalhar em Ciências Humanas. Por sua vez, na de História da Historiografia problematizava questões ligadas à história da História, dando especial importância a figuras e correntes de pensamento que se desenvolveram a partir do século XVII e que condicionaram o modo como a História foi concebida.

Maria Fernanda Santos foi docente durante várias décadas e desenvolveu um empenhado trabalho no domínio do ensino, marcado por uma grande proximidade aos estudantes e uma permanente disponibilidade para com os colegas, sempre com discrição e respeito por todas aquelas com quem convivia. A sua carreira na FLUP, apesar de pautada por prolongadas dificuldades do foro familiar, sempre foi motivo de grande orgulho e satisfação para a própria. Em vários momentos da sua vida, incluindo depois da sua aposentação, não raro encontrou ex-alunos/as que retinham memórias muito positivas a seu respeito. Recordavam, acima de tudo, e com carinho, a sua faceta de mentora e de facilitadora da sua integração na vida académica. Este é, talvez, o traço mais dominante da sua presença na FLUP, até porque muito honra e satisfaz um

professor. E é com carinho que todos , antigos estudantes e colegas, a irão certamente recordar para sempre.

Paula Pinto Costa
Maria Cristina Cunha

Notas biográficas dos Autores

Biographical Information on the Authors

ADELINO CUNHA

Doutorado em História Contemporânea pela Universidade de Lisboa e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade NOVA de Lisboa. É autor de vários livros e artigos científicos na área dos estudos do comunismo português, professor associado da Universidade Europeia e investigador associado do IHC – Instituto de História Contemporânea (IHC), NOVA FCSH / IN2PAST.

ANTÓNIO ROSA MARQUES

Frequenta atualmente o segundo ano do Mestrado em Estudos Medievais na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição na qual se licenciou em História em 2024. As suas áreas de interesse são a aristocracia medieval e o estudo familiar, temas que explora na dissertação que se encontra a desenvolver acerca do percurso da família Pereira entre os séculos XIII e XV.

DAVID GALLEGO VALLE

Arqueólogo e professor de História Medieval na Universidade de Castilla-La Mancha. É doutorado em História pela mesma universidade com a tese “Las fortificaciones del campo de Montiel (SS. VIII al XVI): historia, arqueología y análisis constructivo”. Correo electrónico: David.GallegoValle@uclm.es

JAIME GARCÍA CARPINTEIRO LÓPEZ DE MOTA

Doutor em História pela Universidad de Castilla-La Mancha e exerce atualmente funções como Professor Auxiliar de História Medieval na mesma instituição. As suas linhas de investigação inserem-se na História e Arqueologia Medieval, com especial enfoque no estudo das ordens militares. É autor de diversas publicações em revistas de impacto e em livros internacionais, entre os quais *As casas da comenda da Ordem de Santiago na Mancha no final da Idade Média* (2022), *A imagem do convento de Uclés da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média* (2021) e *The charity of the Order of Santiago at the end of the Middle Ages* (2019). Participou igualmente em diversos encontros científicos, nomeadamente no *VII e VIII Encontro sobre Ordens Militares* (2019, 2023) e na *The Military Orders – 7th International Conference* (2017).

JAVIER MEJÍAS ESPAÑA

Graduado en Historia y Máster en Patrimonio Histórico: investigación y gestión por la Universidad de Castilla-La Mancha. Actualmente contratado como Personal Investigador Predoctoral por la misma institución. Correo electrónico: Javier.Mejias@uclm.es

JOANA LENCART

Doutora em História (FLUP, 2018) com uma tese sobre a organização da memória escrita da Ordem de Cristo no século XVI. Investigadora contratada do CITCEM. Autora e coautora de livros e artigos científicos e colaboradora em projetos de investigação nacionais e internacionais. Áreas de investigação: História medieval; Ordens Religioso-Militares

(Ordem do Templo e Ordem de Cristo); cartulários; paleografia e edição de texto. Atualmente desenvolve um projeto orientado para a organização do património escrito da coleção *Gavetas* da Torre do Tombo (CEECIND/03863/2018). É *peer review* de publicações nacionais e internacionais e é membro da comissão científica e organizadora de vários eventos nacionais e internacionais. Membro da Society for the Study of the Crusade and the Latin East, da Sociedad Española de Estudios Medievales (SEEM) e da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM).

JOSÉ ARTURO SALGADO PANTOJA

Doctor en Historia del Arte y profesor en la Universidad de Castilla-La Mancha. Es autor de *Pórticos románicos en las tierras de Castilla* (2014), *Todo el románico de Guadalajara* (2018), *Raíces en la piedra: arte románico en los despoblados de Guadalajara* (2021) y *Todo el románico de Cuenca* (2023), así como de numerosos artículos en revistas, capítulos en obras colectivas y otras publicaciones científicas sobre el patrimonio medieval. Ha impartido conferencias en instituciones como el Museo Nacional de Escultura, el CSIC, el Museo del Traje o la Fundación Santa María la Real, y ha desarrollado estancias de investigación en Francia y el Reino Unido. También ha dirigido el Plan de Intervención Románico de Guadalajara y participa actualmente en proyectos de investigación relacionados con la arquitectura y la liturgia en las catedrales castellanas, la historia y la materialidad de las ordenes militares y el patrimonio artístico en riesgo de desaparición.

LUÍS CUNHA

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, instituição onde se encontra a realizar o Mestrado em História Contemporânea, tendo como objeto de investigação a construção política da ideia de masculinidade durante a I República Portuguesa, mais concretamente entre os anos de 1910 e 1917.

PEDRO ANDRÉS PORRAS ARBOLEDAS

Doctor en Historia por la Universidad Complutense de Madrid (1981) y licenciado en Derecho por la UNED, es catedrático de Historia del Derecho en la Facultad de Derecho de dicha Universidad Complutense). Su tesis doctoral versó sobre *La Orden de Santiago en Castilla. Siglo XV*, dirigida por el profesor Ladero Quesada. Durante su ejecutoria académica se ha ocupado de varias líneas de investigación, tanto en el ámbito de la historia bajomedieval como en el de la historia del Derecho. En estos momentos está centrado en los fondos del Consejo de Órdenes (Orden de Santiago), de la Real Chancillería de Granada (la administración de justicia bajo el Emperador Carlos), del Archivo General de Simancas (revisitando el tema de las Comunidades y posComunidades de Castilla) y de varios archivos de Protocolos, en especial, el de Granada.

VITOR SENTIEIRO RIBEIRO

Concluiu a licenciatura em História (2024) na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e encontra-se atualmente a frequentar o Mestrado em Estudos Medievais na mesma instituição. A sua investigação incide sobre a administração municipal da cidade do Porto nos séculos XIV e XV, com ênfase nos agentes da escrita, na memória documental, nos arquivos municipais, na cultura escrita e na Diplomática Municipal.

Ficha Técnica

HISTÓRIA. Revista da FLUP -IV Série. vol. 16 N. 1 (2026)

Editor: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

Diretora: Maria Cristina Cunha

Conselho Editorial: Carla Sequeira, Maria Cristina Cunha, Jorge Cerdeira, Lisbeth Rodrigues, Maria João Oliveira e Silva, Paula Pinto Costa, Raquel Torres Jiménez, Jesús Molero García, Sérgio Neto

Conselho Consultivo: Maria Helena da Cruz Coelho (U. Coimbra); Mário Farelo (Universidade do Minho); Francisco Bettencourt (King's College of London); Filipa Ribeiro da Silva (International Institute of Social History); Fernanda Olival (Universidade de Évora); Susana Münch Miranda (Universidade Nova de Lisboa); José Luís Cardoso (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa); Teresa da Silva Lopes (University of York); Teresa Nunes (Universidade de Lisboa)

Coordenação do Dossiê Temático: Paula Pinto Costa, Raquel Torres Jiménez, Jesús Molero García

Tradução do “call for papers”: Carla Augusto e Álvaro Costa

Contactos: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Via Panorâmica, s/n, 4150-564, Porto, Portugal.

Telefone: 22 607 71 00

E-mail: revista.historia.dhepi@letras.up.pt

Webpage: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/index>

DOI: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist16_1

eISSN – 2183-0479

Junho 2026

Revista com arbitragem científica

A expressão escrita dos artigos é da exclusiva responsabilidade dos autores

NORMAS EDITORIAIS

Instruções para Autores

ARTIGOS | RECENSÕES CRÍTICAS | DECLARAÇÃO DE CEDÊNCIA DE DIREITOS

1. Os autores devem:

a) Especificar a secção a que se destinam:

i) Dossiê Temático

ii) Outros Estudos

iii) Recensões Críticas

b) Submeter no sítio da Internet:

<http://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/about/submissions#onlineSubmissions>

Passo 1. Registrar-se na plataforma

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/user/register>

- "Registrar-se como" e escolher **todas (as 3)** opções: Autor; Leitor; Revisor;

- Uma vez registados, fazer login no próprio perfil;

- Clicar em "Nova submissão";

Passo 2. Transferência do manuscrito: depois de ter escolhido o ficheiro, clique em transferir para guardar o seu artigo na plataforma – ATENÇÃO, NUNCA COLOCAR O SEU NOME, NEM DAR QUALQUER INDICAÇÃO, AO LONGO DO TEXTO, QUE O IDENTIFIQUE COMO AUTOR;

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação):

- em caso de submissão de artigo: indique o seu **nome apenas com as iniciais em maiúsculas**: ex. Inês Amorim; assim como no título do artigo ex. Os mosteiros da diocese do Porto (séc. XI)

- em caso de recensão, no campo do título, indique **só a obra OBJETO DE RECENSÃO**, nesta forma ex. MACEDO, Jorge Borges de (1989), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Gradiva. ISBN 9789726621263, 254 pp.

Passo 4. Metadados da submissão (Indexação):

- no campo Resumo insira os 4 resumos em Português, Inglês, Francês e Espanhol, nos quais **deve incluir, igualmente, os títulos nas respectivas línguas, assim como as palavras-chave.**

- indicar o **título** completo do texto em **Português, Francês, Espanhol e Inglês.**

2. Os artigos devem:

2.1. Ter uma extensão não superior a 50.000 caracteres (com espaços), incluindo notas de rodapé, referências bibliográficas, anexos e ilustrações e estarem redigidos num dos seguintes idiomas: Português, Francês, Inglês ou Espanhol.

2.2. Ser acompanhados por quatro resumos, nas línguas portuguesa, francesa, espanhola e inglesa (com um máximo de 700 caracteres – incluindo espaços) e até quatro palavras-chave nos mesmos idiomas.

2.3. Ser redigidos em páginas A4, todas numeradas, **espaço entre linhas de 1,15, tipo de letra Bell MT e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível, sem adicionar espaçamento antes ou depois dos parágrafos. As margens devem ser:**

- superior e inferior: 2,5 cm

- esquerda e direita: 3 cm

- parágrafos com avanço na primeira linha: 0,75 cm

2.4. Conter a indicação clara do local de inserção de quadros, gráficos, figuras e fotografias no texto.

2.5. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias, a serem incluídos, deverão ser numerados de forma contínua e não podem ter uma largura superior à do corpo do texto

2.6. Estes elementos devem ser acompanhados dos respetivos **títulos e fontes** devendo estes últimos ser redigidos com corpo de letra 11 e espaçamento 1,15.

2.7. A inclusão de documentação iconográfica é autorizada desde que o autor do artigo declare que obteve previamente a necessária autorização para a sua reprodução e utilização.

2.8. As notas de rodapé, identificadas por ordem numérica, devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento simples. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.

2.9. No caso de uma nota de rodapé se encontrar junto a um ponto final ou a uma vírgula o número deverá aparecer antes desses sinais de pontuação.

3. As recensões críticas devem ser precedidas da referência completa da obra e não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços.

4. Citações e referências bibliográficas:

4.1. As **citações** serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação:

- Apenas um autor: (Ribeiro, 2016)
- Apenas um autor com indicação da página: (Ribeiro, 2016: 344)
- Dois autores: (Rosas & Mariz, 2008: 350)
- Vários autores: (Pereira *et al.*, 2010)
- Autor referido no próprio texto: Amorim (2008)

As citações de excertos de textos devem ser integradas no corpo do texto, entre aspas curvas e sem itálicos. No caso de as citações terem **mais de três linhas** deverão ser redigidas em corpo de letra 10, com espaçamento simples, avanço à esquerda de 1,25 cm, entre as aspas curvas e sem itálicos.

4.2. As **referências bibliográficas** devem ser colocadas no **fim do texto e ordenadas alfabeticamente** pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas **da mais antiga para a mais recente**.

a) Livro com um autor:

MACEDO, Jorge Borges de (1982), *A situação económica no tempo de Pombal. Alguns aspectos*, Lisboa, Moraes Editores.

b) Livro com mais de um autor:

CATROGA, Fernando; MENDES, J.M. Amado; TORRAL, Luís Reis (1996), *História da História de Portugal – séculos XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores.

c) Livro com mais de quatro autores:

ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

d) Capítulo em livro:

MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1993), “O enquadramento do espaço nacional” in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. III Vol., *No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 13-60.

e) Artigo em publicação periódica:

ROSAS, António; MAIZ, Ramón (2008), “Democracia e cultura: da cultura política às práticas culturais democráticas”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337- 356.

f) Artigo em publicação periódica *online*:

AMARAL, Luís Carlos (2007), “Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (séc. IX-1137)”, *Revista da Faculdade de Letras – História*, III série, vol. 9, pp. 337-356, [consulta em 12/09/2009]. Disponível em: <http://www.lettras.up.pt/luisamaral.pdf>

g) Publicações *online*:

DIÁRIO DA REPÚBLICA (2007), *Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior*, [consulta em 05/07/2017]. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdir/2007/09/17400/0635806389.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos:

MARQUES, João Francisco (2005), “Teofanias cristológicas: milagres e santuários no Alto e Baixo Minho”, in *Em torno dos Espaços Religiosos – Monásticos e Eclesiásticos, Actas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Dias*, Porto, Instituto de História Moderna, Universidade do Porto, 6 de dezembro 2004.

i) Teses:

PAC, Bertrand, (2016), *L'historique du quartier de la Défense et ses représentations dans la presse. L'évolution de la perception d'un grand quartier d'affaires*, Tese de Doutoramento em «Histoire Moderne et Contemporaine», Bordeaux, Université Bordeaux Montaigne.

j) Legislação:

Decreto-Lei nº 79/2014, de 14 de maio, *Formação de Professores*.

k) Citações de documentos:

As citações documentais deverão integrar todos os elementos necessários a uma rigorosa identificação da espécie, recorrendo a abreviaturas ou siglas após a primeira referência completa.

A indicação dos fundos documentais deverá ser feita em itálico.

Ex. Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), *Chancelaria D. Afonso V*, lv. 15, fl. 89.

5. Os autores devem cumprir o **Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa**, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Na citação de textos produzidos antes do referido acordo **deve ser respeitada a ortografia original**.

6. Os autores cedem à **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História** o direito exclusivo de publicação dos seus textos, sob qualquer meio, incluindo a sua reprodução e venda em suporte papel ou digital, bem como a sua disponibilização em regime de livre acesso em bases de dados.